



*Marcos Alexandre P. da Silva*

*Rogério Rego Miranda*

*Marcio Douglas Brito Amaral*

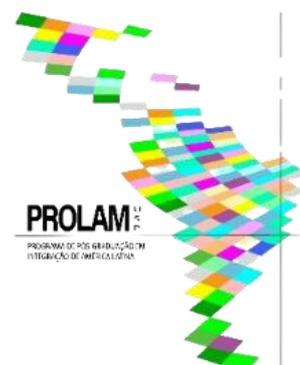
*Júlio César Suzuki*

*Gilvan C. C. de Araújo*

[Orgs.]

**POR OUTRAS REGIÕES,  
PARA OUTRAS AMAZÔNIAS**

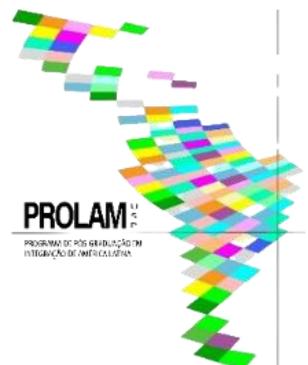
*idades, geopolítica da mineração e lutas por território*



**POR OUTRAS REGIÕES,  
PARA OUTRAS AMAZÔNIAS**

*idades, geopolítica da mineração e lutas por território*

*Marcos Alexandre P. da Silva  
Rogério Rego Miranda  
Marcio Douglas Brito Amaral  
Júlio César Suzuki  
Gilvan C. C. de Araújo  
[Orgs.]*



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH**

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Reitor: Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa

Vice-reitora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante

## **LABORATÓRIO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Coordenador: Prof. Dr. Rogério Rego Miranda

Vice-Coordenador: Prof. Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Reitor: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-reitor: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Coordenador: Prof. Dr. Marcio Douglas Brito do Amaral

Vice-Coordenador: Prof. Dr. José Antônio Herrera

## **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

P789 Por outras regiões, para outras amazônias [recurso eletrônico] : cidades, geopolítica da mineração e lutas por território / Organizadores: Marco Alexandre P. da Silva ... [et all]. -- São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGeo/UFPA, LERASSP, 2023. 4012 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-444-3  
DOI 10.11606/9788575064443

1. Geografia política. 2. Recursos minerais – Brasil. 3. Recursos minerais - Economia. 4. Território. 5. Conflitos. I. Silva, Marcos Alexandre P. da. II. Miranda, Rogério Rego. III. Amaral, Marcio Douglas Brito. IV. Suzuki, Júlio César. V. Araújo, Gilvan C. C.

CDD 338.2081

---

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.

## SUMÁRIO

### **EM DIREÇÃO A OUTRAS AMAZÔNIAS | 08**

*Marcos Alexandre P. da Silva*

*Rogério Rego Miranda*

*Márcio Douglas Brito Amaral*

*Júlio César Suzuki*

*Gilvan Charles Cerqueira de Araújo*

### **PARTE I**

#### **POR OUTRAS ESCALAS DA DIVERSIDADE TERRITORIAL E URBANA**

A rede urbana do litoral do salgado paraense: desatando os nós das interações espaciais de Vigia,

Curuçá e Marapanim | **17**

*Josenilson da Silva Melo*

*Márcio Douglas Brito Amaral*

As pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas e suas singularidades | **35**

*Sandra Maria Fonseca da Costa*

*Monique Silva do Carmo*

*Viviana Mendes Lima*

A cidade indígena de São Gabriel da Cachoeira | **53**

*José Carlos Matos Pereira*

Cidades, grandes objetos e territórios de uso comum na Amazônia | **71**

*Michel de Melo Lima*

### **PARTE II**

#### **DIANTE DAS NOVAS OFENSIVAS DA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS MINERAIS**

Estado, território e mineração no Brasil: o caso do Projeto S11D/Vale em Canaã dos

Carajás-PA | **94**

*Simone Contente Padilha*

A geografia das ruínas e dos territórios de exceção: uma leitura a contra pelo dos grandes projetos de des-envolvimento | **114**

*Bruno Malheiro*

*Valter do Carmo Cruz*

Complexo de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense: produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais | **133**

*Fernando Michelotti*

### **PARTE III**

## **PARA OUTROS REFERENCIAIS NAS LUTAS POR TERRITÓRIO**

Mulher, o gênero ausente: apontamentos sobre território e desenvolvimento na Amazônia Maranhense | **153**  
*Vanda Pantoja*

Contra o silenciamento e em defesa dos babaçuais: a luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio | **172**  
*Mayka Danielle Brito Amaral*

Os movimentos socioterritoriais no Sul do Amapá e suas metamorfoses recentes | **193**  
*Marlo dos Reis*  
*Roni Mayer Lomba*

O bem viver das comunidades indígenas e tradicionais às margens do complexo hidrelétrico do rio Madeira no Brasil e na Bolívia | **212**  
*Lilian Marques dos Anjos*  
*Gilvan Charles Cerqueira de Araújo*

**SOBRE OS ORGANIZADORES | 231**

**SOBRE AS AUTORES E OS AUTORES | 233**

## EM DIREÇÃO A OUTRAS AMAZÔNIAS

A mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, de que nos falava Karl Polanyi ([1944] 2000), avançou rapidamente para novas direções no período contemporâneo, como nos mostram os trabalhos de Arlie Russell Hochschild (2004), de Viviana A. Zelizer (2005), de Nancy Fraser (2015) e de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020).

No Brasil, geógrafos, economistas e cientistas sociais (SANTOS, 2000; PAULANI, 2008; RIBEIRO, 2012) já haviam observado que esses sentidos também se estabelecem a partir do momento em que se instala nos territórios, nas regiões e nos lugares, um pensamento único acerca de como *devemos* usar, intercambiar e atribuir significado aos seus diferentes tipos de recursos. Esse imperativo passou a se institucionalizar cada vez mais na forma de uma racionalidade neoliberal e tem se associado profundamente ao fenômeno recente de retorno ao conservadorismo, à eleição de governos antidemocráticos e autoritários e à formulação de políticas de austeridade. Entre as resultantes desse processo, podemos apontar o constante ataque às políticas de proteção social, ambiental e de garantia de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais conquistados a duras penas desde a Constituição de 1988. Apesar disso, é possível entrever resistências, a construção de outros horizontes políticos e a formulação de outros referenciais para as relações com a natureza, diferentes daqueles que figuram nas prescrições neoliberais de mercado. São princípios de organização sociopolítica e de usos mais profundos dos territórios, práticas emancipatórias formuladas com a expectativa de organizar outros projetos de desenvolvimento.

**POR OUTRAS REGIÕES, PARA OUTRAS AMAZÔNIAS: CIDADES, GEOPOLÍTICA DA MINERAÇÃO E LUTAS POR TERRITÓRIO** se constitui em uma coletânea de textos que resultaram de pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado recentemente defendidas por geógrafas, geógrafos e cientistas sociais que, direta ou indiretamente, refletem as dimensões específicas do quadro acima esboçado tomando como referência diferentes porções da Amazônia. Foi organizada a partir do esforço conjunto entre o Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (LERASSP), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Pará (UFPA); e o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), da Universidade de São Paulo (USP).

São contribuições originais que procuram problematizar contextos mais gerais e de fundo, propor novas chaves de leitura e construir caminhos possíveis para o enfrentamento das seguintes questões:

- a) Quais as expressões territoriais das ofensivas da mercantilização na cidade, no campo, no meio ambiente e para os povos nativos, mulheres e sociedades tradicionais em diferentes contextos amazônicos?
- b) Como a negação e o ataque aos direitos territoriais, às políticas de proteção social e ambiental têm repercutido nos diferentes aspectos da vida nas cidades, no uso de recursos ambientais e nas lutas no campo e por territórios tradicionalmente ocupados na região?
- c) Que outros horizontes e princípios de organização sociopolítica, referenciais de projetos de desenvolvimento e práticas emancipatórias são formuladas diante dos avanços da mercantilização, do retorno ao autoritarismo e do recurso à violência no trato com a diversidade territorial da Amazônia?

A primeira parte do livro, intitulada **POR OUTRAS ESCALAS DA DIVERSIDADE TERRITORIAL E URBANA**, tem como temática central a dimensão urbana da Amazônia, abordando particularmente, de um lado, três regiões invisibilizadas nas análises mais correntes e estabelecidas e, de outro lado, um contexto que, embora bastante explorada do ponto de vista científico, é tratado a partir de um olhar diferenciado, lançando mão de uma abordagem crítica à expansão da sociedade mercantil contemporânea, chamada de neoliberalismo, bem como do seu contraponto político, o “Comum” ou “territórios de uso comum”.

Em *A rede urbana do litoral do Salgado Paraense: desatando os nós das interações espaciais de Vigia, Curuçá e Marapanim*, de Josenilson da Silva Melo e Márcio Douglas Brito Amaral, busca-se desvendar a dinâmica da rede urbana de uma região de colonização antiga do Estado do Pará, o Salgado Paraense, que foi marginalizada dos fluxos econômicos hegemônicos durante o processo de integração territorial e de expansão da fronteira na segunda metade do século XX, e que na atualidade vem se integrando cada vez mais à metrópole de Belém e aos centros urbanos sub-regionais do nordeste paraense. Procura sustentar que a rede urbana do Salgado Paraense, quando olhada da perspectiva da estruturação econômica e das interações geográficas, aponta para a existência de uma rede não totalmente integrada, muito dependente dos principais nós regionais, e que esboça internamente, tanto relações de polarização, como se pode ver na hierarquia entre Vigia, Colares, São Caetano e Santo Antônio do Tauá, e Marapanim, Magalhães Barata e Terra Alta; quanto relações de complementaridade, como se faz notar as interações entre Curuçá e Marapanim; e Salinópolis e São João de Pirabas.

Em *As pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas e suas singularidades*, de Sandra Maria Fonseca da Costa, Monique Silva do Carmo e Viviana Mendes Lima, procura-se entender a Amazônia a partir da sua diversidade territorial e urbana (urbanodiversidade). Neste sentido, suas autoras defendem que a maioria dos núcleos urbanos da região (80,1%) é considerada de pequenas

idades, com até 20 mil habitantes. Muito embora a maior parte da população (35,6%) se localize em espaços com mais de 300 mil habitantes, o que representa 1% do número de cidades da região, não se pode negligenciar a importância desses pequenos núcleos na estruturação do território, uma vez que concentram 22,3% da população regional. A pesquisa, que foi realizada no Delta do rio Amazonas, além de revelar uma realidade urbana praticamente invisibilizada nas pesquisas acadêmicas e nas políticas de desenvolvimento territorial, mostrou, através do conteúdo de seus territórios, uma face de resistência ao processo hegemônico de urbanização regional, bem como apontou argumentos reveladores de sua singularidade como, por exemplo, a multilocalização de residências entre a cidade e o interior, a forte interação das cidades com as comunidades ribeirinhas, o cotidiano marcado por práticas socioespaciais em que o rural e o urbano não são facilmente distinguíveis e a busca pela sobrevivência através de redes de solidariedade familiares.

N'A *cidade indígena de São Gabriel da Cachoeira*, José Carlos Matos Pereira aborda, fundamentalmente, o campo das resistências e da produção das diferenças em uma cidade amazônica, localizada numa região conhecida como Cabeça do Cachorro, oeste do estado do Amazonas e na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Por mais que a população indígena seja maioria na cidade (cerca de 80%), contraditoriamente, não tem assumido posições de poder político e econômico, além de sofrerem constantes ataques de grupos conservadores em função de questionarem às práticas de mineração em seus territórios, o processo de mercantilização da natureza, a pedofilia praticada contra crianças indígenas e a destruição dos modos de vida, das territorialidades e das cosmovisões. Além dessa dialética dos conflitos existentes na cidade de São Gabriel da Cachoeira, o artigo busca destacar em sua narrativa os diferentes componentes particularizadores de uma pequena cidade amazônica, tais como, as relações de troca regulares existentes entre a aldeia ("terra indígena", interior) e a cidade; as atividades produtivas de base agrícola e extrativa, realizadas tanto nas imediações quanto dentro do espaço citadino; e a coexistência de práticas tradicionais de tratamento de saúde, o trabalho de benzedeiros e pajés, com a frequência às unidades de saúde.

Em *Cidades, grandes objetos e territórios de uso comum na Amazônia*, Michel de Melo Lima analisa a produção de territórios de uso comum em Tucuruí e Altamira em face da implantação de grandes objetos hidrelétricos e da urbanização empreendedora recente que os acompanha. Partindo de uma abordagem teórica do Comum como princípio político e da crítica à razão neoliberal, o autor sustenta que as dinâmicas espaciais cuja temporalidade histórico-geográfica estava ligada aos rios e à floresta, na atualidade, são tomadas de açoitado pelo desenvolvimento capitalista da região que impõe-lhes uma governamentalidade fundada na generalização da concorrência e na mercantilização das relações sociais, em que a empresa torna-se o modelo de subjetivação. A experiência de Tucuruí, com a presença de um grande

empreendimento hidrelétrico e suas eclusas, e de Altamira, com a instalação do complexo de Belo Monte, que conta com duas barragens e um canal fluvial, neste sentido, são de suma importância para pensar as transformações recentes ocorridas na Amazônia brasileira, em que territórios de uso comum, tais como, os rios Tocantins e Xingu, foram apropriados de forma privada e com o aval do Estado e das elites locais e regionais, para atender aos interesses relativos à reprodução econômica, especialmente a geração de energia hidrelétrica, em detrimento da reprodução da vida/social de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores assalariados, autônomos, pescadores etc. Por fim, destaca que essa imposição da racionalidade empresarial e neoliberal não encontraram um espaço liso, vazio e sem sujeitos, ao contrário, estabeleceu-se uma disputa em torno do território, que na visão do autor deve ser reafirmada e defendida, pois tem como fundamento o uso coletivo do território, a capacidade de “pôr em comum” dos sujeitos da Amazônia.

Na segunda parte da coletânea, denominada **DIANTE DAS NOVAS OFENSIVAS DA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS MINERAIS**, é explorado o tema das ofensivas da mercantilização no contexto da exploração de minérios no Sul e Sudeste do Pará. Embora seja um assunto recorrente na abordagem dessa região, quando submetido às outras perspectivas analíticas presentes nas análises, ou daquelas nem tão exploradas assim, aponta para o estabelecimento de uma verdadeira geopolítica minerária a partir dessa porção da Amazônia, que afeta tensões diversas entre Estado, territorialidades específicas e a questão agrária.

Em *Estado, território e mineração no Brasil: o caso do projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-PA*, Simone Contente Padilha analisa o que chama de “institucionalização de territórios para a mineração”. Exploram-se os conflitos em torno desse processo, destacando as estratégias da empresa Vale SA para o controle e a gestão do território; o papel de instituições e de agências estatais na região; a emergência de novos atores sociais na cidade do município; e as resistências construídas em meio a essas tensões. A autora retoma a ideia de “ossatura material” do Estado, de Nicos Poulantzas, para dar relevo às estratégias específicas que expressam a centralidade desse ator nesse contexto. Em sua análise, ainda que seja importante levar em conta as decisões nas escalas nacional e internacional para entender a realidade atual dos projetos de mineração na região, foi a necessidade de controle e de gestão do território que colocaram, de forma decisiva, a mediação do Estado. Nesse sentido, o trabalho de Simone nos traz uma importante contribuição ao chamar a atenção para não esquecermos da análise do papel e do uso das capacidades estatais em níveis locais e regionais para os processos recentes de mercantilização dos recursos minerários na Amazônia.

Em *A geografia das ruínas e dos territórios de exceção: uma leitura a contrapelo dos grandes projetos de des-envolvimento*, Bruno Malheiro e Valter do Carmo Cruz refletem sobre os

territórios de exceção a partir da problematização dos discursos de modernização do espaço que produzem um atrelamento acrítico entre megaempreendimentos econômicos e o desenvolvimento. Pensando esses empreendimentos como dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam. Nesse contexto, os autores propõem ver ruínas onde tradicionalmente se vê grandes construções para, assim, pelo olhar de quem está no caminho desses arranjos espaciais de espoliação, construir uma leitura a contrapelo dessa racionalidade econômica que desmonta qualquer sentido digno de democracia, pois que, para se realizar, precisa solapar as condições de existência e extrair as energias vitais de múltiplos povos e comunidades. Para sair da encruzilhada civilizatória exposta por essa engrenagem de moer mundos, este texto propõe inverter olhares e referências para pensar que aqueles que nossa sociedade tratou como inimigos, entraves e obstáculos, podem revelar, na verdade, outros horizontes de sentidos distintos para a vida.

No *Complexo de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense: produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais*, Fernando Michelotti reflete sobre o aumento vertiginoso da produção e exportação de *commodities* agrominerais e como esse processo tem suscitado diferentes interpretações acerca do futuro da questão agrária, em que alguns intelectuais interpretam como um tema esvaziado, face a hegemonia agromineral. Contudo, o autor, ao estudar a realidade do sudeste paraense, entende que há uma paralisação da política de reforma agrária em virtude da atualização de um pacto latifundiário no Brasil, com destaque as regiões produtoras de *commodities*. Dessa forma, o texto em tela reflete sobre as dinâmicas políticas e econômicas que manifestam o projeto de desenvolvimento ao campo e suas implicações na produção capitalista do espaço, desvelando as bases materiais de reorganização do pacto latifundiário no capitalismo atual.

A terceira e última parte, nomeada de **PARA OUTROS REFERENCIAIS NAS LUTAS POR TERRITÓRIO**, contém debates atravessados por histórias e geografias de mulheres e homens que vivenciam no cotidiano os processos de desterritorialização impostos pelo Estado e por grandes empresas, via projetos minerais, agropecuários, de silvicultura e hidrelétricos. Contudo, esses sujeitos subalternizados constroem estratégias de resistência que anseiam pelo seu (re)conhecimento territorial, nesse sentido, semeiam outras propostas de desenvolvimento que consideram os conhecimentos tradicionais, a igualdade de gênero, os direitos da natureza e seus outros usos pautados em uma racionalidade distinta daquela definida pelo neoliberalismo de mercado.

Em *Mulher, o gênero ausente: apontamentos sobre território e desenvolvimento na Amazônia Maranhense*, Vanda Pantoja problematiza as transformações na vida e organização política de mulheres quebradeiras de coco babaçu no contexto da zona rural de Imperatriz, que

resultam da territorialização da empresa Suzano Papel Celulose (SPC) no estado do Maranhão. Ao se posicionar como observadora diante do tempo das mulheres da “Estrada do Arroz”, como é conhecida regionalmente a rodovia MA-386, a autora nos mostra que, ao lado do crescimento acelerado dos conflitos por terra registrados nos últimos 10 (dez) anos, a empresa tem lançado mão de estratégias de caráter territorial que retiram a autonomia das mulheres quebradeiras de coco no que se refere à organização do acesso à terra para a retirada dos babaçus. Nesse processo, a Suzano Papel Celulose se antecipou à organização da resistência política das mulheres na “Estrada do Arroz”, ao promovê-las por meio do mercado e sob o discurso do empreendedorismo. Trata-se de uma proposta analítica importante que dialoga com interpretações dentro dos estudos e da teoria crítica feminista contemporânea e que nos ajuda a ampliar nossa compreensão acerca das resistências aos processos de mercantilização que atingem a esfera do trabalho e, em particular, a do cuidado no contexto da Amazônia.

Em *Contra o silenciamento e em defesa dos babaçuais: a luta das camponesas-quebradeiras de coco na região do Bico do Papagaio*, Mayka Danielle Brito Amaral parte de reflexões da geografia agrária para analisar a formação da identidade social das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, enquanto portadoras de força política e de direitos sociais em meio a luta pela terra no Bico do Papagaio, atuando em duas frentes, a saber, uma contra a ofensiva do capital, que busca desterritorializar os sujeitos do campo e, outra, frente a diminuta representatividade das mulheres nos espaços de debate e interação promovidos por sindicatos e entidades que tradicionalmente representam a classe camponesa, atuando ativamente para a maior participação feminina nos espaços de decisão. Esse processo de formação política feminina se inicia pela Igreja, via Comissão Pastoral da Terra (CPT), e se perpetua nos sindicatos, nos quais buscam desconstruir a leitura hierárquica de poder, pautada no patriarcado, a qual advém desde a unidade familiar. Para esse fim, questionam a condição de “dependentes” de seus esposos ou de “domesticas”, para disputarem/ocuparem posições de direção em sindicatos, associações, movimentos sociais etc., alçando terem voz na disputa contra os “cercamentos” das terras públicas de uso comum promovidos pelos agentes econômicos hegemônicos, o que lhes impedia de ter acesso ao uso tradicional do coco de babaçu.

Em *Os movimentos socioterritoriais no Sul do Amapá e suas metamorfoses recentes*, Marlo dos Reis e Rony Mayer Lomba discutem quais as especificidades e os meandros da construção do movimento camponês agroextrativista no município de Mazagão-AP, durante o período de 1990-2016. Os relatos das lideranças coligidos no texto nos mostram um processo antagônico, destacando características regionais, agentes, mecanismos de dominação e práticas de violência responsáveis por desterritorializar mulheres e homens, camponeses agroextrativistas que há muito encontravam-se sedimentados no contexto do sul do Amapá, e que ainda sobrevivem

contemporaneamente. Na análise da construção dessa resistência, os autores pontuam a importância do papel de outras organizações civis já constituídas, representativas tanto de atores sociais no local quanto no estado do Acre. o artigo aborda um registro atual das resistências à mercantilização da Natureza, a partir das quais foram obtidas conquistas importantes na região, como criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e do Programa de Assentamento Agroextrativista (PAE), políticas de proteção socioambiental e cultural que, atualmente, apesar de suas importâncias, são alvo de questionamentos públicos e de ações de desmonte por parte de agentes públicos e privados.

Por fim, em *O bem viver das comunidades indígenas e tradicionais às margens do complexo hidrelétrico do rio madeira no Brasil e na Bolívia*, de Lilian Marques dos Anjos e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, discute-se a necessidade de romper com a lógica neoextrativista e o modelo desenvolvimentista imposta à América Latina pelos países europeus e os EUA, com vistas a estabelecer a lógica de reprodução social pautada no Bem Viver, a qual provém dos povos originários e entende que a natureza possui direitos, assim como a sociedade, devendo existir reciprocidade e solidariedade, instituindo relações horizontais e comunitárias, em contraponto ao modo de vida centrado na acumulação do capital, que se perpetua por meio da colonialidade do poder e do saber. Nesse contexto, sobressai-se a região amazônica, foco dos projetos desenvolvimentistas e do neoextrativismo, que ampliam os problemas ambientais e sociais, violando os direitos da natureza e da sociedade local. A exemplo do que ocorre no Rio Madeira, cujo território, em nome de um projeto nacional baseado na exploração de *commodities*, foi selecionado para compor o Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Madeira, no qual se propôs a construção de quatro hidrelétricas, sendo duas já em funcionamento no Brasil (Jirau e Santo Antonio) e outras duas planejadas para serem construídas na Bolívia (Guajará-Mirim e Cachuela Esperanza). Tais empreendimentos não cumprem as exigências de licenciamento ambiental e invisibilizam os povos originários, contribuindo para a desterritorialização desses sujeitos tradicionais, que possuem seus direitos violados.

Nunca é demais lembrar as palavras de nosso querido Aziz Ab'Saber, para quem deveríamos fazer Geografia – qualquer Ciência Humana e Social na verdade – “com os pés no chão”. E, com os pés no chão devemos caminhar, navegar e pesquisar, para não correremos o risco de fincar raízes e ver apenas o tempo passar. É isso que nos ensina também uma longa história de desterritorializações violentas e de reterritorializações possíveis daquelas e daqueles que (re)construíram nossa região. Mas também é impossível conhecer a diversidade desse processo percorrendo apenas os mesmos caminhos em direção aos mesmos lugares. É esta a ideia central contida no título da coletânea: promover um deslocamento de nossas pesquisas por regiões diferentes, colocar-se diante das novas questões que se apresentam, para enfim pensar como outras

amazônias são construídas no presente. Trata-se, enfim, de um primeiro esforço no sentido de sedimentar percursos possíveis para o pensamento sobre a região, a fim de calibrar as coordenadas necessárias ao debate e à proposição de alternativas, de conduzir ao encontro de novas chaves de leitura para abrir ainda mais a caixa preta da diversidade territorial, das diferentes escalas da geopolítica ambiental e da construção de outros referenciais a partir de projetos emancipatórios de alcance regional-global frente do quadro estreito e restritivo em que nos encontramos.

Marcos Alexandre P. da Silva

Rogério Rego Miranda

Marcio Douglas Brito Amaral

Júlio César Suzuki

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

## REFERÊNCIAS

FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do Capitalismo. In: **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p.704-728, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15431>>, Acessado em: 04 nov. 2018.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOCHSCHILD, A. R. The commodity frontier. In: ALEXANDER, J.; MARX, G.; WILLIAMS, C. **Self, social structure and beliefs**: essays in sociology. Berkeley: UC Press, 2004, p. 1-28.

PAULANI, L. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio).

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. (Volumes 1, 2, 3, 4, 5).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

ZELIZER, V. A. **The purchase of intimacy**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.



**PARTE  
I**

**POR OUTRAS ESCALAS  
DA DIVERSIDADE TERRITORIAL E URBANA**

# **A REDE URBANA NO SALGADO PARAENSE**

## **desatando os nós das interações espaciais de Vigia, Curuçá e Marapanim**

Josenilson da Silva Melo\*  
Marcio Douglas Brito Amaral\*\*

### **INTRODUÇÃO**

O movimento da totalidade social ocorre a partir da constante confrontação das diferenças entre as determinações da escala global e das escalas regionais e locais, diretamente atingidas pelos eventos (SANTOS, 1998). A possibilidade de uma divisão do trabalho global apenas se dá mediante a coordenação de suas ações no âmbito da globalização, ou seja, o atual estágio do capitalismo se caracteriza muito mais pelo caráter gerencial do território que pela necessidade de uma grande densidade técnica em todos os lugares. Ainda que a Amazônia manifeste uma presença menor de elementos da técnica contemporânea em seus espaços não significa dizer que não esteja integrada à dinâmica de acumulação global e que não responda a ela.

A dotação no território de normas e formas estranhas aos lugares permite aos mesmos cada vez mais interações espaciais distantes, isso ocorreu na região do Salgado, dentre outras, a partir da expansão das rodovias, modernização dos portos, implantação de linhas telefônicas, a chegada dos bancos e da internet. Ainda que a artificialidade desses espaços na Amazônia seja bastante rarefeita é necessário considerar sua integração à dinâmica de acumulação global, mesmo se tratando de uma região de frágil integração (SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

O constante refazer-se da totalidade social, visto pela perspectiva da divisão territorial do trabalho, somente encontra sua realização na produção da rede urbana como momento ativo da reprodução ampliada. A compreensão da rede urbana que se prolonga ao Salgado Paraense é fundamental, pois evidencia a própria constituição social dessa porção tão particular da Amazônia (MELO, 2020). Para entender a dinâmica dessa rede apresentamos dados que demonstram a relação dos fluxos e das infraestruturas urbanas presentes principalmente nas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim, tais como: suas dinâmicas econômicas; suas infraestruturas urbanas; deslocamentos a partir e em direção a essas cidades, os fluxos para trabalho; para estudos; moradia anterior; relacionamento empresarial; e relacionamento econômico, conformando um breve quadro de análise a respeito da direção dos principais fluxos na relação com a infraestrutura urbana dessas cidades.

---

\* Geógrafo, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará; Professor da Rede Estadual de Ensino do Pará. E-mail: jsmnilson@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2717-2617>

\*\* Professor Associado I do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará; Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC). E-mail: [marcioamaral@ufpa.br](mailto:marcioamaral@ufpa.br) / <http://orcid.org/0000-0002-2094-3044>

## 1. A REDE URBANA NO SALGADO PARAENSE: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Partiremos da proposição de Harvey (2013) segundo o qual a integração espacial para a realização do valor, proposta por Marx, não ocorre sem importância, ou melhor, não se dá por sobre o espaço com importância secundária, significa dizer que o espaço se manifesta de maneira ativa dentro da geografia do capitalismo, implicando dessa forma o reconhecimento da produção de configurações espaciais não como simples resultado, mas também como elemento de condição para a reprodução futura.

A importância que as cidades assumem do ponto de vista de seus novos papéis, da diversidade de suas tipologias e a integração entre elas, conformando a rede urbana, é fundamental para a compreensão das diversas formas de expressão da urbanização sob os auspícios da reprodução hegemônica, sendo os núcleos urbanos e a importância de seus serviços como fundamentais para a acumulação e a expansão da rede e os investimentos produtivos.

Inspirados em Pinheiro *et al.* (2011) trazemos as análises de alguns dados referentes a caracterização dessas cidades, a partir da preocupação de suas descrições e de suas infraestruturas urbanas, bem como das tentativas de estabelecer variáveis de relacionamentos dessas cidades entre si e em outros contextos.

Os municípios do Salgado historicamente não têm sido as principais escolhas para os grandes empreendimentos que se destinaram à Amazônia no contexto moderno mais recente, com a exceção do anúncio de investimentos modernos que não se concretizaram como o porto do Espadarte no município de Curuçá<sup>1</sup> - merece destaque, porém, o complexo turístico que compõe a cidade de Salinópolis, marcado principalmente por um grande resort e pela construção de um aeroporto na cidade.

As atividades econômicas recentes dos espaços urbanos, principalmente aquelas ligadas aos serviços, convivem com atividades praticadas desde os primórdios de suas ocupações como a agricultura, de base familiar, e o extrativismo. Tal como ressaltado por Trindade Jr. (2013) essas cidades podem ser classificadas como tradicionais, tendo como característica marcante a ausência do processo de migração recente.

Apesar de serem cidades que não integram grandes investimentos produtivos direcionados à região, isso não quer dizer que o urbano não seja carregado de dinâmicas, embora nem sempre capturadas nas paisagens, mas integrando um conjunto de novas relações que passam a conviver com as relações preexistentes, compostas de um longo histórico de relacionamento dessas

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma área de 3 mil hectares que foi arrematada pela Vale para a construção de um porto que deveria encurtar o trajeto para a escoação de minério em até 400 quilômetros.

populações com as florestas, mangues, rios e mar, o que denota um forte enraizamento cultural dessas populações com o seu ambiente.

No quadro 01 é possível verificar dados que reforçam o argumento acerca do forte enraizamento das populações do Salgado, especialmente por conta da pequena alteração do ponto de vista dos conteúdos migratórios existentes na região. Ainda que alguns municípios apresentem uma considerável composição de habitantes não originários dos mesmos, como Salinópolis, Curuçá e Terra Alta, a composição dos seus habitantes que são naturais de outra unidade da federação é muito restrita.

Quadro 1 – Origem da população dos municípios do Salgado Paraense em 2010.

Origem da população	População total	Natural do município	Não natural do município	Não natural da unidade da federação
Municípios				
<b>Colares</b>	11.381	9.838	1.203	340
<b>Curuçá</b>	34.294	25.416	7.996	882
<b>Magalhães Barata</b>	8.115	6.971	1.084	60
<b>Maracanã</b>	28.376	24.649	3.283	444
<b>Marapanim</b>	26.605	20.640	5.378	587
<b>Salinópolis</b>	37.421	23.537	11.749	2.135
<b>São Caetano de Odivelas</b>	16.891	14.108	2.455	328
<b>São João da Ponta</b>	5.265	4.278	907	80
<b>São João de Pirabas</b>	20.647	16.194	3.955	498
<b>Terra Alta</b>	10.262	6.237	3.609	416
<b>Vigia</b>	47.889	37.478	8.960	1.451

Fonte: IBGE (2010); FAPESPA (2016). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

As principais ocupações das populações dessa região se referem às atividades tradicionais de extrativismo, agricultura e pesca, em que boa parte da ocupação se dá sem vínculo empregatício, ao menos não em sentido formal para algumas dessas atividades. Além disso, os novos conteúdos urbanos que atingem todos os espaços da rede urbana, em maior ou menor grau, se manifestam na importância assumida pelo setor de serviços, comércio e administração pública que concentram o maior número dos empregos formais desses municípios e que tem suas localizações prioritárias nos centros urbanos dos municípios.

O reforço dos setores de comércio, serviços e administração pública está diretamente ligado à expansão das rodovias para a região na década de 1960 e 1970. A articulação a novos espaços regionais e a própria dispersão da metrópole de Belém contribuíram para a alteração nos quadros locais desses municípios. Cabe ressaltar que a influência nos comportamentos, novas noções de sociabilidade e a importância dos espaços urbanos para a viabilidade do estilo de vida urbana que se propaga pelos meios de comunicação, se estabelecem como elementos que não podem ser explicados apenas regionalmente, mas que compõe um relacionamento interescolar.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A análise deve se estabelecer, segundo Lefebvre, na reprodução das relações sociais de produção que encontram

## 1.1 Caracterização socioespacial e investimentos nos municípios do Salgado Paraense

Nesse momento trazemos uma breve discussão a respeito dos aspectos econômicos dos municípios que compõem a região do Salgado e, conseqüentemente, a rede urbana que aí se prolonga. Importante desde já compreender a importância da dinâmica municipal para a discussão. Se a análise é realizada apenas levando em conta a dinâmica da cidade, ou seja, o centro urbano, se ignora a grande dinâmica de interação que existe entre as cidades do Salgado com suas respectivas zonas rurais, além disso, é importante considerar também a importância da população rural na composição total dos municípios como no quadro 02 abaixo.

Quadro 2 – População urbana e rural dos municípios do Salgado Paraense em 2010.

Municípios	População Urbana	População rural	Total
Colares	3.661	7.720	11.381
Curuçá	12.174	22.120	34.294
Magalhães Barata	3.795	4.320	8.115
Maracanã	11.656	16.720	28.376
Marapanim	11.704	14.901	26.605
Salinópolis	33.391	4.030	37.421
São Caetano de Odivelas	6.958	9.933	16.891
São João da Ponta	1.031	4.234	5.265
São João de Pirabas	10.487	10.160	20.647
Terra Alta	4.334	5.928	10.262
Vigia	32.353	15.536	47.889

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

Considerando a importância tanto das dinâmicas da zona urbana quanto da zona rural, podendo ser compreendidas apenas de maneira relacional, destacamos que a análise da caracterização econômica e dos investimentos produtivos será a partir do espaço municipal. A realização desse intento se dará pela exposição e análise do produto interno bruto (PIB) e da renda per capita dos municípios, trazendo as principais atividades econômicas destes (quadro 03).

Quadro 3 – PIB e PIB per capita dos municípios do Salgado Paraense em 2016.

Municípios	PIB	PIB per capita	% na participação do PIB do Salgado
Colares	72.433	6.180	3,63%
Curuçá	265.956	6.928	13,35%
Magalhães Barata	65.092	7.844	3,26%
Maracanã	209.734	7.316	10,53%
Marapanim	218.382	7.950	10,96%
Salinópolis	413.518	10.515	20,76%
São Caetano de Odivelas	121.144	6.926	6,08%
São João da Ponta	40.344	6.857	2,02%
São João de Pirabas	149.606	6.737	7,51%
Terra Alta	69.613	6.181	3,49%
Vigia	365.351	7.066	18,34%
<b>PIB Total Salgado</b>	<b>1.991.173</b>		<b>100%</b>

Fonte: IBGE/ FAPESPA (2019). Elaboração: Josenilson Melo.

lugar na sociedade inteira, e principalmente na construção da cotidianidade e dos espaços aparentemente improdutivos, pois esses lugares representam o emprego do tempo permitido e dotado de valor de troca.

É possível verificar, no quadro 03, certo contraste na participação do PIB do Salgado entre os municípios que compõe a região, destaca-se Vigia e Salinópolis com presença relevante na composição econômica, em seguida, em uma faixa muito próxima de composição, estão Curuçá, Maracanã e Marapanim e, abaixo de 10% de participação, aparecem São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas, Colares, Terra Alta, Magalhães Barata e São João da Ponta. Os municípios de Vigia e Salinópolis respondem, sozinhos, por quase 40% do PIB regional. A dinâmica econômica desses dois municípios e as suas próprias assimetrias na participação da economia regional denuncia aspectos de seus envolvimento na rede urbana, tanto nas suas inserções locais e regionais quanto de escalas mais amplas.

A maior participação da economia dos municípios do Salgado se dá a partir dos serviços, atividade esta que se localiza prioritariamente nos espaços urbanos. Deve-se levar em conta também a importância da agricultura, uma vez que se trata de municípios com importante participação da população rural, entretanto a informalidade das atividades na zona rural, bem como a ausência de instrumentos de mensuração de suas produções não permite a análises mais precisas da realidade, invisibilizando ou mascarando a importância dessas atividades e das populações que delas dependem, isso contribui para a disseminação e perpetuação de afirmações equivocadas, tais como aquelas que pautam a existência das pequenas cidades apenas por conta do funcionalismo público. (BACELAR, 2008).

A compreensão da rede urbana enquanto elemento fundamental para o aprofundamento da divisão do trabalho têm no Estado sujeito gerencial importante, tanto como indutor de ações, permitindo e viabilizando os investimentos privados, quanto agindo diretamente na estruturação de espaços. Os investimentos produtivos estão diretamente relacionados à rede urbana, não como causa e efeito, mas implicando um ao outro de modo que a forma como a dinâmica da rede urbana se dá, influencia diretamente na alocação dos investimentos.

A observação dos investimentos para as cidades do Salgado Paraense se deu a partir dos Planos Plurianuais (PPA)<sup>3</sup> nos ciclos de 2012-2015 e 2016-2019. Para a análise das ações dos PPA's nos dois ciclos foram adotadas três variáveis, por entender que dariam conta das demais presentes nos diferentes planos, são elas “Dimensão social”, “Dimensão de infraestrutura e logística” e “Dimensão do desenvolvimento econômico e meio ambiente”.

Para o ciclo 2012-2015 do PPA foi observado o papel relevante que Vigia e Salinópolis possuem no contexto regional, merecendo destaque algumas das ações contidas nos relatórios para

---

<sup>3</sup> O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo de ações do governo, abrangendo de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

esses municípios. No relatório de 2012, na seção da “dimensão de infraestrutura e logística” para Salinópolis estava previsto a elaboração e revisão de projetos do aeródromo da cidade, no ano de 2022 foi inaugurado o aeroporto da cidade. Ainda referente ao ciclo 2012-2015 para Salinópolis, destacamos a ação que diz respeito à estruturação de áreas para o turismo, na seção “dimensão do desenvolvimento econômico e meio ambiente” no relatório de exercício de 2013, onde foram anunciadas medidas para a reforma da orla do Maçarico, importante ponto turístico da cidade e que nas estações de veraneio é um dos principais destinos da região, principalmente dos fluxos metropolitanos de Belém.

Em Vigia em 2014 é inaugurada uma escola estadual de ensino técnico, cumprindo a função da oferta de ensino técnico para a região do Salgado. Além disso, esse ciclo marca para Vigia itens que dizem respeito ao ensino superior por conta da presença da Universidade do Estado do Pará (UEPA) no município e, com isso, ações referentes a reformas de seus espaços físicos, ampliação da oferta de vagas e ações para a diminuição da evasão como bolsas estudantis, segundo o relatório.

Algumas ações se deram em conjunto para diversos municípios, tentando capturar suas particularidades, por exemplo, no exercício de 2015 houve uma ação referente a “dimensão do desenvolvimento econômico e meio ambiente” que propunha o fomento à pesca e a aquicultura, ela dizia respeito a assistência aos pescadores e aquicultores que se deu por meio de visitas técnicas para a organização da produção de caranguejos, sua comercialização na semana santa, além da realização de curso sobre tecnologia de acondicionamento e transporte de caranguejo-Uçá, essa ação foi direcionada aos municípios de Curuçá, Maracanã, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabas e Terra Alta, municípios com grande potencialidade para a atividade em questão.

Nos relatórios referentes aos anos de 2013 e 2014 existem ações voltadas para o apoio a eventos temáticos como feiras do pescado, festivais e outros em Marapanim, São João da Ponta, São João de Pirabas e Vigia. Destacam-se, ainda, os investimentos voltados para a infraestrutura hidroviária, sempre presentes nos relatórios do ciclo, ao longo dos anos investigados foi possível identificar ações voltadas para Curuçá, Magalhães Barata, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, elas diziam respeito a construções e melhoramentos da estrutura existente em rampas para veículos, trapiches, espaços para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, além de adequações de segurança.

O ciclo 2016-2019 apresenta uma redução no número de investimentos para Vigia em números absolutos e destaca-se o número de ações voltadas para Curuçá, com investimentos importantes para a dimensão econômica, como a reestruturação da estação de alevinagem e pesquisas sobre o inventário da oferta turística; também para a dimensão de infraestrutura e

logística, além dos investimentos em mobilidade hidroviária e rodoviária houve o anúncio da expansão da rede de fibra ótica e energia elétrica para o município em questão.

Como no ciclo anterior ocorreram ações de incentivos semelhantes para diversos municípios, destaca-se nesse momento a construção e ampliação do serviço de abastecimento de água nos municípios de Maracanã, Salinópolis, São Caetano de Odivelas e Vigia. Quanto à expansão do fornecimento de energia elétrica, no relatório de 2017 foram levantadas ações para viabilizar o atendimento para atividades com potencial de desenvolvimento socioeconômico, o que acabou por beneficiar produtores rurais de Curuçá e Marapanim.

De maneira geral, o que se observou foi que seguindo a dinâmica do PIB e da população, os investimentos foram realizados segundo a relevância dos municípios na rede urbana e na região, as ações observadas nos relatórios de exercícios dos dois ciclos analisados indicam o reforço de atividades vistas como potenciais para os municípios: a) as ações de turismo, principalmente para Salinópolis e Marapanim; b) os investimentos na educação para Vigia, com a presença da escola tecnológica e da Universidade Estadual do Pará, que contribuem para afirmar a posição deste município como importante polo da educação regional; c) as ações voltadas para o meio ambiente viabilizadas por meio das unidades de conservação, seja na criação de novas unidades, seja na manutenção daquelas já existentes, sobretudo nos municípios de Curuçá, Maracanã, Marapanim e Salinópolis.

Passaremos a analisar de perto a existência de equipamentos urbanos e serviços nesses municípios, verificando assim a infraestrutura urbana como indicador para o cumprimento de funções na rede urbana. Além disso, será realizado a verificação dos deslocamentos intermunicipais a partir dos microdados do Censo do IBGE de 2010, tanto os deslocamentos para estudo, quanto aqueles voltados para o trabalho principal. A intenção é identificar o direcionamento dos fluxos existentes entre as cidades do Salgado, bem como, delas com outros espaços, dessa forma, interpretando como a rede urbana está estruturada e se estruturando.

## **1.2 Infraestrutura urbana e relacionamentos intermunicipais no Salgado Paraense**

A oferta de infraestrutura urbana a ser analisada compreende a saúde e a educação. Dessa forma, partimos dos dados secundários reunidos pela FAPESPA no anuário estatístico do Pará em 2019 e de informações da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC - Pará) e do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sus (SIASUS). A intenção é verificar a oferta desses serviços e o seu contraste do ponto de vista intermunicipal, identificando dessa forma os diferentes papéis que os municípios cumprem a partir da infraestrutura urbana existente.

Dessa maneira, considerando a infraestrutura de saúde nos municípios do Salgado os serviços se dão pela seguinte oferta:

Quadro 4 – Unidades Ambulatoriais cadastradas no SIASUS 2015 para os municípios do Salgado Paraense.

Equipamentos	Equipamentos de atendimento básico	Equipamentos de atendimento intermediário	Equipamentos de atendimento especializado e/ou avançados	Equipamentos administrativos	Outros
Municípios					
Curuçá	10	4	-	2	4
Colares	11	-	-	1	1
Magalhães Barata	9	-	-	1	0
Maracanã	20	2	-	1	2
Marapanim	16	2	-	1	7
Salinópolis	14	4	-	1	6
São Caetano de Odivelas	9	2	-	1	3
São João da Ponta	5	-	-	1	2
São João de Pirabas	9	2	-	1	4
Terra Alta	5	-	-	1	-
Vigia	20	4	-	1	-

Fonte: FAPESPA (2015); SIASUS (2015). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

A oferta de *equipamentos de atendimento básico* é maior em Vigia e Maracanã, além disso destacam-se também Marapanim e Salinópolis, por sua vez, São João da Ponta e Terra Alta apresentam as menores ofertas desses serviços na região, com apenas cinco equipamentos cada. O número de *equipamentos de atendimento básico* não é o melhor parâmetro para o cumprimento de funções na rede por atender apenas uma demanda local e por dar conta de necessidades básicas da população local, dessa forma, o número de equipamentos nessa classificação diz respeito muito mais ao tamanho da população municipal.

É interessante observar as faixas seguintes, como os *equipamentos de atendimento intermediário* onde o número é reduzido em todos os municípios por se tratar do atendimento a uma demanda menor, após realização de triagens em unidades básicas. O que se observa é a maior presença desse tipo de equipamento nos municípios de Curuçá, Salinópolis e Vigia, cumprindo papéis importantes na oferta desses serviços na região, além disso, destaca-se a inexistência dessa oferta nos municípios de Colares, Magalhães Barata, São João da Ponta e Terra Alta. Isso reflete a importância que Curuçá, Salinópolis e Vigia desempenham na rede urbana, principalmente ao considerarmos os vilarejos de outros municípios, mas que mantém relações importantes com essas cidades.

Ao se analisar as funções urbanas dentro da rede urbana do Salgado Paraense, é importante destacar a proximidade física e relativa da região com cidades de porte médio do Nordeste Paraense, tais como, Castanhal e Capanema, bem como a própria proximidade com a metrópole de Belém. Dessa forma, é possível verificar em Castanhal a oferta de *equipamentos de atendimento*

*especializado e/ou avançados* (FAPESPA, 2016) o que pode contribuir para a atração dos fluxos do Salgado Paraense por conta desses serviços, além da metrópole que também exerce influência na região com a grande oferta de equipamentos em todas as faixas de classificação.

O que se depreende, mais uma vez, é o desequilíbrio na rede pela oferta dos serviços de saúde concentrados em poucos municípios, principalmente Vigia e Salinópolis – vale destacar a presença do Hospital Regional de Salinópolis com papel fundamental para a região, desempenhando funções de média e alta complexidade<sup>4</sup> e, sendo assim, referência na rede urbana.

Chama a atenção a falta de serviços importantes e especialidades básicas na saúde em São João da Ponta, Terra Alta e Magalhães Barata, que dependem fundamentalmente dos serviços ofertados em outros espaços, o que por seu turno acaba criando uma forte dependência no acesso à saúde e imprimindo às cidades que possuem essa oferta responsabilidades territoriais na rede urbana, mas também, reforçando assimetrias e redes de dependência entre as cidades do Salgado.

A educação também é um elemento de desigualdades na oferta de serviços na rede urbana do Salgado Paraense. A seguir, no quadro 05, apresentamos o número de unidades escolares segundo as dependências administrativas.

Quadro 5 – Estabelecimentos educacionais por dependência administrativa em 2018 para os municípios do Salgado Paraense.

Estabelecimentos	Federal <sup>5</sup>		Estadual		Municipal		Particular	
	E.F	E.M	E.F	E.M	E.F	E.M	E.F	E.M
<b>Municípios</b>								
Colares	-	-	6	2	22	-	-	-
Curuçá	-	-	5	4	56	-	4	-
Magalhães Barata	-	-	4	-	18	-	-	-
Maracanã	-	-	-	2	78	-	-	-
Marapanim	-	-	-	3	52	-	-	-
Salinópolis	-	-	7	4	24	-	1	1
São Caetano de Odivelas	-	-	2	1	31	-	-	-
São João da Ponta	-	-	-	1	11	-	-	-
São João de Pirabas	-	-	-	1	32	-	-	-
Terra Alta	-	-	2	1	14	-	2	-
Vigia	-	-	9	6	59	-	3	-

Fonte: FAPESPA (2015); SEDUC (2019). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

<sup>4</sup> Não foram encontrados dados mais precisos a respeito dos serviços ofertados.

<sup>5</sup> Antes de mais nada é importante deixar claro o motivo de não constar nenhuma unidade escolar pela esfera Federal para Vigia mesmo existindo no município um campus do Instituto Federal do Pará (IFPA), o que ocorre é que os quatro cursos ofertados – Informática, Recursos pesqueiros, Eventos e Aquicultura – são na modalidade subsequente, ou seja, voltados para quem já concluiu o ensino médio, sendo assim, o IFPA de Vigia não está inserido no quadro por não ofertar o ensino fundamental ou médio paralelo ao curso técnico, como ocorre em outros campus da mesma instituição.

Importante destacar a oferta de ensino médio nos municípios. É notória a fragilidade nessa oferta de ensino que é tão necessária para a formação escolar dos estudantes, destacam-se Vigia, Salinópolis e Curuçá com as maiores ofertas dessa modalidade, servindo assim como importantes referências na educação no Salgado paraense e centro de oferta de vagas. Dessa forma, a assimetria na oferta de vagas para a educação nas modalidades de ensino fundamental, mas principalmente de ensino médio, no Salgado Paraense cria dependências dos municípios que ofertam esses serviços, principalmente Vigia, Curuçá e Marapanim.

É necessário destacar ainda o papel que Vigia cumpre na rede por conta do ensino técnico, tanto pela Escola Tecnológica sob responsabilidade do governo do estado, quanto pelo Instituto Federal do Pará. Além disso, o município abriga o campus XVII da Universidade do Estado do Pará (UEPA), importante pólo regional na oferta de ensino superior, onde funcionam os cursos de licenciatura em Geografia, Matemática, Letras – Língua Portuguesa – e Música. Curuçá, também, passou a ter destaque desde 2019, na oferta de vagas para os cursos de nível superior de Serviço Social e Enfermagem, quando do lançamento do programa Forma Pará no município, uma iniciativa do governo do estado para a interiorização desse nível de ensino para aqueles municípios que, historicamente, não são contemplados por essa formação.

Dessa maneira, a infraestrutura urbana na oferta de saúde e educação se mostra desigual no Salgado Paraense, cabendo a Vigia e Salinópolis, principalmente, o papel de ofertar esses serviços, mas considerando também Marapanim e Curuçá por conta da influência que exercem nas zonas rurais dos municípios próximos.

Ainda que a existência de cidades mais bem posicionadas na hierarquia da rede urbana, tais como, Castanhal, Capanema e Igarapé-Açu possam influenciar o direcionamento dos fluxos, na busca dos serviços, não é possível desconsiderar a influência que as principais cidades do Salgado Paraense exercem na rede urbana, servindo de alternativa importante para o atendimento às demandas da população regional.

Outro elemento de análise do texto, consistiu nos relacionamentos empresariais dessas pequenas cidades na rede urbana. A análise levou em conta as cidades sedes das empresas e suas filiais localizadas em outros municípios. Observe o quadro 06 a seguir.

Quadro 6 – Empresas ativas na JUCEPA em 2019 com sede em Vigia, Curuçá e Marapanim (PA).

<b>Municípios com filiais de empresas de Vigia</b>	<b>Número de empresas</b>
Belém	6 empresas
São Caetano de Odivelas	3 empresas
Colares, Bragança e Santa Isabel do Pará	2 empresas
Ananindeua, Itaituba, Marituba, Igarapé-Miri, Castanhal, Santo Antônio do Tauá, Portel e Salvaterra.	1 empresa
<b>Municípios com filiais de empresas de Curuçá</b>	<b>Número de empresas</b>
Belém	3 empresas
Castanhal, Marapanim, Igarapé-Açu e Terra Alta	2 empresas
Marabá	1 empresas
<b>Municípios com filiais de empresas de Marapanim</b>	<b>Número de empresas</b>
Belém e Igarapé-Açu	1 empresa

Fonte: Junta Comercial do Estado do Pará (2019). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

É possível observar que as principais articulações empresariais de Vigia se dão na direção de Belém e com as cidades de São Caetano de Odivelas e Colares, revelando a centralidade que Vigia exerce na rede urbana do Salgado. Curuçá conta com a presença de suas empresas em Marapanim e Castanhal, cidades com quem mantém fluxos importantes. Marapanim, por seu turno, apresenta maior fragilidade do ponto de vista da influência empresarial, com apenas duas empresas em outros municípios.

Um aspecto fundamental a ser considerado é o nível de relacionamento comercial entre as cidades dessa rede urbana. Trata-se de mais uma pista que ajuda a elucidar a maneira como esta rede está estruturada e o grau de relacionamento desses espaços.

Quadro 07 – Relacionamentos comerciais de Vigia, Curuçá e Marapanim com o Salgado Paraense 2019.

	Colares	Curuçá	Marapanim	Maracanã	Salinópolis	S. Caetano de Odivelas	S.J. da Ponta	S.J. de Pirabas	Terra Alta	Vigia
<b>Vigia</b>	R\$ 2.054.429,66	R\$ 344.694,01		R\$ 192.530,92	R\$ 840.986,82	R\$ 1.935.115,6	R\$ 243.654,04	R\$ 13.218,81	-	-
<b>Curuçá</b>	-	-	R\$ 1.896.314,81	-	-	R\$ 649,80	R\$ 86.426,22	-	R\$ 482.065,29	R\$ 344.694,01
<b>Marapanim</b>	-	R\$ 1.896.314,81	-	R\$ 20.807,05	R\$ 47.641,2	R\$ 145.801,7	-	R\$ 1.365,50	R\$ 30.316,9	R\$ 10.166,04

Fonte: Sistema Integrado de Administração Tributária (2019). Elaboração: Josenilson Melo (2019).

O quadro destaca as trocas comerciais entre os municípios do Salgado Paraense entre os meses de janeiro a outubro de 2019, esses dados ajudam a revelar a dinâmica de relacionamento entre eles segundo o aspecto econômico. Destacamos a relação de Vigia com Colares (R\$

2.054.429,66) e São Caetano de Odivelas, com quem mantém importantes relações já evidenciadas anteriormente (R\$ 1.935.115,6) e Salinópolis (R\$ 840.986,82) que evidencia o relacionamento entre as duas maiores cidades do Salgado. Os relacionamentos comerciais de Curuçá e Marapanim se destacam pelas trocas entre essas duas cidades, que como veremos trata-se de uma espécie de complementaridade na rede. Além disso, se destacam os laços estabelecidos entre Curuçá com Terra Alta (R\$ 482.065,29) e com Vigia (R\$ 344.694,01).

A fim de visualizar a dinâmica do que foi exposto até então, verificaremos os fluxos intermunicipais de *deslocamento para o trabalho principal* e o *deslocamento para estudo*, contidos nos microdados do censo de 2010 do IBGE, tanto entre os municípios do Salgado, quanto destes com municípios próximos e os principais *nós* da rede urbana como Belém, Castanhal e Capanema.

A seguir, apresentaremos os dados absolutos e o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário IIDT<sup>6</sup> para estudo.

Quadro 8 – Fluxos absolutos para escola e creche e IIDTE entre os municípios do Salgado em 2010.

Destino Origem	Marapanim		Salinópolis		Terra Alta		Vigia	
	Fluxo	IIDTE	Fluxo	IIDTE	Fluxo	IIDTE	Fluxo	IIDTE
Colares	-	-	-	-	-	-	55	4,83
Curuçá	487	14,2	-	-	58	1,69	-	-
Magalhães Barata	22	2,7	-	-	-	-	-	-
Maracanã	-	-	-	-	-	-	-	-
Marapanim	-	-	-	-	-	-	-	-
Salinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano de Odivelas	-	-	-	-	93	5,5	119	7,04
São João da Ponta	-	-	-	-	50	9,49	-	-
São João de Pirabas	-	-	60	2,9	-	-	-	-
Terra Alta	-	-	-	-	-	-	-	-
Vigia	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaboração: Josenilson Melo (2019). Fonte: IBGE (2010).

O que se observa nos deslocamentos entre os municípios do Salgado é a sua pequena integração intermunicipal para *escola e creche*, onde o município que recebe o maior número de deslocamentos para esse fim, do ponto de vista da origem de outro município é Terra Alta, que recebe fluxos de Curuçá (1,69), de São Caetano de Odivelas (5,5) e de São João da Ponta (9,49). Destaca-se aí o IIDTE de São João da Ponta para Terra Alta, como valor considerável do ponto de vista das interações observadas para os municípios do Salgado, o que se pode inferir é que apesar

<sup>6</sup> O grau de intensidade é observado pela divisão do número de pessoas que se deslocou pela população do município de origem do deslocamento, multiplicado por 1000.

dos dois municípios em questão ofertarem tanto ensino fundamental quanto médio, o número de escolas públicas de ensino fundamental de Terra Alta (16) é superior ao número de escolas dessa modalidade em São João da Ponta (11), além do que Terra Alta possui duas escolas de nível fundamental na rede privada, o que se torna um diferencial dentro da rede urbana.

O caso de Marapanim é interessante, pois o IIDTE com origem de Curuçá é expressivo (14,2), apesar dos municípios ofertarem ensino público fundamental e médio em números semelhantes e Curuçá ainda contar com oferta de ensino privado para o nível fundamental. A proximidade de vilas e comunidades de Curuçá com a cidade de Marapanim e seus distritos é importante para a interpretação desses deslocamentos, levando em conta principalmente que a PA-318, que corta vilas e comunidades de Curuçá, as liga diretamente a sede municipal de Marapanim, enquanto o acesso dessas comunidades a sede de Curuçá necessita ainda do deslocamento para a PA-136 para atingir seu espaço urbano.

Já os deslocamentos de Magalhães Barata, que outrora fez parte de Marapanim, possuem relações antigas, como é o caso da comunidade do Cafezal, importante espaço de habitação do município de Magalhães Barata que se articula muito fortemente com a cidade de Marapanim através de embarcações<sup>7</sup>. Aliado a isso, existe a precária oferta de ensino de Magalhães Barata, onde inexistente o ensino médio tendo em Marapanim *nó* importante na rede para a oferta desse serviço.

Além dos deslocamentos entre os municípios do Salgado é importante considerar ainda as ligações com outros municípios. Destaca-se, neste sentido, os principais *nós* da rede urbana do Nordeste Paraense, Castanhal e Capanema, além da metrópole de Belém. Aqui verificamos principalmente Vigia, Curuçá e Marapanim e as relações que essas pequenas cidades estabelecem com esses nós. Vigia estabelece importantes conexões – para onde partem fluxos – com Belém (5,72), Castanhal (1,79) e Santo Antônio do Tauá (5,55) (município vizinho). Marapanim se relaciona com Belém (5,48), Castanhal (3,64) e Igarapé-Açu (3,49); e Curuçá com Belém e Castanhal (2,44).

Os deslocamentos com destino à Vigia para *escola e creche* se dão pelos municípios de Colares (4,83) e São Caetano de Odivelas (7,04). A articulação deste último município com Vigia não é algo novo, pois esta relação é identificada, inclusive, no estudo das Regiões de Influências das Cidades (REGIC, 2008), onde é possível verificar que a influência que Vigia exerce sobre São Caetano é a única desse tipo destacada no estudo, para a região do Salgado Paraense. As articulações de Colares com Vigia também são importantes na análise aqui elaborada, pois a

---

<sup>7</sup> A comunidade do Cafezal, em Magalhães Barata, é um importante vilarejo do município, dela saem todas as manhãs embarcações com destino à sede de Marapanim, estas se objetivam na compra de produtos os mais variados. As embarcações partem entre 6 e 7 horas da manhã com retorno às 11 horas da manhã.

localização de Colares não favorece maiores articulações na região, do ponto de vista terrestre, onde encontra em Vigia importante *nó* da rede urbana, principalmente considerando as vilas daquele município que possuem acessos importantes pelos rios até a cidade de Vigia. Apesar da menor integração de Vigia, na região, o município é responsável pela oferta de serviços de educação para esses dois municípios do Salgado, cumprindo assim importante função na rede urbana regional.

Destaca-se, ainda, os fluxos para estudo e creche de São João de Pirabas em direção a Salinópolis com IIDTE de 2,9. Assim como Vigia, apesar de apresentar considerável infraestrutura urbana regional, a localização absoluta do espaço urbano de Salinópolis não favorece maiores interações com os outros municípios do Salgado Paraense, com exceção de São João de Pirabas que está próxima, tanto fisicamente quanto relativamente, pois a rodovia PA-124 que atinge Salinópolis é de fácil acesso para o espaço urbano de São João de Pirabas e sua zona rural, favorecendo, desse modo, seus fluxos.

Conforme descrito anteriormente, passamos agora a avaliação das interações espaciais pelos fluxos para *trabalho principal* entre os municípios do Salgado Paraense (quadro 08).

Quadro 9 – Fluxos absolutos para escola e creche e IIDTT entre os municípios do Salgado em 2010.

Destino Orig.	Curuçá		Marapanim		Salinópolis		São João de Pirabas		Vigia	
	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT
Colares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curuçá	-	-	99	2,88	-	-	-	-	-	-
Magalhães Barata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maracanã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marapanim	90	3,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Salinópolis	-	-	-	-	-	-	176	5,11	-	-
São Caetano de Odívelas	-	-	-	-	-	-	-	-	57	3,37
São João da Ponta	16	3,03	-	-	-	-	-	-	-	-
São João de Pirabas	-	-	-	-	231	11,18	-	-	-	-
Terra Alta	-	-	33	3,21	-	-	-	-	-	-
Vigia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaboração: Josenilson Melo (2019). Fonte: IBGE (2010).

As interações entre os municípios a partir do deslocamento para *trabalho principal* envolve um número maior quando comparado aos deslocamentos para *escola e creche*, pois além dos cinco destinos destacados, existem outros dois que são: São Caetano de Odívelas recebendo fluxos de Vigia (1,87) e São João da Ponta que aparece como destino dos fluxos de Terra Alta (6,82). Ressalta-se que apenas Curuçá e Marapanim recebem fluxos de dois municípios, sendo

interessante destacar que estes estabelecem fluxos entre si, denotando importantes articulações, não apenas de dependência, mas de complementaridade. Os índices para trabalho entre Curuçá e Marapanim não são muito distantes, 3,38 e 2,88 respectivamente. Além disso, Curuçá recebe fluxos de São João da Ponta (3,03) e Marapanim recebe de Terra Alta (3,21).

Assim como ocorrem deslocamentos para *escola e creche* de São Caetano de Odivelas em direção a Vigia, o mesmo acontece para a variável *trabalho principal*, onde Vigia recebe fluxos de São Caetano com IIDTT da ordem de 3,37; apesar de São Caetano também receber fluxos de Vigia para esse fim, seu índice é considerado baixo, de apenas 1,87, porém demonstrando algum tipo de complementaridade na rede nesse sentido.

Deve-se destacar ainda as interações pelos fluxos para *trabalho principal* entre Salinópolis e São João de Pirabas, pois trata-se dos fluxos que apresentaram os maiores IIDTT, onde Salinópolis recebe fluxos de São João de Pirabas com índice de 11,18 e São João de Pirabas recebe fluxos de Salinópolis em 5,11. É fundamental destacar que o índice em direção a Salinópolis é bem superior, pela própria infraestrutura existente na cidade, que oferece muitos postos de trabalho para o setor de serviços e comércio, principalmente em função da presença da atividade do turismo de sol e praia e do fenômeno da segunda residência, existente nesta cidade que é o principal destino turístico do estado do Pará. Apesar da importância econômica de Salinópolis, não podemos desconsiderar os aspectos relativos à complementaridade existente, onde parte dos fluxos de Salinópolis encontra lugar em São João de Pirabas, isso nos ajuda a refletir no sentido de uma integração na rede urbana, mesmo havendo diferenças na centralidade entre os núcleos.

Quanto aos relacionamentos de Vigia, Curuçá e Marapanim com centros urbanos de fora do Salgado, observa-se o seguinte: na relação com a metrópole de Belém, a intensidade dos fluxos derivados de Vigia é 8,26, de Curuçá é 4,11 e de Marapanim é 4,58; na relação com a cidade de porte médio de Castanhal, os fluxos que partem de Vigia são desprezíveis, segundo o censo de 2010, os de Marapanim é de 2,14 e os de Curuçá é 2,71. De outro lado, a intensidade dos fluxos que partem de Belém para Vigia é de 0,16, para Marapanim é de 0,16 e para Curuçá é de 0,2; do mesmo modo, os fluxos provenientes de Castanhal para Vigia são desprezíveis para Marapanim é de 0,55 e para Curuçá é de 0,3.

Deve-se ressaltar que quando se observa os fluxos no sentido dessas três cidades em análise, destacam-se algumas relações singularidades, por exemplo, nos fluxos destinados à Vigia, aparece como importante o município de Santo Antônio do Tauá com 3,63; e nos direcionados à Marapanim, emerge Igarapé-Açu com 2,34. Fica evidente nessa variável a dependência de Vigia, Curuçá e Marapanim em relação aos principais centros regionais.

Levando em conta os principais destinos dos fluxos para *trabalho principal e escola e creche* Marapanim, Salinópolis e Vigia se apresentam como os principais destinos deles,

demonstrando desde a sua infraestrutura urbana, principalmente Salinópolis e Vigia, se constituírem como importantes *nós* da rede urbana que se estende ao Salgado Paraense. São os únicos municípios presentes nas duas análises de variáveis, como destino de fluxos. A importância que Marapanim desempenha também é fundamental, principalmente para a oferta de serviços para Magalhães Barata e Terra Alta. Dessa forma, ainda que não possua um grau de infraestrutura urbana como Vigia e Salinópolis, esse município de Marapanim se constitui como centro importante da rede urbana pela mobilidade intermunicipal que mobiliza.

Dessa maneira, devemos considerar a importância de alguns *nós* da rede urbana no Salgado Paraense, levando em conta as infraestruturas urbanas existentes, dinâmica econômica, os fluxos para *trabalho principal e escola e/ou creche*. A análise desses elementos nos permite considerar de maneira provisória a importância de Marapanim, Salinópolis e Vigia como principais *nós* da rede urbana dessa região pelo que apresentaram nos dados observados, além deles Curuçá, Maracanã e São João de Pirabas se destacam pela infraestrutura urbana apresentada na rede urbana, oferecendo serviços básicos para o atendimento não apenas de sua população, mas também para os habitantes dos municípios próximos.

Quanto a Colares, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta e Terra Alta, o que se observa é a grande precariedade nas infraestruturas urbanas nos seus espaços. Além disso, são municípios que estão inseridos em relações de dependência muito fortes na rede em relação aos principais *nós* da rede urbana dessa região. Destaca-se Magalhães Barata e São João da Ponta como municípios que dependem muito fortemente dos outros, enfrentando dificuldades, inclusive, para a oferta de serviços básicos para as populações de seus espaços.

Os relacionamentos na rede urbana do Salgado, a partir das variáveis observadas nos ajudam a entender a inserção de Vigia, Curuçá e Marapanim do ponto de vista da centralidade econômica. Essa análise é importante, pois trata da maneira como as pequenas cidades e os centros locais do Salgado Paraense se relacionam do ponto de vista da hierarquia urbana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão dos serviços urbanos e dos comandos remotos que se prolongaram ao Salgado Paraense principalmente a partir da década de 1950, contribuiu para a estruturação da rede urbana e trouxe mudanças fundamentais para o atual contexto da região, dessa forma as interações espaciais na rede urbana passaram a ocorrer em sentido multiescalar. Isso ocorreu graças à dotação no território de normas e formas que lhes permitiram cada vez mais interações espaciais distantes, a partir da expansão das rodovias, modernização dos portos, implantação de linhas telefônicas, chegada dos bancos e da internet.

Mesmo sendo relevante considerar o papel das relações extrarregionais, fica evidente a forte dependência das cidades do Salgado Paraense em relação aos fluxos de ordem regionais, tanto aqueles *nós* derivados de centros intermediários, como Castanhal, Capanema e, em menor escala, Igarapé-Açu, quanto aqueles derivados da metrópole belenense, que atinge muito fortemente a região em análise. Tal constatação permite entender que Vigia, Curuçá e Marapanim estão muito mais envoltas em relações na rede urbana em caráter de estruturação hierárquica, não apenas pela dependência em relação aos principais *nós* da rede urbana regional, mas também como cidades que desempenham funções importantes no Salgado Paraense, atendendo a demandas de municípios do entorno. Essa ideia parte das comparações das funções desempenhadas pelas cidades médias, que no atual momento tem como característica importante a intrínseca relação com a rede urbana global, em uma verdadeira heterarquia (CATELAN, 2012).

Discutida a estruturação da rede urbana que se prolonga ao Salgado Paraense, levando em conta, principalmente, os aspectos de estruturação econômica e de seus fluxos, percebe-se uma rede urbana não totalmente integrada, muito dependente ainda dos principais *nós* regionais, mas que esboça, de um lado relações de polarização a partir da centralidade de Vigia em relação a Colares, São Caetano de Odivelas e Santo Antônio do Tauá; Marapanim em relação a Magalhães Barata e Terra Alta e; Curuçá sobre Terra Alta. Por outro lado, complementaridade entre Curuçá e Marapanim e Salinópolis e São João de Pirabas.

Com os investimentos mais complexos voltados para as cidades de maior centralidade regional o que ocorre é o aprofundamento da lógica preexistente, ou seja, a rede urbana na constituição de seus centros urbanos principais, seguindo lógicas de fluxos hegemônicos na estruturação territorial da rede, impele à alocação dos investimentos e a própria circulação do capital, por isso ela não pode ser considerada um simples produto da economia no espaço, a rede urbana se constitui como momento ativo na realização do valor e que encontra no Salgado Paraense um momento de acumulação muito particular na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: interações espaciais interescolares e cidades médias. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2012.

CORREIA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Anuário Estatístico do Pará.** Belém: FAPESPA, 2015. Disponível em: <[http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario\\_estatistico/eco.html](http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario_estatistico/eco.html)>, Acesso em: 14 jan. 2019.

HARVEY, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades,** Brasília, 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019. Ano base: 2018.** Belém: SEPLAN, 2019.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019. Ano base: 2017.** Belém: SEPLAN, 2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019. Ano base: 2016.** Belém: SEPLAN, 2017.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2015.** Belém: SEPLAN, 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2014.** Belém: SEPLAN, 2015.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2013.** Belém: SEPOF, 2014.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2012.** Belém: SEPOF, 2013.

PINHEIRO, A. C. L. *et al.* Dinâmica urbana do estado do Pará (2000-2008). In: Rafael Henrique Moraes Pererira e Bernardo Alves Furtado (Org.). **Dinâmica urbana-regional: rede urbana e suas interfaces.** Brasília: IPEA, 2011, p. 145-182.

SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Revista Nova Economia,** Belo Horizonte, ano 19, nº 1, p.11-39, jan-abr., 2009.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

TRINDADE JR., S-C. C da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: **Papers do NAEA,** Belém, n. 321, dez. 2013.

# AS PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS E SUAS SINGULARIDADES

Sandra Maria Fonseca da Costa\*  
Monique Silva do Carmo\*\*  
Viviana Mendes Lima\*\*\*

## INTRODUÇÃO

As cidades foram, e continuam sendo, vetores de transformação da Floresta Amazônica. Becker (2013, p.11) explica que, ainda que mais de 70% da população da região viva em núcleos urbanos, pouco se discute sobre a urbanização da região. Para a autora, as cidades têm sido muito importantes no processo de ocupação e nas experiências de desenvolvimento econômico que ali foram experimentadas. “[...] os núcleos urbanos foram as pontas de lança para a ocupação do território, pequenos aglomerados com poder mais simbólico do que efetivo, mas que garantiram sua posse” (BECKER, 2013, p.11). Assim, as cidades se habilitaram “como bases essenciais para o conhecimento da Amazônia” (BECKER, 2013, p.12).

Diferentes autores (BECKER, 1985, 2005, 2013; MARTINE; TURCHI, 1988; CASTRO, 2009; VICENTINI, 2004) explicam que o Estado implantou a fronteira urbana, antes mesmo da ampliação da fronteira agrícola e mineral. Becker (2013, p.12) comenta que “a essa fronteira oficial associaram-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros”. Castro (2009, p. 25 e 26) discorre que o processo de urbanização, então, resultou em dois padrões: 1º padrão, relacionado à ocupação e povoamento, foi o período de intensificação da exploração da borracha – e a expansão urbana ocorreu por meio dos rios; o 2º padrão, que se estabelece a partir de 1966, resultou dos programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, os quais estavam associados às estruturas urbanas.

Pode ser observado que o Estado brasileiro criou, na região, municípios e denominou de cidades suas sedes administrativas, mesmo aquelas com população reduzida e com oferta precária de serviços, para explicitar o seu controle do território (BECKER, 2013, p.44). Castro (2009, p.

---

\* Doutora em Engenharia de Transportes, pela USP (1996). Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba. E-mail: sandra@univap.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0540-228X>

\*\* Doutora em Planejamento Urbano e Regional (2020), pela Universidade do Vale do Paraíba. Pós-doutoranda pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. E-mail: moniquebruna@yahoo.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2743-5883>

\*\*\* Doutora em Saúde Global, pela Saúde Pública da USP. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, da Universidade do Vale do Paraíba. E-mail: geolimabrazilch@yahoo.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5918-409X>

17) corrobora essa afirmação quando afirma que as cidades coloniais na Amazônia tiveram basicamente duas motivações para o seu surgimento: o poder de conquista de um território e de organização dos interesses econômicos. “O seu surgimento segue o avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias, do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil” (CASTRO, 2009, p. 17).

Sobre as cidades, Oliveira (2006, p. 27) explica que, para estudar e compreender a Amazônia, é necessário falar sobre as cidades, “não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil”. Compreende-se, assim, que a Região Amazônica apresenta uma diversidade urbana (ou urbanodiversidade), que precisa ser explicitada, para além da sua paisagem.

A diversidade urbana das cidades da Amazônia é caracterizada por diferentes processos econômicos e sociais que fazem parte e uma complexa organização territorial, com diferenças econômicas, sociais e espaciais. Trata-se de territórios contemporâneos com rugosidades, com formas e funções distintas, com espaços não homogêneos ou padronizações estruturais urbanas distintas. É um território que agrega um conjunto de cidades que se apresentam com particularidades e peculiaridades, as quais foram abordadas por diferentes autores (BECKER, 1990; VICENTINI, 2004; TRINDADE JÚNIOR, 2013), que assumem que essa diversidade é resultante dos diferentes momentos históricos, que são refletidos diretamente no espaço físico e nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e naturais.

No que diz respeito ao tamanho populacional dessas cidades, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2000, 85% possuíam menos de 20.000 habitantes. No ano de 2010, a população urbana das cidades da Amazônia variava entre < 20.000 até 1.381.475 habitantes, sendo que 80% das cidades tinham até 20 mil habitantes. Apenas 1,0% do total das cidades da região apresentava população superior a 300 mil habitantes. Ou seja, a Amazônia é predominantemente uma região dominada por pequenas cidades.

O Professor José Aldemir Oliveira (OLIVEIRA, 2006, p.27) analisa as características das pequenas cidades da Amazônia e explica que não existe uma definição absoluta do que é essa pequena cidade e, em um esforço de conceituação, o autor assinala como principais características: a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; a predominância de atividades caracterizadas como rurais.

Neste aspecto, Oliveira (2006, p. 27) afirma que as pequenas cidades são, destarte, “cidades locais, com atuação restrita, cuja articulação imediata se dá com um centro subordinado a outro de

nível hierárquico superior”. Apesar dessas carências, Costa *et al.* (2012, p. 72) afirmam que, para muitos, as cidades se apresentam como um "Eldorado" da modernidade, uma perspectiva de maior conexão com o mundo globalizado e, eventualmente, como uma chance para melhorar de vida.

Entretanto, para compreender as pequenas cidades ribeirinhas amazônicas,

é preciso considerar a paisagem para além do aparente. Para tanto, é preciso atravessar o rio, pois, do outro lado, há sempre a esperança. A complexidade contemporânea não permite compreender as novas cidades apenas relacionando-as à crise, emersa nos diagnósticos das carências, mas também como virtualidades, como possibilidades (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Essa discussão sobre o processo de urbanização da Amazônia e da diversidade urbana se estabeleceu com diferentes intensidades, em distintos períodos, e teve um rebatimento díspar no território amazônico. Algumas áreas foram mais diretamente atingidas pela economia da borracha; outras, pelas políticas de Estado, de interiorização e de ocupação, durante a ditadura; e outros, ainda, por ambos os fatores. Assim é o caso do Delta do rio Amazonas, um território delimitado a partir das variações de maré dos canais norte e sul do rio Amazonas, de acordo com os gradientes topográficos da região (BRONDIZIO *et al.*, 2016), que passou por diferentes momentos, ao longo do seu processo de urbanização. Neste sentido, objetiva-se apresentar neste capítulo uma análise sobre o processo de urbanização no Delta do rio Amazonas, fundamentando-se no estudo de caso de três cidades: Ponta de Pedras e Afuá, localizadas no estado do Pará; e Mazagão, no estado do Amapá. Apesar de tudo, essas cidades resistem ao processo hegemônico de urbanização, por meio do seu território.

Na Amazônia ribeirinha na maioria das vezes as espacialidades foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como forma de resistência. Na verdade, a espacialidade das cidades revela as mais diferentes estratégias (OLIVEIRA, SCHOR, 2022).

Esta pesquisa foi realizada com base em: consulta a dados populacionais e de domicílios do Censo de 2010 (IBGE, 2022); dados levantados por meio de formulários aplicados<sup>1</sup> aos domicílios urbanos das cidades estudadas; imagens de satélite, para mapear a dinâmica urbana das três cidades, entre 1970 e 2020.

## 1. A URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E AS PEQUENAS CIDADES

Considerando-se a premissa de que “os núcleos urbanos foram a base logística de expansão da fronteira” (BECKER, 2013), o que levou a uma migração acentuada em direção à Amazônia, a

---

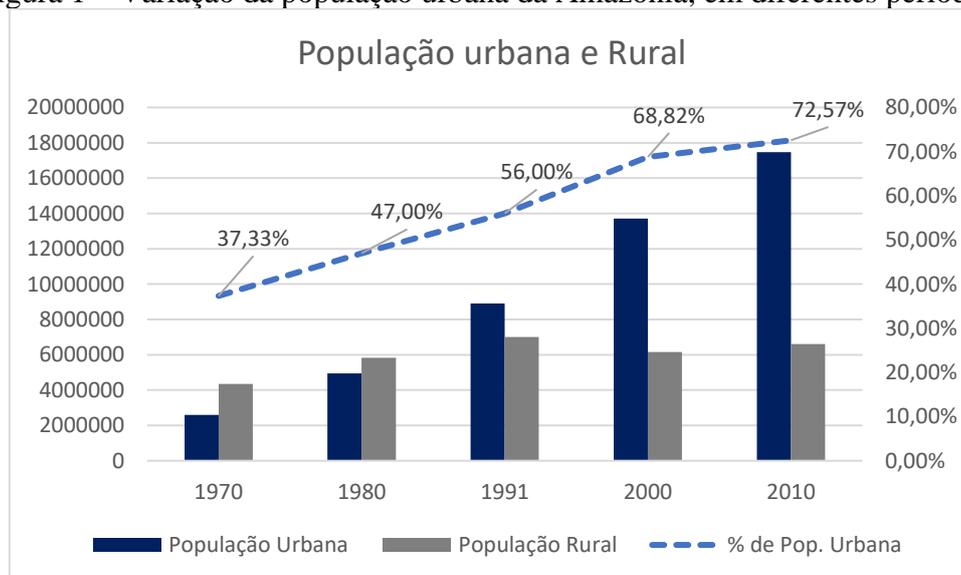
<sup>1</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade do Vale do Paraíba, CAAE nº 69815317.8.0000.5503.

região foi denominada de floresta urbanizada, desde a década de 1980 (BECKER, 1985). A Região Amazônica é reconhecidamente uma região urbana, considerando que mais de 70% da população total vive em cidades (Figura 1), de diferentes tamanhos. Entre as décadas de 1980 e 1990, houve um significativo crescimento da população urbana, como reflexo das políticas governamentais, de incentivo à ocupação da região. Essas políticas, nominadas como políticas de integração, tinham o propósito de inserir a Amazônia ao centro econômico do território. Martine e Turchi (1988, p.170) apontam que o crescimento urbano verificado entre 1970 e 1990, na Amazônia, atingiu não apenas as áreas de expansão da fronteira agrícola, como também “sub-regiões de economia estagnada e de evasão migratória” e foi resultante do fluxo migratório.

As realidades geográficas da região resultaram em uma urbanodiversidade, com diferentes formas, funções e estruturas tipológicas de cidades e agregaram um conjunto de complexidades que refletem as características do espaço urbano das cidades da Amazônia. Permitiram, assim, compreender como as diferentes variáveis (econômicas, demográficas e geográficas) foram determinantes no surgimento dos diferentes urbanos. São características que vão muito além do atributo demográfico e econômico.

Uma das características desse processo, como mencionado, é o número de cidades com menos de 20 mil habitantes, apresentado na Tabela 1. Nesta tabela é possível perceber que quase 93% das cidades da Região Amazônica possuíam menos de 50 mil habitantes, categoria classificada como pequena cidade, pelo IBGE (2022), as quais congregam 38% da população urbana regional.

Figura 1 – Variação da população urbana da Amazônia, em diferentes períodos.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022), com base em dados do IBGE (2022).

Tabela 1 - Cidades por Tamanho Populacional, segundo o IBGE (2022).

Tamanho Populacional	Nº Cidades	%	Nº de Habitantes	%
até 20 mil	611	80,1	4.138.361	22,3
de 20,1 a 50 mil	97	12,7	2.927.235	15,7
de 50,1 a 300 mil	47	6,2	4.908.795	26,4
de 300 mil a 2 milhões	8	1,0	6.622.034	35,6
Total	763	100,0	18.596.425	100,0

Fonte: elaborado pelas autoras (2022), a partir de dados do Censo (IBGE (2022)).

Apesar de não concentrar muitos moradores, essas cidades apresentam uma diversidade de padrões, discutidas por Trindade Jr (2013), Becker (1990) e Vicentini (2004).

Becker (1990) definiu cinco tipos de urbanização na Amazônia, que se refletem em diferentes padrões. Vicentini (2004) buscou caracterizar a diversidade urbana da Amazônia, a partir do processo histórico. Trindade Júnior (2013) descreve esta diversidade urbana, considerando atributos históricos, geográficos, simbólicos e de representatividade. Estes padrões são comparados no Quadro 1.

Quadro 1 – Padrões de urbanização propostos por Becker (1990), Vicentini (2004) e Trindade Júnior (2013).

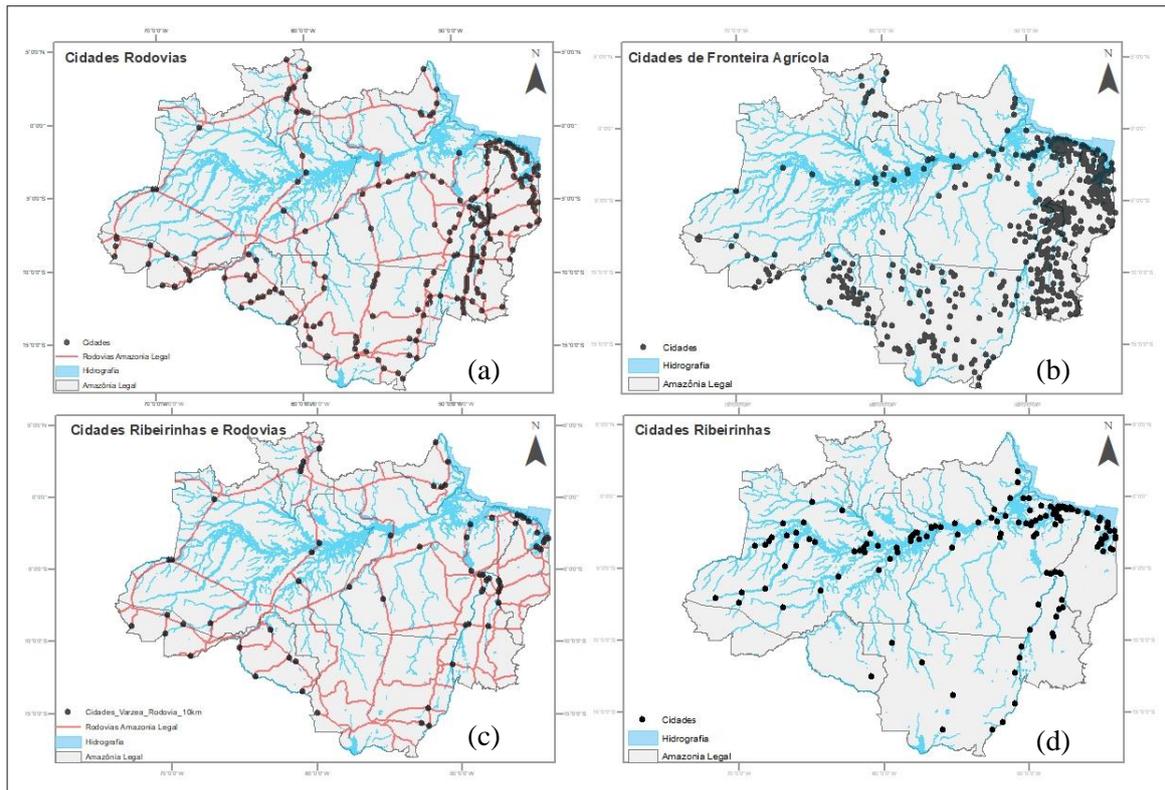
Autor	Padrão	Características	
Bertha Becker	1	Urbanização Espontânea	com a presença de agentes e grupos econômicos, individuais ou migrantes, com frentes econômicas responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos
	2	Urbanização dirigida pela colonização oficial	marcado pela presença de colonos, extrativistas, nativos, fazendeiros, migrantes e comerciantes, e de companhias colonizadoras particulares
	3	Urbanização dirigida pela colonização particular	com a presença de colonos, funcionários e investidores, pautada no urbanismo rural do INCRA
	4	Urbanização dos grandes projetos com a presença do Estado	empresas e trabalhadores temporários e terceirizados, construídos por grandes projetos ou empresas e com a forte presença de infraestrutura pública e privada
	5	Urbanização tradicional com oligarquias e populações locais	sem uma significativa mudança na configuração socioespacial e com espaços tradicionais e pouca dinâmica urbana
Yara Vicentini	1	Metrópoles contemporâneas	onde há a presença de estruturas urbanas complexas, conurbação urbana e uma significativa densidade de ocupação
	2	Cidades novas e modernas	com núcleos urbanos criados para atender às demandas dos grandes projetos
	3	Cidades de colonização	criadas ou estruturadas a partir da colonização
	4	Cidades espontâneas	que surgiram diante de novas fases econômicas e com espaços urbanos precários
	5	Cidades Tradicionais, antigas e tradicionais	com valores culturais e simbólicos muito marcantes.
Saint-Clair C. Trindade Júnior	1	Company Towns (cidade-empresa)	espaços urbanos fechados, semiabertos e com controle exercido pelos empreendimentos
	2	Cidades-rodovias	Historicamente, cidades de colonização oficial e espontâneas, com ação direta ou indireta do Estado e a presença de grupos econômicos e agentes individuais atuantes
	3	Cidades Tradicionais	também chamadas pelo autor de cidades ribeirinhas e híbridas, ou de cidades da floresta, possuem relação forte com o seu entorno e são dependentes dos recursos provenientes da floresta, sendo as cidades ribeirinhas aquelas com ocupação localizada na área de várzea, rio, igarapé ou floresta.

Observa-se, no Quadro 1, padrões que se aproximam, tal como Urbanização Espontânea e Cidades espontâneas, propostas por Becker e Vicentini, respectivamente. Assim como a Urbanização dirigida pela colonização oficial, Cidades novas e modernas e *Company Towns* (cidade-empresa), estabelecidos por Becker, Vicentini e Trindade Jr. As cidades tradicionais também foram propostas pelos autores citados. Essa aproximação se dá não apenas em relação à terminologia proposta, mas também pela descrição da característica do padrão de urbanização. Ou seja, há um consenso em torno da importância de perceber que o processo de urbanização da região produziu cidades cada vez mais diferenciadas e com características próprias.

Nos mapas apresentados na Figura 2, é possível observar as cidades da Amazônia Legal com menos de 21 mil habitantes que estão nas proximidades das rodovias, nas áreas consideradas de fronteira agrícola, dos rios e rodovias, e apenas dos rios. As **pequenas cidades-rodovias** (Figura 2a) foram definidas de acordo com a sua proximidade, de até 10 km, das principais rodovias da Amazônia Legal. São cidades que estão associadas a uma economia mais moderna e construídas pelo Estado para se ligar tanto às cidades vizinhas como, principalmente, às empresas e indústrias. Há uma força política nessas cidades, que é constituída por novos agentes estruturadores do espaço, os quais dominam a vida econômica local, além disso, a natureza perde a sua importância diante das novas atividades econômicas que surgem ao redor das cidades e passa a ser vista apenas como um potencial de lazer (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

As **cidades-fronteira agrícola** (Figura 2b) foram definidas de acordo o grau de intensidade do uso da terra, destinado à produção agrícola, de acordo com definição do IBGE (2006). São cidades onde o uso do território destinado à produção agrícola varia de 25 a 50% e cuja proximidade com as áreas de produção é de até 20 km de distância. As cidades situadas na fronteira agrícola foram incorporadas a esse tipo de atividade e, ao mesmo tempo, vivenciaram a ampliação dos núcleos urbanos, principalmente das pequenas e médias cidades, sem investimentos em infraestrutura e serviços básicos. As **pequenas cidades-ribeirinhas-rodovias** estão nas proximidades de até 10 km das rodovias e dos rios (Figura 2c). O acesso a essas cidades é estabelecido pelo rio, como também por rodovias que cortam as cidades. Tanto o rio quanto a estrada são elementos importantes nessas localidades, e, devido à expansão das rodovias, houve o surgimento de novos núcleos urbanos ao longo dos eixos e amplificação de antigos povoados que seguem em direção da malha rodoviária e não mais dos rios. As **pequenas cidades-ribeirinhas** (Figura 2d) configuram-se nas proximidades dos rios (até 2 km), e o acesso é realizado somente por via fluvial. São cidades em que a natureza é o atributo fundamental, sendo as principais atividades ligadas à economia extrativista (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2008). As atividades econômicas são pouco dinamizadas e muito tradicionais e os processos históricos ainda são marcantes na estrutura física e social dos núcleos urbanos.

Figura 2 – Cidades com menos de 21 mil habitantes próximas a rodovias, da fronteira agrícola e de rios.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do IBGE (2006, 2019) & INDE (2020, 2021).

Castro (2009, p. 26) comenta que as “cidades da Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações estabelecidas em sua trajetória”. Considerando esses aspectos apresentados, podemos afirmar que há uma diversidade de padrões resultantes dos diferentes momentos do processo de urbanização regional e que as pequenas cidades predominam nesta região e que merecem ser mais discutidas dadas a sua diversidade e importância para as políticas públicas.

## **2. A DIVERSIDADE URBANA NO DELTA DO RIO AMAZONAS E AS PEQUENAS CIDADES**

### **2.1 As pequenas cidades amazônicas: uma discussão introdutória**

As pequenas cidades, no Brasil, são definidas de acordo com o padrão referente ao tamanho demográfico. As atividades econômicas ou influências exercidas nos centros locais e regionais, ainda são pouco vinculadas a essa definição. Segundo Fernandes (2018), o entendimento e conceituação das pequenas cidades brasileiras envolve muito mais o aspecto quantitativo, considerando o número máximo entre 20-50 mil habitantes, pois se trata de um padrão estatístico internacional. Autores como Santos (1982) classificam as pequenas cidades como aquelas que possuem até 21 mil habitantes. Para Corrêa (2011), as pequenas cidades agregam pequenos centros urbanos que possuem até 50 mil habitantes. O IBGE (2000) define as pequenas cidades com base na população de até 50 mil habitantes. Sposito e Silva (2013) referem-se às pequenas cidades como sendo espaços dinâmicos e com particularidades, sendo que nessas pequenas cidades “produz-se o espaço pelo trabalho e a política se sustenta como magnitude do poder, em escalas demarcadas” (SPOSITO; SILVA, 2013, p.42). Milton Santos define estas cidades como cidades locais, que facilitam o acesso da população aos bens e serviços; entretanto estas cidades também sempre se acham na periferia do sistema urbano (SANTOS, 1982, p. 74).

Conforme explicação de Bernardelli (2004), há inúmeras pequenas cidades pouco expressivas, que abrigam um número considerável de população urbana, nas quais o espaço urbano se torna importante por concentrar forças de trabalho que, em sua maior parte, participam do setor de serviços da agricultura, como é o caso da maioria das cidades da Amazônia. As pequenas cidades da Amazônia são caracterizadas a partir do paradoxo entre o urbano e o rural, sendo o contexto socioespacial ligado a uma desigualdade territorial em que os processos socioeconômicos fazem parte de uma organização territorial com grandes diferenças econômicas, espaciais e regionais. São espaços que agregam particularidades, resultantes dos diferentes momentos históricos, refletidos diretamente no espaço físico e social, assim como também nas relações político-econômicas, culturais, tecnológicas e naturais

Oliveira (1994) defende a ideia de que a pequena cidade na Amazônia se impõe como base inicial de um processo. Ela está associada a novas atividades e serve como suporte destas, tanto no plano econômico, como no institucional. Para o autor, apesar de todas as carências de serviços existentes, como precariedade do sistema de saúde e educacional, deficiência para possibilitar a geração de renda, além da dependência dos benefícios do governo, tais cidades são espaços de resistência.

Para Oliveira e Schor (2022), o morador das pequenas cidades amazônicas, localizadas no meio da floresta e às margens dos rios, pode ser levado, “inconscientemente, a estabelecer a dimensão de espacialidade a partir do encantamento da realidade física. Entretanto, a generosidade da paisagem natural esvai-se e o que fica é o construído artificialmente”. Como citado anteriormente, é preciso considerar a paisagem para além do aparente. Para tanto, é preciso atravessar o rio, pois, do outro lado, há sempre a esperança”, sendo que se deve relacionar essas cidades não como lugares de crise e de carências, mas “como virtualidades, como possibilidades” (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

As pequenas cidades da Amazônia apresentam-se como territórios e espaços de resistência e solidariedade, considerando o saber, o fazer e o viver dos povos originários da Amazônia, entre eles os indígenas, os caboclos e os ribeirinhos. Como explica Benchimol (2009, p.25). “trata-se de um processo de ocupação antiga, iniciada pelos ameríndios e os seus descendentes caboclos como os integrantes da tribo (do tupicá-boc, “tirado ou precedente do mato”) que no seu ciclo de vida adaptavam-se às peculiaridades regionais”.

Nota-se que a afinidade de pertencimento ao território é uma tradição importante para os povos da Amazônia: a relação com o espaço vivido, bem como a identidade com o lugar e o sentimento de pertencimento ao território são uma forma constante de preservar toda uma ancestralidade histórica. Benchimol (2009) explica que a população indígena-cabocla, ao ocupar as terras Amazônicas, durante seu processo de desenvolvimento, no entanto, teve um papel importante e sem ela a tarefa de descoberta e exploração teria sido impossível. O autor ainda nos apresenta uma herança cultural desses povos que preservam até os dias atuais os segredos dos rios, da terra e da floresta, como uma forma de resistência, descritas no Quadro 2. Tais contribuições, desses povos são parte integrante da vida na pequena cidade amazônica. Ou seja, a relação vida ribeirinha/da floresta e cidade é a marca das pequenas cidades do Delta do rio Amazonas. São elementos que contribuem para a compreensão da vida na pequena cidade e que não devem ser vistos como poesia, mas como realidade de um povo, a ser considerada nas análises urbanas.

Nesse sentido, ao observar a contribuição dos povos da floresta, reafirma-se o pensamento de Santos (1998, p.61), segundo o qual o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos; é um dado simbólico. Para o autor, o território tem forma de uso comum pelos seus ocupantes; no caso das populações tradicionais e ribeirinhas, a relação se intensifica com as questões econômicas, por meio dos seus recursos naturais. Ao pensar na contribuição do autor, entende-se que o território funciona para as populações tradicionais e ribeirinhas como um fator de identificação produtiva, local e social, além dos laços familiares que ali se estabelecem.

Quadro 2 – Herança cultural dos povos da floresta

Herança Cultural preservada no território	Conhecimento dos rios, furos, paranás, igarapés e lagos como meio de transporte, fonte de água doce, viveiro de plantas, peixes, animais e gramíneas;
	Aproveitamento das várzeas dos rios de águas barrentas e claras, as quais denominam de paranás-tinga, em contraste com os pobres rios de água preta —os paranás-pixuna;
	Convivência com regime das enchentes e vazões fluviais, um importante fator de adaptação e uso potencial de suas águas e terras;
	Construção de montarias, igarités, jacumãs, remos, balsas e jangadas para dominar o transporte sobre os rios e vencer os estirões da distância;
	Pesca e identificação das principais espécies, como pirarucu, tambaqui, tucunaré, pacu, sardinha, jaraqui, matrinxã, piramutaba, piraíba e outros peixes de escamas e peles, bem como dos instrumentos e artefatos de apanha e captura;
	Descoberta dos frutos silvestres, como tucumã, pupunha, cupuaçu, bacuri, mari, pajurá, abiu, cubiu, murici, açai, bacaba, patauá, uxi, mangaba, sorva, piquiá, caramuri, câmu-câmu, buriti, maracujá-do-mato, camapu, castanha-do-pará, castanha-sapucaia, castanha-de-macaco, ingá, cutitiribá, , abricó, biribá, jenipapo, entre outros;
	Especiarias, drogas do sertão, ervas medicinais, madeiras, óleos, essências, frutos, animais, pássaros, bichos de casco e peixes constituíram um mundo novo exótico que exacerbava a cobiça do colonizador e excitava o paladar dos novos senhores.

Fonte: Adaptado de Benchimol (2009).

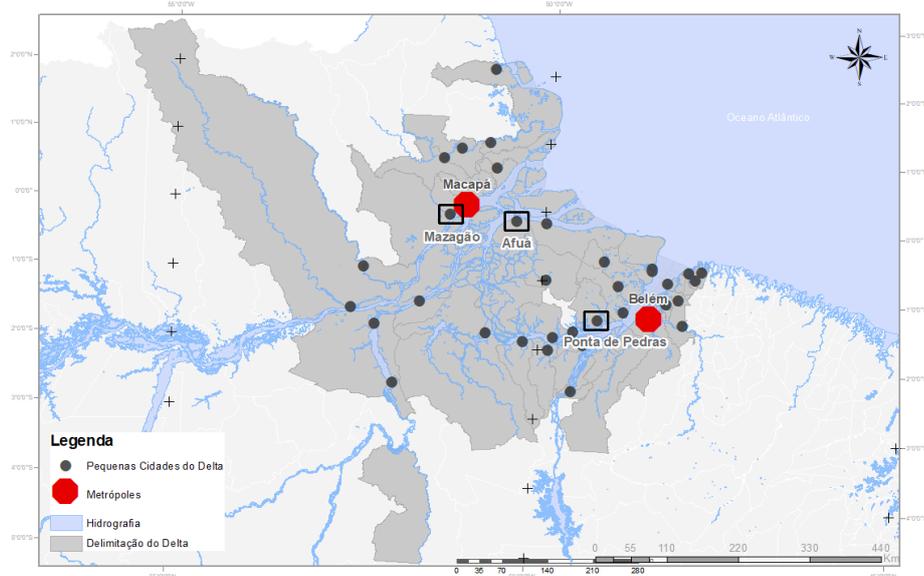
Segundo Souza e Oliveira (2016, p.167), “O que antes marcava o caminho das canoas, lazer da população, como os rios e igarapés que é subsistência para muitos, tornou-se obstáculos para a nova forma que se impunha à cidade”. Para os autores, o território não apenas comporta a população, mas também é para ela um importante espaço de uso.

Sendo assim, a relação da população ribeirinha com o território ultrapassa a questão física, como afirma Santos (2014 p.139), pois tem sentido da existência individual e coletiva, ou seja, o território habitado cria novas sinergias e impõe ao mundo uma revanche. O território são formas, mas o território usado são objetos de ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Para Santos (2014), o território ultrapassa a condição física e geográfica, torna-se um espaço de relações construídas, mediante a dinâmica social que nele se estabelece por meio das relações humanas constituídas.

## 2.2 As pequenas cidades do Delta

A área delimitada como Delta do rio Amazonas é composta por 49 municípios, com cidades de pequeno, médio e grande porte; 9 municípios estão localizados no Amapá e 40 municípios estão localizados no estado do Pará. Com a expansão e o aumento do processo de urbanização, nos últimos anos, percebe-se que o ambiente do Delta está cada vez mais comprometido ambientalmente. No que diz respeito ao aspecto físico, a área é classificada por ter um baixo risco ambiental, porém o desmatamento prossegue por existir um ritmo acelerado da ocupação e crescimento populacional urbano e econômico.

Figura 3 - Localização do Delta do rio Amazonas, ressaltando as cidades de Mazagão (AP), Afuá (PA) e Ponta de Pedras (PA).



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do IBGE (2010).

Com as mudanças físicas e sociais verificadas nos últimos anos, as cidades localizadas no Delta do rio Amazonas vêm mostrando diferentes dinâmicas, representadas pela introdução de meios tecnológicos, fluxos de mercadorias, consumo etc.

A população urbana varia entre <10.000 habitantes até 1.381.475 habitantes, sendo que o predomínio é de cidades com menos de 20 mil habitantes (68%), levando-se em consideração que 86% dessas cidades possuem população urbana menor que 50 mil habitantes. Nessa região, as pequenas cidades com até 20 mil habitantes, geralmente, retratam espaços ainda dominados pela presença de atividades econômicas de característica rural, ou provenientes dos recursos da floresta. Algumas dessas cidades acompanharam a modernização do espaço rural, agrícola, por exemplo, ou de espaços que estão se transformando em pontos turísticos, cuja natureza é o grande atrativo de refúgio das grandes cidades caóticas. No caso das cidades apresentadas nesta análise, Mazagão (AP), Afuá (PA) e Ponta de Pedras (PA), observa-se uma proximidade em relação às carências da infraestrutura e de acesso aos serviços básicos, que se apresentam como o mais do mesmo. Entretanto, a conexão dos seus moradores com as comunidades ribeirinhas do interior dos municípios, que estabelecem espaços de solidariedade, e de possibilidades para eles, mostram-se como situações de resistência.

### 2.3 As cidades de Mazagão, Afuá e Ponta de Pedras e suas singularidades

As cidades de Afuá e Ponta de Pedras localizam-se no estado do Pará, na ilha de Marajó, distante 20 horas e 2 horas, respectivamente, de barco, da capital Belém, sendo que Afuá está a 80

quilômetros, aproximadamente, da cidade de Macapá. A cidade de Mazagão compõe a região metropolitana de Macapá, localizada a 40 quilômetros da capital do estado do Amapá.

As três cidades foram elevadas a essa condição no século XIX, a partir de diferentes condições: Afuá se formou por meio de uma posse; Mazagão foi criada por Portugal, para abrigar moradores de uma cidade africana que havia queimado; e Ponta de Pedras se estabeleceu a partir da doação de terras de uma antiga sesmaria. As três cidades são ribeirinhas e da floresta, conforme discussão de Trindade Júnior *et al.* (2008) e Trindade Júnior (2013), mas ressalta-se que Mazagão, a partir da inauguração da rodovia AP-440, na década de 1990, começou a perder a característica de cidade ribeirinha. As três cidades movimentam sua economia apoiadas na produção do açaí, como é o caso de Ponta de Pedras, e no comércio, para Afuá e Mazagão.

As referidas cidades apresentaram um crescimento populacional significativo, entre as décadas de 1970 e 2010, que se refletiu no crescimento em área. Afuá, uma cidade sobre estivas, entre 1980 e 1999, cresceu 79,3%. Após esse período, continuou crescendo em uma taxa em torno de 50%, a cada década, até 2005.

A cidade de Ponta de Pedras, entre 1991 e 2002, cresceu 71%. Depois de 2000, houve uma desaceleração, sendo que, entre 2010 e 2014, a cidade cresceu 10,5% em área.

Como cidade de terra firme, a cidade de Mazagão cresceu, em intensidade, de forma diferenciada, em relação as outras duas cidades: entre 1986 e 1999, apresentou um crescimento de 762,9%; após 1999, houve uma desaceleração e, entre 2000 e 2018, cresceu mais de 33%, sendo esse crescimento um reflexo do aumento da população urbana, ao longo dos períodos mapeados.

Não foi verificado crescimento vertical, apenas horizontal, em todas as cidades, situação que é reflexo da disponibilidade de terras urbanas, o que permite esse crescimento mais horizontal, com predominância de casas, como unidades domiciliares. Tal padrão favorece o espraiamento do crescimento da área urbana. Uma explicação para o crescimento dessas cidades está na intensificação da produção de açaí, para Mazagão e Ponta de Pedras, que favoreceu a migração do interior (comunidades) para as cidades, na busca por uma residência urbana e a facilidade de acesso à educação. Afuá cresceu como cidade que oferece acesso a um comércio robusto e a uma infraestrutura diferenciada, em relação às comunidades ribeirinhas do entorno.

O crescimento dessas cidades, em área, não foi acompanhado de investimento em infraestrutura (MONTIOIA; COSTA, 2020). Em relação a Afuá, 84,4% dos domicílios possuem abastecimento de água da COSANPA<sup>2</sup>, 40% dos domicílios não possuem banheiro. O abastecimento atende a mais domicílios na área central (mais de 90%) e, nas áreas de ocupação recente (Capim Marinho), não há acesso ao abastecimento, ou é precário, e predomina o consumo

---

<sup>2</sup> A COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará) é empresa de abastecimento de água e saneamento básico do estado do Pará.

da água do rio. Em Ponta de Pedras, observa-se que, em média, 74% dos domicílios possuem abastecimento de água; 27% se apresentam sem banheiro, sendo que, nas áreas de ocupação mais antiga, mais de 90% dos domicílios possuem água encanada, enquanto nos bairros ocupados após 1994, é usual o uso de poço como fonte de água do domicílio. A cidade de Mazagão apresenta 41% dos domicílios com abastecimento de água e 36% dos domicílios sem banheiro.

Outro aspecto importante relaciona-se à iluminação pública e acesso à energia elétrica nos domicílios. Em todas as cidades, mais de 80% dos domicílios são atendidos com energia, e a iluminação nas ruas também supre quase todas as ruas da cidade em Afuá e Ponta de Pedras. Em Mazagão, o fornecimento de iluminação pública varia de 20 a 80% das ruas, nos diferentes setores censitários.

Oliveira e Schor (2013 p.226) explicam que os serviços básicos de infraestrutura é uma questão de cidadania na Amazônia, em especial para as populações ribeirinhas, e, como políticas públicas, devem ser descentralizadas para atender o maior número possível de pessoas. Um exemplo dessas ações assertivas está na alternativa que a população encontra para o tratamento da água de forma criativa, resiliente, para consumir água melhor do que aquela disponível.

Informações coletadas por meio dos formulários aplicados aos domicílios demonstram que parte dos moradores consome a água fornecida pelo abastecimento público (Ponta de Pedras 59%, Mazagão 60% e Afuá 30%). Para aqueles que não recebem água do sistema de abastecimento, percebe-se que utilizam água do rio para consumo e a fervem, como em Afuá (25%); em Mazagão, a alternativa é o consumo da água do poço para 22% das famílias entrevistadas. O tratamento dessa água segue alguns padrões: nas cidades de Ponta de Pedras e Afuá, a maioria dos entrevistados tratam a água antes de consumir (66% e 79%, respectivamente); e, em Mazagão, apenas 18% dos entrevistados seguem esse procedimento. Entre aqueles que tratam a água antes de consumir, os métodos mais usuais são a filtragem (27% em Ponta de Pedras, 39% em Afuá e 98% em Mazagão); em Ponta de Pedras e em Afuá é bastante usual o uso do hipoclorito pelos moradores para tratar a água (60% e 34%, respectivamente).

Essas são ações da população que demonstram sua proatividade à baixa qualidade do serviço de abastecimento de água, ou à sua inexistência, que se reflete nas condições de saúde da população. A qualidade da água, por não ser tratada, é imprópria para o consumo e se torna uma das causas para os altos índices de diarreias, verminoses, parasitoses, entre outras enfermidades: em Afuá, 41% dos domicílios afirmaram ter registro de episódios de diarreia; em Ponta de Pedras, as doenças diarreicas estavam presentes em 8%; e em Mazagão, as doenças diarreicas foram apontadas por 31% dos domicílios. Segundo dados da pesquisa, Afuá é a cidade que apresenta o maior índice de doenças de veiculação hídrica. Muito provavelmente isso se relaciona à ausência de coleta do esgoto e à quantidade de domicílios que captam água do rio para consumo, que

representam 28,6% do total entrevistado.

A fim de lidar com tais desvantagens econômicas, as famílias da Amazônia, particularmente no estuário amazônico, cada vez mais articulam suas vidas com a expansão de suas redes sociais para compensar deficiências locais (PADOCH *et al.* 2008). As áreas rurais também se tornaram uma parte cada vez mais importante dessa rede de movimento, o que representa um ponto de partida e de retorno e uma rede de recursos e oportunidades econômicas para a população que vive em áreas urbanas.

Apesar de não ser um fator apreendido de forma imediata a renda é um importante componente da situação da cidade. Em relação à manutenção dos moradores das pequenas cidades, Cardoso (2008, p.20) observa que as “dependências da maioria dos municípios paraenses dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios revela o quanto as suas sedes, em que pese seu status de cidade, não têm sido capazes de agregar e ampliar riquezas”.

Assim, a renda se reflete na organização desse espaço, não estabelecendo uma segregação socioespacial clássica, considerando que não há o espaço do rico e do pobre nestas pequenas cidades, entretanto condicionando o acesso aos serviços que se encontram na cidade. Em Mazagão, a renda familiar, em 88% dos domicílios, era de até 2 salários-mínimos<sup>3</sup> (s.m.), sendo que em 60% a renda não ultrapassa 1 s.m. Em Afuá, essa situação não se altera, tendo sido levantado que em 79% dos domicílios a renda familiar é de até 2 s.m., predominando, em 49%, renda de até 1 s.m. Em Ponta de Pedras, 70% dos domicílios apresentaram renda média familiar de até 2 s.m. e 34% de até um salário. Em todas as cidades, não há um setor censitário, em particular onde predominam rendas médias mais elevadas que 3 salários. Entretanto, em algumas residências esse poder aquisitivo é bastante elevado, tendo sido observado rendas médias de mais de 5 s.m.

Ao considerarmos quais atividades são as mais importantes na composição da renda familiar, alguns aspectos chamam atenção, em todas as cidades:

- 1) A aposentadoria se apresenta como a principal fonte de renda familiar para 22% dos domicílios, em Ponta de Pedras; 17%, em Afuá; e 12%, em Mazagão;
- 2) A renda proveniente do programa “Bolsa Família” é a principal renda para 31% das famílias, em Mazagão; 14%, em Afuá; e 9,5%, em Ponta de Pedras;
- 3) A renda proveniente dos salários, vinculados às ocupações dos familiares, mostra-se muito importante para 30% dos domicílios em Afuá; 27%, em Mazagão; e 13%, em Ponta de Pedras;
- 4) O açaí e a pesca, como atividades vinculadas aos recursos da floresta, foram citados como o mais importante componente da renda para 26,5% das famílias em Ponta de Pedras; 14%, em Mazagão; e 8,5%, em Afuá.

---

<sup>3</sup> Em 2017, ocasião da aplicação dos formulários, o valor de 1 s.m. era R\$ 937,00.

Esses dados demonstram que os programas de transferência de renda são um alento para a população das cidades estudadas, nas quais ainda predomina a informalidade. Os dados da RAIS (MTE, 2021) demonstram que mais de 87% do emprego formal, nos municípios de Afuá e Ponta de Pedras, está no setor público, enquanto em Mazagão, esse valor cai para 51%, influenciado por obras locais, responsáveis por 23% das contratações. A indústria madeireira, em Afuá, empregava, em 2019, quase 9% dos trabalhadores formais; em Ponta de Pedras, o comércio empregava 9%. Comparando com os dados da PEA, esses valores mostram que em Afuá, 24% desta população está em empregos formais, 13%, em Ponta de Pedras e 23%, em Mazagão. Essas informações aproximam as pequenas cidades do Delta de várias outras pequenas cidades do Brasil. Ou seja, o que é visível, e encontrado em outros lugares, aproxima essas realidades. Mas e o que é singular, o que é próprio dessas comunidades, que as torna um universo urbano tão peculiar e que contribuem, a sua maneira, para a compreensão do processo de urbanização da Amazônia?

As redes familiares são representadas pela multilocalização de residências entre a cidade e o interior, em função da forte interação das cidades do Delta com as comunidades ribeirinhas, e estão expressas no cotidiano do cidadão, que ora utiliza a estrutura urbana e seus serviços, ora pratica atividades relacionadas ao rural, que auxiliam a sua sobrevivência. Montoia e Costa (2020, p. 608) explicam que “não apenas a assistência social entre familiares, mas também um trabalho cooperativo em épocas de plantação ou colheita, formado por grupos de amigos, constitui exemplo dessa forma de relação”. Os autores contataram que, em Ponta de Pedras, 77% dos chefes de domicílios possuem parentes residentes nas comunidades rurais; em Afuá, observaram que 80% das famílias urbanas possuem familiares morando em comunidades ribeirinhas, do interior do município; na cidade de Mazagão, 63% das famílias afirmaram possuir parentes em comunidades rurais, no interior do município ou de outros municípios próximos (MONTÓIA e COSTA, 2020, p.608).

A existência dessas relações familiares e a manutenção das redes sociais familiares permitem a essas famílias não apenas receber ou enviar recursos financeiros. São relações importantes para a manutenção de suas conexões com a produção do açaí, sendo, por isso, mais frequentes durante o período de safra do produto. Assim, os laços existentes propiciam aos moradores urbanos manter suas referências familiares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações comerciais, que propiciem melhoria de renda familiar (COSTA *et al*, 2012, p.609).

Muitas dessas famílias enviam e recebem recursos, predominantemente alimentos, que ajudam no sustento do mês. A residência nas cidades também funciona como um porto seguro para todos os membros da família, quando precisam ir a consultas médicas, sacar benefícios, para atender cursos ou para realizar estudos. Por exemplo, Montoia e Costa (2020, p.609), em relação às três cidades abordadas, esclarecem que: em Ponta de Pedras, 81% das famílias estabelecem

movimento pendular para a cidade de Belém, sem uma periodicidade definida, para atendimento médico ou tratamento da saúde. Em Afuá, 33% das famílias afirmaram receber seus parentes para consultas médicas, com frequência mensal. Em Mazagão, essa assistência acontece para 25% das famílias, com frequência mensal. Nesse sentido, a rede social funciona notadamente como uma rede de resiliência, pois se apresenta como oportunidade a essas famílias, de superação de uma necessidade imediata, que é a alimentação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas cidades da Amazônia, como as apresentadas nesse artigo, são espaços de solidariedade e apresentam singularidades, estabelecidas a partir das práticas das relações sociais, construídas historicamente. As formas de organização política e social destas cidades ribeirinhas são concretizadas na busca pela conquista de seus direitos e na constituição dos meios para o atendimento das necessidades básicas da sua população.

As relações sociais têm propiciado ao mundo elementos de bem-estar material e espiritual; contudo esses ganhos não têm sido criados, de forma equivalente, para as populações ribeirinhas. O modo de vida das populações das cidades ribeirinhas se compõe de uma forte conexão entre o rural e urbano, que propicia trocas de mercadorias, de alimentos, de recursos econômicos, de tradições culturais, a partir das relações historicamente construídas ora por necessidade, ora por convivências familiares que se perpetuam e resistem por anos. Assim, as pequenas cidades amazônicas se tornam espaços de ressignificação de seus moradores, o que Montoia e Costa (2020, p.600) denominam de “acontecer solidário” coadunando-o com os aspectos antropológicos, com as redes de solidariedade estabelecidas pelas populações como variantes das relações sociais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os moradores urbano-ribeirinhos, ou ribeirurbanos (MONTAIA; COSTA, 2020), dessas pequenas cidades, fortalecem um espaço de existência/resiliência que funciona como laços solidários de ajuda recíproca, preservando, desta maneira, a dinâmica produtiva nas comunidades ribeirinhas, embasadas na relação homem-território usado e natureza.

Como afirmado por Oliveira e Schor (2022), percebe-se, também, que a “resposta comunitarista” é a única alternativa para as populações das cidades ribeirinhas na Amazônia. “É preciso apreender com os nossos antepassados, não para retornar à aldeia, mas para viver a vida com novas dimensões e significados, pois a Amazônia é o lugar de encantos, de morar, de trabalhar, cuidar do corpo e do espírito” (OLIVEIRA; SCHOR, 2022). Neste sentido, essas pequenas cidades devem, sim, construir as condições de urbanidade, mas uma urbanidade que respeite os modos de vida, que considere os espaços de solidariedade, e que, principalmente, seja o lugar das pessoas.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, B. **A urbe amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (3-4):357-371. 1985.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19 (53)., p. 71-86. 2005.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia**: formação social e cultural. 3ª.ed. Manaus: Editora Valer, 2009.
- BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- BRONDIZIO, E.S. *et al* . **A conceptual framework for analyzing deltas as coupled social–ecological systems**: an example from the Amazon River Delta. *Sustain Sci* 11, 591–609, 2016. <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0368-2>.
- CARDOSO, A. C. O desafio da compreensão do urbano no Estado do Pará. TOLEDO, P. M. de; MORHY, E. de S. In: **Revista de Estudos Paraenses**. Edição de recriação do Idesp, p. 19-23, 2008.
- CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: **GEOUSP Espaço e Tempo (On-line)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- COSTA, S. M. F. da. *et al*. **Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas**: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. *Redes (St. Cruz Do Sul On-line)*, 17(2), 56-74, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v17i2.2281>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. In: **Revista Eletrônica Georaguaiana**, Barra do Garças-MT, v.8, n 1, p.13-31. jan./jun. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15976-fronteira-agricola-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21fev.2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- LUDEWIGS, T.*et. al*. Agrarian structure and land-cover change along the lifespan of three colonization areas in the brazilian Amazon. In: **World Development**, v. 37, n. 8, p. 1748-1359, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X09000503>
- MARTINE, G.; TURCHI, L. A urbanização da amazônia: realidade e significado. In: VI Encontro

Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**.

MONTOIA, G. R. M.; COSTA, S.M. F. da. A simples necessidade de continuar existindo: o acontecer solidário e os desafios das políticas públicas nas pequenas cidades da Amazônia. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p598/43462>. Acesso em: 19fev. 2021.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**: urbanização das amazonas. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. Tese (Doutoramento), Universidade de São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, J. A. de; SCHOR, T. Saúde na floresta, nos rios e nas cidades da Amazônia brasileira. In: **Espaço, saúde e Ambiente na Amazônia**: Ensaios de Geografia da saúde, v. 1, 2013.

OLIVEIRA, J. A. de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

PADOCH, C.*et. al.* **Urban forest and rural cities**: multisited households and consumption of forest resources in the Amazon. *Ecology and Society*, 13(2): 2. 2008.

SANTOS, M. As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade** (ensaios). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p.69-75.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Espaço do Cidadão**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção Espaços).

SOUZA, L. C.; OLIVEIRA, J.A. de. Verticalização e a produção do espaço urbano em Manaus 1970 a 2010. In: OLIVEIRA J.A.; NOGUEIRA, R.J. (org.). **Amazônia, território e ambiente**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SPÓSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TRINDADE JÚNIOR., S-C. C da. **Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”**: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. Belém, PA: UFPA, 2013. 22 p. (Paper do NAEA, n. 321). Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/215>. Acesso em: 1 mar 2022.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C da.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Pará, 2004.

# A CIDADE INDÍGENA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

José Carlos Matos Pereira<sup>1\*</sup>

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

O Censo Indígena 2010 faz referência à existência de mais de 60 mil indígenas residentes em cidades amazônicas. Em Manaus (AM), a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) reivindica o quantitativo 20 mil, embora os números governamentais apontem pouco mais de 4 mil. Na cidade de Altamira (PA), o levantamento feito por uma organização indígena indica aproximadamente 5 mil – desses, 3 mil impactados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, segundo o que nos informou a empresa Norte Energia, enquanto o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) evidencia cerca de 900 indivíduos (CENSO, 2010).

Assim, constatamos a discrepância entre os dados divulgados pelos órgãos governamentais e aqueles apresentados por organizações indígenas demandantes de reconhecimento étnico e políticas diferenciadas para os indígenas residentes em cidades. O aspecto novo a ser valorizado no Censo (2010) é que pela primeira vez o Estado brasileiro reconheceu a presença indígena nos cálculos populacionais, fato negado desde os primeiros censos em fins do século XIX. Nesse momento, usou-se o termo “caboclo” para tratar do “índio manso”, catequizado, cristianizado, em oposição ao “índio bravo” ou “mau índio”, que não entrava nos cálculos governamentais, mas se calculava em torno de 800 mil almas. Esta é uma omissão deliberada “para respaldar a crença num processo de desaparecimento dos indígenas na composição demográfica do país” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 662). A partir do censo de 1890, “pardo” passou a ser a categoria definidora de qualquer forma de mestiçagem.

Segundo levantamentos realizados ao longo do tempo, essa situação se prolongou, já que a categoria “indígena” só passa a fazer parte do repertório de classificação do IBGE em 1991, sob a forma de quesito cor ou raça. Enfim, com o Censo Indígena de 2010, reconheceu-se a presença indígena no Brasil. Nesse momento, consideraram-se as variáveis de pertencimento étnico, língua falada no domicílio e a localização geográfica dos indígenas (terras indígenas, rural e urbano) por

---

\* Sociólogo com pós-doutorado em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ). Pesquisador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais (MEMOV/CBAE/UFRJ). Atualmente, está vinculado ao PPGAS/MN/UFRJ onde desenvolve a pesquisa “Projeto Trajetórias: Biografias audiovisuais de pesquisadores nos projetos coletivos iniciais do PPGAS do Museu Nacional”, financiado com a bolsa FAPERJ de pesquisador sênior, sob a supervisão do professor José Sergio Leite Lopes. E-mail: jcpmatos@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9009-268X>

<sup>2</sup> Este artigo é resultado de nossa pesquisa sobre indígenas em cidades amazônicas. Estudamos os casos das cidades de Altamira, no Pará, e Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, durante o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional (UFRJ), sob supervisão dos professores Moacir Palmeira e José Sergio Leite Lopes, entre os anos de 2012 e 2018, e contou com financiamento da FAPERJ e CAPES.

meio da autoidentificação<sup>3</sup>. Dos mais de 850 mil indígenas recenseados, 316 mil vivem em cidades brasileiras, representam cerca de 300 etnias e falam em torno de 250 línguas.

Apesar da importância das informações disponibilizadas pelo IBGE, não tomamos os dados estatísticos como principais informadores da pesquisa, mas eles nos dão o parâmetro quantitativo para dimensionar, em números absolutos, a situação dos indígenas em cidades, como subsídio complementar para as situações observadas em campo e coletadas por meio de entrevistas e atividades diversas que, *a priori*, dão substância para nossas análises, e também em diálogo com a teoria antropológica acerca dos indígenas no Brasil, especialmente, a que trata daqueles residentes em cidades. O que nos direciona a perceber que a luta de classificações é também a luta das representações. Quer dizer, isso nos remete às categorias usadas, às imagens mentais de percepção do real e aos mecanismos de manipulação dessas mesmas imagens, o que implica nas:

Lutas pelo monopólio de fazer ver e de fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos [...] [inclusive] o sentido e [o] consenso. [Em outras palavras] a nomeação pública (BOURDIEU, 2001, p. 113-117).

Ou seja, o movimento analítico vai em sentido inverso, visa desnaturalizar o pré-construído e criar espaços de interlocução nos quais os indígenas possam falar acerca de si mesmos, de suas lutas e conquistas. Enfim, visa relatar as suas formas de resistir às investidas do poder dominante, que objetiva destituí-los de sua condição de humanidade.

Nosso interesse de investigação em São Gabriel deve-se ao fato de se tratar de uma cidade indígena, onde estes são numericamente mais representativos, mas não detêm o poder econômico nem as decisões políticas de longa duração. Ao contrário, as situações observadas em campo apontam para a violência direcionada contra eles, na tentativa de descaracterizá-los como grupos étnicos e por sucessivas tentativas de incorporar os seus territórios ao mercado de terras, mais especificamente para as atividades ligadas à mineração. Ressalta-se ainda que o atual prefeito, mesmo sendo da etnia Tariano, é a favor da mineração em terra indígena e contra a demarcação. Mesmo assim, os diversos grupos étnicos recusam quaisquer rótulos negativos que busquem descaracterizá-los ou descredenciar as suas lutas e pautas identitárias, e se posicionam firmemente contra os projetos conservadores que buscam mercantilizar a natureza e destruir os seus modos de vida, territorialidades e cosmovisões<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Por “etnia”, o IBGE entende afinidades linguísticas, culturais e sociais. A autoidentificação (declarou-se indígena na investigação sobre cor ou raça) constitui um aspecto importante da metodologia adotada. Isto representa, segundo o Instituto a “consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e pelo reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo” (CENSO INDÍGENA 2010, p. 15). Nos Censos de 1991 e 2000, considerou-se o quesito cor ou raça, mas a etnia e a língua falada não foram observadas naquele momento.

<sup>4</sup> Para conhecer outros resultados da pesquisa realizada nas cidades de Manaus (AM) e Altamira (PA), visite o site: <[indigenasemcidades.com](http://indigenasemcidades.com)>, em que disponibilizamos as cartografias de língua falada, etnia por bairro e organizações

## 1. A CIDADE INDÍGENA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA<sup>5</sup>

São Gabriel da Cachoeira (SGC) fica na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Oeste do estado do Amazonas, e faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela<sup>6</sup>. A população residente na cidade é de 19.054<sup>7</sup>. Destes, 11.016 se declaram indígenas, conforme o Censo (IBGE, 2010). Dados questionados pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que entende que há o quantitativo de 25 mil moradores na cidade, sendo 80% deles indígenas.

Atualmente existem 21 etnias na cidade – Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami –, distribuídas em todos os 11 bairros constituídos por lei municipal – Areal, Miguel Quirino, Tiago Montalvo, Dabaru, Padre Cícero, Graciliano Gonçalves, Nova Esperança, Boa Esperança, Fortaleza, Centro e Praia.

Estudo realizado pelo ISA e FOIRN, em 2005, teve por objetivo traçar um perfil das condições de vida de populações indígenas residentes na cidade e em comunidades vizinhas<sup>8</sup>. Partindo dessas informações, agrupamos o quantitativo das etnias da seguinte forma: a) acima de 1.000 indígenas (Baré e Tukano); b) entre 500 e 200 indígenas (Desana, Baniwa e Tariana); c) abaixo de 200 indígenas (Pira-tapuya, Arapaso e Wanana); e, por fim, d) abaixo de 100 pessoas (Tuyuka, Miriti-tapuya, Kubeo, Siriano, Kuripako, Yanomami, Werekena, Karapanã, Nadob, Barasana, Taiwano e Makuna). Os detalhes dessa distribuição podem ser observados no quadro 1.

---

indígenas. Além de fotos, músicas, álbum fotográfico e os documentários produzidos em português e legendados em espanhol e inglês.

<sup>5</sup> Agradecemos o apoio recebido da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e de diversas organizações indígenas da cidade, do Instituto Socioambiental (ISA) e de técnicos da Prefeitura de São Gabriel durante o trabalho de campo.

<sup>6</sup> No município, são 22 etnias: Araposo, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Potiguá, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami, que falam 20 línguas diferentes, distribuídas em 500 comunidades em uma área de aproximadamente 10 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas no ano de 1998. O território municipal [109.185,00 k<sup>2</sup>] é um dos maiores do Brasil. Tem tamanho superior aos estados do Espírito Santo, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande Norte, Santa Catarina e Sergipe, se computados individualmente. 84% dele, correspondem a terras indígenas (NAKANO; COMARÚ, 2007; NAKANO, 2009). Trata-se uma extensa e contínua área no noroeste do estado do Amazonas, resultado da luta desenvolvida pela FOIRN com o apoio do ISA e do convênio com a Fundação Nacional do Índio/FUNAI (ANDRELLO, 2006). A população municipal soma 37.896 habitantes (IBGE, 2010).

<sup>7</sup> Trata-se de uma pequena cidade amazônica dependente de recursos externos em percentual de 95%, onde mais de 50% da população vive com ½ salário-mínimo e a média salarial dos trabalhadores formais não ultrapassa dois salários-mínimos mensais. Para detalhes, ver: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

<sup>8</sup> Na oportunidade, foram entrevistados 5.615 indígenas de 20 etnias, distribuídos em 10 bairros da cidade, o que resultou na elaboração do “Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM”.

Quadro 1 – Distribuição das etnias por bairro e o número respectivo de pessoas.

<b>BAIRRO</b>	<b>ETNIA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Centro (10 etnias)	Baniwa, Baré, Desana, Kuripako, Pira-tapuya, Taiwano, Tariana, Tukano, Wanana e Yanomami.	288 indígenas
Praia (10 etnias)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Karapanã, Pira-tapuya, Tariana, Tukano, Tuyuka e Yanomami.	363 indígenas
Areal (20 etnias)	Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami.	1.391 indígenas
Boa Esperança (12 etnias)	Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Pira-tapuya, Tariana, Tukano e Wanana.	357 indígenas
Padre Cícero (12 etnias)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Kubeo, Kuripako, Pira-tapuya, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana e Werekena.	280 indígenas
Dabaru (17 etnias)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana e Yanomami.	1.680 indígenas
Nova Esperança (15 etnias)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Karapanã, Kubeo, Miriti-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana e Werekena.	358 indígenas
Fortaleza (7 etnias)	Baniwa, Baré, Desana, Karapanã, Pira-Tapuya, Tariana e Tukano.	512 indígenas
Graciliano Gonçalves (10 etnias)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Kubeo, Pira-tapuya, Taiwano, Tariana, Tukano e Tuyuka.	319 indígenas
São Jorge (7 etnias)	Arapaso, Desana, Pira-tapuya, Taiwano, Tariana, Tukano e Wanana.	67 indígenas

Fonte: Pereira, J. C. M. (2015), elaborado a partir de ISA/FOIRN (2005).

Destacamos as etnias Baré e Tukano como as mais expressivas na cidade e a concentração espacial de indígenas nos bairros Dabaru e Areal, com mais de mil indígenas cada. Contudo, os dados coletados permitem caracterizar essa pequena cidade pela dispersão populacional étnica.

O fluxo migratório é grande no interior dessa região. 57,4% das pessoas entrevistadas afirmam ter vindo da “terra indígena”, “interior” ou “aldeia”. Já os nascidos na cidade perfazem o percentual de 42,6%. Os motivos apresentados para o deslocamento em direção à cidade são diversos, como a falta de roça, o acesso às mercadorias, os conflitos na comunidade, a busca pelo serviço de saúde, a morte de familiares, a comercialização de produtos, o convite de parentes ou para acompanhar o esposo, mas se sobressaem, como motivos principais, o acesso à educação escolar e aos postos de trabalho.

A aldeia vai até a cidade pelo envio frequente de alimento para os parentes, como peixe, frutas, mandioca, farinha e beiju. Em movimento inverso, a cidade vai até a aldeia para atender a troca regular de mercadorias e produtos. O elo da parentela é forte, visto que, mesmo vivendo na

cidade, a família mantém outra casa no “interior”. Ou envolve situações em que muitos indígenas se dirigem à cidade por um certo período, mas retornam em seguida para suas localidades. Assim, podemos concluir que o fluxo entre “aldeia”, “interior”, “terra indígena” e cidade é sistemático, permanente e ininterrupto. Esse tipo de movimento se assemelha ao que observamos nos casos estudados nas cidades de Manaus (AM) e Altamira (PA).

Esses grupos étnicos desenvolvem uma grande variedade de atividades produtivas. Os dados do levantamento indicam que de um total de 1.444 grupos domésticos, 383 afirmaram “cultivar roças nas imediações da cidade”, perfazendo pouco mais de 400 roças. Estas iniciativas também se voltam à caça e à pesca. Há aqueles que desenvolvem a criação de peixe no próprio lote onde moram ou fazem a coleta de insetos e produtos vegetais na cidade.

Em relação ao tratamento de saúde, ganha relevância o quantitativo de 116 benzedores em 10 bairros e o número de 95 consultas a pajés, que coexistem com as visitas regulares dos indígenas às unidades de saúde. Resta-nos, por fim, fazer menção aos principais problemas da cidade que preocupavam os indígenas, por ordem de citação: desemprego, alcoolismo, violência, custo de vida, saneamento básico, drogas, segurança pública, energia elétrica, água, segurança alimentar, prostituição, educação, moradia e saúde. Destaca-se que o desemprego, o alcoolismo e a violência foram as referências citadas que mais preocupavam os entrevistados naquele momento.

Apesar da distância temporal dessas informações (2005) e do trabalho de campo (2015), estas contribuições nos servem de referência e ponto de partida, pois nos ajudam a pensar sobre o que precisa ser cartografado, atualizado e sociologicamente analisado, de forma a estabelecer uma mediação entre esses dois pedaços de tempo.

## 2. LUTAS IDENTITÁRIAS E CONFLITOS ENTRE INDÍGENAS E NÃOINDÍGENAS

O português é a língua oficial da cidade e convive com três línguas indígenas cooficiais – Nheengatu, Baniwa e Tukano, conforme definição da lei municipal nº 145, de 11/12/2002<sup>9</sup>. Mas existem falantes das línguas Tuyuca, Baré, Desana, Barasana, Pira-tapuya e Wanano, conforme

---

<sup>9</sup> Regulamentada pela lei n. 210, datada de 31/12/2006, essa cooficialização, do ponto de vista prático, implica que o executivo municipal deve: a) ofertar os serviços básicos das repartições públicas nas três línguas; b) contratar indígenas falantes da língua e com o domínio da escrita para prestação desses serviços. Fato extensivo aos órgãos estaduais e federais com atuação no município; c) realizar concurso público direcionado aos indígenas falantes. Inclusive as provas devem ser ofertadas nas quatro línguas [Português, Nheengatu, Baniwa e Tukano]; d) produzir documentação pública, jornais, programas de rádio, sinalizar as ruas e incentivar a práticas das línguas cooficiais nas escolas municipais; e) investir na formação de docentes, tradutores e outros funcionários para dar operacionalidade à proposição; e, ainda, f) criou o Conselho Municipal de Política Linguística. Por fim, não menos importante, considera a discriminação dessas línguas como crime e estabelece penalidades que vão desde o pagamento de multa até o acionamento do Ministério Público Estadual e Federal. Para detalhes, ver Almeida *et al.* (2007).

relatado em campo<sup>10</sup>. Por isso, é comum encontrar as etnias conversando em lugares públicos na língua nativa. Fazem o seu uso como atividade regular da vida cotidiana, mas também quando não querem que um não indígena tenha acesso ao teor da conversa. Por vezes, as negociações envolvendo a tirada de fotografias, gravação de entrevistas e filmagens, intermediada por outro indígena, era tratada na língua mãe e só depois de acordado entre eles é que traduziam para nós os acertos feitos.

Segundo Almeida (2007, p. 22), o uso das línguas indígenas ficou proibido desde os fins do século XVIII, durante o período pombalino na Amazônia. Os silêncios, sussurros e as omissões demonstravam o medo diante das prováveis punições. Mesmo assim, “as línguas indígenas outrora proibidas mantiveram-se resistentes e vividas, na vida cotidiana das aldeias, nos afazeres e nos segredos da vida doméstica”<sup>11</sup>.

A luta indígena ao longo do tempo assegurou a “politização da língua” e as afirmações identitárias revelaram um movimento de autoconsciência e a emergência de uma nova forma de fazer a política, com a expressão étnica nos espaços públicos. E elas, que estavam circunscritas muitas vezes às terras indígenas, transbordaram para outros espaços e romperam os limites impostos pelo poder dominante e pela dicotomia naturalizada entre a pluralidade da língua e a Nação. Mais do que falar em público, a publicização das línguas indígenas foi incorporada às estratégias de ação de seus movimentos e demonstram a solidariedade política entre as diversas etnias. É dessa forma que devemos compreender a sua oficialização, por meio de leis, na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Durante uma partida de futebol, assistimos às orientações dadas por um técnico para seus atletas em campo feitas na língua Baniwa. Segundo o presidente da Liga Desportiva de São Gabriel da Cachoeira, 90% dos participantes da Liga são indígenas. São 20 clubes de futebol amador, sete só de indígenas, num total de 500 atletas indígenas. Os outros times são formados por pessoas de fora, como paraenses e nordestinos (Baré, Desportista, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015).

O rosto indígena é o tipo comum encontrado em vários locais públicos, como as imagens pintadas nas paredes do ginásio municipal e nos quiosques na beira da praia, nas margens do rio Negro.

---

<sup>10</sup> Esses indígenas pertencem a três famílias linguísticas – “tukano oriental (Cubeo, Desana, Tukano, Miriti-Tapuya, Arapaso, Tuyuka, Makuna, Bará, Siriano, Karapanã, Wanano e Pira-Tapuya [Tapuya]), aruak (Tariano, Baniwa, Kuripako, Werekena, Baré) e maku (Hupda, Yuhup, Nadeb e Daw)”, conforme apresenta Andrello (2006, p. 27).

<sup>11</sup> O Nheengatu ou “língua geral” era o mecanismo comunicação e controle dos jesuítas em relação aos indígenas e isso conflitava com as proposições da colonização que buscava a homogeneização linguística. Por sua vez, o movimento indígena adotou essa língua para dialogar em assembleias, reuniões e na condução de suas reivindicações (ALMEIDA, 2006).

Fotos 1 a 3 – Rostos e paisagens indígenas pintados em espaços públicos.



Fonte: Autor (2022).

Eles estão em todos os lugares, mas em convivência com a presença de migrantes nordestinos (cearenses, paraibanos e potiguares), alguns casados com indígenas. Além desses, há também militares provenientes de diversas regiões do país, por se tratar de uma área de fronteira, e um pequeno número de colombianos, dentre os comerciantes da cidade.

Dialogando com as organizações indígenas de agricultores, pescadores, professores, costureiras, artesãos da cidade e com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)<sup>12</sup>, pelo menos três atos violentos foram relatados de imediato: 1) os incêndios da feira improvisada, onde os indígenas vendiam seus produtos nos fins de semana, chamada por eles de “Direto da roça”, e da sede da FOIRN, com prejuízo avaliado em mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); 2) a expulsão das costureiras de sua sede para a construção de um centro tecnológico; e, por fim, 3) as disputas em torno da mineração em terras indígenas.

Coincidentemente, na mesma semana do incêndio, a FOIRN havia denunciado os casos de pedofilia contra indígenas envolvendo comerciantes da cidade<sup>13</sup>, alguns deles cumprindo prisão em regime fechado, na cidade de Manaus, durante a realização do trabalho de campo<sup>14</sup>. Sobre o

<sup>12</sup> Que se organiza pela Diretoria e Departamentos de Jovens, Mulheres, Educação e o setor de comunicação, além de cinco coordenadorias regionais: 1) Organização Baniwa e Koripako (NADZOERI); 2) Coordenadoria das Organizações do Distrito de Iauaretê (COIDI); 3) Coordenadoria das Associações do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN); 4) Coordenadoria das Associações do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); 4) Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo Uaupés, Rio Tiquié e Afluentes (DIAWÍ), conforme delineou a representante da Diretoria de Mulheres, da etnia Baré, durante o trabalho de campo em 2015. Para detalhes, disponível em: <https://foirn.org.br/coordenadorias-e-associacoes/>. Acesso em: mar. 2022. A FOIRN foi criada em 30/04/1987, composta por 54 organizações indígenas de base, que representavam 750 comunidades, cuja população gira em torno de 35 mil pessoas, de 22 grupos étnicos da bacia do rio Negro, das famílias linguísticas Tukano, Aruak e Maku. Para detalhes ver: <https://foirn.org.br/saiba-quem-somos-foirn/>. Acesso em: mar. 2022.

<sup>13</sup> “A pedofilia está entre as doenças classificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) entre os transtornos da preferência sexual. Pedófilos são pessoas adultas (homens e mulheres) que têm preferência sexual por crianças – meninas ou meninos – do mesmo sexo ou de sexo diferente, geralmente pré-púberes (que ainda não atingiram a puberdade) ou no início da puberdade, de acordo com a OMS”. Disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/o-que-e-pedofilia>. Acesso em: nov. 2015.

<sup>14</sup> “O grupo foi denunciado por crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição de vulnerável, rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) e coação no curso do processo. Entre os dez réus, há duas mulheres, um ex-vereador, servidores públicos e um motorista. Os oito homens são acusados de manter relações sexuais com meninas indígenas virgens,

incêndio, um dirigente da FOIRN detalhou que era:

Um prédio de formação, capacitação e comercialização de produtos indígenas. [...] era um prédio de quatro pisos, arquitetura bem ousada e os recursos era do governo do estado. Que foi uma luta pra nós conseguir recursos para investir na construção desse prédio. [...] uma referência de representar o movimento indígena do alto rio Negro. [Nesse espaço estiveram presentes] [...] governadores, ministros de Estado. Até o presidente Lula esteve lá. [...] foi uma perda muito grande. Até pessoas que não era nem simpatizante do movimento indígena do rio Negro, nessa hora, manifestaram o seu pesar e reconheceram [...] aquele patrimônio [...] (sic) (Baré, dirigente da FOIRN, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015).

O dirigente da FOIRN segue relatando as ameaças contra os povos indígenas e o prejuízo “cultural, moral e financeiro” causado por essa ação. E coloca dúvidas sobre a real possibilidade de reconstrução do prédio. Mas, apesar desses ataques, a afirmação identitária continua firme, embora o pensamento hegemônico tenha por premissa a assimilação e a sua integração à sociedade nacional. Muitos querem que o indígena viva como um branco, mas isso não vai ocorrer. Este fato, segundo ele, revela que o processo da colonização no Brasil ainda não acabou.

O pensamento dos brancos, dos anos 1.500, do 1.600, 1.700, que vieram com a missão de exterminar os índios, ou escravizar eles, ou integrá-los na comunhão nacional. Forma de eliminar a diversidade populacional. Mas os índios resistem, manifestam a sua cultura, lutam pelo tratamento igual [...] mas lutam para que o Estado tratem ele diferente [...] são originários da terra e merecem ser tratados diferente. Os serviços públicos do Estado Brasileiro deve tratar os índios de forma diferente (sic) (idem).

As fotos 4 e 5 nos dão um quadro visual da ação dos setores conservadores em retaliação à FOIRN.

Fotos 4 e 5 – Na primeira foto, a sede da FOIRN antes incêndio. Seguida da destruição causada pelo ato criminoso, ocorrido em agosto de 2014, conforme classificou um de seus dirigentes.



Fonte: Acervo da FOIRN; PEREIRA, J. C. M, março, 2015.

---

com idades entre 09 anos e 14 anos, em troca de dinheiro, presentes, alimentos e bombons. As mulheres de aliciamento das garotas para o esquema de exploração sexual. (...) As meninas vítimas dos crimes de exploração sexual e abusos são das etnias Tariano, Wanano, Tukano e Baré, que vivem na periferia de São Gabriel da Cachoeira (...)”. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/comerciante-acusado-de-abuso-contrameninas-indigenas-esta-foragido-da-justica/>. Acesso em: abr. 2015.

Apesar da gravidade do ato, a violência sexual contra indígenas não é nova nessa região. O momento de maior ocorrência se deu na década de 1970, com a abertura da rodovia Perimetral Norte e da estrada que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na Venezuela. Nesse período, cerca de 4 mil homens vieram para a cidade, entre soldados de baixa patente do I Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC) e peões das empresas construtoras, e se envolveram em casos de assédio sexual, gravidez, seguido de abandono dos filhos, e no estupro coletivo de indígenas (LASMAR, 2005).

Uma indígena recorda que, quando tinha aproximadamente onze anos de idade, ela e uma parente voltavam da escola quando foram atacadas por um homem, que arrastou sua prima a força para o interior de um carro e tentou abusar sexualmente dela. Isso não aconteceu só uma vez, mas nas duas situações ela conseguiu fugir, mordendo o agressor. Ela relata essa situação em tom de indignação e tristeza (Baré, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015). Atualmente, as duas têm mais de 40 anos, já são casadas e constituíram famílias. O trágico da narrativa é que dentre os homens presos em Manaus está aquele que praticou esse ato há muitas décadas.

O medo ronda as denúncias de abuso sexual contra crianças indígenas, praticados por comerciantes, militares e políticos. O temor da libertação desses indivíduos e o perigo de retaliação ou repetição dos delitos cometidos estão no horizonte da preocupação. Em agosto de 2019, quando fizemos a devolução do documentário produzido pela pesquisa em São Gabriel da Cachoeira, fomos informados que um pedófilo, preso em 2015, que era um grande comerciante da cidade, já estava solto e havia sido condecorado em uma sessão realizada pela Câmara de Vereadores.

A outra situação diz respeito à expulsão da Associação das Costureiras Indígenas de São Gabriel da Cachoeira de sua sede quando o prédio foi derrubado para a construção de uma escola de ensino profissionalizante, sob a coordenação da Prefeitura e do governo estadual. Nossa interlocutora colocava em dúvida a legitimidade do documento apresentado pelo pretense dono do terreno, que foi indenizado pelo governo estadual.

Em sua narrativa, o terreno foi cedido pela Diocese para a construção da sede da associação, fortemente impactada pela atividade dos tratores durante os serviços de aterramento no entorno. Até aquele momento, a Associação não havia sido informada que não permaneceria no local. Chegaram até a pensar que seriam vizinhas da escola. Mesmo sob protestos, o remanejamento ocorreu em dezembro de 2013. Passados seis anos das promessas feitas pelos representantes do governo estadual, a nova sede ainda não havia sido construída.

Dentre as medidas reparadoras pretendidas pelas indígenas, estava uma ação junto ao Ministério Público Estadual (MPE). Na época, 35 costureiras participavam da associação e as máquinas, sem uso, estavam alojadas em um compartimento cedido para a guarda dos

equipamentos, até que se apresentasse uma solução definitiva do caso. O local era pequeno e quente, coberto com telha brasilit, sem ventiladores e inapropriado para a continuidade das atividades, conforme relatado em entrevista (Baré, costureira, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015). Nas fotos de 6 a 9, trazemos aspectos do caso narrado acima.

Fotos 6 a 9 – Em sentido horário, a sede da associação em atividade com as costureiras indígenas, o serviço de aterramento, a escola técnica finalizada e o local improvisado que guardava as máquinas de costuras e outros itens da associação.



Fonte: Associação das Costureiras 2014; PEREIRA, J. C. M, 2015.

As situações de violência foram, repetidas vezes, denunciadas em campo. E, desse modo, confirmam as premissas de Oliveira (1972) acerca das consequências da presença indígena no mundo dos brancos: a expropriação de seus territórios, o desarranjo de seu mundo cosmológico e a destruição de seus modos de vida.

O casamento interétnico é outro assunto recorrente. As situações relatadas envolvem casamentos entre: Baré-paraibano, Tukano-Pira-tapuya, Tukano-cearense, Tukano-paraense, Baré-Tukano, Tuyuka-Tukano, Baniwa-Tuyuka, Baniwa-Baré, italiano-Tukano, colombiano-Tukano, colombiano-Kuripaco, colombiano-Desana e Tuyuka-potiguar. Estas estão entre as possibilidades matrimoniais.

Segundo Lasmar (2005), a mulher que casa com branco vai em direção ao seu modo de viver: morar na cidade, vestir-se como branco (usar short, perfume, batom, pintar o cabelo e andar de sapato de salto), comer arroz, feijão e galinha, ao invés de peixe, beiju e quinhapira, sem com isso, deixar de ser indígena. Nesse caso, ocorre uma negociação identitária diante das novas formas de condutas e valores. Isso remete ao entendimento de que o ser índio vem definido pela descendência e quem nasce índio não pode virar branco.

Segue a autora assinalando que o mercado matrimonial não é fácil para os homens indígenas, pois as mulheres indígenas preferem os brancos de fora, os índios - se militares - e, por fim, os índios da aldeia, nessa ordem. O casamento com o branco possibilita o acesso a bens e serviços e a melhora nas condições de vida da indígena e de seus parentes próximos. A justificativa dessa preferência é que os indígenas bebem muito e ficam agressivos, são tímidos e nada amáveis. Porém, o casamento com brancos traz muitos problemas, já que esses homens se distanciam das

obrigações familiares e passam a frequentar as boates e os bares da cidade em companhia de outras mulheres. Paira, ainda, sobre eles as acusações de violência sexual durante a embriaguez. Mesmo assim é comum encontrar na cidade uma mulher indígena casada com um branco. O inverso é tido como um caso raro: um indígena casado com uma mulher branca, embora exista. Esse fato causa ressentimento nos jovens indígenas diante de serem preteridos em relação ao homem branco de fora (LASMAR, 2005).

Neste contexto, cabe lembrar de uma mulher Baré, nascida na ilha do Miri, deslocada para a cidade aos 12 anos de idade por conta de seus estudos no Colégio Salesiano, que se casou com um migrante nordestino, vindo para uma região diante das suas atividades desenvolvidas no âmbito do Batalhão de Engenharia do Exército. O casamento de mais de 40 anos criou laços profundos e resultou no nascimento de três filhos. Nesse caso, relata o marido que “quem vive em comunidade indígena tem que se adaptar aos costumes deles para evitar problemas” e informa seus diálogos em espaços onde se discutem políticas públicas e movimento indígena (nordestino, comerciante, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015). Na narrativa do entrevistado, carinho, respeito e cuidado estão entre as amabilidades da relação. Essa relação amistosa contrasta com outros relatos de abusos, violência e depreciação das indígenas por parte de não indígenas.

São as lutas identitárias<sup>15</sup> e os modos de vida indígena que estão em interação, conflito e contradição com o pensamento hegemônico da vida na cidade, onde a mercantilização das relações e a desumanização do outro servem de premissa. Como afirmam Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 176), “uma identidade coletiva nunca é redutível à posse de uma herança cultural [...] mas se constrói como um sistema de reparações e de diferenças com relação a ‘outros’ significativos em um contexto histórico e social determinado”.

### 3. A MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Foi possível, ainda, acompanhar a mobilização de determinados segmentos sociais, governamentais e políticos defendendo a mineração em terras indígenas. A audiência pública,

---

<sup>15</sup> Ser e se sentir pertencente a uma coletividade de afinidades, ser reconhecido pelos pares como pertencente a um grupo étnico (OLIVEIRA, 1976a; BARTH, 1969). Quando ouvimos em entrevista: eu sou lá da “aldeia”, da “terra indígena” ou do “interior” significa que a afirmação identitária vem assegurada pelo forte sentimento de pertença. Muitas vezes, são enunciados o nome do lugar, do rio e da floresta onde nasceu e viveu parte de sua vida. Ao usar o termo “identidade contrastiva”, Oliveira (1976a) pretende dar conta das relações assimétricas entre índios e brancos, grupos étnicos e sociedade nacional em situação de contato. Que, por sua vez, exige a afirmação do “nós” frente ao “outro” pela oposição. Esses contatos, na maioria dos casos, envolvem conflitos e tensões quando os regionais avançam sobre os territórios étnicos (fricção interétnica). É possível, ainda, observar a “flutuação da identidade” diante de escolhas que possam gerar perdas ou ganhos aos indígenas, mas há casos que envolvem a própria sobrevivência social do grupo. Podemos, por fim, assinalar que a identidade está associada, do ponto de vista social, as representações mentais. Isso quer dizer, aos “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que agentes mostram os seus interesses e os seus pressupostos” (BOURDIEU, 2001, p. 112).

promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, realizada em maio de 2015, no ginásio municipal, contou com representantes do governo estadual e federal, dos legislativos municipais e estadual, além das prefeituras de São Gabriel da Cachoeira<sup>16</sup> e Santa Isabel do Rio Negro, que defendiam o envio ao Congresso Nacional de contribuições à Lei da Mineração para autorizar a prospecção mineral nas terras indígenas do rio Negro<sup>17</sup>. Iniciativa apoiada pela Associação de Garimpeiros Indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Os argumentos eram fartos de exemplos dos “benefícios” advindos com a aprovação da lei, ao mesmo tempo em que desferiam duros ataques aos adversários políticos da proposição contra a FOIRN, principal organização indígena da região, coordenada por uma mulher da etnia Tariano, naquele momento. Isso implica diretamente, segundo a lógica dominante, na identificação dos recursos naturais estratégicos e subordiná-los à implantação de grandes obras de infraestrutura e à expansão dos produtos para o mercado de *comodities*. Dentre eles, ferro, ferro-gusa, bauxita, estanho e manganês (ALMEIDA, 2012).

O fragmento da narrativa apresenta as justificativas usadas para exigir o apoio das comunidades indígenas ao projeto em tramitação. Nela, o representante do Ministério das Minas e Energia argumentou o porquê da mineração em terras indígenas, conforme assinalado abaixo.

Estamos voltando a São Gabriel da Cachoeira pra gente discutir uma proposta de projeto de lei que alcance os interesses, prioritariamente, das comunidades indígenas. [...] não podemos fazer um projeto que seja desvinculado do interesse, do consentimento e da aprovação da comunidade indígena. Deve atender primeiramente o índio, e depois a sociedade brasileira. [...] estamos discutindo algo que já está na Constituição brasileira [...] ela prevê a mineração em terras indígenas, como prevê também a mineração na faixa de fronteira (sic) (representante do Ministério das Minas e Energia, São Gabriel da Cachoeira/AM, mai. 2015).

---

<sup>16</sup> O atual prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Clóvis Saldanha, conhecido como Corubão, eleito pelo PT nas eleições de 2016, e ex-garimpeiro, é um defensor da mineração em Terras Indígenas e contrário as demarcações, sob a justificativa, de que esta atividade será capaz de levar o “desenvolvimento” para a região, conforme notícia veiculada pela Folha de São, em maio de 2018. Essa matéria indicava que o atual mandatário municipal agora se alinhava as proposições do presidente Jair Bolsonaro. Outra ação visando facilitar a entrada da mineração se voltou para substituir o coordenador regional da FUNAI do Rio Negro, indígena indicado pela FOIRN, por outro vinculado à Cooperativa dos indígenas garimpeiros, no ano de 2018. Para detalhes, ver Iubel (2020).

<sup>17</sup> A mesa foi composta por diversas representações, como a Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás e Energia da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM); Comissão de Assuntos Indígenas da ALEAM; Governo do Estado; Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira; Câmara de Vereadores de São Gabriel da Cachoeira; Ministério das Minas e Energia; Comando Militar da Amazônia; Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro; Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais do Amazonas (CPRM); Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Coordenação Regional da FUNAI Amazonas; Cooperativa Indígena de Extrativismo, Recursos Naturais e Minerais (CIERNM). Nesse momento informou-se que os debates se iniciaram com a 1ª Audiência Pública, realizada em 20/03/2015 em São Gabriel da Cachoeira, presidida pela ALEAM, que contou com as representações do governo do estado, do legislativo estadual, militares e organizações indígenas. Como desdobramento dessa atividade, criou-se um Grupo de Trabalho na ALEAM, em 06/04/2015, para discutir o assunto, recolher propostas e sugestões para o referendo técnico, como as que aconteceram no mês de maio, visando formular contribuições para o projeto em debate no Congresso Nacional, conforme esclareceu o coordenador da audiência.

Nesse primeiro trecho, usam-se as prerrogativas constitucionais para legitimar a ação do Estado em terras indígenas que, no artigo 231, inciso 3º, prevê:

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (BRASIL, 2016).

Contudo, omite-se que a Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos indígenas aos seus territórios, ao seu modo de vida e define a demarcação de suas terras pelo governo como a forma fundamental para garantir a sua reprodução física e cultural. Assegura, ainda, que eles podem ingressar judicialmente em defesa de seus interesses, conforme tratam os artigos 231 e 232 (BRASIL, 2016)<sup>18</sup>.

Consta no discurso, o anúncio dos “benefícios” da mineração para melhorar a vida das populações indígenas que vivem nessa região. Assim, este projeto representa a sua redenção econômica e social, segundo a narrativa oficial, baseada na velha ideia do “arranco” (ROSTOW, 1978)<sup>19</sup>.

Simetricamente alinhados, discursos e dispositivos legais revelam que as narrativas pronunciadas pelo campo de poder (BOURDIEU, 2001) conservador trazem o mesmo teor das justificativas usadas na implantação de grandes projetos na Amazônia: geração de emprego, distribuição de renda, acesso à saúde, universidade pública, combate à fome, à pobreza e resolução do problema de abandono da região constavam nas estratégias discursivas. Assim, a autoridade, por meio da lei, impõe de forma arbitrária – sanciona, santifica e consagra - o território segundo os seus próprios interesses, baseada no poder político, simbólico e legal que lhe é conferido, conforme tratou Bourdieu.

O clamor dos enunciados pregava o envolvimento dos indígenas no projeto, argumentando que a extração de minério em suas terras estará sob seu controle e não de grandes empresas mineradoras. A narrativa proposta jogava com o desemprego e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas para convencê-los a aderirem ao projeto de lei em pauta na Câmara dos Deputados, em Brasília, substituindo o PL-1610<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/\\_constituicao1988/\\_arquivos/ConstituicaoTextoAtualizadoEC%20111.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/_constituicao1988/_arquivos/ConstituicaoTextoAtualizadoEC%20111.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2022.

<sup>19</sup> As precondições para a realização do arranco estão nas forças externas às sociedades tradicionais, nas mudanças econômicas, políticas, institucionais e nas técnicas de produção, além da implantação de infraestruturas necessárias, que possibilitariam superar o atraso e alcançar o progresso e o desenvolvimento econômico sistemático. Para detalhes, ver Rostow (1978).

<sup>20</sup> O atual projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (CN) prevê a mineração em Terra Indígena, mas também trata da exploração dos recursos hídricos, de gás natural e petróleo. Mesmo naquelas áreas que estejam em processo de demarcação. Cabe ao governo federal, depois de estudos prévios, determinar quais áreas serão mais adequadas aos empreendimentos econômicos, depois de seguidos os rituais políticos de aprovação no CN. Aponta ainda que os indígenas serão consultados quando da realização dos estudos técnicos sob supervisão da FUNAI,

As expectativas de aprovação do projeto eram grandes, sugeriam seus propositores, já que o ex-governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga, estava como Ministro das Minas e Energia, naquele momento. Nessa iniciativa da ALEAM, impõe-se uma visão tecnicista, uma linguagem de especialistas que nega a interlocução sistemática com os prováveis grupos atingidos e seus conhecimentos da vida cotidiana (LEITE LOPES, 2004), embora os rituais propostos induzam a outro entendimento. A FOIRN, principal antagonista da proposição, não estava presente. Ela, deliberadamente, se recusou a participar do processo público de legitimação das proposições governamentais.

Em nota de repúdio, datada de 07/02/2020, a FOIRN reafirma o seu posicionamento contra a mineração em terra indígena<sup>21</sup>.

[...] A FOIRN, portanto, denuncia a manipulação que o Governo Bolsonaro faz do nosso direito à autonomia e repudia esse projeto de morte que a qualquer custo quer implantar nos territórios indígenas, com impactos irreversíveis particularmente sobre povos indígenas isolados e de recente contato, e chama a toda a sua base e movimentos, organizações e segmentos solidários da sociedade nacional e internacional a se somarem conosco nesta batalha pela vida e o bem viver não apenas dos povos indígenas, mas de toda a humanidade e o planeta.

E segue defendendo a sua representatividade política na região da Cabeça do Cachorro.

A FOIRN compõe-se de 91 organizações indígenas de base, que representam as comunidades indígenas distribuídas ao longo dos principais rios formadores da bacia do Rio Negro. São cerca de 750 comunidades, onde habitam mais de 50 mil indígenas, compreendendo aproximadamente 5% da população indígena do Brasil, pertencentes a 23 grupos étnicos diferentes, representantes de quatro famílias linguísticas, Tukano, Aruak, Yanomami e Nadehup, numa área de cerca de 13.000.000 de km<sup>2</sup>, no Noroeste Amazônico Brasileiro, na abrangência dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Já a Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF), em documento datado de 08/03/2022, também se posicionou contra o projeto, dado o poder nocivo de seu conteúdo, que fere premissas constitucionais e protocolos internacionais. Salienta-se que o MPF tem agido para coibir a mineração ilegal em terras indígenas, que hoje computam “mais de quatro mil procedimentos minerários incidentes em 216 terras

---

assinando que terão a participação no resultado das atividades previstas e direito à indenização, quando impactados. Já a licitação será coordenada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que pode, se assim quiser, determinar as zonas de garimpagem sem a necessidade de estudos prévios. Isso incide também em TI nas áreas de fronteira por razões relativas à segurança nacional. O artigo IV traz uma variedade de enunciados sobre a participação dos indígenas, sob a justificativa da criação de canais de diálogo com eles. Em 05/02/2020, uma carta foi enviada ao Presidente da República submetendo o projeto de lei para apreciação e pedindo deliberação sobre a questão, subscrita também pelo então Ministro da Justiça, Sergio Moro. No dia 09/03/2022, a Câmara dos Deputados aprovou, em regime de urgência, o PL 191/2020, com 279 votos a favor e 180 contra. A partir daí, será formada uma comissão de parlamentares para estudar a proposta e remetê-la novamente para apreciação final.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://foirn.blog/2020/02/07/carta-de-repudio-ao-pl-de-mineracao-projeto-de-lei-no-191-2020/>>. Acesso em: mar. 2022.

indígenas, algumas das quais na quase totalidade de seus territórios” que despejam até “221 toneladas de mercúrio por ano no meio ambiente” (MPF, 2022, p. 2, 3). E exige medidas urgentes:

Considerando os danos já registrados e os prejuízos potenciais para os povos indígenas, esta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão reitera a inconstitucionalidade e a inconveniência do Projeto de Lei nº 191/2020, ao tempo em que espera que o Poder Executivo, por meio da Funai, do Ibama, da Polícia Federal e do Ministério da Defesa, adote todas as providências necessárias para coibir a mineração e o garimpo ilegal em terras indígenas, inclusive para a retirada de garimpeiros invasores dessas terras (MPF, Brasília/DF, mar. 2022, p. 3).

Em contraposição, a missão civilizatória capitalista junto aos indígenas segue a sua cruzada. Na atualidade, visa incorporar os seus territórios aos pedidos do desenvolvimento nacional com a finalidade de fornecer matéria-prima ao mercado mundial. Isso implica diretamente na privatização dos recursos naturais para atender os interesses dos estados centrais e das grandes corporações (RIBEIRO, 2005). Além da retirada dos entraves legais de proteção desses povos e do impedimento dos processos de demarcações, com a finalidade da formação de um estoque estratégico de terras para o capital. Cabe ainda, mencionar a busca incessante dos recursos públicos para financiar essas atividades econômicas predatórias (ALMEIDA, 2004).

A luta pelo poder, nessa região, tem uma implicação prática com efeitos no curto e médio prazo. Está em questão a discussão de as terras indígenas serem protegidas, conforme prevê a legislação, ou a possibilidade de a flexibilização ocorrer por conta dos interesses do capital e do lobby dos parlamentares, ligados à mineração no Congresso Nacional, e isto está condicionado aos posicionamentos do governo federal que, atualmente, está empenhado no desmantelamento dos mecanismos de controle social e de fiscalização e da legislação previdenciária, trabalhista e ambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devemos pensar relacionalmente a cidade como o lugar: do fluxo material e simbólico; de mercadorias, que abastecem os residentes na cidade, seja de fora ou do próprio município; de grupos diversos – como os militares de várias regiões do Brasil –, por se tratar de uma região fronteira com outros países, além da circulação de comerciantes, pesquisadores, representantes de governos e de organizações não governamentais interessadas na interlocução com os povos indígenas, para apoiá-los em suas lutas ou em sua evangelização e cooptação política, como as instituições religiosas; ou, ainda, destinar os seus territórios às atividades da mineração.

Devemos mencionar também as representações hegemônicas que ganham a forma de discursos e narrativas que visam desqualificar as proposições indígenas nos espaços públicos e nas disputas entre os campos de poder.

A cidade, nesse contexto, está submetida a variáveis externas a ela. Mais precisamente aos interesses do capital sob o abrigo da ação estatal. No caso da mineração, a ação multiescalar dos agentes envolve a mediação de movimentos políticos das corporações internacionais, governo brasileiro, congresso nacional, governo do Estado do Amazonas e de prefeituras e legislativos federal, estadual e municipais.

Os indígenas residentes nas “aldeias”, “terras indígenas” e “comunidades” frequentemente se direcionam à cidade e, simultaneamente, o movimento inverso é recorrente e desnuda as múltiplas territorialidades envolvidas, quer dizer, revelam a intensidade do vínculo entre identidade e território, conforme tratou Ribeiro (2009). Nesses intensos fluxos, circulam pessoas, bebidas e comidas, rituais, línguas, cosmovisões e outros produtos étnicos comerciáveis – como a pimenta Baniwa – que computa mais de 60 espécies diferentes, produzida por mulheres na terra indígena com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e vendida no estado de São Paulo.

Esses movimentos multidirecionais expressam, do ponto de vista empírico, que os modos de vida indígena não se realizam pela oposição terra indígena-aldeia-cidade e vice-versa. Isso nos leva a entender que a cidade vai até a aldeia, mas a aldeia também vai até a cidade, conforme propôs Oliveira (1968), e isto exige uma nova maneira de representar a cidade, suas formas e conteúdo. Esta perspectiva, às vezes, é negligenciada pelos formuladores da teoria urbana e das políticas urbanas e territoriais para a região.

Apesar de numericamente majoritários na cidade, os indígenas não estão em postos de poder econômico e no comando político das decisões estruturantes e de longa duração. Neste contexto, vale destacar que o prefeito, mesmo sendo indígena, é a favor da mineração em terras indígenas e contra a demarcação. No momento do trabalho de campo, estavam sob forte ataque dos setores conservadores aqueles que se posicionavam contra a mineração em terra indígena e denunciavam os casos de pedofilia contra crianças indígenas, o que levou à prisão de vários homens, inclusive mulheres, que funcionavam como aliciadoras.

Constatamos ainda a ausência de interlocutores governamentais e de políticas diferenciadas para as associações indígenas, cuja atuação gira em torno de pautas pontuais e demandas específicas, como trabalho e renda, abertura de ramal, construção de pontes, transporte da produção agrícola, financiamento, apoio técnico, escola para as crianças, atendimento médico, apoio às práticas culturais e à venda do artesanato, dentre outras. Analisadas em seu conjunto, essas pautas nos dão a dimensão de uma agenda que não é de fácil resolução. Apesar disso, elas não têm ressonância no espaço da política, por falta de financiamento e de iniciativa dos entes federados da república.

Com isso, nossa reflexão não tem por finalidade criar oposições entre universos socioculturais distintos – indígena e não indígena –, ao contrário, nosso exercício analítico visa

explicitar as contradições, os diferentes sistemas de classificação, a percepção do mundo social e como isso orienta o campo das práticas desses grupos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Território e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, 2012, p. 63-71.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terra das línguas: leis de oficialização de línguas indígenas. In: OLIVEIRA, G.*et al.* (org.). São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. In: **Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico**. Manaus: PNCS, 2007. p. 9-29.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2004, p. 9-32.

ANDRELLO, G. **A cidade do índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: UNESP/ISA/NUTI, 2006.

BARROS, L. C. da S. Kapiwayá e seu lugar no universo músico-coreográfico-ritual em um clã Desana, alto rio Negro, Amazonas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, 2012, p. 509-523.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizadoEC%20111.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Instituto Socioambiental. **Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; ISA, 2005. Mimeo.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2015.

IUBEL, A. F. Mineração e(m) Terras Indígenas: reflexões a partir do alto rio Negro. Maloca. **Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, São Paulo, v. 3, 2020, p. 1-31.

LASMAR, C. **De volta ao lago do leite**: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: NUSP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LEITE LOPES, J. S. A “ambientalização” dos conflitos sociais. In: ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Orgs). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Coleção Antropologia da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 15-38.

NAKANO, K. A. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão territorial imbricada. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 237-279.

NAKANO, K. A.; COMARÚ, F. de A. São Gabriel da Cachoeira: o planejamento e a gestão

territorial num município indígena da Amazônia. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Orgs.). **Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 155-192.

OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre Etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, R. C. de. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fedrik Barth**. São Paulo: Unesp, 2011.

RIBEIRO, A. C. T. **Cartografia da ação social região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios. Outros mapas. In: **OSAL**, n. 16, 2005, p. 263-272.

ROSTOW, W. W. Introdução. In: ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-51.

# CIDADES, GRANDES OBJETOS E TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA

Michel de Melo Lima\*

## INTRODUÇÃO

A reprodução das relações sociais de produção contemporâneas está assentada em uma diversidade de ações – econômicas, políticas, ideológicas e institucionais – empreendidas pelo grande capital, pelo Estado e demais agentes parceiros, para a manutenção da hegemonia capitalista em escala mundial (LEFEBVRE, 1973).

É nesse sentido que, de maneira geral, ganha força: a) a expansão da economia de mercado e suas relações contratuais; b) a produção do espaço em sua tendência de afirmação da dimensão da troca e dos valores de troca (LEFEBVRE, 2013); c) a atualidade do processo de acumulação primitiva (FEDERICI, 2022) ou por espoliação<sup>1</sup>; d) a produção de aparatos institucionais, normativos e subjetividades como formas de dominação e estruturação da vida social (DARDOT; LAVAL, 2016); e, por fim, e) todo um conjunto de contradições, resistências e conflitos que se apresentam como resultados dessa acumulação (HARVEY, 1980, 2004).

Os elementos apresentados fornecem suporte para interpretar o desenvolvimento do capitalismo em diferentes contextos, como, no caso da realidade brasileira e, particularmente, da região amazônica, que é um espaço solapado pelo processo de acumulação relacionado ao aproveitamento de recursos regionais (minerais, vegetais, hídricos, culturais) (OLIVEIRA, 2000; CASTRO, 2010) e aos numerosos casos de contestações, tensões e resistências (indígenas, caboclas, camponesas, operárias) engendradas como forma de enfrentamento das ações mercantis multiescalares do capital, do Estado e das parcerias público-privadas historicamente por eles estabelecidas (TRINDADE JR., 2014; TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

As cidades paraenses de Tucuruí e Altamira compõem referenciais representativos dessa complexidade, pois, os seus espaços urbanos estão diretamente inseridos no processo de

---

\* Doutor em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (PPDMU), da Universidade de Amazônia (Unama). E-mail: mmlgeo@hotmail.com. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1757-2235>.

<sup>1</sup> Na interpretação de Harvey (2004), a acumulação por espoliação ainda está em andamento e diz respeito ao conjunto de relações de dominação, exploração, cercamento e cooptação do capitalismo sobre os modos de produção não-capitalistas. Assim, envolve a liberação de ativos, tais como: os direitos de propriedades intelectuais de grandes corporações sobre materiais biogenéticos; a transformação, em mercadoria, de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual de populações originais/tradicionais; a corporativização e a privatização de recursos ambientais globais (terra, ar, água), de bens públicos (universidades) e de direitos coletivos (previdência, saúde, legislações trabalhistas); a degradação de habitats que impedem formas capital-intensivas de produção etc.

modernização da Amazônia. Inicialmente, suas dinâmicas socioespaciais tomam forma e conteúdo através de uma temporalidade histórico-geográfica ligada aos rios e à floresta. Atualmente, no entanto, vinculam-se ao desenvolvimento capitalista da região e ao momento de (re)valorização de seus atributos locacionais, logísticos, turísticos e “naturais”.

O referido processo de (re)valorização ocorre principalmente através do estabelecimento de grandes projetos/objetos<sup>2</sup> infraestruturais, com destaque para as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, e, também, para o conjunto de transformações urbanas que acompanharam suas implementações.

Partindo destas considerações gerais, objetiva-se, neste artigo, analisar a produção de territórios<sup>3</sup> de uso comum em Tucuruí e Altamira em face do estabelecimento de grandes objetos hidrelétricos e da urbanização empreendedora recente que os acompanha. Para tanto, recorreu-se aos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica assentada na leitura crítica do desenvolvimento do capitalismo e da razão neoliberal, assim como no debate sobre a produção da cidade e do urbano e, também, sobre a teoria dos comuns; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico centrada em Tucuruí e Altamira; c) levantamento de dados secundários e documentais associados ao processo de modernização da Amazônia; d) observação sistemática de campo, por meio de incursões nas duas cidades, nos anos de 2018 e 2019, que possibilitaram inventariar, comparar e analisar elementos de sua paisagem, e, também, visualizar *in loco* suas dinâmicas espaciais e temporais relacionadas aos grandes objetos hidrelétricos construídos.

O artigo está estruturado em introdução, seguida de duas seções e mais as considerações finais. A primeira seção apresenta uma análise das características do processo de desenvolvimento do capitalismo, relacionando-o ao debate sobre a cidade e o urbano, com ênfase na produção do que é comum/partilhado enquanto uma importante dimensão do anticapitalismo contemporâneo. A segunda parte aborda a modernização advinda de grandes objetos instalados na Amazônia e a

---

<sup>2</sup> Os grandes objetos artificiais (portos, hidrelétricas, complexos industriais etc.) são expressões do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2008) que se expande na Amazônia. Nesse sentido, respondem à necessidade de modernização da sociedade e do território, especialmente com vistas a atender demandas de produção associadas ao mercado nacional e internacional. Ademais, é importante frisar que sua difusão no espaço regional ocorre especialmente a partir da década de 1960 (TRINDADE JR., 2010).

<sup>3</sup> Do ponto de vista instrumental, o território é abordado em sua tríplice dimensão, isto é, enquanto categoria de análise, de prática e como categoria normativa. No primeiro caso, é tratado a partir de um olhar sobre o espaço geográfico que coloca o seu foco nas relações de poder (econômicas, políticas e simbólico-culturais [apropriação, vivido]). Na perspectiva prática, diz respeito aos sujeitos, os “usadores” frequentes do espaço que colocam o território entre suas reivindicações por ele ser sinônimo de cultura, de comunidade, de história, de ancestralidade, de sonhos, de futuro, de vida. Por último, como categoria normativa, responde ao que o território é e ao que deveria ser (no sentido de se indicar um caminho, uma destinação), a partir de determinados e conflituosos interesses político-econômicos, como os das empresas privadas (política empresarial), do Estado (planejamento estatal, ordenamento territorial) e dos sujeitos subalternos/insurgentes, com suas políticas e estratégias de manutenção de seus espaços vividos (HAESBAERT, 2014).

produção de territorialidades comuns em Tucuruí e Altamira, cidades consideradas igualmente outros referenciais urbanos suportes de grandes projetos desenvolvimentistas, espaços essenciais para a expansão de novas atividades e relações, seja no plano econômico – através do aproveitamento capitalista de algum tipo de recurso –, seja no âmbito político-institucional e ideológico (difusão de subjetividades modernas), ou mesmo, no sentido da produção de conflitos, na consolidação de resistências e mobilizações de populações e/ou movimentos sociais locais e regionais.

## **1. O CAPITALISMO DE RAZÃO NEOLIBERAL, A CIDADE E O PRINCÍPIO POLÍTICO DO COMUM**

A modernidade e o modo de produção capitalista dissimulam, sob os auspícios de “novidade” e de “caminho único” para o conjunto da humanidade, a ideologia de crescimento econômico como algo central para se obter melhorias sociais, enfatizando, também, o espaço na sua dimensão estratégica de valor de troca (mercadoria) e a produção do repetitivo e do racional (razão instrumental, utilitarista, individualista) como as principais formas de reprodução socioespaciais (LEFEBVRE, 1973). A referida tendência, no entanto, não se materializa sem a produção de contradições nos mais diferentes contextos e nas mais diversas épocas históricas, manifestadas, principalmente, através de estranhamentos, tensões e conflitos em diversas escalas.

Isso porque o tempo do capital não é concretamente o tempo unilinear do “progresso”, da modernização, da conduta racional com relação a fins de “desenvolvimento”. O tempo da reprodução do capital é o tempo de interesses opostos, contrários, como o de classes e outros segmentos sociais, mas, também, é o de temporalidades desencontradas que se organizam e se reproduzem em situações socioespaciais não capitalistas ou mesmo pré-capitalistas de produção (MARTINS, 2009).

Dessa forma, problematizar sobre o desenvolvimento do capitalismo e a produção de desigualdades e diferenças é central. De todo modo, é igualmente importante destacar que além desse debate existe toda uma discussão sobre a atualidade do processo de acumulação por espoliação e sobre o fato do capitalismo e seus mecanismos de perpetuação se complexificarem em níveis surpreendentes recentemente, principalmente a partir da década de 1980, momento no qual o neoliberalismo amplia a lógica da concorrência para toda a sociedade, notadamente com o objetivo de aceitação de seus ideais e de suas ações empreendedoras (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

É nesse sentido que o capitalismo e sua *imago mundi* caracterizam-se como um “governo da sociedade”, que realiza uma regulação geral do ambiente social a partir da produção de

subjetividades e de mecanismos de mercado cujo funcionamento de forma alguma prescinde de intervenções estatais para a sua continuidade (MENDES; CAVA, 2017).

É por isso que o capitalismo e os seus desígnios também funcionam como uma forma “impessoal” de dominação, impondo relações sociais, leis econômicas e políticas próprias que estruturam a vida social, fazendo com que as hierarquias e subordinações pareçam “naturais” e “necessárias”. Assim, os elementos definidores da sociedade capitalista – o poder da propriedade privada, as riquezas concentradas nas mãos de poucos, a necessidade da venda da força de trabalho da maioria, a exclusão de grande parte da população global dos circuitos econômicos mais dinâmicos etc. – funcionam como um *a priori* que se torna até difícil reconhecer nisso algum tipo de violência socioeconômica (HARDT; NEGRI, 2016).

Inseridos nessa complexidade estão a cidade – o ambiente construído, arquitetônico, histórico – e o urbano, que é um modo de vida, sobretudo por esses configurarem elementos centrais para a reprodução das relações sociais de produção, um processo que não coincide, unicamente, com a reprodução dos meios de produção como no passado, e, tampouco, com a reprodução ampliada (crescimento da produção e do lucro), mas sim com o conjunto de ações do capital para manutenção de suas condições materiais e sociais de hegemonia em escala mundial (LEFEBVRE, 1973).

Assim, a cidade e o urbano são considerados socialmente produzidos, e, portanto, estão ligados à lógica hegemônica (formal, racional e de mercado) associada ao valor de troca, mas, também, configuram espaços de desigualdades, contradições, conflitos e resistências, vinculadas, dialeticamente, aos espaços vividos/apropriados por sua população e aos valores de usos coletivos empreendidos na sua produção (LEFEBVRE, 2006, 2008, 2013).

Sobre estes aspectos e pensando o atual contexto neoliberal, Brenner, Marcuse e Meyer (2011) também comentam que as cidades não são apenas locais estratégicos de acumulação de capital, pois, outrossim, configuram arenas em que os conflitos e contradições associados a estratégias específicas de acumulação são histórica e geograficamente combatidos por uma infinidade de sujeitos, que, através de suas territorialidades coletivas/apropriativas, mobilizam-se para criar alternativas à reprodução do próprio capitalismo, incluindo os seus modelos de urbanização lucrativa, o processo de financeirização, a cooptação social, o endividamento e a implacável mercantilização da vida.

E é pensando no enfrentamento dos desígnios capitalistas neoliberais que se chama a atenção para a importância de análises e teorias sobre os comuns em diferentes perspectivas. Assim, para Harvey (2014), a cidade, enquanto espaço socialmente produzido, é o lugar onde as pessoas de todos os tipos de classes se encontram para produção de uma vida comum, que é insurgente, perpetuamente mutável e transitória. Isso em face do ressurgimento da ênfase na

suposta perda da comunalidade, protagonizada pelos impactos profundos da recente onda de privatizações, de cercamentos, de controles espaciais, do policiamento e da vigilância na qualidade da vida urbana em geral.

Partindo desse contexto urbano contraditório e conflitante, Harvey (2013, 2014) define os comuns como relações sociais instáveis e maleáveis entre determinado(s) grupo(s) sociais autodefinidos, e os aspectos existentes ou ainda por criar do meio social e físico considerados essenciais para a sua vida coletiva. Dessa forma, para o autor, os comuns são recursos, relações e práticas, não mercantilizáveis, que são produzidas ao longo do tempo e referenciam uma coletividade em um determinado referencial socioespacial.

Adensando o debate sobre o conceito e pensando mais a realidade latino-americana e brasileira, sobretudo a partir de uma perspectiva menos focada no urbano e no conflito capital-trabalho, Leroy (2016) aborda o comum como um conjunto de bens, práticas e relações sociais que expressam um tipo de organização econômica e sociocultural produtora de territorialidades assentadas em partilhas e/ou usos coletivos que se colocam para além do mercado, apresentando-se como uma possibilidade de reprodução socioespacial anticapitalista e de restituição da relação “humanidade-natureza” – de caráter menos predatória, mais justa e aproximativa/solidária –, tendo como exemplos centrais etnias indígenas e demais populações tradicionais, setores do campesinato etc.

O enfretamento do capitalismo de razão neoliberal e a importância do comum também são abordados por autores que entendem essa dimensão coletiva como uma racionalidade oposta e uma alternativa aos intentos de acumulação (FEDERICI, 2022), isto é, que definem o que é comum como relações assentadas em subjetividades mais subversivas, cooperativas e solidárias, que são praticadas por diversos grupos humanos.

Dos referenciais revisados, destacam-se Dardot e Laval (2017, 2018), autores para quem o princípio do comum traduz um sistema de práticas que emana dos movimentos sociais, de seus embates e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal, como: o conjunto de tendências de radicalização da democracia, a luta pela afirmação de direitos universais, a busca por melhorias nos serviços públicos, a ocupação de espaços públicos, os debates em torno da questão ambiental etc. Assim, essa visão de mundo alternativa faz prevalecer, tanto o uso comum sobre o princípio do individualismo e da propriedade privada exclusiva, quanto o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a (co)atividade e a cooperação indissociável da (co)decisão no que diz respeito aos direcionamentos sociais.

É esse o sentido destacado do que é comum, de formas originais de ação e discurso (práticas, lutas, representações institucionais, pesquisas etc.) que configuram um princípio político central, um modo alternativo de organização e (re)produção social descentralizado e assentado

numa subjetividade e/ou em ideais coletivos e cooperativos, em apropriações e usos comuns que devem ser reconhecidos e instituídos socialmente.

A despeito das possíveis críticas e divergências existentes entre os autores apresentados e suas abordagens sobre os comuns, aponta-se a importância de suas contribuições para interpretar a realidade brasileira. Dessa forma, utilizou-se Harvey (2013, 2014) pela necessidade de realizar-se uma leitura socioespacial dos recursos e relações comuns em ambiente urbano, levando-se em consideração a existência de contradições e relações conflituosas entre o Estado, as empresas, as organizações multilaterais e os próprios sujeitos/grupos que produzem os comuns. Por seu turno, a contribuição de Leroy (2016) é essencial para pensar territorialidades comuns no contexto da Amazônia brasileira em sua relação rural-urbano. Por fim, Dardot e Laval (2017, 2018), que subsidiam o debate contido neste texto por conta do avanço do entendimento do que é comum enquanto um princípio político alternativo e central, que se coloca para além do reconhecimento do Estado e de outras instâncias hegemônicas, designando o comum como um conjunto real de lutas assentadas nas atividades práticas dos indivíduos, em face do desenvolvimento do capitalismo e da racionalidade neoliberal.

## **2. GRANDES OBJETOS, ESPOLIAÇÕES E TERRITÓRIOS DE USO COMUM**

Para entender os mecanismos estruturais de difusão do capitalismo, é necessário atentar para a sua história, os seus “descarrilamentos”, assim como para a pluralidade de lutas em torno da acumulação, e, também, deve-se interpretar criticamente as estratégias que transformam, renovam e constantemente expandem esse modo de produção para o conjunto da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

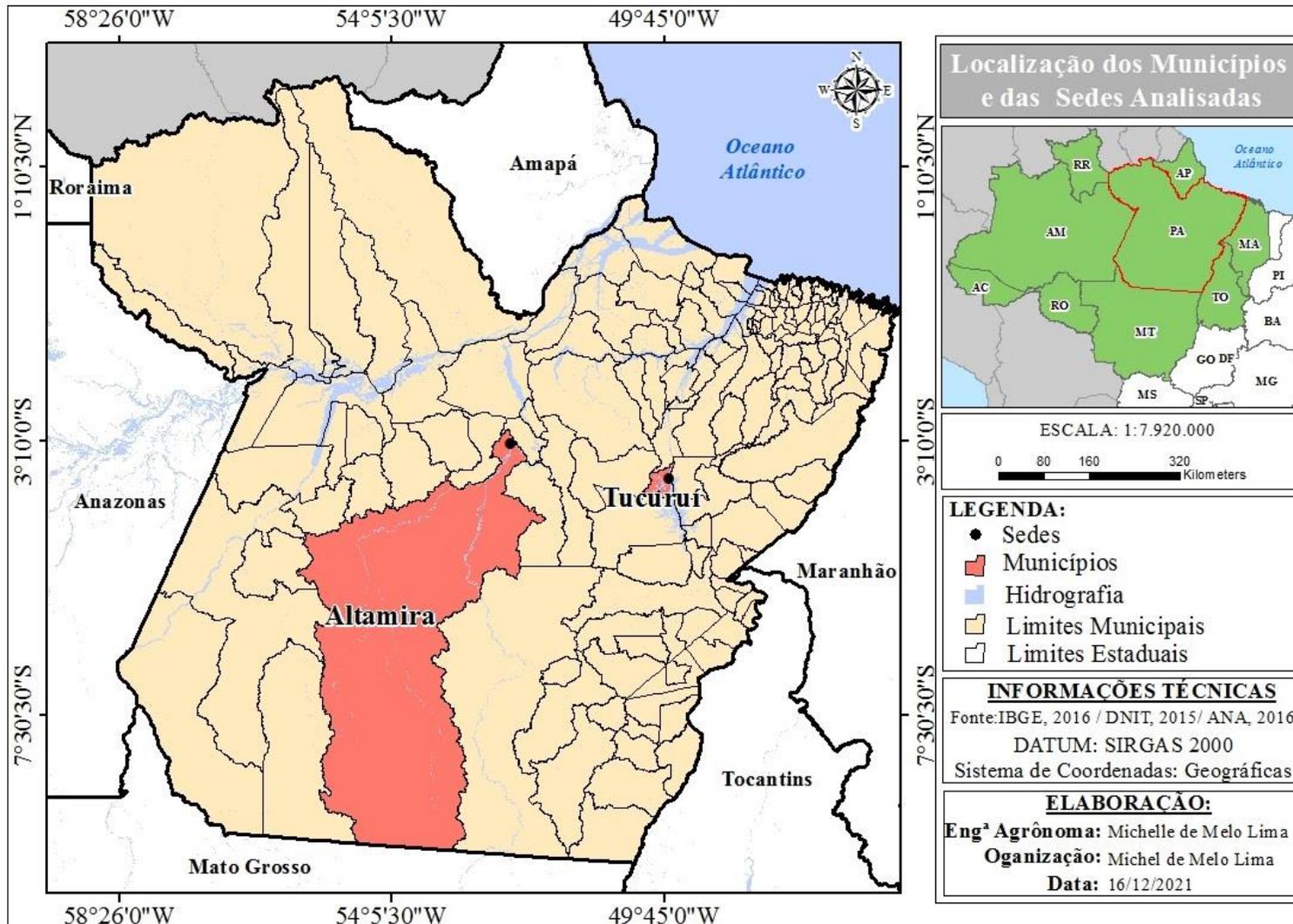
A partir dessa premissa, aproxima-se do entendimento de como é projetada uma tendência de “adequação” de diversas formas de existência, organização e reprodução da sociedade de acordo com a racionalidade do capital. Diante desse contexto, é igualmente importante pensar as transformações recentes ocorridas na Amazônia brasileira também como uma expressão desse processo, que se materializa através de estratégias governamentais e empresariais voltadas para a região, reveladas, principalmente, pelo aumento do interesse e/ou de ações de exploração dos recursos (vegetais, minerais, energéticos [hidrelétricos] etc.) e pelas diversas transformações infraestruturais, ocasionadas em ambientes urbanos e rurais, com objetivos de acumulação.

Assim, é por meio de (des)encontros de temporalidades sociais, de lógicas diferenciadas de relação sociedade-natureza, de espoliações e de perspectivas coloniais atualizadas e/ou mobilizadas por interesses de acumulação e cobiça (CASTRO, 2010) que ocorre a produção da cidade e do urbano na Amazônia, com destaque para o embate entre tempos sociais contraditórios,

associados, tanto aos usos e valores de uso coletivos dos rios, da floresta e da vida, quanto ao processo modernizante em curso, que direta ou indiretamente expressa os intentos de efetivação do “progresso” capitalista.

Esse é o ponto de partida, aqui utilizado, para debater as transformações ocorridas nas realidades de Tucuruí e Altamira, espaços urbanos situados em contextos distintos – sudeste e sudoeste paraense – e cujos conteúdos socioespaciais foram e são, direta e indiretamente, impactados pela racionalidade do capital e de seus grandes objetos espaciais, com destaque para os empreendimentos hidrelétricos de Tucuruí e suas eclusas, e, também, para o complexo de Belo Monte, que conta com suas duas barragens e um canal fluvial recentemente construídos.

Mapa 01 – Municípios e suas sedes no Estado do Pará



A origem dessas cidades situa-se temporalmente no (des)encontro de populações indígenas com colonizadores europeus, no contexto amazônico dos séculos XVII e XVIII. No caso de Tucuruí e do médio curso do rio Tocantins, o incentivo ao povoamento manifestou-se em função de fatores de natureza econômica (exploração de drogas do sertão), fiscal e militar; sendo que esse último ocorreu principalmente pela necessidade de proteção territorial e “domesticação” de indígenas Assurinís, Parakanãs e Gaviões, e por conta do aprisionamento de escravos fugitivos. Os fatores citados e a necessidade de facilitar a circulação fluvial regional levaram à fundação de vários fortins e povoados nas margens do rio Tocantins, como a localidade de Alcobaça, no início da década de 1780, nas proximidades do trecho encachoeirado de Itaboca (VELHO, 1972; ROCHA, 2008).

Posteriormente, o referido aglomerado foi abandonado, em um contexto no qual diversas tentativas de povoamento do rio Tocantins, em seu médio curso, fracassaram devido aos inconvenientes físicos (trechos encachoeirados e corredeiras) e ao movimento de resistência indígena (ROCHA, 2008).

Dessa forma, é somente a partir da primeira metade do século XIX e em meio ao processo de exploração econômica do extrativismo da borracha que foi retomado o interesse em ocupar e colonizar o interior da Amazônia, com o estímulo proporcionado pela introdução da navegação a vapor (CORRÊA, 1987). É em função de todo esse processo de revigoramento econômico e populacional que, em 1870, o governo provisório do Pará cria a Freguesia de São Pedro, no lugar de Pernedeiras, no município de Baião, o local mais populoso daquele trecho do rio Tocantins. Essa localidade viria a se chamar, no ano de 1875, São Pedro de Alcobaça (ROCHA, 2008).

Alcobaça tornou-se um importante entreposto comercial entre Belém (a capital do Estado) e o médio Tocantins, principalmente por conta do comércio extrativista da borracha e da castanha do Pará, assim como, por ser um ponto central de atividades de uma ferrovia construída na década de 1890, voltada para a circulação dessa produção e, também, pelos fluxos de abastecimento de mercadorias em escala regional (ROCHA, 2008). Ademais, é importante ressaltar que no ano de 1943, o distrito de Alcobaça recebeu a denominação de Tucuruí, desmembrando-se de Baião e sendo elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 62, de 31 de dezembro de 1947 (VELHO, 1972).

Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a frente extrativista da castanha e Tucuruí ascendia como entreposto comercial (MAGALHÃES, 2007), em seu cotidiano destacava-se uma dimensão socioespacial ligada ao rio Tocantins, proeminentemente marcada por um tempo social cadenciado, que aproximou os sujeitos (indígenas, descendentes de quilombo, ribeirinhos etc.) dos recursos hídricos e florestais, em uma perspectiva de usos coletivos (pesca, circulação fluvial, extrativismo vegetal, caça etc.) produtores de territorialidades comuns.

Toda essa dinâmica regional sofreu alterações significativas após a década de 1960, por conta das ações do Estado desenvolvimentista, do aproveitamento capitalista dos recursos naturais e da intensificação da inserção da Amazônia brasileira à economia nacional e internacional, através das rodovias (CORRÊA, 1987). É quando diversos fatores corroboram para a concretização de um empreendimento hidrelétrico em Tucuruí.

Os preparativos para a construção da usina hidrelétrica iniciaram entre os anos de 1973-74, sendo que a primeira fase (barramento do rio Tocantins e construção da usina) foi concluída no ano de 1984. A referida obra foi realizada para dar suporte energético à implantação de projetos industriais (Alumínio Brasileiro S. A. [Albras] e Alumina do Norte do Brasil S.A. [Alunorte]) e minerais (Carajás) (ROCHA, 2008), tendo como principais resultados o afluxo populacional (barrageiros, “peões” etc.) ligado à obra; o aumento de postos de trabalho no mercado formal e informal; a marginalização de populações que dependiam de atividades econômicas locais e regionais menos capitalizadas (pesca, circulação fluvial, agricultura, caça, extrativismo da castanha) para sua subsistência e reprodução social (ALMEIDA, 2008); a formação de um reservatório hidráulico de aproximadamente 2.430 quilômetros quadrados, com diversas ilhas provenientes da inundação parcial de territórios dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e Breu Branco; o aumento da degradação ambiental; o êxodo rural; a criação de novos municípios; o avanço do latifúndio e a valorização do território do entorno do lago.

Durante o período de implantação da primeira fase da construção da usina, estima-se que ocorreu o deslocamento/expropriação de cerca de 70 mil pessoas. Populações que perderam suas terras, habitações nas ilhas e nos demais espaços impactados ao longo do rio, os seus principais referenciais de sobrevivência. Além disso, após a ampliação da potência da usina (1998-2006), e, mais especificamente no ano de 2011, findou-se a construção das eclusas que reestabeleceram a navegação no médio curso do rio Tocantins. Assim, nessa outra etapa, a cota do lago do reservatório foi elevada para 74 metros, ampliando a área total inundada para 3.100 quilômetros quadrados (NOVAES; MARIN, 2015), o que ocasionou remoções de moradores das margens do rio Tocantins e a criação de “novos” bairros na cidade de Tucuruí (bairro Nova Matinha), além da valorização turística de parte de seu espaço de orla localizado nas imediações das eclusas.

Ademais, a construção das eclusas possibilitou o surgimento de outra iniciativa logística empreendedora regional, a hidrovia Araguaia-Tocantins, obra que abrange a bacia dos rios Araguaia-Tocantins, corpos hídricos que fazem parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Goiás. Para o estabelecimento da hidrovia, são projetadas ações de derrocamento de pedrais, de dragagem do rio Tocantins, de balizamento e de sinalização dessa bacia fluvial, intervenções previstas para serem realizadas na montante e na jusante do reservatório da

hidrelétrica de Tucuruí (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018), sem, no entanto, detalhar os impactos da hidrovía no cotidiano das populações que têm no rio, em suas margens e no interior da floresta, importantes referenciais de valores de uso e de vida comum.

A partir dessas iniciativas modernizantes (quadro 01), destaca-se o acirramento de embates pela manutenção dos espaços de sobrevivência e a afirmação de diferentes usos do território por diversos grupos identitários e movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associação de Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins e Adjacências [APOVO], Comissão Pastoral da Terra etc.), que são, também, coletivos de moradores (indígenas, ribeirinhos, descendentes de quilombo) da orla da cidade, das ilhas do Lago, das beiras-rio de comunidades rurais dos municípios afetados pelo empreendimento etc. A situação de conflito social envolve essas populações, o Estado, a empresa (Eletronorte) e os demais agentes e/ou grupos mais capitalizados (NOVAES; MARIN, 2015).

É nesse sentido que se pode pensar as contradições e os conflitos existentes em torno do que é considerado comum (HARVEY, 2013, 2014) em Tucuruí. O comum, em sua expressão socioespacial, manifesta-se em territórios (LEROY, 2016) apropriados por grupos sociais que não veem o rio Tocantins, suas margens e o interior da floresta, apenas como recursos que devem ser utilizados para fins de acumulação, mas sim como abrigo, algo essencial para a sua sobrevivência e reprodução, o que, inclusive, suscita os sujeitos a se organizarem politicamente em torno da defesa de seus territórios comuns. É a partir disso que emerge o ideal coletivo de sua proteção como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) substancial de suas lutas territoriais.

Quadro 01 – Tucuruí: principais ações e/ou intervenções recentes realizadas e projetadas para a cidade e o entorno

Obra/Intervenção	Objetivo	Principais funções e resultados	Agentes envolvidos	Situação
<b>Hidrelétrica de Tucuruí</b>	Subsidiar projetos minero-industriais e ofertar energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	Modernização regional e geração de energia; degradação ambiental; espoliação dos territórios e conflitos socioambientais	Governo Federal (Eletronorte/Eletronorte)	Primeira etapa (1973-1984) e ampliação da potência (1998-2006) concluídas
<b>Eclusas da Usina</b>	Reestabelecer a navegação fluvial de médio e grande porte no curso do rio Tocantins	Operacionalizar a construção de hidrovias; ampliação da área do lago; aumento do número de atingidos; espoliação dos territórios e conflitos sociais	Governo Federal (PAC) e DNIT	Início na década de 1980 e conclusão no ano de 2011
<b>Bairro Nova Matinha</b>	Abrigar moradores que foram deslocados para construção das eclusas	Habitação; realocação problemática dos moradores em função do não cumprimento de acordos firmados e da infraestrutura inacabada	Eletronorte, DNIT e Prefeitura Municipal de Tucuruí.	As obras iniciaram em 2010 e encontram-se paralisadas
<b>Complexo Cultural e “Nova Orla” de Tucuruí</b>	Produzir uma nova área de recreação, lazer e turismo	Espaço de lazer; infraestrutura inacabada; especulação imobiliária e produção de espaços urbanos subutilizados e/ou ociosos	Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Eletronorte	Início na década 2010 e encontram-se em andamento
<b>Hidrovia Araguaia-Tocantins</b>	Reestabelecer a navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins	Maximizar o dinamismo econômico; criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional; negação da existência de impactos às populações tradicionais; mobilizações dos atingidos	Governo Federal (DNIT) e Consórcio DTA/O’Martin.	Está em fase de debates e/ou audiências públicas para aprovação e complementação dos estudos (EIA/RIMA)

Fontes: Magalhães (2007), Rocha (2008), Caderno Nova Cartografia (2014), Novaes e Marin (2015), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2018), Ministério Público Federal (2019) e levantamentos de campo (ano de 2018 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

O município de Altamira está localizado no sudoeste paraense, na chamada Volta Grande do Rio Xingu<sup>4</sup>, e foi desmembrado do antigo município de Souzel, atual Senador José Porfírio. Assim, é a partir das práticas de aldeamento dos grupos indígenas (Xipaia, Curuaia, Juruna, Arara) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos, no período pombalino, que se tem a formação de missões religiosas que deram origem à Altamira (ALONSO; CASTRO, 2006).

Dentre essas missões, destacou-se a Tavaquara, situada na confluência do rio Xingu com o igarapé Pannels. É por meio dela e do forte localizado na foz do igarapé Ambé, na margem esquerda do rio Xingu, que se estabeleceram as primeiras bases de Altamira, que foi elevada à categoria de cidade em 1917 (COSTA, 2004; MIRANDA NETO, 2016).

A cidade de Altamira desempenhou função de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006). O comércio extrativista propiciou relativa dinamização econômica e a reafirmação de Altamira como um centro de destaque no médio Xingu.

Por outro lado, a queda na demanda da borracha no mercado europeu, o arrefecimento dos fluxos populacionais e o fim da segunda guerra mundial demarcaram um período de estagnação econômica (1920-1960) na região em referência. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu e a cidade de Altamira não apresentaram alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004), no qual, em paralelo ao processo de estagnação econômica, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros, marisqueiros, oleiros, caçadores etc.) desenvolviam usos e territorialidades comuns dos recursos hídricos e florestais existentes, com destaque para o conjunto de apropriações do rio Xingu e suas margens, dos igarapés, das ilhas e do interior da mata.

O revigoramento urbano de Altamira aconteceu somente a partir das ações do Estado desenvolvimentista, na década de 1960 (COSTA, 2004). A reafirmação de sua centralidade urbana estava ligada à intensa migração inter-regional de trabalhadores para abertura das frentes de expansão ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e à criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. É neste momento que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária

---

<sup>4</sup>A Volta Grande do Rio Xingu consiste num território de aproximadamente 200 quilômetros de extensão, abrangendo parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, em uma área que faz parte da *fall line zone* (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de um espaço denso e diversificado, composto por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias, especialmente Xipaia, Curuaia, Kayapó, Juruna e Arara. Grupos que historicamente desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução material e social (ALMEIDA; MARIN, 2014).

(INCRA) se encarregou de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira aos recém-chegados, o que, de fato, não se confirmou (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Posteriormente, influenciaria definitivamente o espaço urbano e rural de Altamira os estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Assim, desde o ano de 1975, a Eletronorte já projetava a construção das barragens de Kararaô (que ficaria conhecida, futuramente, como Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kokraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. De todo modo, foi somente em 1980 que a empresa efetivamente iniciou os estudos sobre o que foi denominado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que era composto por duas usinas (Kararaô e Babaquara), objetos espaciais que, juntos, inundariam 8 mil quilômetros quadrados de terras (ALONSO; CASTRO, 2006).

Os empecilhos para consolidação desse empreendimento estavam na dificuldade de obtenção de recursos e também devido às mobilizações de grupos sociais (pequenos produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos) que contestavam os resultados dessas políticas desenvolvimentistas, assim como nas pressões de forças internacionais que acabaram levando as agências financiadoras a reverem seus critérios de financiamento de grandes obras de energia hidrelétrica na Amazônia, com foco em cláusulas específicas sobre o meio ambiente e sobre as populações afetadas (ALONSO; CASTRO, 2006). Dessa forma, o processo de resistência e mobilização social (nacional e internacional), aliado à dependência de financiamento do Banco Mundial, levaram o governo brasileiro a restringir o aproveitamento hidrelétrico para uma única usina, remodelada tecnicamente para reduzir os impactos derivados do alagamento de seu reservatório (GLASS, 2016).

Assim, a usina, rebatizada de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), teve a sua licença de instalação efetivamente liberada no início do ano de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do grande volume de mão de obra (acampamentos de trabalhadores) e as prospecções para a instalação e construção do empreendimento (MAGALHÃES, 2017).

O grande objeto espacial entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016).

O empreendimento dispõe de duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira (barragem do sítio Pimental) localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado em desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda (usina do sítio Belo Monte) está situada no município de Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O

barramento do sítio Pimental redireciona a vazão principal do rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no sítio Belo Monte, no qual objetiva-se gerar energia através de 18 turbinas. A partir desse processo de redirecionamento segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar. As populações que residiam nessas áreas, desde o ano de 2014, foram e estão sendo transferidas para os novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Os loteamentos, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica, com abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica (MIRANDA NETO, 2016).

Ao total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos<sup>5</sup>, indígenas que moram na cidade (CARDOSO, 2018), oleiros e demais moradores que residiam em espaços periféricos na orla fluvial do rio Xingu e nos três igarapés urbanos (Ambé, Altamira e Panelas). São eles: RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral/Tavaquara. O processo de reassentamento foi e é acompanhado de intensos debates sobre a adequação infraestrutural desses espaços e sobre a garantia dos serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas, o que produz conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016).

Assim, diversos grupos sociais de atingidos, populações que habitavam o rio Xingu e suas margens, os igarapés urbanos e o interior da floresta, deslocam-se compulsoriamente para a cidade, formando unidades de mobilização, retomando reivindicações de demandas e o reconhecimento de vivências que não foram consideradas durante a elaboração e execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017).

É nesse fervilhar que igualmente se destaca, de um lado, a continuidade da lógica de (re)produção do espaço urbano enquanto mercadoria, da espoliação e dos ideais empreendedores através do estabelecimento de melhorias urbanas voltadas para o processo de valorização turística,

---

<sup>5</sup> Os ribeirinhos atingidos pelo empreendimento compulsoriamente se distanciaram do seu modo de vida ligado ao rio e à floresta, já que foram realocados em espaços distantes do Xingu, o que dificultou o desenvolvimento da atividade pesqueira, a sua principal fonte de subsistência. Soma-se a isso o fato de que antes do estabelecimento da hidrelétrica, a vida ribeirinha baseava-se na lógica de dupla moradia: a casa nas ilhas e nas margens do rio serviam como o lugar de pesca, de agricultura de subsistência (com comercialização da produção excedente), de descanso e de relacionamento com a natureza; e a moradia urbana, que despontava como o ponto de apoio para a venda do pescado, dos produtos das roças ou para adquirir utensílios diversos (WEIBERMEL, 2017).

recreativa e ambiental das margens dos igarapés urbanos e da orla da cidade, e, de outro lado, conquistas sociais, como iniciativas de retorno das populações ribeirinhas para territórios situados ao longo do rio Xingu e a construção do RUC Pedral/Tavaquara, que destoa dos outros cinco RUCs por ser um produto do atendimento de uma demanda dos espoliados, sobretudo dos indígenas na cidade (CARDOSO, 2018).

O sexto RUC, que é de responsabilidade da Norte Energia S.A. em parceria com o poder público municipal e federal, acabou sendo inserido nas condicionantes do empreendimento hidrelétrico por meio de muita pressão e mobilização popular (WEIBERMEL, 2017; BARRETO, 2019). Ademais, a partir dos trabalhos de campo e da coleta de informações atuais fornecidas por representantes de movimentos sociais locais e regionais, constatou-se que muitos moradores ainda aguardam a finalização da obra por parte da empresa e definições relacionadas ao atendimento de alguns serviços (transporte coletivo, unidade básica de saúde, educação indígena, adequação infraestrutural ao modo de vida ribeirinho e indígena etc.) demandados pela população do bairro.

Por fim, a síntese e o detalhamento de algumas dessas transformações relacionadas ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte podem ser visualizados no quadro 02.

Quadro 02 – Altamira: principais ações e/ou intervenções recentes realizadas e projetadas para a cidade e o entorno

<b>Obra/Intervenção</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais funções e resultados</b>	<b>Agentes envolvidos</b>	<b>Situação</b>
<b>Hidrelétrica de Belo Monte</b>	Atender demandas e projeções do Governo Federal de produção de energia, integrando-se ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	Modernização regional e geração de energia; mudanças na estrutura urbana de Altamira; diminuição do fluxo de água do rio para a Volta Grande; espoliações de territórios e conflitos socioambientais	Governo Federal, Prefeitura Municipal e Norte Energia S.A. (NESA).	Liberação da licença de instalação em 2011, e início das atividades de operação em 2016
<b>Transferência da População da ADA Urbana e construção dos RUCs</b>	Realocar a população que estava situada na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar para novos espaços planejados	Habitação; realocação conturbada; denúncias de irregularidade; “novos bairros” distantes do centro (dos comércios e serviços) da cidade e do rio Xingu; conflitos sociais	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e Prefeitura Municipal	Ocorrido entre os anos de 2014 e 2015
<b>Ações de Requalificação Urbana das Áreas Diretamente Atingidas</b>	Estabelecer melhorias na infraestrutura socioambiental e urbana da cidade, a partir da mitigação dos impactos causados pelo enchimento do reservatório da usina	“Reorganização da orla” da cidade; valorização turística, recreativa e comercial; recuperação ambiental dos igarapés urbanos que foram (re)estabelecidos como parques ambientais (áreas verdes e de recreação)	Norte Energia S.A. (NESA) e Prefeitura Municipal	Ocorrido a partir dos anos de 2014-2015
<b>Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara</b>	Realocar população deslocada (pescadores, oleiros, ribeirinhos, indígenas) em espaço localizado na margem do rio Xingu	Espaço habitacional indígena e ribeirinho; mobilizações populares e escolha coletiva de um território na margem do rio Xingu	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e populações indígenas	Em vias de finalização
<b>Territórios Ribeirinhos</b>	Reassentar parte das populações ribeirinhas para territórios situados no reservatório da usina (municípios de Altamira e Vitória do Xingu)	Acolher adequadamente os sujeitos espoliados; mobilizações populares e conflitos; precariedade de infraestrutura e de assistência por parte do poder público	Norte Energia S. A. (NESA), Governo Federal, Conselho Ribeirinho	Em andamento

Fontes: Costa (2004), Leme (2009), Altamira (2010, 2011), Boletim Cartografia da Cartografia Social (2017), Miranda Neto (2016), Weibermel (2017), Cardoso (2018), Barreto (2019) e levantamentos de campo (ano de 2018 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

Os sujeitos atingidos/espoliados em Altamira pela UHE de Belo Monte, juntamente com a igreja e outras organizações que focavam os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) formaram resistências e organizaram lutas em função de seus interesses (COSTA, 2004; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017), sobretudo de manutenção de suas identidades culturais e seus territórios de uso comum, os seus referenciais de vida cuja defesa é alçada à condição de princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar os aspectos estruturais da produção do espaço de Tucuruí e Altamira, núcleos urbanos representativos dos processos mais gerais manifestados na Amazônia brasileira, pode-se entender como a modernização infraestrutural materializada a partir da instalação de grandes objetos espaciais hidrelétricos – e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso coletivo dos rios e da floresta – contribuíram para a produção de territórios de uso/enfrentamento comum na região.

Territórios esses que, inicialmente, através da apropriação comum dos rios Tocantins e Xingu, e, também, do interior da floresta, configuraram recursos essenciais para a sobrevivência da população urbana e rural (indígenas, descendentes de quilombo, ribeirinhos, trabalhadores assalariados, autônomos etc.). Posteriormente, os territórios ascendem como elementos de contradição e conflito em relação ao desenvolvimento do grande capital e ao concomitante processo de espoliação desses recursos, o que ocorre, de maneira geral, através de parcerias estabelecidas com o Estado e da anuência das elites locais/regionais.

Além disso, unidades de mobilização em torno da defesa dos territórios são engendradas e fizeram surgir bandeiras de lutas coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes ocorridas nas cidades analisadas.

Por fim, destaca-se que é preciso instituir os usos coletivos manifestados em Tucuruí e Altamira, sempre pensando os territórios a partir da capacidade de “pôr em comum” (DARDOT; LAVAL, 2017) dos sujeitos amazônidas. E é essa solidariedade e essa (co)atividade da população regional, os verdadeiros protagonistas e/ou usuários dos territórios, que tem se manifestado e precisa ser estimulada, notadamente através da sua participação ativa nas decisões políticas, nas

deliberações em relação ao inapropriável (o comum), na constante (co)presença e (co)responsabilidade desses sujeitos sobre o seu destino. Isso possibilitaria pensar o direito ao território comum, ou seja, à produção de uma política ativa e de uma norma que tem o território apropriado como objeto, princípio e centro de gravidade qualquer que seja a sua escala.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 143-169.

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. In: DUARTE, Ana Cláudia Cardoso (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.

ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: diagnóstico do Plano Diretor. Altamira: Thechnum Consultoria, 2010.

ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: revisão do Plano Diretor. Altamira: Câmara Municipal de Altamira, 2011.

BARRETO, A. M. **Território de águas na Amazônia**: ribeirinhos e o direito à propriedade coletiva da terra. Curitiba: Juruá, 2019.

BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu**: garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores. Manaus: UEA Edições, n. 12, dez. 2017.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. Cidades para pessoas, sem fins lucrativos? In: BRENNER, N. (org.). **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018. p. 39-52.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais – Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Manaus: UEA Edições, n. 10, set. 2014.

CARDOSO, S. M. **A cidade dos invisíveis?** indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (orgs.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo.

São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.

COSTA, R. C. **Xingu-Transamazônica**: linha de queda, territorialidades e conflitos. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A sombra de outubro**: a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**: obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins. Brasília: DNIT/DTA/O'Martin, 2018.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

GLASS, V. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA-FILHO, J. (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016. p. 405-424.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et al.(org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEME. **Relatório de Impacto Ambiental**: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Brasília, DF: Leme, 2009.

LEROY, J. P. **Mercado ou bens comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P. da; VIDAL, C. da L. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio. 2016.

MAGALHÃES, S. B. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENDES, A. F.; CAVA, B. **A constituição do comum**: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Procuradoria da República no Município de Tucuruí**: inquérito civil. Tucuruí: MPF, 2019.

MIRANDA NETO, J. Q. de. **Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. de; HERRERA, J. A. Altamira-Pa: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: **Confins**, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.

NOVAES, J. S. de; MARIN, R. E. A. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. In: NOVAES, J. S. de; MARIN, R. E. A. (orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 173-203.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

ROCHA, G. de M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí**: municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

TRINDADE JR., S-C. C. da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JR., S-C. C da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: LIMONAD, E.; CATRO, E. (orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

TRINDADE JR., S-C. C. da; MADEIRA, W. do V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. In: **PRACS**: revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WEIBERMEL, S. A negociação e desposseção: violação de direitos e violência psicológica na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. In: BLANKE, S.; KURTENBACH, S. (coord.). **Violencia y desigualdad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ADLAF, 2017. p. 235-25.



**PARTE  
II**

**DIANTE DAS NOVAS OFENSIVAS  
DA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS MINERAIS**

# ESTADO, TERRITÓRIO E MINERAÇÃO NO BRASIL

## o caso do Projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-PA

Simone Contente Padilha\*

### INTRODUÇÃO

Este artigo defende a centralidade do Estado para institucionalização do território da mineração em Canaã dos Carajás, através da análise do seu papel diante dos interesses de territorialização da empresa Vale na implantação do projeto S11D. Parte-se da constatação de que havia um sentido geral que norteava a política nacional em favor das *commodities* (agrárias e minerais), determinado pela dinâmica do mercado internacional na primeira década do século XXI e pelas vantagens comparativas em recursos naturais existente no país, o que poderia colocá-lo de maneira ativa nesse mercado em ascensão. Afirmar um sentido geral, não significa desconsiderar os conflitos e contradições na sua operacionalização. Em que pese um projeto do porte do S11D, ter grande parte de suas decisões articuladas na escala nacional e internacional, foi da necessidade de garantir uma coerência estruturada no território local, que emergiu os principais conflitos, onde entrou decisivamente a mediação do Estado.

Nesse sentido, buscou-se apreender o movimento concreto do Estado brasileiro, em relação aos interesses conflitantes gerados pelo projeto S11D. No nível burocrático administrativo do Estado o sentido da política geral precisava enfrentar uma institucionalidade que refletia de forma mais clara as contradições de classes, e que por vezes, poderiam colidir com algumas demandas da Vale, ainda que existisse uma forma de poder estatal fortemente impermeável às classes dominadas.

### 1. NEOEXTRATIVISMO E A POLÍTICA TERRITORIAL PARA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI

A economia brasileira no início dos anos 2000 refletia bem nossa inserção subordinada na plataforma internacional de valorização financeira ditada por Washington (CHESNAIS, 1996; PAULANI, 2013), paralelo ao crescente papel do país como produtor de recursos naturais.

A partir do governo Lula, essa plataforma se alinhou com vários governos progressistas latino-americanos, que apostavam nas exportações de *commodities* numa modalidade prioritária

---

\*Professora doutora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA. Pesquisadora do GEPEMSSP/UNIFESSPA e GEMAP/CPDA. E-mail: simonecontente@bol.com.br/ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9142-9878>.

de acumulação estrutural dessas economias no contexto da economia-mundo (ACOSTA, 2011). A questão estava em o Estado conduzir um modelo de desenvolvimento aproveitando-se das vantagens comparativas em recursos naturais, para colocar o país de forma ativa nesse mercado em ascensão, e, ao mesmo tempo, transformar os ganhos em políticas sociais, numa forma de consenso de *commodities* (GUDYNAS 2012, p.219).

Sob a categoria analítica do neoextrativismo, a noção de desenvolvimento como progresso estaria sob um grau e intensidade de exploração dos recursos naturais, conduzido pelo ritmo das novas tecnologias e da demanda financeira, num modelo que causava profundos impactos sócio-territoriais. É nesse sentido que para Svampa, o discurso do “consenso” era falso e tentava invisibilizar uma série de ambivalências e contradições causadas por esse modelo enquanto priorizava setores tidos como os “grandes campeões nacionais” (SVAMPA, 2019, p. 37).

A mineração, e em particular a empresa Vale, esteve entre os chamados setores estratégicos para as ações do Estado, nesse super ciclo da *commodity* mineral entre 2003 a 2014. Foi diante desse *boom* que se deu a maior parte do processo de licenciamento do projeto S11D, principal projeto minerário do país e da Vale. Havia, portanto, um sentido geral norteando as políticas de Estado, que favoreceram a implantação do projeto e que pode ser traduzido na mudança das leis que rege o código de mineração do país, no financiamento público via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e na dinâmica do planejamento regional para Amazônia.

## 1.1 O novo código da Mineração

A discursão em torno da reformulação do código da mineração, iniciou-se em 2003. Na base dessa mudança estava a necessidade de “Estimular a atividade de extração mineraria, ampliar a captura de renda mineral pelo Estado e aumentar o protagonismo do Estado no controle desses recursos” (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 139).

O Plano Nacional de Mineração 2030 foi apresentado em 2011, já no governo da presidenta Dilma Rousseff e, em 2013, servia de base para a PL n°5.807/2013, referente ao novo código de mineração. Pautado em três pilares: aumento da quantidade de exploração das jazidas minerais do país, fortalecimento de um Estado fiscalizador e do aumento do percentual da Compensação Financeira pela Exportação Mineral-CFEM, foi se definindo a política nacional para o setor mineral dentro de uma visão utilitarista da natureza. (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 143).

Em 2017, já no governo Temer, o PL 5.807/2013, foi transformado em Medida Provisória e, posteriormente, sem qualquer debate público, na Lei 13.575/2017, com mudanças significativas, principalmente relacionadas à redução da participação das populações atingidas e controle do

Estado. Na questão que envolvia restrição às empresas na concessão de lavra, a Lei 13.575/2017 excluiu a necessidade de definir previamente investimento mínimo, de acordo com a natureza e complexidade dos trabalhos de pesquisa. (GONÇALVES, MILANEZ; WANDERLEY, 2018, 376). Segundo os autores, isso favoreceria empresas de pesquisa que poderiam acumular títulos minerários, de maneira muito mais ágeis e sem a necessidade de comprovação da exploração, tencionando a especulação com o uso da terra.

Em relação a CFEM, a Lei 13.540/2017, manteve a necessidade de ampliação da alíquota da mineração, ainda que com o recuo em relação a proposta original, isso devia-se à pressão forte das mineradoras contra qualquer aumento, o que era acatado pelo então Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão. Nesta nova Lei, a distribuição da alíquota ficaria de 60% para municípios mineradores, 15% para o Estado, 10% para União, além do acréscimo de 15% para os municípios afetados, que não existiam na antiga lei. Por mais progressivo que possa ser essa maior distribuição percentual dos *royalties* da mineração, ainda permanece uma concentração enorme em torno dos municípios mineradores. No caso do Estado do Pará, apenas Parauapebas e Canaã dos Carajás, concentram 84% desses recursos, com valores que vão de R\$ 400 à R\$ 600 milhões, uma quantia bastante alta para ser gestada por pequenos municípios. Por outro lado, o Estado do Pará como um todo, arrecada em média apenas R\$ 300 milhões de CFEM.

Outro elemento importante sobre o Novo Código de Mineração diz respeito à sua omissão diante do debate acerca da mineração em Terras Indígenas-TIs e Unidades de Conservação-UCs, justo no momento de pressão pela atividade minerária sobre essas áreas. Segundo o Instituto Sócio-ambiental-ISA, em 2014, já havia mais de 4 mil processos de requerimento minerário em TIs na Amazônia, correspondente a uma área de aproximadamente 30 milhões de hectares, ou cerca de 40% de todo o território indígena do país. (GALHARDO; GIRARDI, 2019). No que concerne à mineração em UCs, a realidade não é menos dramática.

De fato, as grandes mineradoras estiveram empenhadas financeiramente na aprovação desse novo código. Segundo Oliveira (2013), houveram expressivas doações às campanhas eleitorais de 2012, principalmente em relação a políticos dos estados mineradores de Minas Gerais e Pará, o que, de acordo com a autora “representa um elo fundamental entre o poder político e o poder econômico” (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

## 1.2 O financiamento do BNDES

O fomento de créditos via BNDES, tornou-se o principal esforço contra-cíclico empreendido pelo governo federal, “para enfrentar os efeitos deletérios da crise financeira internacional iniciada em 2007/2008” (PEREIRA; MITERHOF, 2018: p.876). Dessa forma, o

BNDES passa a ser um estratégico agente de investimento para grandes empresas brasileiras, considerando que sua condição de financiamento era infinitamente vantajosa em relação às taxas executadas pelo mercado financeiro privado, que em 2015 emprestava numa taxa de 16%, enquanto o BNDES garantia taxas de 5,5% (COELHO, 2016, p. 110).

Diante de um mercado internacional de *commodity* em ascensão e do alinhamento do país na divisão econômica mundial como produtor de matéria prima, o financiamento do BNDES esteve vinculado diretamente a grupos nacionais “eleitos” pela robustez econômica, ligados a setores da economia primária e indiretamente para constituição de infraestrutura necessária a esses setores, através da destinação de recursos ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, lançado em 2007 e depois relançado, como PAC II em 2011 (COELHO, 2016, p. 112).

Especificamente no setor de mineração, entre 2009 e 2016, foram investidos um total de R\$ 6,94 bilhões, o que corresponde a pouco mais de 1% dos investimentos totais do banco desse período (BNDES, 2017, p. 92). Parece um percentual baixo, considerando outros setores, no entanto, esse recurso beneficiou um reduzido número de empresas, o que torna o valor *per capita* extremamente elevado. Só a Vale recebeu 72% desse total, sendo que somente em 2012, essa empresa recebeu R\$ 9.611 bilhões (BNDES, 2017, p. 315), que segundo o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, consistiu no maior volume de crédito, da história do banco, concedido a uma empresa, em uma única operação. (Estadão, 01/04/2008).<sup>1</sup>

No setor de infraestrutura, as operações diretas do BNDES, foram quase todas destinadas ao PAC, para projetos no eixo de infraestrutura energética e logística (BNDES, 2009, p. 50), ambos com forte relação com o setor de *commodities*. Entre 2006 e 2010, os investimentos do PAC em infraestrutura dobraram seu percentual do PIB de 1,62% para 3,27%, sendo investidos R\$43,8 bilhões no setor de transporte e R\$196,8 bilhões no setor de energia. (IBASE, 2015, p. 4).

### 1.3 Política territorial para Amazônia

A base do planejamento territorial recente, relaciona-se cada vez mais às decisões do mercado. Nesse sentido, o aumento do número de projetos minerários na região Amazônica tem dinamizado essas políticas territoriais.

Pode-se afirmar que os projetos econômicos estruturantes, que em período anterior eram conduzidos prioritariamente por macros setores estatais, como o sistema Eletrobrás ou Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, agora, passavam ao controle direto de empresas privadas, que se

---

<sup>1</sup> CHIARINE, A; BARBOSA, A. BNDES: Operação para Vale é a maior já feita pelo banco. **Estadão**. São Paulo, 1 de abril de 2008. Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-operacao-para-vale-e-a-maior-ja-feita-pelo-banco,149461>>

tornavam os principais gestores do território (VAINER, 2007, p. 11).

Nos governos do PT, a noção de planejamento regional esteve condensada, em grande medida, no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR I e II, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional. O PNDR foi instituído pelo decreto 6.047/2007 e tinha entre seus objetivos centrais: 1. Redução das desigualdades sociais e regionais e 2. Promoção da equidade e acesso a oportunidades de desenvolvimento. Por outro lado, para região Amazônica, outras iniciativas e programas do governo federal estavam sendo implantadas sem uma ordenação clara em torno do PNDR, dentre estas pode-se destacar o PAC e o Programa de Investimento em logística-PIL, vinculados ao Ministério do Planejamento, que ampliaram sobremaneira a escala de investimentos públicos na infraestrutura necessária à expansão das principais cadeias produtivas de *commodities* que se expandiam para região.

Uma nova versão do PNDR, conhecida por PNDR II, passou a vigorar a partir de 2012, na tentativa de articular essas múltiplas interfaces, do chamado desenvolvimento territorial sustentável para a Amazônia. Ainda assim, permanecia o pouco diálogo desse plano com outras políticas públicas, com as emendas parlamentares aprovadas para a região, ou com a destinação de recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento, demonstrando que o PNDR II, já nascera sem força concreta no núcleo do poder, mesmo que tenha sido produto de uma elaboração criteriosa de quem lida e milita com a questão regional. (BRANDÃO, 2014, p. 343). Nesse sentido, a natureza dos processos decisórios que cercou esses grandes projetos econômicos, acabou quase sempre passando à margem de qualquer exercício de planejamento, e se estruturou através de *lobbies* de interesses, coalizões políticas e troca de favores (VAINER, 2007, p. 12)

## **2. O PROJETO S11D E OS CONFLITOS TERRITORIAIS EM CANAÃ DOS CARAJÁS**

Canaã dos Carajás, localizado no Sudeste Paraense, é um município jovem, com pouco mais de 20 anos, que teve estrutura econômica e social profundamente modificadas após a chegada da mineração industrial. O fundamento das relações de trabalho em Canaã antes da chegada da mineração estava na terra. A agricultura familiar dinamizava economicamente o município e era a base de sustento da maioria das famílias, já que o núcleo urbano era bastante incipiente. Por mais que esses núcleos rurais tivessem uma estrutura relativamente recente, datando dos programas de colonização do final da década de 1970, isso não expressava uma falta de enraizamento na terra por parte desses produtores rurais, que migravam de outras regiões, fundamentalmente em busca de terra para sobrevivência.

O primeiro grande projeto minerário instalado no município foi o de cobre da mina do Sossego, em 2004, depois vieram outros que tiveram curta operação, para finalmente em 2017,

iniciar a exploração da mina do S11D, o maior projeto de ferro da história da Vale.

A implantação do projeto S11D esteve ancorada em duas formas de territorialização da mineração no município: pela incorporação de terras e busca por um consenso social. Em ambos os casos havia uma gestão do território coordenada pela Vale para organização do espaço no entorno do projeto, conduzida por uma forma de penetração extremamente desterritorializante e, conseqüentemente, geradora de resistências e conflitos.

Para a Vale, a apropriação da terra em Canaã não tinha relação direta com a produção, na medida em que a maioria de suas estruturas de exploração estavam localizadas na Flona Carajás, mas era importante como reserva de território, seja para expansão da área do projeto, para pagamento de compensação ambiental, ou para criar um isolamento populacional no seu entorno. Segundo Corrêa, essa era uma forma de antecipação espacial (1992, p. 38), que na atividade minerária possibilita às mineradoras, antes mesmo da obtenção do licenciamento para exploração de lavra, comprar terras a baixos preços (ROJAS; PEREIRA, 2015, p. 37). Na antecipação espacial, inicia-se o processo de expropriação de outras territorialidades.

No processo de aquisição de terras pela Vale em Canaã, a coerção e o convencimento caminharam juntos. A configuração de um plano de sustentabilidade em parceria com o planejamento municipal foi estratégico para criar um consenso social sobre a implantação do projeto. Esse plano pautava-se em apresentar as vantagens econômicas da mineração para o município, através de uma forte estratégia de propaganda organizacional, que imprimia um *ethos* empresarial da responsabilidade social, da parceria com o Estado e com outras organizações sociais locais, muitas das quais, criadas pela própria empresa. Esses elementos eram difundidos por todos os poros do município. Por outro lado, convergiam formas mais diversas de coerção e tentativa de invisibilização de toda crítica, que se expressava, prioritariamente, pelo processo de exclusão no campo.

## **2.1 Demandas territoriais da mina do Projeto S11D e as formas de resistência em Canaã dos Carajás**

Dois exemplos importantes de demandas territoriais do projeto S11D, onde a coerção e a resistência assumiram características de um conflito aberto com a Vale, estiveram relacionados com a ampliação da área de mina em direção a vila Mozartinópolis, e com a compra de terras na Serra da Bocaina, para compensação ambiental.

A Vila Mozartinópolis abrigava uma comunidade de moradores que tinham ligação com o trabalho na terra, a grande maioria servia de mão-de-obra nas fazendas próximas e residiam na vila, outros eram pequenos comerciantes, ou funcionários públicos. A Vale entrou na Vila

comprando as fazendas próximas, enfraquecendo a base do emprego agrícola local. Logo depois, os órgãos públicos também foram fechando, numa clara ação conjunta entre a Vale e o poder local para desestruturação da vila. Por fim a Vale, através da contratada Diagonal Consultoria, aliciava de todas as formas os moradores resistentes a venderem seus lotes:

Desde o início eles pressionava, tinha uma firma lá de nome Diagonal, eles chegavam, fazia pesquisa na Vila. Aí chegava aqueles florestal com revolve na cintura, com as psicólogas e uma pessoa da Vale pra negociar, aí eles falavam assim, que a Vale veio pra comprar da gente. Aí eu dizia qual o valor que eles tão dando? - Ó sua casa foi estabilizada em 30 mil reais. Eu dizia, olha aí pro canto do meu lote e vê se tem alguma placa de venda. Aí eles diziam: - aqui é área da União, se você não sair nós vamos colocar é mercúrio. A mulher ameaçou que eles iam tacar mercúrio e tacar poeira.<sup>2</sup>

Partiu da maioria dos moradores a decisão de permanecer na terra e não negociar suas propriedades com a Vale, porque ali não estava em jogo só a propriedade em si, mas uma estratégia de sobrevivência. Assim, buscaram uma negociação coletiva com a empresa, mediada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais-STR de Canaã e a Comissão Pastoral da Terra-CPT. Entre 2010 e 2015, os moradores tiveram que resistir a todas as formas de pressões da empresa, com a vila já desestruturada e as obras do projeto sendo implantadas sobre a mesma.

A organização e luta dos moradores e suas organizações, resultou numa vitória contra a Vale. A empresa foi obrigada a doar uma área para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, a fim de constituir um projeto de assentamento para acolher as famílias atingidas, configurando uma forma de territorialização camponesa impensada ao controle territorial da mineração no município nesse período.

No caso da Serra da Bocaina, havia um imbróglgio de sobreposição de interesses entre área de reforma agrária, de fazendas, de relevância ambiental e minerária. Boa parte dessa área havia sido arrecadada pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins-GETAT na década de 1970, e incorporada ao INCRA para constituição do Projeto de Assentamento-PA Carajás II, assim como através do decreto mineiro nº 43 de 1979, o governo brasileiro concedia à antiga CVRD área para cessão minerária, pelas características de ecossistema ferruginoso. Quando a mineração industrial chegou ao município a pressão sobre o preço da terra foi criando um processo de compra e venda de terras nessa área, inclusive ilegalmente sob os lotes de reforma agrária, consolidando grandes fazendas.

As ocupações rurais nas áreas de fazenda com titularidade questionada, coincidiu com o fim das obras de instalação do projeto S11D, quando a exclusão social se tornou extrema. Em 2015 foram ocupadas 23 fazendas por famílias de sem-terra no município de Canaã dos Carajás. Dessas

---

<sup>2</sup> Informação verbal fornecida por Morador de Canaã dos Carajás em entrevista concedida a Simone Contente Padilha. Canaã dos Carajás, 09 de julho de 2009.

ações, descobriu-se que pelo menos 19 fazendas eram da Vale, envolvendo áreas do PA Carajás II e III e Gleba três braços. (MARABÁ, 2018, p.21-23). Essa descoberta reafirma o interesse da empresa pela terra enquanto forma de controle territorial no entorno de seus projetos, segundo atesta depoimento da CPT:

Grande parte dessas áreas, foram adquiridas pela empresa, dos anos de 2008 e 2009 pra cá, muitas delas estavam locadas para fazendeiros criar gado. O fazendeiro vendeu pra Vale, e fez o contrato de locação para continuar engordando boi lá, em terra da Vale.<sup>3</sup>

Durante o processo de licenciamento do projeto S11D, essa área da Bocaina apareceu como alternativa de compensação ambiental dos danos causados pelo projeto na Flona Carajás, o que resultou numa ação implacável e violenta do Estado, para reintegração de posse, mesmo diante do parecer do INCRA que informava a existência de terras públicas em parte dessas áreas:

Do complexo das fazendas que compõe a Fazenda São Luís, foram destacadas regularmente pelo extinto GETAT, da Gleba federal denominada “Burity”. Desconhecemos qualquer vício nesse destaque. Entretanto, no perímetro desta, identificamos, 7.145, 5.567 ha de terra pública, referentes aos lotes 18 e 19, 22 a 28 e 31 a 37, da quadra 41, haja vista, que destes lotes não foram informados a quitação e a liberação de Cláusulas Resolutivas (INCRA, 2016 (1),21).

Dos casos descritos, percebeu-se que a Vale, em que pese ser uma grande corporação, com esfera decisória centrada no âmbito nacional e internacional, está enraizada no território e precisa com isso saber agir sobre ele. Assim através do Plano de Sustentabilidade Socioeconômica da empresa aplicado em Canaã, procurou colocar em prática a construção de um consenso local em torno do projeto S11D, mas também, agia com ações coercitivas, por via prioritária da estrutura jurídico-política do Estado.

### **3. A MATERIALIDADE DO ESTADO NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO S11D**

No plano da operacionalização para instalação do Projeto S11D, cabia ao IBAMA o processo de autorização pública do licenciamento ambiental. Este órgão é parte de um nível intermediário do Estado, com uma função claramente estabelecida e corpo de funcionários que, na sua maioria, segue um plano de carreira do serviço público, portanto, com caráter de relativa autonomia técnica nas suas decisões, o que é fundamental a formação do Estado.

Na análise dos documentos do licenciamento ambiental do projeto S11D, percebeu-se que os pareceres técnicos foram bastantes rigorosos em relação aos impactos ambientais na Flona

---

<sup>3</sup> Informação verbal fornecida por advogado da CPT em entrevista concedida a Simone Contente Padilha. Marabá. 18 de julho de 2019.

Carajás. Viu-se, por outro lado, que a ausência de um marco regulatório, no que diz respeito aos impactos sociais, causou uma situação impeditiva de avaliação técnica, que só teve espaço no licenciamento a partir da tensão social protagonizada pelos atingidos do projeto S11D, que criou brechas institucionais nas esferas do Estado.

No geral, esses pareceres por diversas vezes se chocaram com a necessidade de agilidade do projeto pressionado tanto pelo objetivo econômico da Vale, como também pelo o objetivo econômico/político traçado pelo próprio Estado na sua esfera política. Pelo menos em dois momentos houve clara interferência hierárquica sobre as decisões técnicas. No primeiro, a Vale escreveu ao diretor da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis DILC-IBAMA cobrando pela aprovação imediata do Termo de Referência (TR) e EIA/Rima do projeto, contrariando o parecer técnico. Logo após essa intervenção, o projeto foi aprovado, ainda que com ressalvas. O segundo episódio, deu-se pela pressão, dessa vez, do Ministério do Meio Ambiente-MMA sobre o IBAMA, para aprovação da Licença Prévia (LP), sem a qual as obras do projeto não poderiam iniciar. Da mesma forma, foi concedida a LP logo em seguida, sob condições de pendências. Nesses dois exemplos, aparece que o limite da autonomia institucional, esteve diretamente relacionado ao grau de pressão exercido pela empresa sob as instâncias superiores do Estado.

Essa forma de pressão, por mais que existente na realidade do Estado capitalista, não é central na sua determinação de classe, porque não lhe é exterior. Segundo Poulantzas (2000, p.53), há no sistema institucional dos aparelhos estatais uma forma e um conteúdo que lhes são intrínsecos, ainda que sujeitos a uma determinada conjuntura concreta, ou seja, o poder da classe burguesa e suas frações sobre o Estado não existe apenas enquanto grupo de pressão que atua sobre as instituições estatais, a questão central está em compreender que essa ossatura do Estado, tem um poder de classe que lhe é constitutivo e não contingente (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p.11). A natureza das leis, da hierarquia, do fracionamento de órgãos, e de toda a normatização dos instrumentos do Estado, representam materialmente técnicas desse poder no Estado (POULANTZAS, 2000, p. 54)

O arcabouço legal pré-estabelecido pelo licenciamento do projeto S11D atrapalhava a necessidade de agilização prevista pela Vale, por isso a proposta de criação, no código, das áreas de Relevante Interesse Mineral-ARIMS, que preconizava uma outorga mineral e um licenciamento mais ágil e menos restritivo em relação a áreas de proteção ambiental. A mera pressão direta da empresa sobre as instâncias superiores do IBAMA não representa uma prática saudável, porque atenta contra um preceito fundamental ao Estado, que é sua aparente autonomia, o mais interessante é que essas necessidades estejam institucionalizadas. Nesse sentido, as leis representavam o fundamento racional-legal do Estado capitalista (POULANTZAS, 2000, p. 78),

a estrutura jurídico-política que abarca uma prática política de regulamento e enquadramento de relações sociais e econômicas da sociedade e de seus agentes burocráticos (SAES, 1998, p.50).

Na implantação do Projeto S11D em Canaã dos Carajás, a mediação jurídica foi uma nova forma de violência sobre os movimentos de luta pela terra, que até então, era protagonizada na região, majoritariamente, pela violência explícita da pistolagem. Essa mediação legal do Estado não representou uma substituição de uma violência física por uma interiorização da repressão aos moldes da violência simbólica, expressa por Bourdieu. A violência física permaneceu, porque é um pressuposto que está inscrito “na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos do Estado”. (POULANTZAS, 2000: p.79).

Os detalhes do processo entre a Vale e as ocupações na Serra da Bocaina demonstraram a importância da estrutura judiciária em favor da empresa. Todo momento procurou-se julgar os casos de conflito na vara cível e não vara agrária, como forma criminal e não conflito agrário. A decisão final de reintegração de posse à Vale, fundamentada na vocação ambiental, desconsiderava que até então toda a Serra da Bocaina estava arrolada no decreto mineiro para exploração minerária pela CVRD, assim como, secundarizava a existência de áreas griladas nessas terras doadas. Segundo Poulantzas (2000, p.83), não há em casos como esse, uma atitude arbitrária dos juízes ou uma incompetência dos órgãos públicos, o que existe é a confirmação de uma dialética entre legalidade/ilegalidade que é imanente ao Estado capitalista.

Junto com as demandas da justiça era criado um complexo de segurança pública, o Pró-paz, inaugurado em Canaã um ano após o início das de ocupações em áreas reivindicadas pela Vale. No mesmo período instalou-se em Marabá a 1ª Companhia de Missões Especiais-CIME, com especialidade na prática operacional de reintegração de posse, e que teve atuação ativa nos processos da Vale em Canaã.

No caso do processo de remanejamento dos moradores da Vila Mozartinópolis para a área de constituição do Projeto de Assentamento, o INCRA teve atuação decisiva. Houve um questionamento feito pela Procuradoria Federal Especializada Regional/PFE-R<sup>4</sup>, sob várias irregularidades cometidas pela superintendência regional desse órgão em Marabá:

Ausência de cláusulas obrigatórias, ato que autorizou a lavratura do contrato de servidão, ausência de exame prévio do contrato de servidão por órgão de assessoramento jurídico, inexistência da comprovação de poder para firmar contrato de servidão com a Vale, falta de estudo da cadeia dominial da fazenda Recreio, que em princípio parece tratar-se de bem da União, fazendo com que a Vale estivesse repassando ao INCRA, bem que já era de domínio público. Contrato da Vale com o INCRA de apenas sessão de posse, o que impediria que

---

<sup>4</sup> É um órgão vinculado a PFE do INCRA, compete promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consulta e assessoramento jurídico, bem como assistir o superintendente regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados. (Regimento interno do INCRA. Cap. III art.113). Disponível em: <[http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/143903](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/143903)> . Acessado em: 21 mar. 2020.

os assentados viessem, no futuro, adquirir a propriedade da área, além disso como não há transferência da propriedade, não há segurança quanto ao tempo de cessão de posse da área. Esta superintendência não tem poder para realizar o processamento de demanda do presente processo, bem como de ter firmado contrato particular de servidão, o que cabe só a presidência do INCRA (PFE/R, 2013: p. 2212).

Após as diligências solicitadas pela PFE-R, o processo foi enviado ao órgão responsável pela regularização fundiária na Amazônia, a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SERFAL. Quase um ano depois, este órgão respondeu que não constava nenhum processo na divisão estadual de regularização fundiária de desapropriação do imóvel da fazenda Recreio, destinada a conformação do assentamento (SERFAL, 2013: p. 2332). Diante disso, o novo Superintendente da SR27, à revelia do aval das instâncias superiores, autorizou a Vale a efetivar a remoção das famílias, alegando que as mesmas estavam em situação crítica, devido conviverem desde 2009 com as obras do projeto S11D sob Vila. Esta era de fato uma situação dramática para as famílias, entretanto justificava uma ação irregular produto do próprio encaminhamento equivocado dado pela Superintendência Regional-SR27 do INCRA.

Antes do remanejamento das famílias, foi realizado ajustes na minuta do termo de acordo entre Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, INCRA, Vale e a comunidade. Na redação deste termo, como é possível perceber mais adiante, destaca-se a forma de descrição do processo, dando a Vale a responsabilidade social deste acordo (Figura 1).

No nível municipal houve profunda dependência da máquina administrativa da atividade minerária. A arrecadação da CFEM pelo município quase dobrou a partir da entrada em operação do projeto S11D. Em 2019, comparando a CFEM recebida por Canaã (R\$ 413.480.789)<sup>5</sup> com a receita orçamentária total do município (R\$ 479.694.703,72), apresentada na LOA<sup>6</sup>, verifica-se que 86%, do orçamento da prefeitura esteve ligado ao recebimento dessa renda mineraria.

---

<sup>5</sup>Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao\\_cfem\\_muni.aspx?ano=2019&uf=PA](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2019&uf=PA) Acessado em: 10 mar. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.canaadoscaraajas.pa.gov.br/transparencia/arquivos/loa2019/loa-2019.pdf> Acessado em: 10 mar. 2020

Imagem 1 - TERMO DE ACORDO FIRMADO ENTRE MDA, INCRA, VALE E  
COMUNIDADE DA VILA MOZARTINÓPOLIS

**TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA – INCRA, O MDA, A VALE  
S/A, E COMUNIDADE DA VILA MOZARTINÓPOLIS,  
COM OBJETIVO DE CONCESSÃO DE USO PARA  
ATIVIDADE MINERARIA NA FORMA ABAIXO:**



**MINUTA**

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA,** Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU de 31 de março de 1989, gestor público das terras destinadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, doravante denominado **INCRA**, neste ato representado por seu Superintendente Regional do INCRA no Sul do Pará, **Carlos Mario Guedes de Guedes**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº >>>, inscrito no CPF/MF sob o nº >>>; **o MDA**, neste ato representado pelo Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal **Sérgio >>>>>**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº >>>, inscrito no CPF/MF sob o nº >>>; e a **VALE S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº >>>, com sede na Avenida Graça Aranha, 26, Centro – Rio de Janeiro (RJ), doravante denominada **VALE**, neste ato representada na forma de seu ....., brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º ....., CPF/MF n.º ....., e pelo ....., brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., em conjunto denominados de PARTES,

**CONSIDERANDO** que a VALE S.A., é detentora de direitos minerários conforme prescreve o Decreto 74.508, de 5 de setembro de 1974;

**CONSIDERANDO** que a atividade mineradora é de interesse nacional, como expressamente previsto no parágrafo 1º, do artigo 176, da Constituição Federal de 1988;

**CONSIDERANDO** que a VALE e a FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE, dentro de uma visão social e responsável, realizaram uma pesquisa censitária socioeconômica em janeiro de 2010, para conhecer as condições de vida, o grau de vulnerabilidade social e a expectativa de cada família na Vila Mozartínópolis localizado no município de Canaã dos Carajás – PA;

**CONSIDERANDO** que diante desta situação, a VALE por meio da FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE no âmbito das ações de Responsabilidade Social, deu início a um Processo de Diálogo Social com os moradores da Vila Mozartínópolis, concluindo em conjunto com a comunidade, a necessidade de elaboração de propostas de atendimento social, em decorrência do grau de vulnerabilidade das famílias residentes na vila, em função da Implantação do Projeto Ferro Carajás S11D;

Fonte: INCRA, 26/12/2013.

Cabe ressaltar, que a CFEM é uma renda paga ao Estado pela exploração privada de um recurso público exaurível, não há, em sua regulamentação, qualquer menção a ser uma renda de compensação por dano causado ao município. Entretanto, no licenciamento ambiental do projeto S11D, a interpretação assumida pela equipe técnica do IBAMA foi de vincular a CFEM diretamente a necessidade de suprir as demandas sociais causadas pelo empreendimento, diferente do que acontecia com a mitigação dos impactos ambientais (meio abiótico e biótico), onde era cobrada uma taxa específica de até 0,5% do valor de referência da obra, em cada dano causado pelo empreendimento. Nesse sentido o parecer técnico nº73/2011 expressa que:

Apesar da relevância destas questões, na verdade “demandas sociais”, do ponto de vista analítico nada pode esclarecer, acerca da sua pertinência, posto que no licenciamento ambiental em particular em relação ao meio social, vigora a ausência de leis que regulem a temática, em vista de que elas foram reduzidas

especificamente a disponibilização do CFEM. [...] não ficam inteiramente claro quais os potenciais grupos beneficiados e quais os negativamente importados e muito menos as magnitudes relativas desses custos e benefícios para sociedade como um todo. Ainda ficou patente neste parecer não está claro o conceito de “afetado” pelos efeitos do empreendimento, daí que as comunidades, muitas das vezes carentes pelo desatendimento da administração de seus municípios, recorrem ao empreendedor para buscar solução para os problemas existentes (IBAMA, 2012, p.283).

Quando o Estado restringe o uso da CFEM ao contingenciamento dos danos sociais causados pelo empreendimento, ele descompromete a ação da empresa no município, tratando esse recurso como um imposto, como outro qualquer, que deve ser gerido pela administração municipal. Ressalta-se ainda, pelo excerto, que o vazio de legislação que regule o licenciamento ambiental do meio socioeconômico anula qualquer avaliação técnica desses impactos. Nesse sentido, a pressão social local foi determinante para pautar as demandas sociais, foi ela que conseguiu a instalação de um Inquérito Civil Público, para apurar como o IBAMA estava tratando essas demandas no licenciamento do projeto (IC nº1.23.001.000302/2010-06), forçando-o a discutir esse tema para além do levantamento socioeconômico das áreas afetadas, conforme vinha sendo conduzido pelo IBAMA. O exemplo mais categórico, nesse sentido, foi o do deslocamento da Vila Mozartinópolis, que não constava do EIA/RIMA apresentado em 2010, e já aparece posteriormente, no plano de sustentabilidade expresso no PBA do projeto, no eixo criado com o nome de “ação social as comunidades”. O mesmo pode ser dito no caso das ocupações na Serra da Bocaina, que dentro do terreno pantanoso da justiça, utilizou desse sistema para desnudar irregularidades cometidas pela Vale na região.

No plano plurianual 2014-2017 da prefeitura de Canaã, todos os eixos se relacionavam, de alguma forma, com as demandas impostas pela mineração. Segundo informação da própria prefeitura, os recursos da CFEM têm sido suficientes para os gastos do município, entretanto é uma verba direcionada para infraestrutura, não garantindo os gastos correntes com manutenção e salários:

O município tem um estrangulamento de serviços públicos muito grande e só suporta porque tem a CFEM. Mas nossa grande dificuldade é manter esses serviços, é manutenção de folha, porque o recurso da CFEM não pode ser utilizado para pagamento de pessoal. Só na rede municipal de educação básica temos 12 mil alunos, fora o ensino médio e as escolas particulares, então só na rede de ensino a gente chega numa base de uns 18 mil alunos. Só eleitores na eleição passada foram 40 mil, então trabalhamos hoje com uma população de pelo menos 70 mil habitantes, só que o que a gente recebe pra manter saúde, educação, previdência é em cima de 32 mil habitantes. O grande gargalo nosso é a manutenção, houve grande investimento na estrutura do município com construção de escolas, hospital, postos de saúde, praças, pavimentação, mas grande parte desses investimentos requer mão-de-obra, pessoal.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Informação verbal fornecida pelo secretário de administração da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás em entrevista concedida a Simone Contente Padilha. Marabá. Em 08 de julho de 2019.

Essa drenagem do recurso CFEM compromete toda a gestão municipal, deixando pouca margem para projetos de desenvolvimento local alternativo à mineração, isso faz da atividade um parasita do Estado. Essa parcela de custos sociais assumida pela prefeitura aparece no Plano de Sustentabilidade Social da Vale, com o nome de parceria, o que lhe garante a licença social necessária para operar sem os riscos sociais que uma crise estrutural no município poderia causar. Assim, a empresa passa a ter elevada sua categoria de boa governança corporativa, diante do mercado financeiro mundial.

Uma das ações municipais de desenvolvimento local alternativo à mineração, foi apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural através da criação do Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo-PROCAMPO, que surgiu de uma parceria com a Vale, para elaboração de um diagnóstico desse setor. O PROCAMPO foi transformado na Lei Municipal 806/2018, que define no seu objetivo a promoção e o fortalecimento da produção rural do município, por meio de concessão de recursos tecnológicos e financeiros. Consta dos critérios de seleção, a abertura para acesso de produtores familiares, através da participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, ou mesmo, por conta dos inscritos no Cadastro Único para programas assistenciais do governo federal-CAD único.

Na LOA de 2019 havia um percentual significativo de 37% do orçamento total da secretaria destinado ao PROCAMPO, o que poderia ter um rebatimento positivo para pequenos produtores locais. No entanto, segundo informação, não há indícios de que esse recurso tenha chegado ao pequeno produtor de Canaã<sup>8</sup>. Por outro lado, no portal de notícias da prefeitura havia reportagem que indicava que os recursos do PROCAMPO já vinham favorecendo setores do agronegócio do município:

Produtores de Canaã, comemoram mais uma boa safra de milho no município. O grão que já era um dos principais produtos da agricultura de Canaã dos Carajás, teve um crescimento de 500% em produção [...] O produtor Luis Mariano fez a colheita de alguns alqueires de milho. A prefeitura por meio da secretaria de desenvolvimento e produção rural, auxiliou o produtor no gradeamento e plantio da terra. Satisfeito, Luiz deve colher aproximadamente 3 mil sacas de milho nessa safra. “São nove alqueires plantados e a colheita vai ser boa, tenho muito a agradecer o apoio da secretaria” (PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS,2018).<sup>9</sup>

O produtor Luis Mariano, citado na reportagem, é irmão do então presidente do Sindicato

<sup>8</sup> Informação verbal fornecida por técnico da EMATER de Canaã dos Carajás em entrevista concedida a Simone Contente Padilha. Canaã dos Carajás. Em 20 de agosto de 2019

<sup>9</sup>Procampo avança em Canaã dos Carajás. 21/08/2018. Disponível em: <<https://www.canaadascarajas.pa.gov.br/novo/procampo-avanca-em-canaa-dos-carajas/>>. Acessado em: 13 abr. 2020.

dos Produtores Rurais de Canaã-SICAMPO, que congrega a classe de grandes produtores e pecuaristas do município. Esse era um dos produtores parceiros da Vale que aparecia no imbróglio de conflitos fundiários na Serra da Bocaina. Os mesmos arrendavam as terras da Vale para pasto, assim mantendo-as “protegidas das invasões”. Dessa forma, há um rearranjo político local, que precisa incorporar as frações da classe dominante, que não se relacionam diretamente com a cadeia de mineração, mas que refletem um peso político para as estratégias eleitorais no município. E o PROCAMPO pode, nesse sentido, assumir uma política de Estado, que vincule parcela da renda minerária a esse setor, e que se justifica, como um modelo de desenvolvimento municipal, alternativo à mineração, mas que mantém estruturas de dominação. Para os pequenos produtores sobraram alguns poucos programas desenvolvidos pela Agência Canaã<sup>10</sup>, que cumpre um papel importante para estratégia de construção de um consenso social para Vale, em áreas rurais no entorno de seus projetos minerários.

Outro setor dominante local, que cresceu numericamente com a chegada do projeto S11D, foi o setor de comércio. Em 2003, existiam apenas 161 estabelecimentos comerciais no município, empregando 167 trabalhadores em 2016. No final da obra do projeto S11D já eram 1.412 estabelecimentos, empregando 1.520 trabalhadores, passando a ser considerado o terceiro setor que mais empregava no município, perdendo apenas para construção civil, por conta do impacto das obras do projeto S11D, e da administração pública que era responsável pela contratação de 2.880 servidores (DATAVIDA).<sup>11</sup> Este crescimento transformou o setor de comerciantes numa força política no município, na medida em que boa parte dos candidatos a cargos eletivos de Canaã, ou são comerciantes, ou tem forte apoio político dos mesmos. Essa categoria fundou a Associação Comercial, Industrial, Agropastorial-ACCIACA, organização bastante ativa no contexto da administração pública de Canaã. Além disso, é um setor que teve uma influência muito mais direta do impacto da mineração sobre o município do que o próprio setor do agronegócio local. Em relação ao projeto S11D, houve a seguinte informação:

Havia muita expectativa do setor comercial com o projeto. O comércio no primeiro momento cresceu muito aqui, mas depois que se encerrou a obra restou aqui uma rede de comércio muito grande, superdimensionada, que não tinha demanda. Isso trouxe uma pobreza muito grande pro nosso município. Era empresa falindo, fechando as portas toda semana, porque ninguém comprava nada aqui. 2016 e 2017 foram anos muito ruins, crise braba na cidade.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã foi fundada pela Vale na época da implantação do projeto Sossego, com a função de fortalecer o desenvolvimento local, através da interação entre iniciativa privada, sociedade civil e o poder público. Ela capta seus recursos para os projetos implantados, através da Vale e da prefeitura. Ressalta-se que no seu portfólio de 2019, dos 29 projetos em curso, todos tinham uma vinculação direta com o Plano de Sustentabilidade Socioeconômica do projeto S11D.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://dataviva.info/pt/location/1pa040301/wages?menu=new-api-jobs-industry-stacked&url=rais%2Findustry\\_class%2Fjobs%3Fvalues%3Djobs%2Bwage%2Bestablishment\\_count%26count%3Destablishment%26%26id\\_ibge%3D1502152](http://dataviva.info/pt/location/1pa040301/wages?menu=new-api-jobs-industry-stacked&url=rais%2Findustry_class%2Fjobs%3Fvalues%3Djobs%2Bwage%2Bestablishment_count%26count%3Destablishment%26%26id_ibge%3D1502152). Acessado em: 12 mar. 2020.

<sup>12</sup> Informação verbal fornecida pelo presidente da ACCIACA em entrevista concedida a Simone Contente Padilha. Canaã dos Carajás. Em 29 de agosto de 2019.

Essa situação produziu várias denúncias contra a Vale na câmara dos vereadores, dentre as quais da própria ACCIACA, referente a forma como a empresa vinha tratando o município, deixando de consumir no comércio e de contratar mão-de-obra local. A justificativa da Vale diante dos comerciantes locais estava em afirmar que a planilha de compra da empresa primava primeiramente pelos custos mais baixos e que, dessa forma, não havia possibilidade de impor à direção da Vale nem às suas contratadas que assumissem um custo de consumo maior apenas por se tratar de fomentar o comércio local<sup>13</sup>

Segundo depoimento da atual gestão da ACCIACA, nesse período não havia uma boa relação da entidade com a empresa, porque “a Vale não gosta de política, tudo que envolve política ela sai fora, e naquela época, de fato na ACCIACA tinha muita politicagem, aquela briga, o que mudou agora”<sup>14</sup>.

Essa mudança na postura da entidade pode estar vinculada a ampliação dos *royalties* advinda do projeto S11D, com esses, a prefeitura tem apostado em uma nova estratégia de desenvolvimento municipal alternativo à mineração que é o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, instituído como Lei municipal nº834/2018. Esse fundo é formado do repasse mensal de 5% da CFEM recebida pelo município, para aplicação nos eixos de educação, agropecuária, aquisição de equipamentos, sistemas de computação e inclusão social, conforme estabelecido pela lei. Mesmo com condições de taxas menores do que dos bancos, funcionava como um fundo de empréstimo, e por conta disso, teve que se estruturar nesse sentido. Compõe o conselho gestor pela sociedade civil, algumas das principais organizações da estrutura dominante de poder na cidade, inclusive a ACCIACA, que manifestou grande entusiasmo em relação ao Fundo.

Não se pode negar que a iniciativa de um Fundo de Desenvolvimento no município abre uma perspectiva de pensar o uso da CFEM de uma forma mais estrutural, com fins à construção de modelos de desenvolvimento econômico, alternativo ao da mineração. Mas que desenvolvimento é esse? Quem ajudou a pensar esse modelo de desenvolvimento? Como surgiram os eixos e objetivos, que estão traçados na lei que norteia o Fundo? Nesse sentido, entende-se que esse Fundo nasce das demandas de frações dominantes locais, que vão conformando a estrutura administrativa da prefeitura. O fundo passa a ser uma forma mais direta de acesso desses grupos, ao uso da CFEM, sem necessariamente ter que passar pela máquina do Estado. A sociedade civil, presente na formulação do plano e também no conselho gestor, é a expressão desse modelo de desenvolvimento neoextrativista que reafirma estruturas de dominação. A partir desse rearranjo local, a Vale, de forma indireta, consegue distensionar uma crítica, que vinha sendo forte por parte do setor comercial.

---

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem

Esse movimento demonstra que a classe burguesa na institucionalidade do Estado não é um bloco monolítico. O bloco burguês é constituído por várias frações de classe que disputam entre si os interesses econômicos do Estado em diversos níveis e ramos, que imprimem um caráter caótico e as vezes contraditório às políticas estatais, produto deste entrelaçamento de várias políticas (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p. 19).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo objetivou descortinar a ação do Estado diante das demandas de territorialização advindas do processo de implantação do Projeto S11D. Como hipótese ressaltava-se o Estado como o agente legal da territorialização do grande capital minerário em Carajás, atuando na legitimação e transformação do bem público mineral, em bem privado de uma empresa. Para concretizar essa relação entre Estado, empresa e território, a escolha do projeto S11D da Vale reuniu características peculiares, por sua dimensão escalar, que vai da dependência do mercado internacional até o enraizamento territorial local; por ser o maior projeto minerário da empresa Vale, além de que, no período de sua implantação, o Estado brasileiro tinha a frente um governo *sui generis* com forte base social.

Observou-se que houve avanços na consolidação institucional de áreas protegidas na região, mas que nem por isso encontram-se fora da tensão que o território da mineração exerce sobre as mesmas. Esse foi o caso da pressão da Vale sobre a Flona Carajás, impondo um licenciamento ambiental mais ágil e menos restritivo por parte do IBAMA, que acabou, em muitos momentos, se chocando com o código ambiental que regia a ação técnica desse processo. Em que pese certa blindagem do licenciamento ambiental, operou-se também uma tensão institucional exercida a partir de esferas superiores do poder político estatal sobre os pareceres técnicos em função da demanda da Vale, neste caso, deixando à mostra o conflito entre os interesses econômicos/políticos do Estado e suas estruturas institucionais.

O Estado, portanto, não é uma “coisa” controlada e determinada uniformemente pela classe dominante, nem um sujeito autônomo, que atua como um “árbitro” na luta de classes. O Estado é uma relação que é atravessada e constituída pela luta de classe (POULANTZAS, 2008, p.118).

Na área do entorno, a tensão sobre a terra foi muito marcante na implantação do S11D. O movimento do Estado, no âmbito do licenciamento, esteve pautado por um perfil refratário diante de um vazio regulatório. No município deu-se na forma de parceria com a empresa, com praticamente todo o Plano Diretor municipal tendo os mesmos eixos do Plano de sustentabilidade da Vale. Nas áreas de conflito aberto, as principais estruturas do Estado mobilizadas foram as da justiça e dos órgãos de repressão, muitas das quais criadas em função desses conflitos.

Confirmando o que para Engels, determinava a formação da estrutura estatal:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não se consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder nascido da sociedade, mas posto a cima dela é o Estado (2010, p. 2013).

Em suma, há um Estado em Canaã que é a expressão aberta de um Estado de classe, de uma classe que domina e sequer encontra-se no município. A gerência da Vale em Canaã é parte de um corpo técnico qualificado da empresa, que está longe de se representar essa expressão dominante. A formação de uma elite local de comerciantes e pecuaristas, também são parcelas pouco expressivas de poder econômico local, ao contrário, são produto da própria necessidade de territorialização da empresa sobre o Estado, pois são esses setores que tem se beneficiado dessa territorialização, e como potenciais aliados da Vale, se credenciam para assumir os postos do Estado no município. E por fim, ressalta-se os conflitos com a mineração que foram lutas que não se deram no âmbito do Estado ou contra o Estado, mas se refletiram nas ações do mesmo.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **Extractivismo y Neoextractivismo**. Dos caras de la misma maldición. In: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo. Más de desarrollo. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.

ARAÚJO, A.; TAPIA, J. Estado, Classes e Estratégia: notas sobre um debate. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. v.1. jan-jul, 2011.

BRANDÃO, C. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la numa estratégia de Estado. In: **Revista política e planejamento regional**. Rio de Janeiro. v.1. n.2, jul-dez, 2014.

BNDES. **Relatório Anual 2009**.

BNDES. **Livro Verde**. 65 anos nossa história, tal como ela é. Rio de Janeiro, 2017.

CHESNAIS, F. Demain les retraites à merci des marches. In : **Le Monde Diplomatique**. Paris, abril, 1996.

CHIARINE, A; BARBOSA, A. BNDES: Operação para Vale é a maior já feita pelo banco. **Estadão**. São Paulo, 1 de abril de 2008. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-operacao-para-vale-e-a-maior-ja-feita-pelo-banco,149461>

CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. In: **Crítica Marxista**. São Paulo. Bointempo. v.1.n.13, 2001.

COELHO, T. **Noventa por cento de ferro nas calçadas**: Mineração e (sub) desenvolvimentos em municípios mineradores pela Vale S.A. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. (Tese doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais).

CORREIA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ. v.15, 1992.

DATAVIDA. <[http://dataviva.info/pt/location/1pa040301/wages?menu=new-api-jobs-industry-stacked&url=rais%2Findustry\\_class%2Fjobs%3Fvalues%3Djobs%2Bwage%2Bestablishment\\_count%26count%3Destablishment%26%26id\\_ibge%3D1502152](http://dataviva.info/pt/location/1pa040301/wages?menu=new-api-jobs-industry-stacked&url=rais%2Findustry_class%2Fjobs%3Fvalues%3Djobs%2Bwage%2Bestablishment_count%26count%3Destablishment%26%26id_ibge%3D1502152)>. Acessado em: 12 mar. 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GALHARDO, R.; GIRARDI, G. Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas. In: **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 19 nov. 2019.

GONÇALVES, R.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. Neoextrativismo liberal-conservador. A política mineral e a questão agrária no governo Temer. In: OKARA. **Geografia em Debate**. v.12, n.2, 2018.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. In: **Extrativismo, política y sociedad**. Centro Andino de Acción Popular (CAAP) y Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES). Quito-Ecuador. Nov, 2000.

IBAMA. **Mineração CVRD**. Projeto Ferro Carajás S11D. Volume IV. (Classificação arquivística 419). CDroom. 27 nov. 2012.

IBASE. **Contextualizando os investimentos do BNDES no Brasil, no período 2008-2014**. BNDES sem segredos, um olhar da sociedade civil sobre o BNDES, 2015. Disponível em: <https://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>, Acessado em 13 abr. 2020.

INCRA. **Despacho INCRA a PFE-R**. Manifestação sobre o processo de autorização de servidão para mineração. 28/01/2013. CDroom. v.X, p. 2210.

INCRA. **Despacho 050**. Interessado Vara cível empresarial de Canaã dos Carajás. Assunto. Informações sobre a área da fazenda São Luiz. 5/9/2016. (1).

INCRA. **Protocolo de Intenções entre INCRA e Vale**. CDroom., v.2, 2016 (2).

MILANEZ, B.; SANTOS, R. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista de pós-graduação em Ciências Sociais**. v.10. n.19, Jan-jun 2013. OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro, IBASE, 2013.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: Observações sobre o caso brasileiro. In: **Estudos Avançados**. 27(77), 2013.

PEREIRA, T.; MITERHOF, M.O Papel do BNDES e o financiamento do desenvolvimento: Considerações sobre a antecipação dos empréstimos do Tesouro Nacional e a criação da TLP. In: **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, UNICAP.IE. v.27, n.3(64). 875-908. Set-dez, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS. Procampo avança em Canaã dos Carajás. 21/08/2018. Disponível em: <<https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/procampo-avanca-em-canaa-dos-carajas/>> Acessado em: 13 abr. 2020.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA REGIONAL-PFE/R. **Remanejamento de famílias da Vila Mozartinópolis**. 6 fev. 2013. Cdroom. v. X, p.2212.

ROJAS, C; PEREIRA, D. Políticas estratégicas empresariais de controle territorial: A Vale S.A. e os embates na Serra do Gandarela/MG. In: **Novos Cadernos Naea**. v.18, n.3, p.29-49. Set-dez,2015.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: **Crítica Marxista**. São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998.

SUPERINDENCIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA NA AMAZONIA LEGAL-SERFAL. Memorando 08/ 163. Trata de resposta ao ofício INCRA SR/27. 22 de outubro de 2013. p. 2332 (CDroom)

SVAMPA, M. **Las Fronteras del neoextractivismo em América Latina**. Conflitos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Guadalajara: Calas, 2019.

VAINER, C. Planejamento territorial e projeto nacional. Os Desafios da fragmentação. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.9, n.1, maio-2007.

MARABÁ. VARA AGRÁRIA CÍVEL (gabinete). Reintegração/manutenção de posse. Autora Vale S.A. Requeridos invasores do lote 18. **Processo**039447-86.2015.8.14.0136. Documento: 20150240833649. 18 de janeiro de 2018.

# A GEOGRAFIA DAS RUÍNAS E DOS TERRITÓRIOS DE EXCEÇÃO

## uma leitura a contrapelo dos grandes projetos de des-envolvimento

Bruno Malheiro\*  
Valter do Carmo Cruz\*\*

### INTRODUÇÃO

Os discursos de modernização do espaço e de progresso técnico geralmente encontram nos chamados grandes projetos de des-envolvimento<sup>15</sup> uma espécie de paradigma espacial fundacional, ou seja, pelos olhos de planejadores do Estado e de alguns intelectuais, há um atrelamento imediato e acrítico, que esvazia o debate, entre megaempreendimentos econômicos e o chamado desenvolvimento. Essa reflexão pretende ser uma entrada crítica nesse debate, tentando demonstrar algumas marcas de expressão do que vem se convencendo chamar de “grandes projetos”, no sentido de ampliar nosso olhar teórico e político sobre eles.

Projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, grandes usinas hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, ferrovias, megaempreendimentos de requalificação e reestruturação urbanos. Todos esses seriam exemplos contundentes do que estamos chamando aqui de grandes projetos. Em realidade, esses megaempreendimentos são verdadeiros paradigmas de uma geografia de exceção que faz viver e deixa morrer, uma vez que em diferentes momentos históricos e como expressão de variados espectros políticos – sem distinção entre esquerda e direita – tais projetos são sempre anunciados e enunciados como inevitáveis (defendidos como estratégicos para segurança e soberania nacional), como uma necessidade política para a garantia das condições materiais do des-envolvimento. Dessa maneira, quando falamos deles, estamos tratando de energia, minérios, petróleo, logística, ou seja, elementos fundamentais para a sustentação material do modo de vida moderno-colonial. Esse discurso da inevitabilidade/necessidade fez com que a sistemática violência aos povos e a devastação da natureza provocadas por esses

---

\*Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Coordenador do Laboratório de Estudos em Território, Interculturalidade e Resistência na Amazônia (LaTierra-UNIFESSPA). E-mail: malheiro@unifesspa.edu.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0324-302X>.

\*\*Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território, Ações coletivas e Justiça (NETAJ-UFF). E-mail: valterdocarmocruz@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8136-7389>.

<sup>15</sup> A palavra des-envolvimento significa, para Porto-Gonçalves (2006), tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura mantém com o seu espaço, com o seu território. Significa subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza. Não é apenas uma separação de homens e mulheres da natureza, mas, também, uma separação destes entre si, individualizando-os. Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, por meio de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos de uso comum.

megaempreendimentos se transformassem em detalhes diante de escolhas políticas de distintos governos.

Os grandes projetos de des-envolvimento são, portanto, a escolha espacial de um modo particular de expansão do capitalismo que combina alta densidade técnica e alto grau de violência a quem esteja ou se coloque no caminho desses megaempreendimentos. Ademais, quando nos referimos à “escolha” não estamos fazendo um mero exercício retórico, pois os chamados grandes projetos de des-envolvimento se avolumam na esteira das escolhas políticas de distintos governos na América Latina que, no início do século XXI, optam pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais como o caminho absoluto para a conquista do superávit primário. Assim, viabilizam dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão cínica em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida humana e não humana.

Mesmo sendo máquinas de moer mundos, fazendo parte de um movimento de produção de ruínas, ainda assim esses empreendimentos figuram com prestígio, seja nos altos salões do poder, e isso em diferentes escalas: dos municípios, dos estados e na escala do país; seja nos altos salões do saber, pelo teimoso e confortável atrelamento acrítico de tais projetos à abstração do chamado desenvolvimento.

Este artigo pretende, portanto, desnaturalizar esses atrelamentos. Intenta, nesse movimento, abrir um espaço de debate sobre as engrenagens espaciais desses empreendimentos, tratando-os como um problema de pesquisa, não por pré-noções que esvaziam o debate. Queremos, portanto, desnaturalizar suas lógicas de violação mediante um questionamento dos sentidos concretos de sua necessidade. Para isso, este texto se divide em três partes: na primeira, apresentamos seis marcas de expressão das engrenagens socioespaciais dos grandes projetos, no sentido de desnaturalizar suas definições e entendimentos; na segunda parte, demonstramos a relação direta entre grandes projetos e dinâmicas de governo autoritárias, visualizando, por meio desses empreendimentos, a expansão de uma racionalidade antidemocrática que coloca em questão qualquer sentido digno de democracia; e, por fim, tentamos deslocar o centro de referência de análise, enxergando nos movimentos de r-existência a esses megaempreendimentos, caminhos e horizontes que nos ajudam a caminhar por outros rumos como uma aposta pela vida.

## **1. SOBRE OS GRANDES PROJETOS: UM ROTEIRO DE LEITURA CRÍTICA**

O adjetivo “grande” atribuído aos projetos de des-envolvimento carrega uma percepção de grandeza relacionada a todo aparato técnico envolvido na instalação desses megaempreendimentos. A grandeza, nesses termos, ostenta um ideal de modernidade e modernização que apela ao gigantismo de obras, construções e estruturas logísticas e industriais

que se transformam em sínteses de uma engenharia cujo valor é definido pelo tamanho das mudanças que conseguem imprimir na paisagem. Tal arrogância construtiva consegue transformar grandes desmatamentos em limpeza de áreas, o barramento de um rio inteiro em necessidade nacional, a instalação de estruturas logísticas por sobre terras indígenas, quilombolas e/ou camponesas em um ornamento do que se inventa como desenvolvimento. As vidas atravessadas, inundadas, saqueadas e estilhaçadas por esses empreendimentos, viram um detalhe no cálculo feito por engenheiros de dentro de seus escritórios climatizados há, geralmente, mais de dois mil quilômetros das obras que desenham.

Essa arrogância de grandeza nos confere uma primeira marca a esses megaempreendimentos que se caracteriza pela concentração, centralização e intensividade espaço-temporal de investimentos (VAINER, 2010); elementos esses que, vale dizer, apresentam-se como uma necessidade para fazer funcionar alguns setores específicos da economia, como o da exploração intensiva de recursos naturais, vide os setores mineiro-metalúrgico e petroquímico. Entretanto, essa racionalidade também está em outros dois segmentos, o energético, especialmente em relação à construção de grandes usinas hidrelétricas, e o setor de construção civil e de logística, que viabiliza megaempreendimentos urbanos, mas também estradas, portos, hidrovias, ferrovias etc.

Mas, afinal, o que há de comum entre setores? O que há de comum, por exemplo, entre o projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte – o maior projeto de extração de ferro do mundo, o S11D, da empresa Vale S. A., situado em Carajás –, o projeto do mineroduto Minas-Rio e as grandes intervenções urbanas ligadas à Copa do Mundo de 2014 ou às Olimpíadas de 2016?

A resposta a tal questionamento só pode ser construída se entendemos, de antemão, que a dinâmica de territorialização desses grandes empreendimentos significa, sobretudo, grandes apropriações de terras, não somente a terra em si, mas apropriação do subsolo, da água, da biodiversidade etc. Na lógica desse capitalismo extrativo, a natureza é vista como matéria-prima, como recurso, como commodity a ser apropriada, transformada, vendida e comprada. Essa corrida por terras rumo às áreas naturais (praias, mares e ecossistemas florestais, rios, serras e montanhas, chapadas, charcos e lagoas) ou rumo às terras ocupadas por lógicas comunitárias (vales e distritos camponeses, terras indígenas, planícies com agricultura familiar, áreas de pesca artesanal, territórios quilombolas etc.), representam um extenso repertório de exemplos de mercantilização, cujo caráter devastador sobre numerosas populações e territórios ameaça a reprodução da vida em todas as suas expressões (BARCELOS, 2018).

Rosa Luxemburgo chega a nos mostrar que o instituto da propriedade privada capitalista, expressão síntese desse movimento de mercantilização, é um motor de processos de acumulação pela via da violência, afirmando que a cada expansão do capitalismo há uma “guerra encarniçada”

do capital contra outras relações econômico-sociais de povos nativos, além de uma “desapropriação violenta de seus meios de produção e [...] roubo de sua força de trabalho” (LUXEMBURGO, 1984, p. 33).

Nesse sentido, falar da dinâmica de acumulação por intermédio dos grandes projetos exige que analisemos os novos cercamentos, demonstrando os diferentes mecanismos e dispositivos violentos por meio dos quais se realiza esse tipo de acumulação, dentre os quais podemos citar:

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2005, p. 121).

Em linhas gerais, estamos falando que os movimentos capitalistas possibilitados e/ou construídos pelos grandes projetos são movimentos rentistas de transformação de bens comuns em mercadoria, seja pelo barramento de um rio para produzir energia, seja pelo saque exponencial de minérios para exportação, seja pelo desenho logístico de infraestruturas a cortar e sangrar outros territórios, seja ainda, pela valorização rentista da terra urbana.

Por essa característica comum chegamos a uma segunda marca desses megaempreendimentos, uma vez que a concentração, centralização e intensividade dos investimentos, particularmente nos setores econômicos acima elencados, têm uma motivação fundamental que é a necessidade capitalista de incorporação de novas áreas até então não plenamente interligadas às dinâmicas do capital, ou mesmo a reestruturação das articulações mercadológicas anteriores de dados espaços em processos de destruição criativa. Nesse sentido, os grandes projetos fazem parte de um processo de “ajuste espacial”, pois eles se articulam à dinâmica de abertura de novas fronteiras a uma lógica de acumulação de capital que produz riqueza, inicialmente, pela transformação de bens comuns em mercadoria. Pelos grandes projetos, portanto, o capital expande seu domínio territorial sobre espaços que não estavam totalmente incorporados aos circuitos da acumulação global, o que significa, entre outras coisas, um violento processo de apropriação e expropriação de recursos naturais, terras e territórios, enfim, acumulação por espoliação (HARVEY, 2005).

Esse movimento de expansão das fronteiras de um capitalismo extrativo, fossilista e rentista sempre carrega discursos de progresso. A chegada do “novo”, mesmo que signifique destruição e violência, sempre traz consigo o discurso do triunfo, talvez porque para se processar o “ajuste espacial” se faz necessária a instalação de um novo sistema técnico no território. Aí está,

então, a terceira marca dos grandes projetos: a necessidade de expansão de um novo meio técnico-científico e informacional, ou seja, novos sistemas de objetos e de ações para a consolidação de uma base produtiva e logística capaz de imprimir velocidade e fluidez; atributos fundamentais na reprodução do capital (SANTOS, 1996). Caminhões fora de estrada em minas de ferro, grandes pontes sobre imensos rios, o gigantismo de usinas hidrelétricas, o caminho sem fim de um mineroduto, de uma estrada, de uma ferrovia, a imagem asséptica de uma nova cidade... Tudo isso começa a fazer parte de discursos e imagens que passam a compor o imaginário dos lugares onde se instalam os grandes projetos.

Entretanto, não podemos esquecer que a base da dinâmica de produção de riqueza e valor desses megaempreendimentos é a transformação de bens comuns em mercadoria, didaticamente falando, é a transformação de uma terra indígena em uma área de extração mineral, é o atravessamento de territórios quilombolas, camponeses e de outras populações tradicionais por um mineroduto, uma ferrovia ou uma rodovia, é a expulsão de comunidades inteiras para o alargamento de processos extrativos, é a desapropriação de bairros inteiros para processos de requalificação urbana, é a inundação de povoados, comunidades e povos pelos lagos resultantes dos barramentos dos rios... O que estamos querendo dizer é que não há instalação de grandes projetos sem mudanças devastadoras, violentas e traumáticas nos espaços nos quais eles se instalam, como lembra Levien (2014) acerca dos regimes de desapropriação.

Quando falamos em hidrelétricas, da megaexploração de minérios, de megaempreendimentos logísticos de dotação de infraestrutura no território não tratamos apenas de dinâmicas de superexploração do trabalho e da natureza, configurando modos específicos de drenagem energética por mecanismos de espoliação. Falamos também na expropriação das condições objetivas de vida de múltiplos povos e comunidades e, ainda, da confluência de interesses entre grandes corporações e o Estado. Esse processo não pode ser compreendido apenas na escala da acumulação da dinâmica de divisão internacional do trabalho, nem apenas na escala das trocas desiguais de matéria e energia, mas também na escala do impedimento da vida, do solapamento das condições de existência de diversos grupos, povos e comunidades.

Essa expressão de violência e devastação nos leva a uma quarta marca dos grandes projetos, uma vez que, além de uma nova densidade técnica no território, para a instalação desses megaempreendimentos, é necessário criar uma outra densidade normativa, um modo de regulação do território que frequentemente implica na flexibilização ou supressão de instrumentos jurídicos, como leis, códigos e zoneamentos (ACSELRAD, 2013). Uma verdadeira desnormalização tem como intuito “alisar” o espaço, ou seja, retirar os “obstáculos” jurídicos para, assim, redefinir o acesso, o controle e os usos do território.

O exemplo paradigmático do Programa Grande Carajás (PGC), que integrou vários grandes projetos na Amazônia nos dá a exata noção dessa desnormalização, pois o Programa é criado por um conjunto de estruturas institucionais e regimes normativos especiais para garantir a sua implantação. O primeiro Decreto-Lei de Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 (BRASIL, 1980a), institui um regime especial de incentivos aos empreendimentos integrantes do PGC, além de criar uma estrutura institucional especial para geri-lo, qual seja, o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, ligado diretamente à secretaria de planejamento da presidência da república.

No mesmo dia foi também lançado o Decreto-Lei Nº 85.387 (BRASIL, 1980b), que define a composição e atribuição do Conselho Interministerial criado, concedendo um tratamento especial e preferencial a um conjunto de medidas na região de abrangência do PGC. São 12 itens, valendo destacar a “concessão, arrendamento e titulação de terras públicas”, o estabelecimento de “contratos para o fornecimento de energia elétrica” e a “autorização para o funcionamento de empresas de mineração” (BRASIL, 1980b, não paginado). Em um único dia, portanto, dois decretos criam um regime especial de incentivos e uma estrutura política de exceção, suspendendo as relações institucionais na região, além de conceder garantias de tratamento diferenciado à questão fundiária, energética e de concessão e autorização de lavra dos minérios.

Mencionamos o PGC, mas poderíamos falar da UHE de Belo Monte, a qual, mesmo diante de um conjunto de suspensões jurídicas de sua obra, continuou a ser erguida na região da volta grande do Xingu, no Pará, sem respeitar nem sequer as condicionantes exigidas nos Estudos de Impacto Ambiental. Além disso, também poderíamos falar o mesmo das leis de exceção da Copa, das Olimpíadas...

A observância das leis, que deveria ser a condição para execução de qualquer empreendimento numa democracia, simplesmente vira uma escolha política quando se trata dos grandes projetos, uma vez que, quando não se desobedece, flexibiliza-se ou, mesmo, criam-se legislações especiais, o que faz com que esses megaempreendimentos, muitas vezes, efetivem-se legalmente fora da lei. Neles, portanto, os limites de nossas democracias são expostos pela ascensão do estado de exceção e de uma governamentalidade autoritária do território. Dessa forma, criam-se verdadeiros territórios de exceção, onde ocorre, também, a suspensão do estado de direito de indivíduos e grupos (direitos ambientais, territoriais, trabalhistas, direitos humanos e da natureza), minando as garantias fundamentais da vida.

Essas marcas fundamentais até aqui elencadas já nos permitem a desvinculação imediata e acrítica entre grandes projetos e desenvolvimento, mas também nos permitem construir uma crítica a uma noção que, por muito tempo, figurou na explicação desses megaempreendimentos, a saber: a ideia de enclave. Essa noção só tem algum sentido explicativo se reduzirmos os projetos a eles

próprios em uma perspectiva econômica autocentrada, responsável por desconsiderar a participação desses projetos na dinâmica regional de mudanças, reestruturações e impactos que alteram sobremaneira as lógicas de produção e organização do espaço, bem como as relações de força e controle do território nas regiões onde se instalam.

Não é sem razão que nos entornos regionais de grandes projetos de mineração – como a exploração mineral em Carajás, na Amazônia, mas também em outros processos extrativos minerais – existam dinâmicas de valorização da terra que acirram conflitos agrários, ou ainda, haja uma dinâmica generalizada de periferação das cidades mais próximas a esses empreendimentos, alargando processos de violência urbana e precarização dos espaços citadinos. Considerando-se esses argumentos, uma hidrelétrica, por exemplo, não é apenas uma obra de engenharia local, pois ela afeta toda a diversidade metabólica de um rio, além de interferir nas energias vitais de populações situadas há centenas de quilômetros de onde se instalou. Os grandes projetos, portanto, drenam energias vitais em escala local e regional.

Mas uma quinta marca talvez nos permita aprofundar essa crítica e, ao mesmo tempo, ampliar o entendimento dos grandes projetos. Trata-se, então, dos processos de rupturas e fraturas metabólicas que esses empreendimentos provocam, afetando paisagens, ecossistemas e toda a dinâmica geo-bio-física dos espaços onde são implantados os megaempreendimentos, promovendo mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental nos níveis local e regional.

Não podemos esquecer que a instalação dos grandes projetos acompanha uma lógica de expansão capitalista pela espoliação, o que demonstra haver uma integração necessária entre os setores em que a concentração, centralização e intensividade dos investimentos se dão, ou seja, extração, logística, energia, grandes infraestruturas andam juntas. Em outros termos, estamos falando da imposição de um metabolismo social<sup>16</sup> do capital reestruturando o metabolismo social da vida.

A título de exemplo, além dos processos de extração, a realização do saque mineral também precisa de uma logística de transporte e exportação. No que diz respeito à drenagem de energia, falamos das Usinas Hidrelétricas que se revelam na paisagem interligadas a grandes linhões de distribuição, da mesma forma que, outrossim, tratamos de grandes estradas que garantem a

---

<sup>16</sup> Victor Toledo (2013) amplia o conceito de metabolismo social, considerando-o para além, mas não aquém, dos fluxos de entrada (processos de apropriação) e saída (processos de excreção) de matéria e energia. O autor também nos adverte para a existência de fluxos internos de matéria e energia. Nesses termos, identifica cinco fenômenos relacionados a esses fluxos que só existem em combinação, mas podem ser individualmente percebidos, quais sejam: a apropriação, forma primária de intercâmbio entre a sociedade e a natureza; a transformação, um modo de produzir a partir de extrações naturais; a circulação, que inaugura o intercâmbio econômico e coloca o volume de matéria e energia extraídas em um circuito ligando distintos territórios; o consumo, que não representa apenas a realização das necessidades, mas condiciona ou pressiona os processos extrativos no momento em que se transforma em um fator de demanda; e a excreção, que representa todos os excrementos provenientes das ações de apropriação, transformação, circulação e consumo, isto é, tudo o que se expele, desde os resíduos e rejeitos aos subprodutos não aproveitados (TOLEDO, 2013).

realização dos fluxos capitalistas de verdadeiros corredores de monocultivos de soja, milho, dendê e cana. A montagem de eixos capitalistas de exploração, rentismo e exportação transforma os grandes projetos na expressão espacial das dinâmicas de espoliação, por isso, desde os processos de apropriação e transformação até as dinâmicas de circulação e excreção, os grandes projetos impõem um metabolismo do capital que, regionalmente, altera as dinâmicas de realização da vida. Portanto, trata-se da destruição de mundos e da expropriação da energia vital de múltiplos sujeitos, pois tal processo afeta, de maneira dramática, os recursos e os modos de vida de camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais envolvidos em intensos conflitos ambientais e territoriais, o que gera milhares de “refugiados do desenvolvimento” (VAINER, 2010).

Esse caminho de violência e devastação não parece ser tão observado pela maioria daqueles que analisam os grandes projetos. Por isso, uma sexta marca desses megaempreendimentos é sua transformação em um dispositivo epistemológico, ou seja, um centro hipnótico de análise que faz com que boa parte da ciência consiga colocá-los num caminho de acertos, do progresso e da modernidade.

A entrada crítica até aqui proposta quis ver a colonialidade inscrita, mas não dita, que é condição para a realização dos processos denominados de modernização. Os rastros de violências e ruínas que atravessam os grandes projetos nos lugares e nas regiões onde se instalam são modos de nos tirar da hipnose de leituras de mundo que transformam o outro – afetado e atravessado por esses empreendimentos – em uma exterioridade absoluta à análise.

Das reflexões propostas, podemos pensar os grandes projetos, em síntese, por uma dinâmica de concentração, centralização e intensividade espaço-temporal de investimentos que se faz necessária em processos capitalistas de espoliação. Por sua natureza, tais processos incorporam novos espaços até então não plenamente interligados às dinâmicas do capital, instalando, assim, um novo sistema técnico no território, mas também uma outra densidade normativa responsável por flexibilizar ou suspender ordenamentos jurídicos e, então, legitimar verdadeiros processos de rupturas e fraturas metabólicas. Como resultado, temos a destruição de paisagens, ecossistemas e toda uma dinâmica geo-bio-física; afetações regionais essas que, muitas vezes, são ignoradas por quem reflete sobre esses megaempreendimentos e esquece que eles também se forjam como dispositivos epistemológicos que escondem os rastros de violência e devastação que produzem.

## 2. GRANDES PROJETOS, DESMONTE DA DEMOCRACIA E TERRITORIALIZAÇÃO DE EXCEÇÃO

Os métodos violentos por meio dos quais a dinâmica de espoliação via grandes projetos se realiza implica-nos a pensar que tais processos indicam não apenas uma lógica econômica perversa, mas dinâmicas políticas que desmontam os sentidos básicos que sustentam qualquer ideia de democracia, uma vez que estamos falando da expropriação das condições de existência e das energias vitais de grupos, povos e comunidades como lógica legitimada de des-envolvimento.

Por isso, uma compreensão teórica geral nos orienta neste artigo para pensarmos os grandes projetos: assim como compreendemos que os processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) não se configuram como um momento prévio do capitalismo, mas enquanto uma marca constitutiva dele, acreditamos ser o estado de exceção (AGAMBEN, 2002, 2004) também um componente daquilo que denominamos regimes democráticos.

Problematizando a emergência do Estado de Exceção, quatro hipóteses nos ajudam a entendê-lo em face aos ditos regimes democráticos. Para Hannah Arendt (2012), os regimes totalitários significam uma descontinuidade, ou seja, uma ruptura completa com as tradições ideias e instituições políticas ocidentais. Representam, portanto, uma situação histórica excepcional. A hipótese de Michel Foucault (2010) é um tanto diferente, pois para o filósofo francês os regimes totalitários não significam uma ruptura de descontinuidade completa com as instituições, as ideias e tecnologias políticas operantes nos chamados regimes democráticos ocidentais, mas uma radicalização e aprofundamento dessas.

Na mesma linha de Foucault, Giorgio Agamben (2004) alerta que o estado de exceção está inscrito entre a democracia e o absolutismo, sendo um paradigma constitutivo de toda a nossa ordem jurídica, ou ainda, um paradigma de governo dominante na política contemporânea. Por fim, a hipótese de Frantz Fanon (2005) é de que o estado de exceção coexiste com regimes democráticos. Isto é, ele opera as linhas do ser e do não ser e a democracia existe apenas para alguns sujeitos, territórios e corpos, de modo que quem está fora das linhas do ser experimenta no corpo cotidianamente o estado de exceção. Nossa leitura se alinha com a hipótese interpretativa de Foucault e Agamben, complexificada e matizada por Fanon.

Daí ponderarmos que os processos de expansão capitalista por meio de grandes projetos, como dinâmicas de realização da espoliação no capitalismo contemporâneo, só se realizam tornando a exceção uma regra em seus processos de territorialização. A ideia que queremos desenvolver, portanto, é que a expansão capitalista por meio de grandes projetos é, também, a expansão de uma racionalidade autoritária e antidemocrática. Por essa razão, os processos de territorialização desses empreendimentos serão tratados mais à frente como processos de

territorialização de exceção.

Pensar que esses empreendimentos – ao violar múltiplos territórios por onde passam e/ou se instalam – expõem dinâmicas políticas que desmontam os sentidos básicos que sustentam a democracia é, em primeiro lugar, lembrar, como dissemos anteriormente, que a escala de um grande projeto não é apenas a da economia-mundo, nem apenas a da economia espacial produzida pelo sistema técnico instalado, mas também a escala do impedimento da vida; daí falarmos em uma forma específica de governo bio/necropolítico do território, de práticas sistemáticas de violência, da morte de grupos mais vulneráveis como processo constituinte da dinâmica de expansão capitalista, da suspensão da lei em nome da lei, do uso de instrumentos normativos públicos para fins privados, da administração de povos e comunidades a partir da racionalidade de megaempreendimentos estatais e/ou corporativos.

É importante lembrar que quando tratamos de governo do território, ou governo bio/necropolítico do território, estamos atribuindo à palavra governo o sentido dado por Foucault (1995) como uma ação de estruturação do campo de ação dos outros, ou simplesmente, uma ação sobre ações; sentido esse, aliás, que coincide com a própria reformulação do entendimento do exercício do poder pelo autor, à luz de seus trabalhos sobre biopolítica. Diferente da soberania, em que o poder se exerce pelo direito do soberano de matar e da disciplina, que produz uma economia de maximização da utilidade dos corpos em conjunto, a biopolítica opera sobre probabilidades, antecipando riscos em nome da segurança, fragmentando a sociedade por dados estatísticos e definindo quem pode viver e quem vai se deixar morrer. Por esses termos que o poder é:

[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades aonde se vêm inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes: ele incita, ele induz, ele contorna, ele facilita ou torna mais difícil, ele alarga ou limita, ele torna mais ou menos provável; no limite ele constrange ou impede completamente; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos atuantes, enquanto eles agem ou são susceptíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

A experiência dos grandes projetos, nesses termos, é de um ajustamento das populações aos movimentos econômicos, isto é, uma divisão que garante que a morte regulada de alguns, signifique a vida regulada de outros, como nos aponta Foucault (2008). E não estamos falando de monarquias absolutistas, pelo contrário, assim como Agamben (2004) alerta, essas técnicas de governo, inscritas num “patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo” (AGAMBEN, 2004, p. 13), colocam-se como um paradigma constitutivo de toda nossa ordem jurídica, agora, de exceção, a qual, nesses termos, pode ser pensada como uma ordem que inclui para excluir.

Quando, por exemplo, os indígenas entram em cena no debate público em torno de um

grande projeto, geralmente a imagem que a eles é reservada é a de entrave. Suas vidas são menos importantes que a necessidade do des-envolvimento, sua inclusão na política é justamente para justificar sua exclusão. Por isso, essa geografia de exceção que se realiza por grandes projetos, deixa morrer “aquilo que não pode ser incluído no todo ao qual pertence e não pode pertencer ao conjunto no qual está desde sempre incluído” (AGAMBEN, 2002, p. 32).

A racionalidade desses megaempreendimentos, portanto, expõe uma nova tragédia: “se ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje [...] é ser relegada a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (MBEMBE, 2018, p. 15-16). O abandono e a falta de utilidade de grupos, comunidades e povos, tratados como “entraves” ao desenvolvimento, serão motores não apenas biopolíticos, mas necropolíticos, uma vez que, nesse caso, referimo-nos a uma política de morte.

Por essa perspectiva, os grandes projetos se colocam para a análise como paradigmas espaciais de processos instituintes de um Estado de Exceção. Se, para pensar o Estado de Exceção, Agamben (2002, 2004) identifica os campos de concentração como principais paradigmas biopolíticos, compreendendo que a lógica do campo se expressa por uma disposição espacial permanentemente fora do ordenamento, Mbembe (2016), em outro lugar do planeta, a África, conduz a análise do que chama de necropolítica – esse processo racial de naturalização da morte e da degradação e desintegração social ligados à dinâmica de expansão capitalista – centralizando a atenção nas experiências coloniais e mostrando que são as *Plantations* coloniais os primeiros paradigmas do estado de exceção, antes mesmo dos campos de concentração.

Entretanto, aceitando a ideia de que o estudo de certos processos (por sua importância, representatividade e capacidade de iluminação da realidade) pode nos conduzir a realidades mais amplas, tal como pensa Agamben (2009) sobre a ideia de paradigma, quando falamos de grandes projetos estamos diante de paradigmas fundamentais do Estado de Exceção. Isso porque, trata-se de processos capitalistas que se realizam suspendendo vidas, estruturando uma maneira específica de governo do território, interligando discursos, instituições e disposições espaciais fora do ordenamento jurídico em uma geografia de exceção que explica as linhas de força do que vivemos contemporaneamente em regimes autoritários.

Em realidade, as lutas sociais protagonizadas por povos e comunidades tradicionais no Brasil já denunciavam esses limites da democracia, sobretudo nas práticas violentas de um capitalismo que carrega as bases dos discursos que elegeram, por exemplo, o presidente brasileiro em 2018, a saber: uma total irrelevância dada às vidas permanentemente despedaçadas pela apropriação privada da terra e dos bens da natureza; um modo colonial de tratamento de todas as diferenças; uma noção instrumental da natureza como obstáculo; um modo autoritário,

centralizado e antidemocrático de tomada de decisões; e uma dinâmica de expansão capitalista que só se realiza pela produção de inimigos.

Essa constatação prática da relação entre grandes projetos e a emergência de regimes autoritários ganha expressão se observarmos que, no Brasil, é pelo caminho aberto por e através dos grandes projetos voltados à expansão das *commodities* agrícolas e minerais que também se expande a legitimidade eleitoral da extrema direita; não sem razão há coincidência entre os mapas de expansão das *commodities* e os mapas eleitorais da vitória do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, em 2018, a mesma coincidência sendo verificada, também, com as cartografias dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira. Isso nos leva a compreender que a racionalidade inscrita nos processos de territorialização dessa forma específica de expansão espacial do capitalismo, via grandes projetos, apresenta as linhas de força que definem as experiências políticas de autoritarismo que estamos vivendo contemporaneamente no Brasil, mas também em outros países da América Latina e Caribe.

Como perspectiva de síntese a partir das marcas de expressão dos grandes projetos, talvez o conceito de territorialização de exceção nos ajude a deixar claro o modo como a realização desses empreendimentos flerta com ações e processos no interior de regimes ditos democráticos, mas só imagináveis em regimes autoritários.

Em primeiro lugar, entendendo que se territorializar significa “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 92), ressalta-se que a criação de mediações espaciais nos processos de territorialização de exceção passa por dinâmicas de suspensão normativa. Isso ocorre seja através da criação de regimes jurídicos especiais, por rearranjos institucionais, pela projeção de um sentido privado a instrumentos jurídicos pretensamente criados para um sentido coletivo, seja, ainda, pela desregulação dos sistemas normativos vigentes, o que permite que o exercício do poder e a dinâmica de territorialização se realize legalmente fora da lei.

Em segundo lugar, as relações de poder que definem os processos de apropriação/dominação do espaço (HAESBAERT, 2004) poderiam ser mais bem descritas, nos processos de territorialização de exceção, como dinâmicas de governamentalização do espaço. Ou seja, são práticas espaciais agindo sobre a possibilidade de existência de outras práticas espaciais, ou ainda, são ações que agem sobre a possibilidade da ação de outros, uma forma de estruturação/definição/interdição do campo de ação dos outros (FOUCAULT, 1995). Isso se traduz como estruturação de um conjunto de instituições, procedimentos, discursos e cálculos estatísticos de exercício do poder, tendo como alvo a população, ou os cortes populacionais, ou em termos mais geográficos, processos territoriais que interdita a possibilidade de existência de outros territórios e territorialidades. Por essas vias, os processos de territorialização de exceção

são, também, processos de interdição da possibilidade de existência de outras territorialidades, de outros usos do território e outras formas de mobilidade e fluidez distintas dos fluxos capitalistas.

A terceira marca fundamental dos processos de territorialização de exceção – que organiza uma arte de governar que atrela segurança, território, população e riqueza – pode ser descrita pela definição de um recorte racial e étnico no contexto dos referidos processos e que, desse modo, também pode ser entendida como uma campanha de desterritorialização, nos termos definidos por Almeida (2010). Ou seja, os processos de territorialização de exceção podem ser lidos como um ataque sistemático e organizado aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, em síntese, como uma guerra aos povos.

Com base nesses três caminhos de análise propostos, chegamos a termos mais precisos e entendemos a territorialização de exceção como um processo em que a criação de mediações espaciais (que proporcionem acesso a recursos e/ou domínio de terras) passa por dinâmicas de suspensão normativa, produzindo dispositivos com claros recortes raciais e étnicos de gestão de populações, numa lógica de ação que estrutura/define/interdita o campo de ação e a possibilidade de criação de mediações espaciais de outros grupos sociais. Esses, definidos por um menor valor, tornam-se politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis (MALHEIRO, 2019).

Muito mais do que um esforço conceitual inerte, a ideia de territorialização de exceção expressa que as marcas dos processos de territorialização da dinâmica de espoliação, via grandes projetos, podem nos ajudar a entender o modo violento, autoritário e racista dos processos de expansão capitalista. Diríamos mais: a escolha pelas *commodities* e, por extensão, pelos grandes projetos, que figurou e ainda figura como consenso político e econômico na América Latina (SVAMPA, 2013), transforma os processos de territorialização de exceção em regra geral de acumulação capitalista no nosso continente.

Quando observamos essa escolha a partir das zonas de sacrifício que ela cria, entretanto, começamos a perceber as linhas de força de um autoritarismo de Estado e Mercado, cujas relações mais espúrias ganharam ainda mais legitimidade política nas últimas eleições presidenciais no Brasil, em 2018. Essa escolha pelas *commodities* e, conseqüentemente, pela territorialização de exceção carrega em suas costas os subterrâneos de um capitalismo de espoliação que hoje se torna a regra.

### **3. MAIS ALÉM DOS GRANDES PROJETOS: R-EXISTIR COMO UMA APOSTA PELA VIDA**

Para completarmos o movimento crítico desse guia de leitura sobre os grandes projetos de des-envolvimento é necessário que entendamos que a geografia dos grandes projetos não é apenas constituída de movimentos do capital, nem somente das ruínas produzidas por esses movimentos, uma vez que essa geografia é também feita de lutas, conflitividades e antagonismos que se amplificam, expressando-se em uma diversidade de formas de r-existências.

Assim, a luta dos povos e comunidades em defesa dos rios, das florestas, da terra e dos seus territórios, contra a racionalidade dos grandes projetos, é uma luta em defesa da vida, que tenciona e politiza os processos e os sentidos de apropriação da natureza. Essas lutas exigem-nos um deslocamento de nossas referências espaço-temporais para pensarmos mais em envolvimento e criação de vínculos e menos em des-envolvimento. Não nos parece haver horizonte de futuro sem debatermos como garantiremos as condições materiais da vida, e são essas lutas que tencionam nossa atual crise civilizatória; são essas lutas que, aliás, nos fazem repensar os processos de produção e consumo e os limites da natureza. Suas agendas, portanto, ultrapassam suas particularidades e, nelas, outros horizontes de sentidos se constroem como uma aposta pela vida.

Quando tais grupos reivindicam o direito aos seus territórios, estão reivindicando uma autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência e, também, a valorização e o respeito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes que constituem sua existência, sua cultura e cosmologia. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados ao longo do tempo. O direito ao território é uma espécie de condensador de outras formas de direitos (CRUZ, 2013), como o direito à terra, à água, aos recursos naturais, à produção, assim como, à memória, à ancestralidade, à identidade etc. A luta pelo direito ao território restitui o estatuto político daqueles cuja humanidade é tornada supérflua pelos grandes projetos, reposicionando, com isso, nossas referências e nos apontando outros horizontes de sentido.

Como alertaria Bourdieu (2001), essas lutas nos mostram que as categorias que tornam possível o mundo social são, também, o que está em jogo na luta política. Por isso, a análise que fizemos até aqui acerca dos grandes projetos não poderia aceitar de bom grado essa categoria sem, pelo menos, identificar outras vozes que a redefinem. Isso porque, a luta por conservar ou transformar o mundo é, igualmente, a luta pela conservação ou transformação das categorias de

percepção deste mundo, o que nos dá, nesse momento, segurança para fazer falar, como mecanismo de ativação da potência crítica de nossas análises, as definições construídas por uma mulher cuja casa sempre foi o ponto de encontro para múltiplas mobilizações, o lugar de alento para famílias expulsas da volta grande do Xingu e das baixadas de Altamira; mulher essa que, também, teve sua morada destruída e seus sonhos, plantados naquele chão, estilhaçados pela ganância de um empreendimento.

Estamos falando de Antônia Melo, uma das principais lideranças do movimento Xingu Vivo contra Belo Monte. Pelos meandros de sua trajetória, Antônia alarga nossas maneiras de ver dizendo:

Quando se fala dos Grandes Projetos na Amazônia, não tem nada de grande, porque grande pra nós é o que enobrece, é o que dá alegria, é o que promove a vida, o meio ambiente, é, enfim, o que dá felicidade e dá vida. Esses projetos não são grandes, são monstruosos, são monstros que são jogados na Amazônia pra detonar, pra acabar, pra matar tudo (Antônia Melo, ativista ambiental, em 2016).

Antônia, em poucas palavras, retraça os ângulos, reconstrói o olhar, desfaz mitos e alerta para os sentidos escondidos em tantas e tantas análises sobre os chamados grandes projetos. Antônia alerta para um conceito-visão de mundo, um estreitador de horizontes, ou melhor, um centro difusor das formas de compreensão: os grandes projetos. Dos livros didáticos aos teóricos de maior destaque, a leitura crítica quase sempre é seduzida pelo centro de sentido que é um grande projeto. Toda a complexidade – os outros que não se assemelham aos empreendimentos – é lida pelo que lhe falta, nunca pela sua riqueza e diversidade.

Os grandes projetos, portanto, não são apenas um plano geopolítico para a modernidade mediante a expansão de uma malha de controle técnico e político (BECKER, 2001), nem apenas grandes objetos, expressões do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1995), são, antes de tudo, um modo de compreensão, uma referência de análise, um dispositivo epistemológico e ontológico. A maneira de ver pela grandeza de projetos encadeia relações e leituras de mundo a partir de um centro de onde parte o olhar: os processos de modernização capitalistas, que são também de colonialidade do poder (QUIJANO, 2009), do saber (LANDER, 2005), do ser (MALDONADO-TORRES, 2007) e da natureza (WALSH, 2009, 2012)<sup>17</sup>.

Enrique Dussel (1986) nos fala que a leitura colonial do mundo pode ser posta numa expressão da dialética da totalidade, ou numa ontologia da totalidade, na qual há um ser em si

---

<sup>17</sup> Para Catherine Walsh (2009, 2012), a razão neoliberal se manifesta a partir de quatro formas distintas e integradas de colonialidade. A colonialidade do poder, que estabelece um sistema de classificação social hierárquico em termos de raça e gênero; a colonialidade do saber, que impõe o eurocentrismo como a perspectiva única de conhecimento, descartando a existência e viabilidade de outras racionalidades epistêmicas; a colonialidade do ser, que se exerce por meio da inferiorização, des-humanização e fetichização do ser humano; e a colonialidade da mãe natureza, que, ao dissociar razão, cultura, sociedade e natureza, impõe uma lógica de ver, sentir e pensar o mundo, tendo o humano como dissociado da mãe natureza (WALSH, 2009, 2012).

originário, ao qual tudo se refere. O outro, portanto, não é um modo de compreensão, mas de incompreensão, pois é exterioridade: tudo o que não se assemelha aos sentidos de grande imaginados por esses empreendimentos não existe. É necessário, portanto, a produção de uma dialética que possibilite uma abertura da totalidade à provocação da exterioridade.

Dessa maneira, o alerta de Antônia Melo reclama a existência de sentidos distintos, horizontes de destino, pontos de vista, lógicas de realização do viver diferentes. Situar-se a partir daí significa alterar sobremaneira as categorias de observação e análise da realidade, uma vez que os sentidos de grandeza, antes impregnados da imagem das grandes obras, começam a mudar de direção e contemplar a vida, as condições necessárias para a realização da existência. Nesses termos, o que significava grandeza começa a ganhar contornos de destruição, pois é justo o que arranca e mata a possibilidade da vida. Um giro epistemológico se processa quando saímos da tempestade do progresso às ruínas produzidas por ela, já nos diria Walter Benjamin (1993), ou quando saímos dos tais grandes projetos às suas territorializações de exceção. Entretanto, mais um giro se faz quando aquilo que se ataca pela monstruosidade de projetos, não é visto e pensado apenas como escombros, mas como a possibilidade da vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto pretendeu abrir possibilidades de análise aos chamados grandes projetos, que, descortinados pelos olhos de quem está no caminho desses dispositivos de exceção, podem ser vistos como projetos monstruosos. Pela primeira aproximação crítica pensamos os grandes projetos por uma dinâmica de concentração, centralização e intensividade espaço-temporal de investimentos; dinâmica essa que se faz necessária em processos capitalistas de espoliação que incorporam novos espaços até então não plenamente interligados às dinâmicas do capital, instalam um novo sistema técnico no território, mas, também, uma outra densidade normativa. Tem-se, com isso, a flexibilização ou a suspensão de ordenamentos jurídicos em nome da legitimação de rupturas e fraturas metabólicas que produzem afetações regionais (comprometimento de paisagens, ecossistemas e toda a dinâmica geo-bio-física) frequentemente ignoradas por quem reflete sobre esses megaempreendimentos, uma vez que eles também se forjam como dispositivos epistemológicos que escondem os rastros de violência e devastação que produzem.

Essa síntese de perspectivas críticas nos levou à compreensão de que a racionalidade praticada a partir desses grandes projetos expõe os limites de nossa democracia, pois a lógica de expansão capitalista pela dinâmica de espoliação por meio desses empreendimentos se realiza por aquilo que chamamos de territorialização de exceção, ou seja, processos em que a criação de mediações espaciais, que proporcionem acesso a recursos e/ou domínio de terras, passa por

dinâmicas de suspensão normativa, criando dispositivos com claros recortes raciais e étnicos de gestão de populações no seio de uma lógica de ação que estrutura/define/interdita o campo de ação e a possibilidade de criação de mediações espaciais de outros grupos sociais; grupos esses que, conforme já mencionado, são definidos por um menor valor e, por isso, tornam-se politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis.

Para sair dessa encruzilhada civilizatória exposta por essa engrenagem de moer mundos que são os grandes projetos, precisamos inverter olhares e referências e pensar que todes aqueles que nossa sociedade tratou como inimigos, entraves e obstáculos podem revelar, na verdade, outros horizontes de sentidos para a vida.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolábio Nueva Epoca**, Ciudad de Córdoba, n. 11, p. 105-123, 2013.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Signatura rerum**: sobre o método. Bueno Aires: Adriana Hidalgo, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARCELOS, E. A. S. **Geografia e grandes projetos**: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980**. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1980a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1813.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.813%2C%20DE%2024%20NOVEMBRO%20DE%201980.&text=Institui%20regime%20especial%20de%20incentivos,Caraj%C3%A1s%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1813.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.813%2C%20DE%2024%20NOVEMBRO%20DE%201980.&text=Institui%20regime%20especial%20de%20incentivos,Caraj%C3%A1s%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 05 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 85.387, de 24 de novembro de 1980.** Dispõe sobre a composição, competência [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1980b]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1980/d85387.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20composi%C3%A7%C3%A3o%2C%20compet%C3%A2ncia,Caraj%C3%AAs%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=VIII%20D%20Ministro%20do%20Trabalho.,designado%20pelo%20Presidente%20da%20Rep%C3%ABlica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1980/d85387.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20composi%C3%A7%C3%A3o%2C%20compet%C3%A2ncia,Caraj%C3%AAs%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=VIII%20D%20Ministro%20do%20Trabalho.,designado%20pelo%20Presidente%20da%20Rep%C3%ABlica)>, Acesso em: 05 mai. 2022.

CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social, terra e território.** 1 ed. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 2013. v. 1, p. 119-176.

DUSSEL, E. **Método para uma Filosofia da Libertação.** São Paulo: Loyola, 1986.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica).** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France do ano 75/76. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2005.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia e Antropologia,** Rio de Janeiro, v. 4, p. 21-53, 2014.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. t. 2.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios,** Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SVAMPA, M. «Consenso de los commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, 2013.

TOLEDO, V. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Revista Relaciones**, Buenos Aires, n. 136, p. 41-71, 2013.

VAINER, C. B. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: FERREIRA, A. P.; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. O. (org.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 475-490.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Abya Yala, 2009.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad: ensayos desde Abya Yala**. Quito: AbyaYala - Instituto Científico de Culturas Indígenas, 2012.

# COMPLEXO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AGROMINERAL DO SUDESTE PARAENSE

## produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais

Fernando Michelotti\*

### INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, no Brasil, vem ocorrendo um crescimento da produção e exportação de *commodities* agrominerais que tem provocado diferentes interpretações políticas e acadêmicas. Certas perspectivas de análises apologéticas desse processo chegam a apontar o fim da ‘questão agrária’ como questão social relevante, decretando a irreversibilidade desse modelo de desenvolvimento da produção no campo. Em sentido oposto, autores como Delgado (2012), interpretam esse processo como a emergência de uma economia política do agronegócio que aprofunda as dinâmicas do capital financeiro na agricultura, seus pactos políticos e também suas contradições. Svampa (2012), em perspectiva latino-americana, cunhou o termo ‘consenso das *commodities*’ que expressa o poder hegemônico alcançado por estes pactos de poder em escala subcontinental, limitando o avanço de conquistas democráticas.

Para essas perspectivas críticas, a força econômica, política e ideológica desse pacto do agronegócio ou das *commodities* foi um fator limitante no desempenho dos governos progressistas da América Latina nas primeiras duas décadas do século XXI, seja em função das fragilidades econômicas geradas pela inserção desses países nas dinâmicas mais gerais de acumulação como produtores e exportadores de produtos primários, seja pelo bloqueio a mudanças estruturais nas relações de poder internas, em função do fortalecimento do poder oligárquico financeiro e patrimonial. Em Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), analisamos que a escolha pelas *commodities* como principal via do desenvolvimento foi uma das bases que levou ao ‘liberalismo autoritário’ atual em que rentismo, espoliação, racionalidade militarizada e necropolítica se articulam atualizando o que Tavares (2000) denomina como um “*férreo pacto de dominação social entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro*” que atravessa a formação socioeconômica brasileira.

Nesse cenário, o estudo de regiões com forte crescimento da produção de *commodities* agrominerais, como a do sudeste paraense, torna-se, segundo Cano (2011), revelador das novas

---

\* Doutor em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR – UFRJ. Docente do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional da UNIFESSPA. E-mail: michelotti.f@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4525-5595>

determinações da questão regional. Essas regiões caracterizam-se por uma produção baseada em extração de recursos naturais com fortes impactos ambientais e precariedade de emprego, com centros urbanos de baixa qualidade e com aumento “efetivo do poder político e econômico de grandes grupos privados, nacionais ou não, sobre importantes espaços do território nacional” (idem, p. 44), apresentando dinâmicas de crescimento econômico que não alteram suas relações de poder.

Para uma agenda de pesquisa sobre essas fronteiras agrominerais, torna-se relevante as indicações de Brandão (2007) sobre o estudo da natureza intrínseca dos agentes que ali atuam, suas formas de manifestação, operação e reprodução, bem como os instrumentos e mecanismos conjunturais de que lançam mão em suas estratégias. Em especial, o autor enfatiza a relevância de se analisar a órbita da circulação e da hegemonia política dos capitais mercantis, enquanto fração chave para a compreensão do caráter simultaneamente rentista e patrimonialista do capitalismo brasileiro, incluindo suas alianças políticas, para a garantia da apropriação privada do território e da retenção da terra-propriedade.

Como alerta Klink (2013), os grandes projetos de infraestrutura, agronegócio e mineração em regiões interioranas alteram o mandonismo local, mas não o eliminam, uma vez que as velhas elites regionais passam a negociar e articular as condições de sua reinserção subordinada no espaço nacional, em nome dos interesses regionais. Assim, as regiões com forte expansão da produção de *commodities* no período atual, experimentam também um fortalecimento subordinado de suas elites locais, que aprofunda o bloqueio a mudanças estruturais, especialmente, a desconcentração da propriedade e da renda.

Dada a força desse pacto de poder, tanto o debate político, quanto o acadêmico, sobre a reforma agrária foi sendo esvaziado, contribuindo para legitimar as narrativas de irrelevância social dos problemas da terra e de desconexão entre a concentração fundiária e os conflitos e violência no campo, a destruição ambiental, a insegurança e perda de soberania alimentar, além da própria inserção subordinada nas relações econômicas internacionais. No caso brasileiro, sua expressão mais direta foi o reforço a um bloco de poder rentista e patrimonialista, que, mesmo durante os governos progressistas, levou a um bloqueio ao programa de reforma agrária, impedindo o avanço da democratização da estrutura fundiária com vistas à desconcentração da propriedade, da renda e do poder. Esse bloqueio se fez sentir com bastante força na região sudeste paraense, uma das que acumula grandes números de conflitos fundiários, com violência e destruição ambiental decorrentes, mas também um histórico importante de lutas sociais e conquistas de assentamentos de reforma agrária no passado recente.

Ao contrário das interpretações que apontam o arrefecimento da política de reforma agrária como desdobramento da consolidação do agronegócio como modelo de desenvolvimento do

campo, este trabalho procura indicar que se trata do resultado da reafirmação de um pacto latifundiário no país como um todo e, em especial, nas principais regiões produtoras de *commodities*. Nessa perspectiva, este trabalho se propõe a apresentar, a partir do sudeste paraense, uma interpretação das dinâmicas políticas e econômicas que expressam a atual versão do projeto hegemônico de campo e suas repercussões na produção capitalista do espaço, revelando as bases territoriais da reorganização do pacto latifundiário no capitalismo brasileiro do século XXI.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise parte de um resgate da formulação de complexos territoriais de produção e reprodução apresentada por Coraggio (1991), enquanto busca do estabelecimento de mediações econômicas entre a totalidade social e as formas espaciais. Essa construção opera em dois níveis de concretude, sendo um mais geral, através de subsistemas de relações de produção e circulação, e outro, de maior concretude, através de complexos de articulação, em que se analisa as interseções entre dois ou mais sistemas, permitindo a delimitação de sua espacialidade social. Busca-se, assim, uma interpretação da economia política de determinada região mobilizando diferentes níveis de concretude e privilegiando tanto as relações físico-técnicas entre os diferentes subsistemas de produção e circulação, como os agentes ou grupos econômicos particularizados, que, de diferentes formas, participam da reprodução social e espacial do capital na região.

## **1. COMPLEXOS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO**

A formulação de Coraggio (1991) sobre as mediações econômicas entre a totalidade social e as formas espaciais opera em dois níveis de concretude. Em um nível mais geral, através de subsistemas de relações de produção e circulação, que permite identificar os agentes ou grupos econômicos particularizados, suas posições, funções ou papéis definidos pela inserção nessas relações de produção e circulação, além dos fluxos e relações agregadas entre eles. Em outro nível, de maior concretude, através de complexos de articulação em que se visualizam relações físico-técnicas, assim como agentes individualizados. Nesse caso, os agentes não aparecem como grupos puros e, portanto, podem estar inseridos em múltiplas estruturas e desenvolver comportamento determinado não apenas pelo interesse econômico, mas também ideológico, político e cultural. No caso dos complexos, tende a haver interseção entre dois ou mais subsistemas e, além disso, torna-se possível uma delimitação de sua espacialidade social.

A opção pelos subsistemas de produção e circulação, assim como seu desdobramento em complexos de produção e reprodução se justifica, para o autor, como adequada para estabelecer relações entre o macrossocial e o espacial a partir de três argumentos: por requerer a análise das bases físico-técnicas da produção, por recuperar a organicidade entre a produção e circulação

enquanto base da reprodução social, por priorizar a determinação dos diversos agentes-sujeitos envolvidos na produção, permitindo a incorporação das estruturas que dão forma à produção, não apenas econômicas, mas político-ideológicas e etno-culturais, conferindo a concretude necessária para articular a análise social com a espacial. Essa perspectiva afasta-se de uma estrutura social formada por classes ‘puras’, substituindo-as por agentes sociais concretos que se configuram como unidades efetivas de realização das relações sociais e das práticas de reprodução social.

Ao mesmo tempo, a análise dos subsistemas de produção e circulação, para Coraggio (1991), diferencia-se de outras ‘análises de sistemas’, pois, em geral, essas não se vinculam a uma teoria substantiva dos processos aos quais se aplicam, além de priorizarem as relações de acoplamento e complementaridade que apresentam o subsistema como “um todo harmônico que tem que, quase naturalmente, reproduzir-se” (p. 74). A proposta apresentada por Coraggio, ao contrário, busca uma vinculação clara com uma teoria mais geral da reprodução econômica e social de recorte marxista e, por isso, pode incorporar na análise dos subsistemas “as relações contraditórias (de oposição ou de diferenciação, por um lado; de caráter antagônico ou não, por outro) e assim mesmo os conflitos emergentes das mesmas, assim como as formas organizativas que podem gerar forças sociais contrapostas” (p. 74).

Os subsistemas de produção e circulação, assim, como seus desdobramentos mais concretos em complexos de produção e reprodução, são vistos como processos complexos com tendências tanto de autorregulação, como de tensões internas que afetam sua possibilidade de reprodução e que levam à transformação de sua estrutura, o que implica em uma análise, necessariamente, dinâmica. Além disso, esses complexos são vistos como ‘sócio-natural’, ou seja, integradores da vinculação dos agentes sociais com a natureza, através dos meios de produção que possuem, dos parâmetros sociais mais gerais que lhe dão sentido (preços e mercado, disponibilidade de força de trabalho, padrão tecnológico e comportamento dos produtores), dos objetivos sociais diferenciados dos agentes e suas possibilidades de realização.

Precisando a definição de subsistema de produção e circulação, Coraggio (1991) conceitua-o como um conjunto de atividades de produção e/ou circulação que apresentam tanto articulação físico-técnica entre si, como organicidade social. A articulação físico-técnica, para o autor, aproxima-se do conceito de cadeia produtiva, porém ampliando-o através da incorporação de certas condições da produção relevantes quanti ou qualitativamente no conjunto do subsistema, como a reprodução da força de trabalho e da própria terra. A organicidade social implica em que essas atividades tenham uma unidade estrutural a ponto de que se uma se paralisar ou tiver funcionamento inadequado, afeta o funcionamento do conjunto. Essa organicidade pode ser alcançada mediante propriedade jurídica comum, mecanismos de mercado e/ou programação social do conjunto, que faz com que os subsistemas abarquem não apenas atividades de produção

e circulação material, mas unidades de regulação e controle.

Os complexos de produção e reprodução desdobram-se da análise dos subsistemas, porém identificando e recortando as unidades social e tecnicamente diferenciadas que efetivamente entram em relação entre si. Para tanto, faz-se necessário identificar os agentes concretos de realização do complexo, assim como os processos que os articulam entre si. Coraggio (1991) sugere que essa identificação pode se dar pelos processos de trabalho, processos sociais de produção, processo de acumulação capitalista ou processo de reprodução social.

A delimitação do complexo pelo processo de trabalho tem como ponto de partida o produto resultante desse processo, identificando todas as operações relevantes requeridas para se chegar a ele, como as que envolvem a reprodução da força de trabalho e a reprodução dos meios de produção, incluídas a terra. Para Coraggio (1991), nessa análise tem-se um esqueleto descarnado do complexo, pois falta incluir não apenas os fluxos econômicos e de transferência de valor, como as relações sociais de produção, os mecanismos mercantis e não mercantis de apropriação do excedente e os processos de dominação política, levando a serem incorporados os agentes da regulação e controle social da produção. A inclusão desse conjunto de elementos na análise garantiria a configuração dos processos sociais de produção que pode ser ampliada até o nível do processo de acumulação capitalista.

Por fim, o recorte no nível dos processos de reprodução social, ao passar de análises limitadas à base econômica para outras com maior ênfase nos mecanismos de dominação, leva a nova redefinição do objeto, buscando identificar as relações de poder associadas a certo subsistema de produção e/ou de acumulação. Esse movimento, para Coraggio (1991), só pode realizar-se se aproximando de outras escalas e suas diversas instâncias e mecanismos de dominação que incidem, inclusive, sobre as regiões. O objeto de estudo, nessa perspectiva, não pode se definir com base em um setor de produção, mas no “complexo de atividades rural-urbanas que constitui a base material sobre a qual se sustentam as condições imediatas de reprodução da população, de cuja estrutura de dominação se está efetuando a análise” (p. 72). Assim, evidenciam-se as contradições subjacentes aos conflitos que acompanham os processos de reprodução social.

Em certas situações, as relações de um complexo podem se reproduzir com elevado grau de processos internos a ele, assim como seus suportes materiais podem estar localizados em um âmbito relativamente compacto, configurando o que Coraggio (1991) denomina de complexo territorial de produção e reprodução. Um complexo territorial não é um sistema fechado, por isso, não apresenta limites totalmente nítidos, tampouco “*compreende a totalidade das condições para a reprodução de suas atividades e relações*” (p.73). Por isso, o autor afirma que a regionalização dos subsistemas não é o ponto de partida e nem pode ser considerada a priori, mas sim, como o ponto de chegada da análise, pois são as relações de reprodução e sua configuração territorial que

permite demarcar seus limites.

Finalizando essa exposição da proposição de Coraggio (1991), é importante destacar, como o faz o próprio autor, que a análise dos complexos territoriais não pode ser um fim em si mesmo, uma vez que só adquire sentido se ele se mostra inserido em totalidades mais amplas em outras escalas, como a nacional e mundial. Daí a importância de sua construção teórica e metodológica já apoiar-se em conceitos que permitem essa reinserção.

## **2. COMPLEXO TERRITORIAL AGROMINERAL: DOMINAÇÃO DAS TERRAS, MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA**

A partir das proposições elencadas no item anterior, busca-se, com este estudo, delimitar um possível complexo territorial de produção e reprodução no sudeste paraense identificando seus principais subsistemas, a hierarquia de agentes envolvidos nas suas relações de produção e circulação, bem como os mecanismos que asseguram sua reprodução e determinam sua articulação espacial. A identificação dos principais subsistemas de produção, considerando a dimensão da circulação como intrínseca, exige uma perspectiva multiescalar, em que a real importância se dá, sobretudo, pela sua conexão à estratégia de acumulação nacional.

Para Jessop (2007), estratégia de acumulação é um conceito teórico-estratégico que permite estabelecer ligações significativas entre as leis abstratas do movimento do capital e as modalidades concretas das lutas econômico-sociais, articulando as características do modelo econômico de crescimento e suas relações com os interesses da acumulação capitalista, suas condições extra econômicas e as estratégias de poder que o legitimam. Inúmeros fatores devem ser considerados por uma estratégia de acumulação, como: a forma dominante do circuito do capital, a conjuntura internacional específica confrontando capitais nacionais particulares, a margem de manobra vinculada ao potencial produtivo da economia doméstica e de suas subsidiárias estrangeiras, o equilíbrio interno e externo das forças sociais, econômicas e políticas (Jessop, 2007).

Desde a virada do século, há um deslocamento da estratégia de acumulação brasileira em direção ao que Moreira (2014) vai denominar de rentismo-agroindustrial. Esse deslocamento está associado tanto a transformações profundas na organização da acumulação capitalista mundial, como na reorganização institucional brasileira, orientada pela tese neoliberal de desenvolvimento pela via do comércio exterior e ‘choque’ de produtividade e competitividade industrial, transformando o país em uma plataforma de valorização financeira internacional (Paulani, 2008). Para essa autora, a legitimidade política dessa estratégia de acumulação foi alcançada pelo engajamento das elites, animadas com a possibilidade de internacionalizar seu padrão de vida e desterritorializar a riqueza, o que levou a uma nova fase da dependência – uma dependência desejada – frente aos riscos que a maior autonomia oferece, lembrando que forças populares quase

dominaram o Brasil no início de 1960 e voltaram a exercer pressão a partir da redemocratização pós-ditadura.

Nessa estratégia de acumulação, as exportações, que passaram a assumir papel central, apresentaram não apenas um crescimento quantitativo expressivo, como mudanças qualitativas de monta, em um processo de reprimarização da pauta de exportações. Considerando o intervalo de 20 anos entre 1999 e 2018, as exportações brasileiras passaram de 47,9 para 231,9 bilhões de dólares (crescimento de 383,6%), com incremento significativo da participação dos produtos básicos que, nesse período, passaram de 24,6% para 49,8% do valor total, enquanto os produtos manufaturados tiveram redução de 56,9% para 36,0%.

Sobre os principais grupos de produtos que encabeçaram as exportações em 2018, apenas os três primeiros, soja, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e minério de ferro e seus concentrados, corresponderam a 33,9% do valor total das exportações. Completam a lista dos 08 grupos de produtos mais importantes para as exportações neste ano, correspondendo a 48,2% do total, celulose, farelos de soja e outros alimentos para animais, açúcares e melaços, carnes de aves e carne bovina fresca<sup>1</sup>. Todos grupos de produtos originados no agro-mínero-negócio.

Do ponto de vista das relações sociedade-espaço, para Moreira (2014), as transformações na estratégia de acumulação brasileira levaram a modificações nas barreiras institucionais, jurídicas e espaciais de forma a facilitar a livre circulação do dinheiro especulativo, em um modo de arrumação espaço-rede global, embora tenham mantido o modelo histórico concentrador de riqueza e excludente de participação política. As privatizações dos anos 1990 completaram essa transformação, instituindo uma espécie de gestão público-privada do espaço em que o Estado entra com o recurso e a segurança pública e a empresa privada com o mando e a rentabilidade. Assim, houve uma transferência da gestão do espaço para o campo privado, com as empresas privadas fatiando o controle, a administração e a definição da estratégia de regulação da formação social brasileira, o que levou a um novo padrão de conflitos.

Um elemento chave desse processo conflitivo de expansão da produção e circulação das *commodities* está relacionado a suas dinâmicas de dominação de terras, internalizando um processo, que também é mundial, de corrida por terras a partir dos interesses de diferentes atores, como agentes privados envolvidos na financeirização das *commodities*, grandes empresas do agronegócio/mineração e instituições públicas internacionais e nacionais. Esse fenômeno tem sido categorizado na literatura por termos como ‘*landgrabbing*’ ou ‘*acaparamiento de tierras*’, com certa dificuldade de tradução para o português. Isso ocorre não apenas por problemas semânticos, mas, segundo Sauer e Borrás Jr (2016), também pela disputa de sentidos políticos e ideológicos

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>> Nomenclatura dos grupos de produtos de acordo com a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional – CUCI.

envolvidos nessa tradução. Para esses autores, o termo começou sendo traduzido como ‘aquisição de terras em larga escala por estrangeiros’ e/ou ‘estrangeirização da terra’, mostrando-se insuficientes diante da complexidade do fenômeno. Nessa perspectiva, defendem a tradução para o termo ‘apropriação de terras’, diretamente relacionado aos conceitos de acumulação e expropriação/espoliação não apenas de terras, mas também dos recursos naturais que estas contêm (água, minérios e biodiversidade)<sup>2</sup>.

Observando-se o sudeste paraense, encontra-se dois produtos que participam diretamente dessa nova estratégia de acumulação: minério de ferro e gado bovino, além da soja, que vem se expandindo em algumas de suas bordas. Para o primeiro, os dados da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM<sup>3</sup>, mostram a concentração da importância econômica da mineração nos estados de Minas Gerais, responsável por 43,2% do total em 2018, e do Pará, responsável por 42,6% no mesmo ano. Neste segundo estado, por sua vez, apenas 03 municípios foram responsáveis por 88,2% da arrecadação, todos na mesorregião sudeste paraense: Parauapebas (53,7%), Canaã dos Carajás (24,8%) e Marabá (9,7%). Para a pecuária bovina, no mesmo período entre 1999 e 2018, o rebanho nos estados que compõem a Amazônia Legal (incluindo a totalidade do Maranhão) passou de 26,5% para 40,6% do total nacional, sendo que apenas a mesorregião sudeste paraense passou de 3,6% para 6,5% do total nacional e de 13,6 para 15,9% do total dos estados da Amazônia legal no mesmo período<sup>4</sup>.

Mineração e criação pecuária bovina, portanto, podem ser considerados os dois principais subsistemas de produção e circulação que conformam um complexo territorial agromineral do sudeste paraense. Apesar dos seus pontos em comum, há claramente hierarquias entre eles em função de suas formas de inserção nos circuitos mundiais de acumulação e de poder e do caráter estratégico que seus domínios de recursos naturais representam. A mineração, em função da raridade e da rigidez locacional desses recursos, atua para tornar a região, bem como seu domínio, de muito maior potencial estratégico mundial do que a produção pecuária.

Essas diferenças se refletem também nas suas perspectivas territorializações. No caso da mineração, há uma territorialização concentrada da produção primária em pontos específicos do espaço, ricos em recursos minerais, com vinculação direta à rede urbana que atua como fornecedora de força de trabalho e serviços e como centro estratégico de articulação com os circuitos mundiais (Becker, 2015). Uma característica da demanda de força de trabalho para esse

---

<sup>2</sup> Segundo o pensamento lefrevbriano, o conceito de apropriação está mais relacionado a produção de valores de uso, enquanto o de dominação mais relacionado ao de produção de valores de troca. Nesse sentido, neste trabalho, parece mais adequado o uso do termo ‘dominação de terras’ para a tradução de *acaparamiento* e *landgrabbing*.

<sup>3</sup> Dados organizados pelo autor a partir da arrecadação do CFEM informada pela Agência Nacional de Mineração através do site <[https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem.aspx)>

<sup>4</sup> Dados organizados pelo autor a partir da Pesquisa Pecuária Anual do IBGE, disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>>

tipo de subsistema é a sua relativa mobilidade, devendo estar disponível para acompanhar os deslocamentos da atividade mineral, especialmente na fase de implantação de novos projetos que é a mais demandante de força de trabalho, configurando uma permanente reestruturação da rede urbana regional associada aos investimentos em novos projetos minerários ou de infraestruturas de energia e circulação. Nessa perspectiva, pode-se considerar esse subsistema de produção e circulação como mineral – urbano, com profundas ramificações nas dinâmicas demográficas e mercantis, atuando como estruturador das relações socioespaciais no sudeste paraense.

Embora em expansão acelerada desde os anos 2000, o subsistema mineral – urbano não alterou suas características principais, uma vez que desde sua origem foi internacionalizado e vinculado a circuitos mundiais de acumulação. O subsistema pecuário, no entanto, sofreu maiores alterações no período uma vez que foi integrado aos circuitos mundiais através da ação estruturadora das grandes agroindústrias frigoríficas que se instalaram na região. Esse subsistema, desempenhou um maior espraiamento no conjunto da região e a configuração de complexos territoriais articulados pelos fluxos de gado voltados ao abastecimento de cada uma das unidades agroindustriais.

A configuração desse subsistema pecuário internacionalizado é resultante de três vetores principais: um vetor de expulsão da pecuária de antigas fronteiras no centro-oeste que estão sendo ocupadas pelo agronegócio da soja; um vetor de atração gerado pela instalação das agroindústrias frigoríficas, viabilizadas pelos investimentos mais gerais em infraestrutura de transporte, energia e comunicações e pelos financiamentos públicos e privados específicos ao setor; pela sinergia com as dinâmicas históricas e geográficas locais, de transformação da floresta em fazendas de gado e a formação de um bloco regional de poder profundamente identificado com a atividade.

O principal ponto de convergência entre esses dois subsistemas, conformando um complexo de produção e reprodução agromineral, está na dominação e subordinação do território assentada sobre a mercantilização total da natureza, incluindo a terra e os bens presentes tanto no subsolo. como acima do solo. Expressam, dessa forma, um movimento de transformações das regiões sob o comando do capital, que, segundo Brandão (2007, p. 73), tem como base um processo de criação das condições básicas para o valor se valorizar, partindo da universalização da mercadoria, inclusive se apropriando de terra, trabalho e dinheiro e transformando-os em mercadorias, configurando o capitalismo como “regime social que leva a mercantilização às últimas consequências”.

Em termos teóricos, o elemento da economia política unificador dos dois subsistemas, expressão da convergência dos interesses dos capitais minerários e agroindustriais que conformam este complexo territorial de produção e reprodução é a captura da renda da terra, tanto fundiária, como mineral. No caso da mineração, as condições mundialmente excepcionais em termos de

diversidade, qualidade e quantidade de minérios, assim como seu caráter estratégico para a acumulação nacional organizada pelo Estado, conferem uma renda mais elevada, reforçando sua condição de forma de uso da terra de referência para as demais atividades, cujo reflexo é o mais alto preço da terra (renda capitalizada) no perímetro onde a mineração está mais concentrada. Nesse sentido, também sob esse ponto de vista, há uma hierarquia entre mineração e pecuária.

A importância da renda capitalista da terra, seguindo autores como Martins (1995), Oliveira (2007) e Delgado (2012), não significa interpretá-la como rendas diretas recebidas pelos proprietários, apenas na comercialização da terra ou no seu arrendamento, pois essa categoria é reveladora de um processo mais geral de transferência de renda, mediado pelo capital e pelo Estado, e pago pelo conjunto da sociedade. A monopolização da terra através da propriedade fundiária permite aos seus agentes participarem desses processos de transferência que, dada a sua importância histórica no Brasil, revelam o caráter rentista da acumulação. Esse caráter evidencia um processo contínuo de transformação da terra em mercadoria, condição primordial para o direito ao recebimento desse tributo social, a mediação do Estado na organização desse processo de transferência, as possibilidades do capital sujeitar a renda da terra, seja assumindo a condição de proprietário de terras através da territorialização do capital, seja sujeitando a renda da terra através da subordinação do território pelo capital, inclusive a produção camponesa.

Esses processos históricos ganharam relevância no período mais recente em que o traço rentista ganhou centralidade mundial frente a emergência de um regime de acumulação financeirizado (Chesnay, 2005), levando a um ressurgimento da importância da renda da terra (Rubio, 2014). Nesse cenário em que o rentismo se tornou traço constitutivo do processo de acumulação do capitalismo mundial, Paulani (2016) reflete sobre processos de revigoração, muitas vezes após certas transformações, das diferentes rendas em suas formas diferencial I e II, absoluta e de monopólio. Suas análises revelam que a captura dessas rendas extrapolou, no contexto contemporâneo, a base na propriedade da terra / natureza, o que não significa, no entanto, que esse tipo de propriedade perdeu importância ou que não acompanhou as transformações mais gerais do rentismo. Harvey (2013, p. 448-449), nesse sentido, enfatiza que o poder do monopólio sobre o uso da terra cria vários tipos de oportunidades para a apropriação da renda que, em geral, não existem em outros tipos de bens financeiros, garantindo grandes possibilidades de especulação, sempre associada à existência de um sistema de crédito sofisticado e totalmente abrangente.

Esses processos tornam-se evidentes no complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense, através de três mecanismos principais, analisados com mais detalhes em Michelotti (2019). São eles: o aquecimento do mercado de terras; o processo de expansão de fronteira e a produção de novas terras-mercadoria; as possibilidades de acesso às

transferências da mais-valia social através do sistema de crédito rural e crédito de investimento.

Do ponto de vista das relações físico-técnicas, os subsistemas que compõem o complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense promovem um uso extensivo da natureza, seja na forma de extração crescente de minérios do subsolo, seja no uso extensivo da terra para fins agropecuários, especialmente pastagens. Essa característica coloca como um dos principais gargalos para a reprodução desses subsistemas a necessidade permanente de incorporação de novas áreas (estabelecimentos agropecuários e minas). Considerando-se, do ponto de vista da economia política, a importância dos ganhos decorrentes da produção da própria terra/natureza enquanto mercadoria, o complexo territorial agromineral do sudeste paraense configura-se como terra-extensivo e alimentador de um processo contínuo de expansão de fronteira, mesmo que estruturado por grandes corporações intensivas em tecnologia.

A dominação da terra/natureza e sua transformação em mercadoria para extração da renda é, para Martins (1996), uma das marcas da fronteira amazônica inaugurada pela ditadura militar-empresarial (1964 -1984). Por isso, para esse autor (MARTINS, 1982, p. 16), o capitalismo brasileiro, diferentemente do modelo clássico, articula a um só tempo expropriação e exploração, embora a expropriação não signifique necessariamente proletarianização dos trabalhadores expulsos, podendo levar tanto a outras formas de sujeição do trabalho, como a dinâmicas de migração destes em busca de novos territórios e de sua autonomia perdida. Há uma articulação permanente, nesse sentido, entre violência, expropriação e exploração nas dinâmicas de expansão territorial do capital, expressão da produção do capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital, envolvendo tanto a produção de fazendas, como a super-exploração do trabalho a partir de relações não capitalistas (peonagem, trabalho escravo), além de transferências estatais (Martins, 1994, p. 9).

As novas fronteiras de commodities na Amazônia, como o caso aqui analisado, revelam, portanto, a persistência de um processo de fronteira em que a dominação e concentração da terra segue como um dos pilares centrais. Esse é um processo contrário a perspectivas como a de Abramovay (2019, n.p.), cuja principal premissa é de que “o crescimento da agricultura brasileira deixou de ser intensivo em terra para ser cada vez mais, intensivo em tecnologia” e por isso poderia haver continuidade do crescimento do agronegócio na Amazônia sem novos desmatamentos. Os desmatamentos, assim com a expropriação de povos do campo, são processos intrínsecos à incorporação de novas terras ao agro-mínero-negócio na região e base de sua transformação em terra-mercadoria que permite a extração da renda fundiária/mineral por diferentes mecanismos, indo muito além de um problema tecnológico, pois retrata questões territoriais e, portanto, relações de poder ligadas à dominação da terra.

### 3. PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO, RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS TERRITORIAIS

Os elementos apresentados no item anterior são indicativos do porquê os conflitos fundiários são persistentes nesta região e não arrefecem com a chamada ‘modernização’ do agromínero-negócio, levando a que a luta pela terra se mantenha como uma das principais formas de luta social na região. A luta pela terra, portanto, não reflete apenas um passado da história regional, mas o presente, seja pela sua permanência enquanto conflito social aberto, seja pelas marcas que imprimiu nas distintas trajetórias que compõem o aqui e agora e disputam, através das relações de poder, as frações territoriais e os próprios sentidos do território.

A luta pela terra, enquanto expressão das relações de poder, não reflete apenas os conflitos diretos entre distintos sujeitos, mas também mediações sociais e institucionalidades, pois, como chama atenção Amin (1986, p. 14), a apropriação das forças da natureza para as atividades econômicas, incluindo o solo agrícola, sempre pressupõe algum tipo de regulamentação social, sendo a questão central “quais as condições sociais que regulam o acesso à utilização destas forças”. Nessa mesma perspectiva, Ianni (1978, p. 5) afirma que a própria terra se constitui como relação social porque são as relações econômicas e políticas dos homens que produzem o significado social da terra e a inserem na trama das relações das classes sociais.

Assim como em outras dimensões, certos agentes do complexo territorial de produção e reprodução agromineral, a exemplo das grandes corporações exportadoras de *commodities*, sejam mineradoras, particularmente a empresa Vale S.A., sejam agroindústrias frigoríficas ligadas ao processamento de carne e comércio no mercado nacional e internacional, exercem papel estruturante dessas significações da terra e da natureza. O sentido que lhes imprime está sempre subordinado a um processo de difusão do capital e centralização das decisões que, segundo Moraes (2017), visa transformar os lugares em fonte de super-lucros passíveis de serem captados através de um circuito espacial do excedente baseado em um movimento de transferência de valor e na reafirmação das hierarquias espaciais.

Numa análise de maior concretude desse circuito espacial, deve-se refletir sobre as distintas dinâmicas de dominação do espaço que essas grandes firmas exercem. Para esse tipo de preocupação, Ceceña e Barreda (1995) sugerem que essas dinâmicas devem ser compreendidas a partir das relações específicas que essas firmas possuem com o núcleo de determinações estratégicas da reprodução social capitalista. Do ponto de vista do valor, esse núcleo corresponde aos processos e agentes que representam a vanguarda definidora do conjunto do tecido produtivo, tanto em termos de capacidade técnica de ampliar a criação de mais-valia e, especialmente, de mais-valia extraordinária, como em termos de aprofundar a capacidade de expropriação dos

saberes, habilidades e movimentos físicos e mentais do trabalhador.

Do ponto de vista do valor de uso, esse núcleo corresponde ao conjunto de atividades estratégicas para o processo global de reprodução, especialmente “a produção de tecnologia de ponta, a produção dos elementos básicos para a reprodução material da estrutura fundamental do aparato produtivo e a reprodução da força de trabalho” (p. 27 – 28). Materializam-se, assim, nas indústrias de bens de produção, particularmente naquelas produtoras de tecnologia de ponta e seus meios de comunicação correspondentes, nas produtoras de bens energéticos e matérias primas fundamentais para manter e revolucionar a estrutura tecnológica e, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, nas produtoras de alimentos básicos e naquelas que incidem diretamente na produção e distribuição da população mundial.

Em trabalho mais recente, apoiando-se em estudos sobre a expansão de grandes corporações mineradoras em diferentes lugares e épocas, Ceceña (2016) indica que o núcleo de determinações estratégicas tem, cada vez mais, reconhecido a importância de territórios e dos recursos que estes contêm como fonte de riqueza e de poder, o que reaproxima as dinâmicas atuais daquelas predominantes no momento da acumulação originária e das conquistas territoriais e colonização. Para a autora, isso indica certo reconhecimento dos limites dos progressos industriais do séc. XX e suas (in)capacidades de transformação e substituição da natureza, que de uma crença absoluta de que o capital teria condições de gerar uma realidade completamente artificial foi tornando mais evidente que os sistemas vivos de certa complexidade não podem ser reproduzidos artificialmente.

Essa situação levou a um interesse renovado dos capitais gigantes em “se apropriar de um processo que a natureza realiza por si mesma” (p. 113) relacionado a terras de alta qualidade, assim como elementos produzidos naturalmente como petróleo, gás, minerais, água e tudo o que se chama de biodiversidade. Essa busca de tudo o que pode ser valorizado conta “com a vantagem que a escassez relativa brinda em termos da concentração de ganhos e poder” (idem) e com a combinação entre as velhas formas de apropriação de territórios e saqueios e as formas contemporâneas de definição estratégica da produção tecnológica e seu uso oligopólico, o que garante uma elevada dominação dos recursos.

Essas posições estão em sintonia com um debate pioneiro na América Latina, realizado nos anos 1970/1980, sobre as relações entre dinâmica social e espaço, em que Barrios (1980) já chamava atenção de que os processos básicos que fundamentam a configuração espacial, a organização social do espaço e os fluxos em uma sociedade capitalista são o processo de produção e o processo de acumulação, condicionados pelo principal fundamento da produção capitalista: a propriedade dos meios de produção. Por isso, a necessidade de se dar atenção à distribuição da propriedade dos meios de produção relacionados ao espaço, que a autora diferencia em objeto de

trabalho e instrumentos de trabalho. Em uma escala macro, o objeto de trabalho refere-se aos recursos naturais, enquanto os instrumentos de trabalho referem-se à capacidade instalada, à infraestrutura física e aos equipamentos sociais. A propriedade desses meios de produção revela o interesse estratégico na apropriação do espaço pelo capital também enquanto objeto de trabalho, ou seja, na forma de bens da natureza passíveis de serem transformados em recursos naturais.

O sentido social da terra/natureza como mercadoria fonte de lucros extraordinários, entretanto, vai além dos interesses específicos das grandes corporações, pois remete às múltiplas dimensões territoriais envolvidas. Para que um território com potencial estratégico se efetive como um complexo capaz de gerar e transferir superlucros à acumulação mundial deve-se criar o que Harvey (2012) vai denominar de coerência estruturada pelo capital. Esse conceito exprime a delimitação de um espaço em que prevalecem as condições necessárias à reprodução do capital e da força de trabalho, em termos de produção, consumo e mercado de trabalho.

Essa coerência estruturada pode ser representada formalmente pelo Estado, através de políticas que regulam a organização laboral e a remuneração do capital, e informalmente através da cultura e da consciência nacional, regional e local que lhe dão significado psíquico profundo. Portanto, são processos que definem os espaços regionais em que “a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos com certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e relações sociais” (Harvey, 2006, p. 145).

O conceito de coerência estruturada regionalmente está diretamente relacionado a legitimidade social alcançada pelo processo de reprodução do capital. Por isso, Brandão (2007a) indica o conceito de hegemonia, de inspiração gramsciana, como uma das chaves para o estudo das relações regionais, pois garante capacidade de legitimação de certos interesses e sentidos perante diferentes grupos sociais, classes e frações, cada um deles com seus próprios interesses específicos, sejam eles convergentes, contraditórios ou até mesmo antagônicos. A sustentação política desta coerência estruturada, no caso analisado, está relacionada a conformação de um bloco de poder regional, entendido como uma aliança simultaneamente econômica, política e ideológica entre grupos sociais, classes e frações, compondo uma unidade política das frações de classes organizadas em torno dos interesses hegemônicos.

No complexo territorial agromineral do sudeste paraense, essas alianças, são fortemente estruturados pelos interesses associados entre as grandes corporações e o Estado, mas também de certas frações regionais que atuam na mediação entre esses interesses mais gerais das estratégias de acumulação nacional-mundial e sua aceitação em escala regional, apesar das muitas contradições entre eles. Nesse processo de mediação, as frações políticas e econômicas regionais, embora subordinadas aos interesses das forças de acumulação nacional e mundiais, se colocam

como dominadores de frações territoriais que lhes permite participar, mesmo que de forma inferiorizada, na acumulação rentista regional.

Forjam-se, assim, alianças regionais que atualizam um pacto latifundiário, atuando no sentido não apenas de bloquear o avanço da reforma agrária e a conquista de novas terras por povos e comunidades tradicionais, como de pressionar pela reinserção das terras conquistadas por eles, ao longo das lutas sociais prévias, no mercado. A mercantilização da terra tem sido um ponto importante na construção da coerência estruturada regionalmente, não só pela convergência de interesses da mineração e da agroindústria pecuária, cuja reprodução depende da expansão territorial, mas pelo seu papel no estabelecimento de alianças com frações regionais do capital mercantil.

Como a dominação da terra-mercadoria é elemento determinante para a participação na distribuição da renda fundiária, mesmo que de forma desigual, ela se torna uma possibilidade de investimento das massas redundantes de capitais regionais, em busca de oportunidades de valorização, ampliando o interesse das frações regionais nelas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, a dominação da terra amplia as possibilidades dessas frações atuarem na mediação dos interesses hegemônicos na região, garantindo sua inserção no bloco regional no poder. Consolidasse, assim, um revigoramento de um pacto latifundiário em torno das relações de poder hegemônicas pelo agro-mínero-negócio.

A luta indígena e camponesa pela terra, por sua vez, expressa uma contradição chave desse processo, pois ao disputar seu sentido social estabelece uma tensão na coerência estruturada regionalmente e um conflito com os sentidos territoriais hegemônicos. Como afirma Harvey (2006), toda coerência estruturada tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudanças tecnológicas e de luta de classes, criando uma instabilidade crônica. Na fronteira amazônica, a luta indígena e camponesa pela terra pode significar uma dessas forças de solapamento, não apenas retirando frações expressivas do mercado de terras, mas, sobretudo, sinalizando com um sentido da terra / natureza como uma não-mercadoria.

Esse sentido territorial alternativo se fortalece quando a conquista da terra leva a constituição de comunidades camponesas, assim como de povos e comunidades tradicionais, que afirmam e politizam suas territorialidades específicas e o sentido próprio do território. A luta pela terra, portanto, pode assumir perspectiva emancipatória ao dar visibilidade para outras concepções de mundo, inclusive negando a mercantilização da terra e da natureza e a subordinação do território aos interesses da produção e transferência do valor. A terra conquistada ou recuperada nessa luta pode gerar territórios de r-existência que avancem para a (re)criação de laços comunitários na contra-corrente das relações de poder hegemônicas e na constituição de outras formas de coesão política, em direção ao que Ceceña (2008) aponta como o lugar de socialização do subalterno.

Para essa autora, nos processos emancipatórios, a comunidade passa da herança e estratégia intuitiva de sobrevivência para o eixo consciente de construção e organização societal, de espaço de refúgio para espaço de conscientização coletiva. Cria novas relações políticas e novos imaginários, escavando as relações de poder com base na memória, nos saberes e nas experiências de lutas, que permitem construir sua força moral.

Por isso, a autora afirma que a comunidade não existe por si mesma, mas se cria, se inventa cotidianamente, recriando os sentidos coletivos e históricos, alimentando ou reinventando as utopias, desfazendo as relações de dominação e competição, mas também se destrói. A comunidade como espaço de criação do sujeito coletivo dentro de um marco geral de produção de não-comunidades aparece como um espaço de possibilidade para elaboração da política intersubjetiva e emancipatória. Criar ou recriar relações comunitárias é marchar na contracorrente das dinâmicas de poder, é criar socialidades e consensos que são precursores de um mundo que se quer construir a partir de imaginários utópicos.

Esses processos só encontram sentido no território em que ocorrem, gerando, para Ceceña (2008a), uma profunda relação entre emancipação, dignidade, resistência, fazer cotidiano e território. E esse processo avança à medida que reinventa a política incorporando todos os aspectos da vida e as relações sociais como espaço de intersubjetividade, superando o poder dos dominantes que busca impor uma visão de impotência aos dominados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho procurou apresentar uma leitura das relações sociais e espaciais em uma das regiões da Amazônia marcadas pela expansão da produção de *commodities* de exportação, especialmente minérios e gado bovino. Organizando essa leitura a partir da noção de complexo territorial de produção e reprodução agromineral, partiu-se dos principais subsistemas de produção no território para identificar os agentes-sujeitos que os estruturam e participam da sua organização, analisar seus interesses, estratégias e relações políticas que estabelecem entre si, mas também suas relações com os circuitos mais gerais de circulação e acumulação. Dessa forma, buscou-se, numa perspectiva multi-escalar, refletir sobre as determinações que atravessam a questão regional atual em suas relações com a estratégia de acumulação atual e suas repercussões na produção capitalista do espaço.

Ao longo da leitura apresentada, a questão da terra mostrou-se como um elemento central. O estudo do complexo territorial mostrou, seja do ponto de vista das bases físico-técnicas dos subsistemas de produção e circulação, seja do ponto de vista da acumulação de capital, que a dominação da terra e da natureza e a captura da renda que sua monopolização permite, são

processos estruturantes. Longe de significar uma particularidade da região estudada, trata-se de uma expressão concreta de uma tendência mais geral da acumulação de capital atual, marcada pela valorização financeira, de acirrar a mercantilização e monopolização das terras e bens da natureza e, conseqüentemente, dos territórios em que se encontram.

Essa propensão à ampliação da dominação das terras, não tem sentido apenas econômico, mas também político. O estudo do complexo territorial do sudeste paraense indicou que a dominação da terra e da natureza, associada à sua transformação em mercadoria, é um eixo central das alianças de classes e frações que constituem um bloco regional no poder hegemônico pelas corporações do agro-mínero-negócio. Por isso, a expansão das *commodities* têm significado uma atualização de um pacto de poder latifundiário não apenas regionalmente, mas nacionalmente.

Todos esses pontos desautorizam as visões de que a questão agrária brasileira foi superada frente ao desenvolvimento atual do agronegócio, ou que a questão do agronegócio na Amazônia é um problema meramente tecnológico. Ao contrário, o estudo apresentado procura enfatizar que a questão da terra persiste marcando os conflitos territoriais e é intrinsecamente vinculada à espoliação, violência no campo e destruição ambiental nas fronteiras agrominerárias. O enfrentamento dessas questões, portanto, tem sua raiz na luta política pela terra, pela sua apropriação e significação social, desdobrando-se nas disputas pela produção do espaço, estruturações dos complexos territoriais e pelos sentidos da reprodução social nesses territórios.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019. *E-book*.
- AMIN, S. O Capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 9-40.
- BARRIOS, S. Dinamica social y espacio. In: **MORVEN**: Metodologia para el Diagnostico Regional. Caracas: CENDES – Universidad Central de Venezuela, 1980, p. 7-16. *Mimeo*.
- BECKER, B. K. Grandes Projetos e Produção de Espaço Transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: VIEIRA, I. C. G. (org.) **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 466-488.
- BRANDÃO, C. A. **Território & Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2007a.
- BRANDÃO, C. A. Território e Mudanças no ‘Padrão de Sociabilidade’ no Brasil. In: ORTEGA, A. C. (org.) **Desenvolvimento territorial**. Campinas: Alínea, 2007.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. In: **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, nov. 2011.

CECEÑA, A. E. & BARREDA, A. La Producción Estratégica como Sustento de la Hegemonia Mundial: aproximación metodológica. In: CECEÑA, A. E. & BARREDA, A. (cord.) **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México: Siglo Veintiuno Ed., 1995, p. 15-51.

CECEÑA, A. E. **Derivas del mundo en el que caben todos los mundos**. Mexico: Siglo XXI / CLACSO, 2008.

CECEÑA, A. E. La territorialidad de las corporaciones. In: CECEÑA, A. E.; ORNELAS, R. (coord.). **Las corporaciones y la economía-mundo: el capitalismo monopolista y la economía mexicana en retrospectiva**. México: Siglo Veintiuno Ed. / UNAM / IIEc, 2016, p. 108-133.

CECEÑA, A. E. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. In: CECEÑA, A. E. (org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular / CLACSO, 2008a. 11-40p.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.

CORAGGIO, J. L. Los Complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación. In: **Revista Geográfica de América Central**, n. 23-24, 1991, p. 43-83.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2006. 125-160p.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JESSOP, B. Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. In: **Ideias**, Ano 14 (1/2), 2007.

KLINK, J. A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (orgs.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo / Ed. Expressão Popular, 2021.

MARTINS, J. de S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982, 181p.

MARTINS, J. de S. O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social** – Rev. Sociol. USP, 8 (1), maio de 1996, p. 25-70.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MICHELOTTI, F. **Territórios de produção agromineral**: relações de poder e novos impasses na luta pela terra. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2019.

MORAES, A. C. R de. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIS, M. (org.). **Dos círculos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho Ed., 2017, p. 25-47.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. In: **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3 (144), jul-set 2016, p. 514-535.

PAULANI, L. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUBIO, B. ¿Resurge la renta de la tierra? La valorización de los bienes agropecuarios y su impacto em América Latina. In: **Revista ALASRU** – Análisis Latinoamericano del Medio Rural, n° 10, octubre 2014, p. 127 – 145.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Vol. 11, No. 23, julho – 2016, p. 06-42.

SVAMPA, M. Pensar el desarrollo desde América Latina. In: MASSUH, G. **Renunciar al bien común**: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

TAVARES, M. da C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. da C. (org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129 – 154.



**PARTE  
III**

**PARA OUTROS REFERENCIAIS  
NAS LUTAS POR TERRITÓRIO**

# MULHER, O GÊNERO AUSENTE

## apontamentos sobre território e desenvolvimento na Amazônia Maranhense<sup>1</sup>

Vanda Pantoja\*

A violência contra as mulheres da resistência camponesa há de ser analisada no contexto de um sistema mundo orientado pelo capitalismo avançado e por um patriarcado de raiz, que naturaliza e impõe concepções existenciais que criam e afrontam o universo feminino – CPT, 2019.

### INTRODUÇÃO

O uso e ocupação do território no estado do Maranhão é caracterizado pela concentração fundiária e marcado por ocorrência de intensos conflitos pela posse da terra. As populações camponesas são protagonistas de um lado desse conflito, sendo o outro marcado pela presença de agentes capitalistas, às vezes em parceria com o Estado. Desde as políticas estatais que visavam inserir Amazônia Brasileira, de modo geral, e o Maranhão, de modo particular, à economia nacional, as populações camponesas passam por processos de desterritorialização em nome do desenvolvimento, do progresso e da ideia de modernização. A cidade de Imperatriz, no Sudoeste Maranhense, é cenário desses conflitos e no passado recente ficou conhecida nacionalmente pela alcunha de cidade da pistolagem, a razão desse estigma tinha o conflito por terras como fundamento. Assim, além de colaborar para processos de produção de espaços altamente violentos, como foi o caso da cidade de Imperatriz, a ocupação da Amazônia Brasileira por políticas de desenvolvimento econômico, a partir da década de 1950, colocou em risco as anteriores formas de acesso e uso do território por populações nativas.

Nosso objetivo no artigo é mostrar as transformações na vida das populações residentes na Estrada do Arroz, zona rural do município de Imperatriz na qual está sediada a Unidade Industrial da Suzano Papel e Celulose (SPC), ocasionadas pela alteração na estrutura fundiária local, processo que se inicia por volta da década de 1970 e se intensifica com a territorialização da empresa em meados dos anos 2000. A pesquisa tem como interlocutora as mulheres quebradeiras de coco babaçu.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

\* Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz/CCIm. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS. E-mail: vanda.pantoja@ufma.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4741-2155>.

Este esforço é parte de um projeto mais amplo localizado na Universidade Federal do Maranhão/Campus II, no Grupo de Pesquisa Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade (T-DeGeM), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Os dados da pesquisa foram produzidos a partir de levantamento bibliográfico, entrevistas realizadas com as lideranças das associações de quebradeiras de coco dos povoados de Coquêlandia, São Félix e Petrolina, e de observações de campo no período de 2018 a 2020.

O artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira fazemos uma contextualização da empresa SPC Ltda como violadora de direitos das populações camponesas no Maranhão, tendo como elemento o registro de conflitos por terra dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 2010 a 2020, envolvendo a empresa. Em seguida contextualizamos nosso *locus* de pesquisa, a Estrada do Arroz, para pensa-la à luz das políticas públicas engendradas na Amazônia, no geral e, em particular, no Oeste Maranhense. Na terceira parte, apoiada em relatos de algumas lideranças da região, temos uma narrativa de como essas mulheres percebem a organização do acesso à terra no passado recente, quando estas eram devolutas, assim, podemos melhor entender as mudanças nas formas de organização social dos sujeitos e sujeitas afetados(as) por políticas públicas. Finalmente, mostraremos como se realiza a relação entre as mulheres quebradeiras de coco e a empresa Suzano Papel e Celulose, o propósito é evidenciar as violências contra as mulheres, dado a ausência de discussões sobre gênero por parte da empresa no trato com as mulheres.

## 1. A SPC NO CAMPO MARANHENSE

Segundo *Conflitos no Campo Brasil*, publicação organizada pela Comissão Pastoral da Terra/CPT que tem como propósito registrar e denunciar as violências no campo brasileiro, no ano de 2020 o Maranhão foi o segundo estado do Brasil com maior número de conflitos envolvendo disputa por terra, água e questões trabalhistas (trabalho escravo). No ranking dos cinco estados brasileiros mais violentos com populações camponesas, quilombolas e indígenas, três estão na Amazônia Brasileira. Na ordem são os estados do Pará, com 288 conflitos; do Maranhão, com 210 registros; de Minas Gerais, com 187 denúncias; de Rondônia, com 143; e Bahia, com 129 registros de conflitos no referido ano.

Os conflitos por terra na atualidade, assim como no passado recente, têm a disputa por território como fundamento e a violência explícita como meio para retirar dos territórios as populações nativas. Os agentes envolvidos, também como no passado, trazem de um lado sujeitas e sujeitos que ganham diferentes nomenclaturas: posseiros, quilombolas, indígenas, mas, de forma geral, são mulheres e homens que têm a relação com o território baseada no uso da terra, da água

e demais recursos como forma de sobrevivência material e simbólica e, do outro lado, estão o Estado e representantes do capital, as vezes em situações difíceis de serem visualizados em separado.

A multinacional do ramo da produção de papel celulose vem, desde o ano de 2010, sendo registrada pela CPT como uma das empresas responsáveis por conflitos no campo no contexto Maranhense. O registro da SPC como empresa violadora de direitos coincide com a territorialização da multinacional no estado do Maranhão<sup>2</sup>.

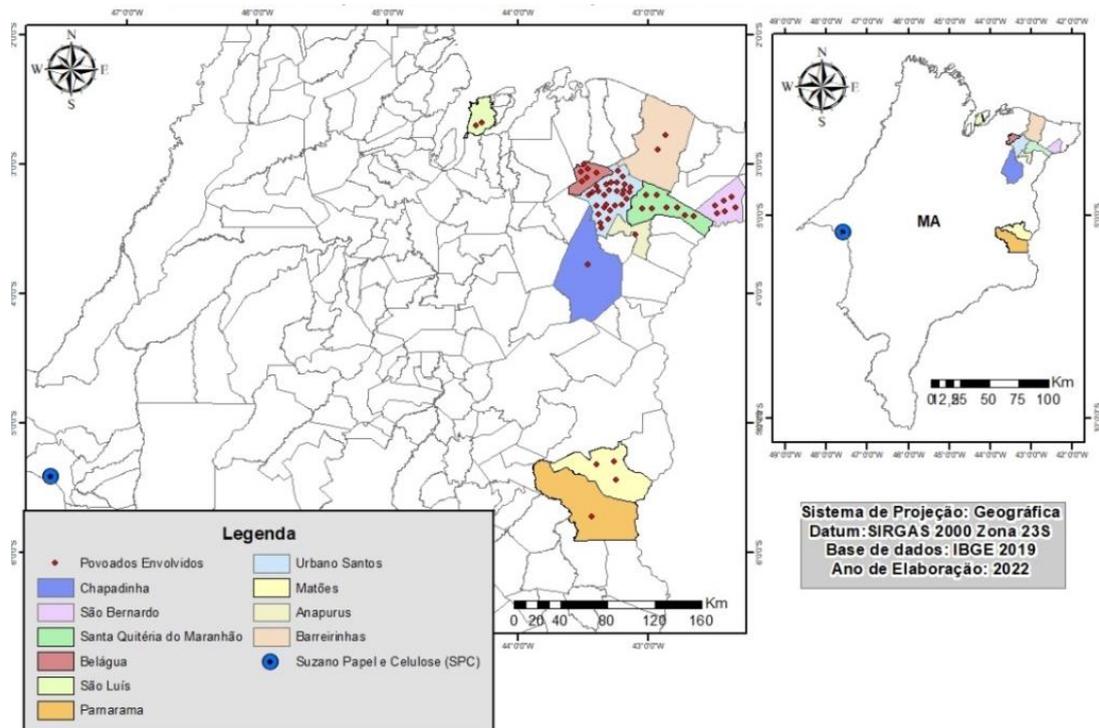
A Comissão Pastoral da Terra-MA torna públicas as ações criminosas das Empresas Suzano Papel e Celulose Ltda. Com realização de queimadas, que tem como objetivo preservar suas plantações de eucalipto, e que provocam a expulsão de famílias camponesas e destruição de áreas de cultivo tradicional (CPT, 2014, p. 186).

Os mapas abaixo indicam a incidência dos conflitos por terra no Maranhão envolvendo a empresa e populações camponesas entre os anos de 2010 e 2020. Os dados foram retirados dos *Relatórios de Conflito no Campo* da CPT. Ao longo da década retratada nos mapas, os agentes envolvidos são a empresa (em alguns casos outras empresas são citadas), e as populações camponesas (denominadas nos relatórios como assentados, posseiros, pescadores, quilombolas e extrativistas). No período referido, a empresa aparece todos os anos como agente de conflitos por terra, com exceção para o ano de 2017 no qual a empresa não é citada.

---

<sup>2</sup> Os primeiros estudos da SPC para adaptação de eucalipto para o Maranhão datam da década de 1990, a aquisição de terras nesse Estado ocorre na segunda metade da década de 2010 e a inauguração da Unidade Industrial em 2013.

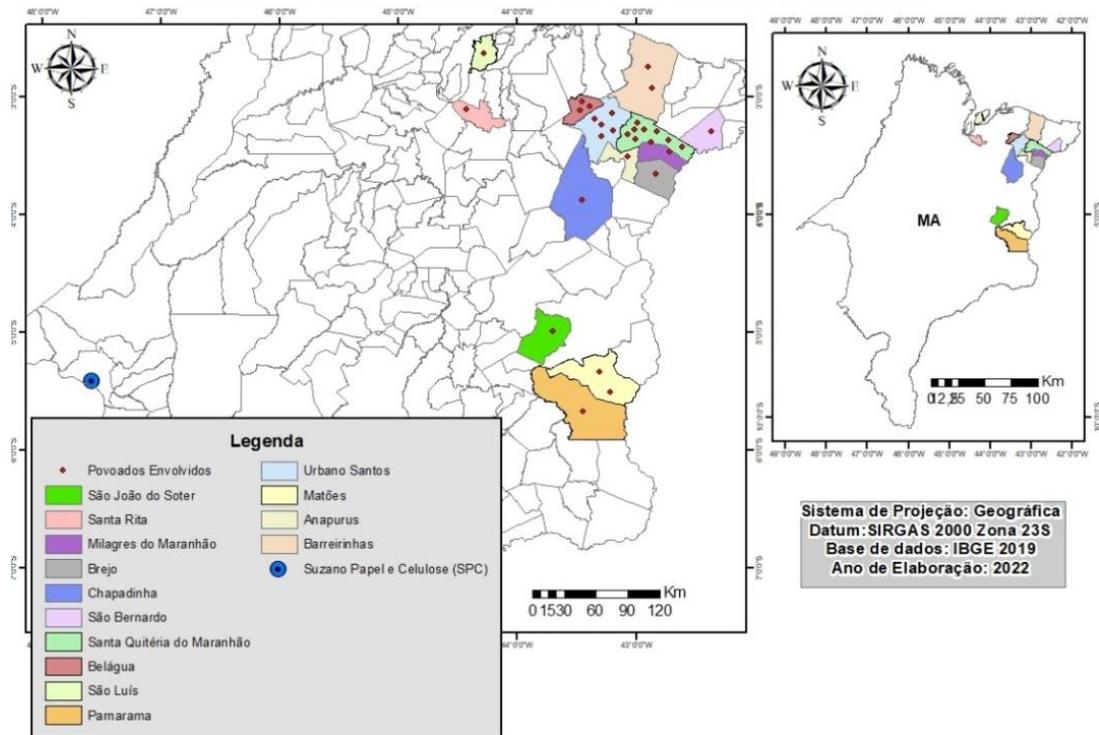
Figura 1 – Conflitos no campo envolvendo a SPC no período de 2010 a 2011, Maranhão.



Fonte: CPT (2010, 2011).

Nos anos de 2010 e 2011, a SPC se envolveu em conflitos em 10 municípios maranhenses, ocorridos em 68 povoados/comunidades, vitimando 3.396 famílias, todos posseiros. Oito dos municípios estão localizados na mesorregião do Leste Maranhense, apenas São Luís e Barreirinhas estão localizados no Norte do estado. O município que apresentou maior incidência de conflito foi Urbano Santos, com 28 disputas por terra das 68 registradas, apenas no ano de 2011. Analisando os anos de forma separada, 2011 concentra mais ocorrência de conflitos e mais famílias vitimadas em relação a 2010. No Estado do Maranhão, 2010 foi o ano em que a empresa começou a aparecer como agente de conflito no campo, a ocorrência dos conflitos coincide com a territorialização da empresa no estado e, conseqüentemente, com a disputa por terra com sujeitos que já a ocupavam. Em relação aos anos seguintes, no intervalo da década, foi o período no qual mais famílias foram vitimadas.

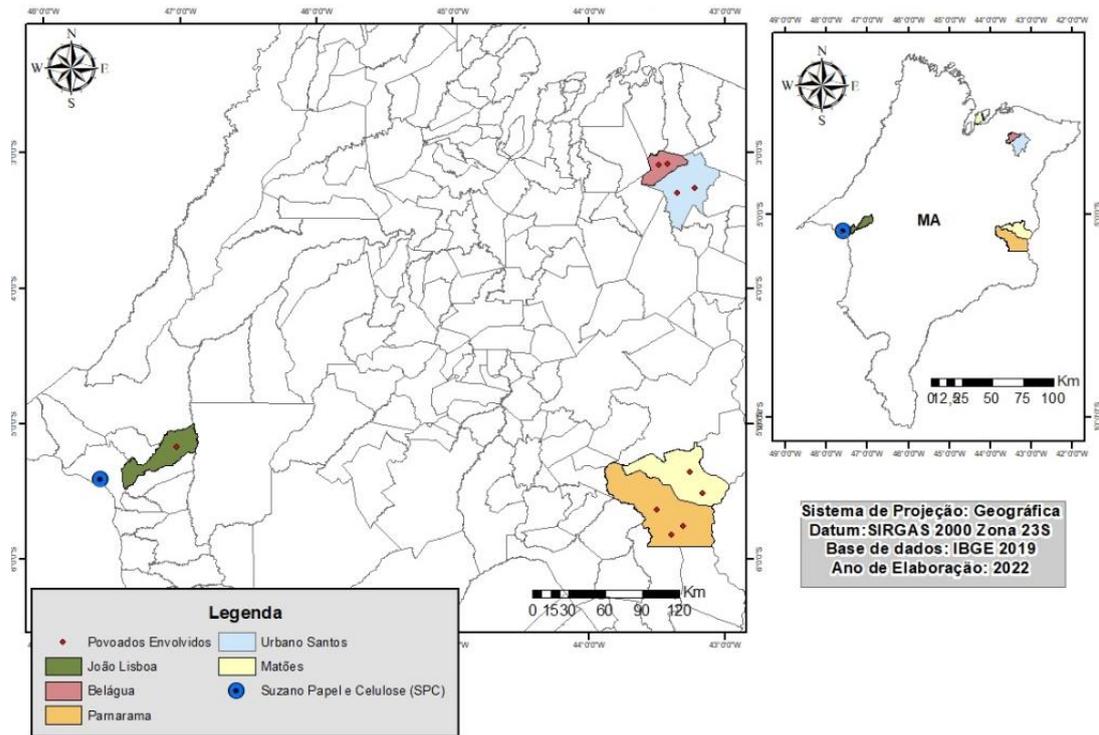
Figura 2 – Conflitos no campo envolvendo a SPC no período de 2012 a 2013, Maranhão.



Fonte: CPT (2012, 2013).

Nos anos de 2012 e 2013, período que coincide com a consolidação da SPC no estado – a unidade industrial sediada em Imperatriz foi inaugurada em dezembro de 2013 – são 14 os municípios vitimados por conflitos envolvendo a empresa. Possesiros, quilombolas pescadores e pequenos proprietários em 35 povoados/comunidades são os sujeitos atingidos, o número de famílias vitimadas foi de 2.593. Em 2012, um dos conflitos ocorridos na cidade de São Luís teve como razão a disputa por água envolvendo, além da SPC, a empresa MPX. Em 2013, as empresas SPC, MPX e Vale S.A estiveram envolvidas em conflitos em São Luís com comunidades pescadoras e de pequenos proprietários. Como nos anos anteriores, os conflitos estão localizados em municípios do Leste Maranhense, com exceção novamente dos municípios de São Luís, Barreirinhas e Santa Rita, ao Norte do estado.

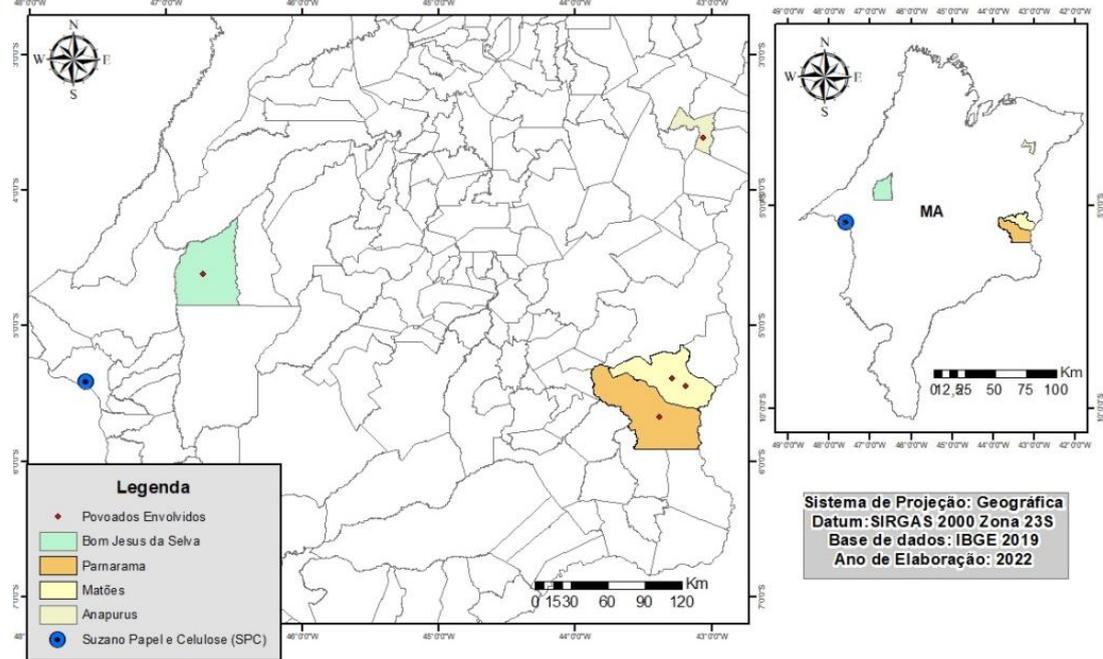
Figura 3 – Conflitos no campo envolvendo a SPC no período de 2014 a 2015, Maranhão.



Fonte: CPT (2014, 2015).

Em 2014 e 2015, se por um lado os conflitos por terra pareceram diminuir em municípios do Leste Maranhense, atingindo apenas 4 cidades dessa Mesorregião, com 8 povoados/comunidades atingidos, as disputas por terra começaram a ganhar destaque no Oeste Maranhense, região onde até então não havia registro de conflitos com a empresa. João Lisboa aparece em conflitos, vitimando 40 famílias de posseiros. Esse deslocamento é um dado interessante, pois indica uma direção dos conflitos que se manteve até o final de década de 2010. Assim, nos anos de 2014 e 2015 foram cinco os municípios vitimados por conflitos, com 202 famílias de posseiros e quilombolas envolvidos. Um desses conflitos, ocorrido na cidade de Parnarama, em 2015, envolveu a liderança quilombola da comunidade Guerreiro, Marli Borges, e a SPC, a razão esteve relacionada à demarcação do território.

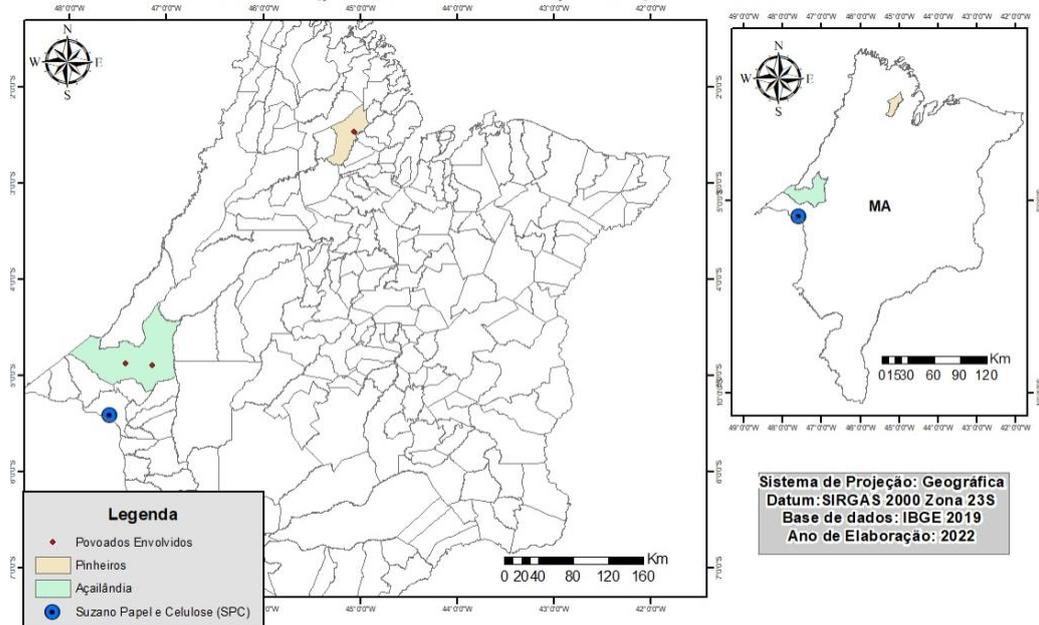
Figura 4 – Conflitos no campo envolvendo a SPC no período de 2016 a 2018, Maranhão.



Fonte: CPT (2016, 2017, 2018).

Um município do Oeste Maranhense está entre os quatro envolvidos em conflitos nos anos de 2016 e 2018, Bom Jesus das Selvas, que aparece em conflitos envolvendo 70 famílias de assentados. No total, nos dois anos, além do município do Oeste Maranhense, Parnarama, Matões e Anapurus, no Leste Maranhense, permaneceram como espaços de conflitos durante toda a década de 2010, com exceção para os anos de 2018 e 2019, como veremos adiante. 272 famílias de seis povoados/comunidades de quilombolas, posseiros e assentados, foram vitimados.

Figura 4 – Conflitos no campo envolvendo a SPC no período de 2019 a 2020, Maranhão.



Fonte: CPT (2019, 2020).

Em 2019 e 2020 não há registro de conflitos em municípios do Leste Maranhense, evento que vinha ocorrendo desde 2010. Os dois municípios envolvidos em conflitos com a SPC são do Norte e do Oeste Maranhense. Em Pinheiro o conflito teve como razão retomada de posse dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra//MST, e em Açailândia o conflito ocorreu entre a SPC e assentados<sup>3</sup> do Califórnia e Açaí, vitimando, em ambos, 250 famílias.

Os conflitos entre a SPC e camponeses no Oeste Maranhense estão registrados desde 2015. De lá pra cá, quatro municípios aparecem nos relatórios da CPT, João Lisboa, Bom Jesus das Selvas e Açailândia. Esses três municípios fazem parte do que a empresa denomina em seus Relatórios de Impacto Ambiental como Região Porto Franco<sup>4</sup> e Região Timon<sup>5</sup>, essas “regiões” envolvem juntas 50 municípios nos quais há produção de matéria prima por meio das “florestas de eucalipto”.

No território do município de Imperatriz não há registros de conflitos entre a empresa e as populações camponesas, é nesse município, em sua área rural que fica localizada a Estrada do Arroz, nosso *locus* de pesquisa neste artigo, foi nesse lugar que a SPC construiu uma unidade Industrial inaugurada em 2013. Para que tal empreendimento fosse possível teve que se ocupar terras que antes eram de uso de pequenos e médios fazendeiros, e que também eram usadas como locais de fazer roça, de pescar e coletar pelas populações camponesas locais. Teve que haver também deslocamento de pessoas, pois, no lugar onde a fábrica foi erguida, o povoado denominado Bacaba teve que ser retirado, sendo seus moradores reassentados em outro povoado. Portanto, o evento da chegada da empresa na região marcou sobremaneira a vida das pessoas que moram nos povoados às margens da MA-386, a rodovia batizada de Padre Josimo Tavares<sup>6</sup> em 2016, após a finalização do asfaltamento, mas que é conhecida e nominada por todos como Estrada do Arroz.

## 2. A ESTRADA DO ARROZ COMO “TERRA LIVRE”

A ocupação da Estrada do Arroz está relacionada ao processo mais amplo de ocupação do território da Amazônia Brasileira como um todo e da Amazônia Maranhense em particular. De forma geral, foi a partir da década de 1950 com a construção da BR-010, a Belém-Brasília, que se

---

<sup>3</sup> Ocupação realizada pelo MST no ano de 1996, na Fazenda Califórnia dando origem aos Assentamento Califórnia e Assentamento Açaí, distante cerca de 10km no núcleo urbano do município de Açailândia.

<sup>4</sup> Os 21 municípios que fazem parte da chamada Região Porto Franco são: João Lisboa, Imperatriz, Senador La Rocque, Grajaú, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Lageado Novo, Campestre do Maranhão, São João do Paraíso, Porto Franco, Formosa da Serra Negra, Estreito, São Pedro dos Crentes, Fortaleza dos Noqueiras, Feira Nova do Maranhão, Carolina, Nova Colinas, Riachão.

<sup>5</sup>Essa região considera os 19 municípios a seguir: Coelho Neto, Afonso Cunha, Codó, Aldeias Altas, Caxias, São João do Soter, Timon, Matões, Senador Alexandre Costa, Governador Eugênio Barros, Parnarama, Governador Luiz Rocha, Fortuna, Buriti Bravo, Lagoa do Mato, Jatobá, Colinas, Passagem Franca, São Francisco do Maranhão.

<sup>6</sup> Padre Josimo Tavares foi uma liderança religiosa assassinada em meio a conflitos por terra em maio de 1986. Em Imperatriz há uma memória coletiva de que o religioso morreu por defender os camponeses locais.

passou a considerar, no imaginário nacional e regional, que a Amazônia estava integrada ao sistema nacional de acumulação, de acordo com Arcangeli (2013).

“Terra Livre” é como se refere o historiador e jornalista imperatrizense Adalberto Franklin (2008) à região que compreende a Estrada na atualidade. Ele narra o processo de produção e ocupação do espaço, da atual Estrada do Arroz, entre as décadas de 1940 e 1950. O nome estrada do arroz é devido à abundante produção desse grão entre as décadas de 1950 e 1970, fruto do processo de ocupação das terras devolutas, propícias à produção desse alimento, às margens do rio Tocantins, por famílias camponesas que migraram em busca de terras para plantar e morar, do interior do Maranhão, em razão de conflitos agrários.

Logo as famílias migrantes ocuparam a região oeste do município [de Imperatriz] margeando o Rio Tocantins e estendendo-se até o campo dos Frades, matas da antiga propriedade dos jesuítas arrematadas pelo capitão-mor Antônio Rabelo Bandeira e herdadas por seu filho Militão Bandeira Barros, ocupada até então apenas pelos índios gaviões parategês e krikati, já em migração e dispersão. Nenhuma propriedade recente dessa área tinha registro no cartório de Imperatriz (FRANKLIN, 2008, p. 127).

Nas memórias das lideranças das associações de quebradeiras dos povoados de Coquêlandia e de São Félix, mulheres quebradeiras de coco que imigraram para a região nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, a forma de ocupação da terra naquele tempo era simples, havia os espaços onde as pessoas construíam as moradias e os espaços onde faziam as roças, além disso, pescavam, caçavam e coletavam frutos e ervas da região. A liderança de São Félix ressalta que, pela ausência de homens em sua família, nunca lidou com arroz, visto que o cultivo do arroz envolvia o trabalho masculino, assim sua família se dedicou à quebra do coco babaçu. A região possuía, à época abundante, palmeiras de coco babaçu, na atualidade é discurso comum das quebradeiras o fato de as palmeiras estarem cada vez mais difíceis de serem acessadas, de se localizarem “longe uma da outra”.

Os imigrantes que ocuparam a região, até então sem denominação específica, apenas conhecida como “do Frade” (Franklin, 2008), eram camponeses, descendiam de famílias que há anos tinham na lida com a terra sua forma de reprodução social, além de agricultores, eram extrativistas, caçadores e pescadores. Uma agricultora ligada ao sindicato dos trabalhadores rurais da Estrada que imigrou em 1969 lembra:

A terra não tinha dono não, a gente ia cercando, fazendo aquela divisa, ficando de dona da terra ... e depois é que foram vendendo e saindo pra outro lugar... e ai foi ficando os fazendeiros de gado e foi diminuindo a plantação de arroz<sup>7</sup>

A forma de ocupação que os camponeses migrantes desenvolveram nas terras era o uso

---

<sup>7</sup> Informação verbal fornecida por agricultora sindicalista da Estrada do Arroz em entrevista concedida a Vanda Pantoja. Imperatriz-MA, 2022.

comum, o critério para a partilha da terra era a necessidade e a possibilidade de cada família. Na atualidade, como veremos mais a frente, essas relações estão todas alteradas, e têm como razão o fato de o território ter sido cenário de políticas públicas de desenvolvimento, via Estado em parceria com o capital.

### **3. CONFLITOS DE LÓGICAS, OS USOS DO TERRITÓRIO E SEUS DIVERGENTES SENTIDOS**

As formas de relacionamentos entre o capital e as pessoas afetadas pelas ações responsáveis por reproduzi-lo, são marcadas por violações de todas as formas, desde aquelas mais explícitas, como as denunciadas pela CPT, às mais sutis, muitas vezes difíceis de ser entendidas como violentas. Na Estrada do Arroz a territorialização de uma unidade industrial da Suzano Papel e Celulose no ano de 2013 reacendeu as formas de violências que não eram novas para as mulheres quebradeiras de coco, mas que traziam novos componentes com os quais elas não sabiam lidar.

A violência não era novidade para essas mulheres, pois desde a década de 1990 as quebradeiras de coco da Estrada do Arroz passam pela experiência de ter que se organizar em associações para permanecer no trabalho com o coco, os territórios que elas usavam para coletar e quebrar o coco foram adquiridos pela empresa CELMAR S.A.<sup>8</sup> e para continuarem a ter acesso aos babaçuais, as mulheres precisaram fazer acordos com a empresa e assinar um termo de cessão de uso do território, e isso somente poderia ser feito por meio de pessoa jurídica. Assim nasceu a Associação das Quebradeiras de Coco do povoado Petrolina, em 1995.

A liderança em Petrolina rememora esse episódio nos contando o quanto foi surpreendente para as mulheres envolvidas na lida com o coco, a notícia de que teriam que fazer uma associação “do dia pra noite”. Ela lembra também que foram funcionários da CELMAR que as auxiliaram no processo de organização pra fazer a associação, pois, como ela comenta, era só do interesse da empresa que as quebradeiras se organizassem nesse modelo.

Assim... aquele contrato que a gente usava, era... num sei se era pra gente ter acesso... era pra gente ter acesso a área, mas também era tipo assim... eles tinham medo que acontecesse alguma coisa de errado, por exemplo um incêndio ... eu num sei mas era tipo pra gente ficar com medo... eles imaginaram assim: vamos fazer esse contrato pra elas usarem a área com mais cuidado.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup>A gênese da Celmar remonta à década de 1970, com a tentativa do governo federal de criar florestas de eucalipto na região a fim de atrair fábricas de celulose. Para tanto, foram plantados mais de 500 mil hectares de área reflorestada. No entanto, apesar dos incentivos federais, nenhuma fábrica foi implantada, e toda a produção de eucalipto foi destinada para a produção de carvão vegetal para abastecer as siderúrgicas localizadas no município de Açailândia. No final da década de 1990, a Celmar SA Indústria de Celulose e Papel alterou seu nome apenas para Celmar; a partir de 2003, passou a chamar-se Fero Gusa SA e, em 2008, foi comprada pela Suzano Papel e Celulose (SANTOS, 2009, p.137).

<sup>9</sup> Informação verbal fornecida por liderança do povoado Petrolina em entrevista concedida a Vanda Pantoja. Petrolina-MA, 2019.

A forma de uso do território nos anos de 1990 já havia mudado bastante em relação ao tempo em que as primeiras famílias chegaram à região, entre as décadas de 1950 e 1960, quando as terras podiam ser acessadas de acordo com as necessidades de cada grupo, as famílias chegavam e marcavam seus lotes, sem precisar de permissão de ninguém.

A introdução da CELMAR no território da Estrada e na vida de seus habitantes significou uma grande mudança na forma de organização social do grupo, em particular para aqueles que sobreviviam do extrativismo, visto que o acesso aos lugares de caça, de coleta de frutos e de pesca se tornou privado e restrito.

O caminho encontrado pelas quebradeiras foi seguir as recomendações dos responsáveis pela empresa CELMAR e organizar uma associação, inclusive, parte dos trabalhos de formalização da associação foi feita pelos funcionários da empresa. Essa forma de organização não foi uma demanda das mulheres, foi uma necessidade da empresa, talvez seja por essa razão que as associações nunca prosperaram na Estrada, no passado e na atualidade funcionam com muita precariedade. A forma de organização em associação, apesar de significar um caminho para que as quebradeiras pudessem permanecer acessando os territórios dos babaçuais era, e permanece sendo, um modelo novo/estranho para as mulheres: senhoras, sem acesso à instrução formal, com dificuldades de mobilidade até o núcleo urbano e, pelos dados que levantamos em conversas informais, sem muita vontade de aprender, devido se acharem “velhas”.

A ausência de uma associação formal não significa que entre elas não haja processos próprios de auto-organização, planejar idas aos babaçuais, definir dias e horários de quebrar o coco, preparar óleos e azeites, queimar as cascas do coco “ruim” para fazer carvão vegetal, fazer mesocarpos e vender a produção aos locais era, e é, prática que elas dominam e permanecem a fazer. Qualquer mudança pautada em discursos sobre “melhorar” a produção, “expandir” e “adequar” ao mercado é resultado de intervenção que não considera os saberes e quereres locais e pode resultar em violências.

Do ponto de vista da empresa, era importante que as mulheres estivessem em associações para que ela pudesse, através desse dispositivo, formalizar a cessão de uso do território, que sempre fora utilizado pelas quebradeiras para trabalhar, mas que, a partir de então, precisava ser regulado. A regularização tinha a ver com as necessidades da empresa como proprietária da terra frente aos órgãos estatais, e não significava compromisso por parte da empresa com as mulheres, mas com o Estado. O acesso aos babaçuais, na perspectiva das mulheres, era algo que não estava em discussão, mas na perspectiva da empresa precisava ser regulado, o meio era a associação. Assim, a liderança de Petrolina lembra que uma das cláusulas do contrato de cessão de uso da terra, proibia

elas de quebrar o coco na mata e também de queimar as cascas do coco<sup>10</sup> devido ao perigo de incêndios, desobedecer às regras implicava pagamento de multas. Elas ficaram apavoradas.

As mudanças previstas no contrato de cessão de uso da terra assinados à época pelas mulheres de Petrolina causou grandes mudanças no trabalho que elas desenvolviam no território. Não queimar o coco na mata significava que elas teriam que carregar o coco para ser queimado e transformado em carvão em lugar longe dos babaçuais. Isso implicava a necessidade de utilização de um meio de transporte para levar o coco do babaçual até outro local onde pudesse ser quebrado, as mulheres não dispunham de meios para tanto. A ausência do meio de transporte as levou à dependência da presença do trabalho masculino na cadeia produtiva do coco, os homens passaram a ser os carregadores do coco entre o babaçual e o lugar de quebra e/ou queima. O quintal da casa ou qualquer área próxima à residência passou a ser o local de quebra, mas a queima para feitura do carvão vegetal não poderia ser feita próxima às residências por conta da produção de fumaça e dos desentendimentos entre vizinhos que o fato causava.

No contexto de mudança na estrutura fundiária, parte das terras da Estrada foi adquirida por fazendeiros para criação de gado, as cercas colocadas para que o gado não fugisse também se tornaram obstáculos ao trabalho das quebradeiras, menos por conta da privatização da terra, pois as mulheres afirmam que os fazendeiros locais nunca as proibiram de adentrar as fazendas para pegar o coco, mas pela forma como os usos foram regulados, elas eram proibidas de quebrar o coco no local devido as cascas machucarem os pés do rebanho, então o acesso estava condicionado à carga do coco para área fora da fazenda.

Na atualidade não há quebra de coco no babaçual. É comum que as mulheres saiam em grupo para juntar o coco, após coletados e armazenados em sacos serapilheira são enfileirados aos troncos da palmeira para serem posteriormente levados por homens para os quintais ou barracões para ser feita a quebra.

No passado, antes do processo de inserção dos fazendeiros e da CELMAR no contexto da Estrada do Arroz, não havia necessidade de separação entre o local de coleta e de quebra ou queima do coco, as mudanças na estrutura fundiária na região teve nesse segmento de trabalhadoras um efeito bastante transformador, sendo a separação entre os espaços de coleta e de quebra e/ou queima, a necessidade de inserção do trabalho masculino na cadeia do coco e a organização em associação, as mudanças verificadas no decorrer da pesquisa.

Por volta de ano de 2008, as famílias da Estrada do Arroz permaneciam tendo a lida com a terra como principal atividade. Uma ida à Estrada e conversas com seus moradores não deixavam dúvidas de que estávamos em contexto de uma população camponesa ou pelo menos com forte

---

<sup>10</sup> Os cocos que não “prestam” para quebrar e retirar a amêndoa, assim como os quebrados são queimados e transformados em carvão vegetal para venda e uso doméstico.

memória camponesa. As moradias, os quintais grandes e cheios de criações de animais, as árvores frutíferas, os saberes relacionados ao tempo da natureza, o conhecimento de ervas medicinais e certo isolamento em relação ao núcleo urbano de Imperatriz, causado não só pela dificuldade de acesso devido ao não asfaltamento da MA-386, mas pela sensação de tempo lento e vida pacata entre os moradores, deixavam a Estrada com um ar bastante bucólico. No entanto, por conta de falta de serviços como educação, saúde e serviços bancários havia necessidade de idas e vindas das pessoas com certa constância à cidade, muitos jovens vieram estudar e trabalhar em Imperatriz e voltavam aos fins de semana para rever a família.

Havia necessidade de serviços de saúde e educacionais, as mulheres grávidas precisavam se deslocar para Imperatriz para parir seus filhos, os jovens quando concluíam o ensino Fundamental I precisavam estudar em escolas também em Imperatriz, não havia transporte escolar público, e transportes privados demandavam custos que as famílias não podiam manter.

A memória local recente nos diz que por volta do ano de 2008, apareceu um sujeito na Estrada “conversando” sobre comprar terras e comentando sobre a chegada de uma grande empresa para o local, o sujeito se referia a um “negócio grande”. Esperança é a palavra que as mulheres manipulam para traduzir, na atualidade, o sentimento que elas tiveram quando souberam que a Estrada iria receber uma unidade industrial do grupo Suzano Papel e Celulose.

Das primeiras aquisições de terras pela empresa em 2008 à inauguração da Unidade Industrial em dezembro de 2013, muitas mudanças aconteceram na Estrada. Talvez uma das mais significativas tenha sido a ideia, fortemente veiculada pela mídia local e pelo Estado (PANTOJA; PEREIRA, 2019), de que a Estrada deixaria de ser um local de morada de pessoas camponesas para se tornar um lugar de “vocação” industrial, de um lugar atrasado para um lugar desenvolvido.

Após alguns anos é fácil entender a razão de não ter havido qualquer movimento de resistência à multinacional no local de sua implantação, ela representou esperança para pessoas que não eram vistas pelo poder público. Mas não foi apenas a necessidade de serviços básicos que ocasionou isso, houve forte trabalho da empresa em prevenir qualquer resistência, por meio da formação de equipes de trabalho compostas por pessoas da cidade com alguma relação e inserção entre as lideranças locais, essa estratégia blindou a empresa de movimentos de resistências. A empresa se municiou de pessoas que tinham lastro em movimentos sociais, pois suas figuras imprimiam confiança às lideranças e por extensão aos moradores como um todo e a confiança evitava discordâncias.

A liderança do povoado Petrolina lembra que a pessoa responsável por lidar com elas era uma pessoa (mulher) que tinha longa caminhada no movimento local de mulheres, reconhecida por sua militância nos partidos de esquerda e com a qual as quebradeiras tinham intimidade e confiança. “a gente acreditou em tudo que ela falou, se ela tá dizendo que é bom... ela não ia mentir

pra gente, era nossa companheira de discussão”. As estratégias de cooptação de militantes ligados às questões sociais para lidar com comunidades que passam por processos de desterritorialização por conta da inserção de grandes projetos é prática comum das empresas para amenizar os riscos de rejeição das comunidades e ao mesmo tempo minar processos de resistência (CASTRO, 2017).

#### 4. MULHER: O GÊNERO OCULTO

No documento *Política de relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais*, disponível no sítio da Suzano Papel e Celulose, datado de agosto de 2021, a empresa expressa seu entendimento acerca das comunidades tradicionais e extrativistas, entre as quais as quebradeiras de coco.

Os povos e comunidades tradicionais extrativistas são agrupamentos pautados em culturas e valores diversos, que guardam entre si a semelhança de realizarem a extração e colheita de espécies vegetais e/ou animais enquanto atividades econômicas e de subsistência. Dentre as comunidades extrativistas, a identidade das quebradeiras de coco babaçu se faz na atividade laboral de coleta, quebra do coco para extrair a amêndoa e beneficiamento de seus compostos. As quebradeiras são determinadas pela sua produção, que não se caracteriza apenas como mercadoria. É uma atividade eminentemente feminina, exercida por mulheres de todas as idades. Outro fator que determina o modo de ser das quebradeiras é a prerrogativa do acesso livre e uso comum da palmeira e do coco (SUZANO, 2021, s/p).

Apesar de a empresa reconhecer no documento o direito das comunidades ao livre acesso aos recursos naturais, há denúncias de que ela não tem respeitado essas comunidades. Em nota da Comissão Pastoral da Terra, intitulada *O contra-fogo da Suzano Papel e Celulose Ltda no território de comunidades quilombolas do leste maranhense* publicada no relatório de conflito no campo no ano de 2014, a empresa é acusada de causar incêndios em áreas de produção familiar, quando procurada pela ONG para falar sobre o assunto, o relatório esclarece que o representante da empresa se posicionou da seguinte forma:

Em conversa com encarregado da brigada de incêndio da Empresa Suzano Papel e Celulose Ltda., não identificado, este declarou que a Empresa não está preocupada com a queima das áreas de plantio do território quilombola Guerreiro, e sim com os possíveis focos de incêndio em meio à sua plantação. Esta declaração coloca em xeque todo o discurso de sustentabilidade da Empresa e, deixa mais que clara sua responsabilidade ambiental, além de revelar a sua intenção de expansão dos cultivos nos territórios (CPT, 2014, p. 186).

O documento da empresa, acima mencionado, tem como objetivo estabelecer as “diretrizes gerais” que devem orientar a relação da empresa em todas as suas operações com “povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais”. Uma das diretrizes de relacionamento estabelecida no documento recomenda que sejam utilizados entre empresa e comunidade “instrumentos de comunicação e de disseminação

de informação culturalmente apropriados em termos de linguagens, de formato e dinâmica, e que respeitem as especificidades e organização social e política de cada comunidade”. Essa regra estabelecida pela empresa é uma das mais frágeis no trato com as mulheres quebradeiras, dado a forma de relacionamento que a empresa mantém com as mulheres via Associação de Quebradeiras nos povoados e via Conselho Comunitário das quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz<sup>11</sup>, ambas as instâncias, em especial o Conselho, funcionam via linguagem que apenas a empresa e os seus dominam. Estamos nos referindo a situações simples que envolvem o domínio da linguagem culta em contraste com o modo coloquial e regional de falar, nos referimos também às estruturas de valores diferenciados que estão organizando o pensamento e a ação de ambos os sujeitos, empresa e mulheres, em relação ao que é necessário e ao o que é importante.

O fórum onde mulheres quebradeiras de coco e empresa se reúnem é o Conselho Comunitário das quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz, esse grupo foi instituído em 2015, além de representantes dos povoados da Estrada do Arroz e da empresa estão presentes no Conselho os representantes das reservas extrativistas Mata Grande, Ciriaco e Extremo Norte. O Conselho comunitário é uma iniciativa da empresa que tenta por meio do mesmo uma provocar uma aproximação maior com a comunidade assim como criar na mesma uma cultura empreendedora. As atividades do Conselho são regulares, convocados pelos representantes da empresa e acontecem nos diferentes povoados que compõe o Conselho, por ocasião da pandemia os encontros foram realizados de modo remota.

O discurso sobre empreendedorismo é uma espécie de mantra da empresa, isso impõe necessidade para as mulheres com as quais elas não podem lidar, desde dificuldades de ler e interpretar ideias verbalizadas e escritas, até dificuldades de deslocamento de um povoado a outro para reuniões, ou mesmo para a sede municipal para resolver burocracias relativas à Associação, além disso, elas se acham “velhas” demais para aprender tantas coisas novas. Essas dificuldades enfrentadas pelas mulheres fazem com que elas se sintam incapazes, velhas e inadequadas pra fazer algumas das atividades hoje colocadas como necessárias pela empresa para que elas continuem fazendo aquilo que sempre fizeram: quebrar coco.

A falta de auto reconhecimento de sujeitas com poder de agência apresentado por algumas das mulheres se dá em razão da imagem subalternizada que elas têm de si e de seu trabalho. De acordo com Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega:

O reconhecimento das mulheres camponesas pelos seus pares, pela sociedade, pelo Estado é fundamental para a superação dos problemas encontrados no cotidiano. A falta de reconhecimento ameaça o sentimento de si, a segurança sobre a própria existência objetiva (TARREGA, 2019, p. 94).

---

<sup>11</sup> O conselho Comunitário será mais à frente definido.

O documento da empresa sobre relacionamento entre comunidade e empresa, mencionado acima, estabelece como diretriz o “incentivo à manutenção e fortalecimento da articulação política dos povos e organizações”, no entanto, na realidade a presença da empresa têm dividido a opinião e o posicionamento da comunidade em relação ao empreendimento, tanto no interior quanto entre os povoados.

Além de causar conflitos e disputas entre os povoados devido supostas benfeitorias realizadas pela empresa em alguns povoados e em outros não, a empresa indiretamente provocou o afastamento das quebradeiras de coco da Estrada de seu mais importante representante político, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o MIQCB.<sup>12</sup> A ausência das quebradeiras de coco da Estrada nesse coletivo as enfraquece sobremaneira, as mulheres ficam sem vínculo com um grupo de vivência e resistência política, visto que as associações as quais elas estão inseridas não cumprem esse papel, pois são “engolidas” pelo Conselho Comunitário e não conseguem criar espaços de debate capazes de propor ações de resistências para além daquelas pontuadas por Scott (200, 2002) como *cotidianas* e *ocultas*.

As resistências que se dão no nível do cotidiano, que por sua natureza individual e não organizada, não são capazes de romper estruturas de dominação, são localizadas pelo autor na dimensão que ele classificou de *infrapolítico*, isto é, a dimensão não pública e, portanto, não política, mas, ainda assim, fundante e constitutiva de processos de resistências coletivas, organizadas, públicas e, portanto, *política*, capazes de rupturas estruturais.

Na relação que a empresa mantém com as mulheres há forte dimensão daquilo que Rita Segato chamou de mandato de masculinidade (2018), produto do patriarcado que segundo essa autora, seria a razão das diferentes formas de violências praticadas contra as mulheres. O mandato da masculinidade, como manifestação do patriarcado, cria universos binários, presentes em nossas práticas a partir da noção de público e privado, político e infrapolítico.

El mandato da masculinidad que sustenta esta asimetría, este binarismo propio de la cognición, la subjetividad y el orden político. Ser capaces de reencaminhar la historia significa haber sido capaces de atacar el esquema equivocado y nocivo de la minorización y entender, por ejemplo, que la violencia contra las mujeres no es un problema de interés de un grupo particular de la sociedad, sino el semillero, el vivero, el caldo de cultivo de todas las otras formas de dominación (SEGATO, 2018, p, 221).

---

<sup>12</sup> O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. Isso possibilita a chance de se desenvolverem por meio do conhecimento e da experiência que o trabalho do movimento oferece e de adquirirem visão ampliada de mundo, para além das comunidades de que fazem parte. A luta pelo direito a terra e ao babaçu, é também pela qualidade de vida da mulher no campo (Disponível no site: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>)

No sentido tomado pela autora acima citada, o universo forjado pelo masculino cria verdades e forja relações baseadas em binarismos, marcado pelas noções de público x privado, desenvolvido x atrasado. Assim se estabelecem verdades para modelos dominantes, na relação empresa e quebradeiras de coco, a verdade estaria no discurso da empresa, visto que representa o novo, o moderno, o progresso, enfim o desenvolvimento trazido pela fábrica, para um espaço e sujeitos, até então entendidos como antigos, atrasados e não desenvolvidos. A organização social e econômica das mulheres extrativistas, seu modo de vida, a agricultura de subsistência e relações com o meio ambiente baseadas, mesmo que residualmente, em reciprocidade com a natureza é vista como o oposto à verdade da empresa. Isso porque no modo de relacionar-se com a natureza e com as pessoas, forjado pelas mulheres quebradeiras, não estão inseridos os modos de ser fomentados pelo capitalismo representado pela empresa. Portanto, as formas de organização das mulheres camponesas baseadas na noção de coletivo expressam uma contradição em relação à lógica da empresa, marcada pela individualidade, pela tensão ambiental, e pela propriedade da terra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mostramos no texto a incompatibilidade entre as ações da empresa Suzano Papel e Celulose e as ações das mulheres quebradeiras de coco da Estrada do Arroz, em Imperatriz, Maranhão. Pontuamos tal incompatibilidade no contexto da discussão sobre gênero e desenvolvimento, enfatizando que esse processo se constitui como violência, conforme pontua Rita Segato (2018), manifestando-se como fruto dos esquemas do patriarcado. Para esta autora, qualquer política que se deseje democrática necessita ter o gênero como tema central. Com isso a autora reivindica o gênero como centralidade de discussão em toda e qualquer política pública.

Pontuar a empresa como violadora dos direitos, evidenciando os inúmeros conflitos por terra que a mesma esteve e está envolvida, denunciados pela Comissão Pastoral da Terra foi uma estratégia para que pudéssemos situar a empresa como violadora de direitos numa perspectiva que não restasse dúvida, por isso o registro da violência explícita denunciada pela CPT, para além disso, foi nosso objetivo pensar as violências que não usam dos meios explícitos e convencionais, as que escapam aos olhos públicos e ficam restritas aos espaços privados de atuação da empresa e das mulheres. Ao lançar mão de uma tática de lidar com as mulheres por meio do Conselho Comunitário, a SPC transforma elementos da violência em discursos de parcerias, validando assim, perante a comunidade local e a opinião pública suas decisões. Esses elementos foram centrais para compreensão das mudanças pelas quais passam as mulheres quebradeiras de coco e todos os sujeitos da Estrada vítimas de políticas públicas de desenvolvimento que colaboram para processos

de desterritorialização de modos de vida, tendo como elemento central e devastador as mudanças na estrutura fundiária local.

## REFERÊNCIAS

ARCANGELI, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

CASTRO, R. A. de. **Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia maranhense**. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de altos Estudos Amazônicos, 2017. (Tese Doutorado).

Conflitos no campo: Brasil 2010. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2011. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2012. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2013. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2014. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2015. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2016. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2018. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2019. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

Conflitos no campo: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 04 nov.2021.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADERIAS DE COCO BABAÇU. *QUEM SOMOS*. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/sobre-nos>>. Acesso em 10 ago.2021.

PANTOJA, V.; PEREIRA, J. M. Discursos do desenvolvimento: (in)visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz, MA. *Interações* v. 20, n. 1, Jan-Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/5wG43YzndvZR8yMkNwW5Vps/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, R. L. dos. **O projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de imperatriz–MA**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2009 (Dissertação, Mestrado em História).

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. México: Era, 2000.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistencia camponesa. In: **Raíces**, vol. 1, n. 21, jan-jun. 2002.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Política de relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais**. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>>. Acesso em 03 jan.2022.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS. **Relatório de Impacto Ambiental** – Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Porto Franco, Estado do Maranhão. Curitiba, jan. 2010a.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS. **Relatório de impacto ambiental**– Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Timon, Estado do Maranhão. Curitiba, jan. 2010b.

TARREGA, M. C. V. Violência contra as mulheres. O patriarcado e as institucionalidades públicas nos conflitos no campo. In. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia CPT Nacional, 2020.

# CONTRA O SILENCIAMENTO E EM DEFESA DOS BABAÇUAIS

## a luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio

Mayka Danielle Brito Amaral\*

### INTRODUÇÃO

As experiências de conflito social vivenciadas pelas famílias camponesas na região do Bico do Papagaio<sup>1</sup> contribuíram para despertar a consciência política e ambiental de diversos sujeitos sociais, em especial, das mulheres camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

Neste artigo analisa-se a formação da identidade social das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, como uma fração do campesinato brasileiro que se reconheceu, na e a partir da luta pela terra, enquanto portadora de força política e de direitos. A partir do reconhecimento de si e do outro, elas passaram a questionar o papel desempenhado dentro e fora da unidade familiar, a se mobilizar, a criar entidades de representação próprias e a tecer estratégias de fortalecimento e lutas em defesa do livre acesso aos babaçuais.

Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, especialmente a realização de entrevistas livres e semiestruturadas, reuniu-se um importante conjunto de dados para a presente análise. Entrevistaram-se lideranças e ex-lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e da Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), no período de 2015 a 2017. Os dados coletados nas entrevistas, nos relatórios do MIQCB e nas visitas realizadas às unidades territoriais camponesas, quais sejam, a propriedade Olho d'Água, no município de São Miguel do Tocantins (TO) e o povoado de Juverlândia, em Sítio Novo do Tocantins (TO), revelaram estratégias de fortalecimento e luta contra as ofensivas capitalistas e machistas no interior da unidade territorial e fora dela<sup>2</sup>.

As mulheres camponesas-quebradeiras de coco babaçu tiveram papel importante na luta pela terra na região do Bico do Papagaio, atuando, em alguns casos, como protagonistas, como mostrado em Amaral (2017a; 2019b). A luta era realizada de forma coletiva, sem distinção de

---

\* Geógrafa, Doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta I do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão - campus III/Bacabal. E-mail: mayka.amaral@ufma.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3019-2889>

<sup>1</sup> A região do Bico do Papagaio compreende a áreas geográficas dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, definida a partir da concentração histórica dos conflitos socioterritoriais na Amazônia brasileira (SADER, 1986; CHAVES, 2015).

<sup>2</sup> Os dados analisados neste artigo são fruto da pesquisa de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, realizada pela autora. Contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

gênero, com o intuito de conquistar a terra de trabalho das famílias que desbravaram a região e se reproduziram a partir de um modo de vida específico, qual seja, o modo de vida camponês<sup>3</sup>.

A chegada dos fazendeiros e os “cercamentos” das terras submeteram as famílias camponesas a situações de expropriações, expulsões, exclusões e diversas formas de violência e tortura. Essas situações ora dificultaram a reprodução do modo de vida camponês, ora o impossibilitaram completamente, provocando a migração para outras áreas. Diante disso, muitas famílias se mobilizaram, lutaram e resistiram a tais ofensivas, com o apoio da Igreja, dos sindicatos e de partidos políticos (SADER, 1986).

Apesar de participarem ativamente da luta pela terra, as mulheres camponesas tinham pouco reconhecimento dentro dos espaços de interação e debate promovidos pelos sindicatos, entidades tradicionais de representação da classe camponesa. Ao se conscientizarem das restrições impostas à participação feminina, passaram a se organizar e reivindicá-la, o que causou tensões no interior da classe, pois tal reivindicação atingia diretamente a uma predominante estrutura de poder conservadora, em que o homem atuava como representante da unidade familiar, o chefe da família, enquanto à mulher eram reservados os espaços da casa e do quintal.

No contexto de privação e exclusão narrado em seus depoimentos, analisou-se a emergência da identidade social, mobilização e estratégias de fortalecimento, luta e reprodução das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

## **1. O PAPEL DA CAMPONESA EM QUESTÃO: CONSCIENTIZAÇÃO DOS DIREITOS**

Entende-se que o campesinato consiste numa classe social que se reproduz contraditoriamente no interior do modo capitalista de produção<sup>4</sup>. No desenvolvimento desse modo de produção ao mesmo tempo em que se reproduzem relações especificamente capitalistas, definidas a partir do trabalho assalariado, criam-se as condições para a reprodução de relações não capitalistas, camponesas, pautadas no trabalho familiar no campo (OLIVEIRA, 2013).

Historicamente, essa classe social tem garantido a sua reprodução, principalmente, a partir da luta de classes (OLIVEIRA, 2005; BOMBARDI, 2005; MARQUES, 2000), expressa de diversas formas, desde as mobilizações e manifestações sociais, políticas e culturais à luta armada. No contexto dessas lutas e das mudanças ocorridas na sociedade, o campesinato teceu e tece estratégias que garantiram e garantem a sua reprodução e o seu refazer-se constante.

---

<sup>3</sup> O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apoiam num conjunto de valores que lhes dá sentido (MARQUES, 1994).

<sup>4</sup> Tese defendida pelos estudiosos do campesinato, como Teodor Shanin, José de Souza Martins, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Larissa Mies Bombardi, Marta Inês Marques, Valéria de Marcos, dentre outros.

Nesse sentido, entender o campesinato enquanto uma classe social de dentro do modo capitalista de produção, não significa tomá-lo como uma categoria estática ou “categoria de estasis”, como ressalta Thompson (1984, p. 182). Mas, como uma categoria histórica, derivada da observação do processo social ao longo do tempo. Para isso, portanto, a experiência é central na análise do comportamento social e da formação das classes e frações de classes.

As experiências vivenciadas pelas famílias camponesas, durante os conflitos pela terra, permitiram a identificação dos “inimigos” e os principais problemas que as afligiam. Além disso, assim como ocorreu em muitos lugares do Brasil (SADER, 1986), as experiências funcionaram como condição de possibilidade para a ampliação da consciência política, que, por sua vez, foi mediada pelas entidades de representação, tais como a Comissão Pastoral da Terra, os clubes de mães e de jovens, e os sindicatos.

Dona Maria Querubina, uma das primeiras lideranças femininas e camponesa-quebradeira de coco do município de Imperatriz (MA), explicou sobre o processo de formação política das famílias camponesas. Ressaltou que ao chegar à região, na década de 1970, havia uma movimentação em torno da temática do sindicato, em grande medida estimulada pela Igreja, representada pelo Frei Rogério, que promovia encontros explicando o significado e a importância do sindicato, e instigava os camponeses e trabalhadores rurais a criarem e participarem deles.

Antes de participar dos sindicatos, as camponesas participavam de espaços de interação criados pela Igreja, como as reuniões dos Clubes de Mães e Clube de Jovens<sup>5</sup>. Esses espaços eram utilizados para a socialização dos problemas enfrentados no cotidiano dos povoados e das unidades familiares. O padre e as irmãs procuravam explicar o Evangelho trazendo-o para a realidade do campo. Além de discutirem as questões de gênero que surgiam nas conversas.

De forma semelhante aconteceu na porção Tocantins do Bico do Papagaio, onde as lideranças do movimento de mulheres tiveram a formação política orientada pelo Pe. Josimo, nas reuniões da Igreja. Dona Luzanira Ferreira Lima contou como se envolveu nos movimentos e como acontecia a formação:

Eu comecei eu tinha 14 anos. Eu comecei a trabalhar como representante da comunidade. Eu era representante da comunidade em que eu morava. Era uma comunidade chamada Boa Esperança. Aí, quando eu tinha 14/15 anos, nós começamos a organizar o movimento das companheiras da nossa idade. Nós começamos dentro da Igreja esse movimento de luta: todas nós que somos da liderança hoje tivemos uma formação bíblica. Nós estudávamos e a cada quinze dias, um mês, nós nos reuníamos na Igreja. Aí depois da formação da Igreja, eu entrei no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e eu já tinha meus 18 anos quando comecei a fazer parte da chamada Delegacia Sindical. A gente tinha as reuniões com os sócios na sede e chegava e repassava para os trabalhadores, nem ainda

---

<sup>5</sup> Os clubes de mães e de jovens faziam parte das ações da CPT, no campo e na periferia das cidades. Figueiredo (2005) também enfatiza a importância desses espaços para a formação política das camponesas-quebradeiras de coco da região do médio Mearim, no estado do Maranhão.

que fossem associados, mas já era uma forma de estar conscientizando eles para poderem se associar no Sindicato. [...] Além da Igreja, como eu falei, a nossa semente quem germinou foi o Pe. Josimo, que quando ele era vivo, ele fazia um trabalho com a Comissão Pastoral da Terra em todas as comunidades. Tinham comunidades que eram um pouco mais avançadas, não tinham medo, mas na minha comunidade o povo era todo medroso. Tinha só um senhor chamado Miguel que tinha coragem de ir para as reuniões e trazia as informações e aquilo começou a me encorajar. Minha família toda foi contra, brigava porque viam todo o povo morrendo, se matando, fugindo de casa e eu metida naquele movimento [...] <sup>6</sup>.

O depoimento reforça a importância da Igreja no processo de conscientização e formação política das famílias. Ressalta-se que desde cedo as jovens (e os jovens) se envolviam nos debates sobre as questões das comunidades. É interessante notar que as famílias tinham medo de participar das reuniões, considerando a intensa violência e ameaça a qual estavam submetidas. Para participar dos movimentos, da Igreja e do Sindicato, dona Luzanira teve que contrariar toda a família. Se, por um lado, enfrentou o medo, por outro, também se defrontou com o preconceito e a invisibilidade imposta pela estrutura de poder controlada pelos homens camponeses.

Tradicionalmente, os teóricos do campesinato têm definido essa classe social a partir da relação entre a terra, o trabalho e a família. Voltado para a sua própria reprodução, o trabalho familiar na terra é o elemento definidor do campesinato (CHAYANOV, 1985; SHANIN, 1988; OLIVEIRA; 1991; BOMBARDI, 2005). A reprodução da unidade econômica familiar ocorre a partir do equilíbrio estabelecido entre a unidade produtiva e a unidade consumidora, como mostrou Chayanov (1985) e Shanin (1988).

Para alcançar o equilíbrio da unidade econômica camponesa, o trabalho familiar é organizado a partir da divisão sexual do trabalho no interior da unidade. A divisão é pautada numa hierarquia familiar, em que o homem assume o papel de “chefe de família”, responsável principal pelas atividades produtivas e o detentor do poder de decisão e representação. À mulher cabe o controle da casa e do quintal, isto é, da unidade de consumo. E os filhos e filhas acompanham os pais nas atividades, como forma de adquirirem os conhecimentos relacionados às respectivas funções.

De acordo com essa divisão de trabalho, às mulheres camponesas são atribuídas funções limitadas. Na época da colheita da roça, o seu trabalho, juntamente com os dos filhos, era considerado como uma “ajuda”. Durante muito tempo, no trabalho de extração e da quebra do coco babaçu, as mulheres não dominavam o produto e nem a renda obtida com a comercialização. Muitas delas realizavam o trabalho e o produto era comercializado pelo marido camponês.

---

<sup>6</sup> Entrevista com dona Luzanira Ferreira Lima, liderança da Associação de Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP), em 14 de outubro de 2016.

Em *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, Woortmann e Woortmann (1997) buscaram revelar a lógica interna do trabalho camponês ao ressaltaram que:

[...] o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero. [...] O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 7).

A divisão sexual do trabalho no interior da unidade familiar refere-se a uma forma específica de ver o mundo e a natureza. De acordo com essa visão, o homem, o “chefe” da família, é o detentor do saber, isto é, do conhecimento necessário para a realização da produção. Como a produção é central no processo de reprodução da família, e o “chefe da família” domina todo o trabalho produtivo, ele exerce o poder na hierarquia familiar. O poder é exercido por quem detém o saber “técnico”.

Como “donos” do saber dentro da hierarquia familiar, aos camponeses também são atribuídos o papel de representante da unidade nas organizações, associações e sindicatos. São os que definem os rumos da unidade, com direito de se manifestarem, contestarem e votarem nas reuniões e debates. Diferente da situação vivenciada e narrada pelas camponesas, que se mantiveram e, ainda se mantêm em certa medida, como dependentes e obedientes aos seus companheiros, sem o direito de decisão no âmbito da unidade familiar e territorial.

Os problemas que afligem as mulheres camponesas são tidos como de menor importância. Em depoimentos, elas destacam a agressividade e a falta de respeito que sofreram, e ainda sofrem, nos espaços domésticos e de interação, pelos camponeses e pelos seus próprios companheiros. Durante muito tempo, em reuniões para tratar sobre as questões da unidade territorial, as funções das camponesas reduziram-se à limpeza e a servir café aos representantes da unidade.

As lideranças entrevistadas na região do Bico do Papagaio, dona Maria Querubina da Silva Neta e dona Terezinha de Souza Cruz, do município de Imperatriz (MA); dona Eunice da Conceição Costa, do município de Cidelândia (MA); dona Luzanira Ferreira Lima e dona Beliza da Costa Souza, respectivamente, de São Miguel do Tocantins (TO) e Sítio Novo (TO); e dona Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira, de São Domingos do Araguaia (PA), ressaltaram a invisibilidade, o silêncio e a falta de reconhecimento imposto pelos companheiros, camponeses e trabalhadores rurais dos sindicatos.

As mulheres eram dependentes dos maridos e tinham uma “carteirinha de dependente”, símbolo da sujeição feminina à figura masculina. Revoltada com tal situação, Dona Maria Querubina revela que à medida que se conscientizavam acerca da condição de subalternização no interior da própria fração da classe, da própria unidade territorial e familiar, as camponesas se rebelavam.

[...] a gente desencadeamos aqui uma senhora de oposição do sindicato, aí ia para lá, ia para cá, tinha eleição, perdia. Ai tornava a continuar, ai tornava, ai chegava o tempo de eleição, opa... Confusão, metia chapa e o povo não queria, compramos uma guerra com esse negócio de associar mulher. Mas mulher não se associava, no sindicato associação de mulher começou aqui em Imperatriz, mas trabalhadora rural não associava no sindicato não, era dependente do marido, carteirinha de dependente, não votava e nem era votada, só era para comprovar que era dependente do marido. Ai na minha casa deu uma briga, porque eu disse que eu não queria carteira de dependente, documento meu é meu, eu não sou dependente de ninguém. Ah... O “caba” disse “eu deixo de ser seu esposo”, “então vai deixar, porque eu não quero carteira de dependente de jeito nenhum”. Aí na primeira taboca de associação de mulher, me associei logo, me desentendi muitas e muitas vezes com o marido, com o companheiro. A gente sempre queria aparecer nas discussões, era muito difícil. Nós eramos quatro mulher daqui, era eu; a Raimundinha do Tony do gavião; a dona Nenê, mãe do Luizinho de São Pedro da Água Branca (Foi a primeira mulher que começou a participar); aí depois veio a mulher do Marajuba, aí depois foi a Maria do Cabelão, e tinha umas, um bocado delas ficou no meio do caminho [...] <sup>7</sup>.

Dona Querubina conta que, insatisfeitas com as situações de dependência e invisibilidade, as camponesas passaram a contestar a “ordem” imposta e lutar pela mudança dessa estrutura de poder. Mobilizaram-se e organizaram uma chapa para disputar a direção do sindicato, e depois de sucessivas derrotas, conseguiram assumi-la. No controle do sindicato, a primeira medida tomada foi a eliminação da “carteirinha de dependente” e a institucionalização da associação das mulheres camponesas junto à entidade de representação.

A partir da associação das mulheres camponesas aos sindicatos, o debate e o processo de conscientização ampliaram-se, atingindo a estrutura de poder tradicional. Muitos camponeses, maridos, passaram a proibir a participação das suas esposas nas reuniões como estratégia de desmobilização. O preconceito, a invisibilidade e o silêncio continuaram, o que levou à mobilização das mulheres para a criação de entidades, organizações e associações especificamente das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

## **2. A CAMPONESA-QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU E A CONSTITUIÇÃO DAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO**

A intensificação da apropriação privada das terras na região do Bico do Papagaio, que ocasionou o “cercamento” das terras públicas de uso comum pelas famílias, também foi responsável pelo aprisionamento do coco babaçu, extraído tradicionalmente para a alimentação. As camponesas tinham maior discernimento sobre as consequências desse aprisionamento, para si e para a unidade familiar, porém, não tinham direito à voz.

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada com dona Maria Querubina da Silva Neta, no PA Conceição (Imperatriz/MA), em 24 de janeiro de 2015.

Com as experiências vividas no cotidiano, bem como as formações realizadas no âmbito dos clubes de mães e no próprio sindicato, as camponesas foram adquirindo maiores conhecimentos, como bem frisou dona Maria Querubina. Assim, passaram a exigir mais espaço para manifestarem suas opiniões e demandas, principalmente em relação ao aprisionamento e devastação do coco babaçu, e a falta de uma “política do preço” que garantisse renda mínima na produção do produto. Entretanto, esse espaço continuou sendo negado dentro do sindicato.

As camponesas-quebradeiras e as trabalhadoras rurais e “de ponta de rua” que quebravam coco, conseguiram “redescobrir a dignidade humana”<sup>8</sup> por meio dos encontros de formação realizados pelas igrejas, sindicatos e partidos de esquerda. Com essa redescoberta passaram a conhecer o seu direito, o direito e o dever de lutar por este direito. De acordo com Scherer-Warren (1993), esse é o primeiro requisito para a formação de um movimento social:

o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da redescoberta) de um indivíduo total (SCHERER-WARREN, 1993, p. 69-70).

Diante do contexto de privação do acesso ao babaçu, bem como o silêncio imposto pelos companheiros no sindicato e o reconhecimento de situações comuns vividas por outras camponesas-quebradeiras de coco babaçu urgiu-se a necessidade da criação de um movimento coletivo especificamente de quebradeiras de coco. Um movimento que lutasse pela autonomia e reconhecimento do trabalho e a melhoria das suas condições de vida.

No sindicato, dona Cledeusa<sup>9</sup> destacou que o máximo de abertura que tiveram foi a criação de uma “secretaria da mulher”, porém sem grandes avanços. Continuaram invisibilizadas. Como coordenadora do MIQCB, no Sudeste do estado do Pará, ela explicou o surgimento do movimento das quebradeiras de coco nessa região.

O movimento de quebradeiras de coco nasceu em todos os lugares devido às mulheres sentir que dentro do sindicato a gente não tinha oportunidade de colocar nossos problemas, então a hora de nós falar era como um informe, dizia, botava lá na pauta informe das mulheres. Na hora que estava findando a reunião, todo mundo já estava saindo era que eles iam dar permissão pra nós falar os informes. Aí a gente se sentiu... Começou todo o movimento de mulher do Brasil inteiro, o nosso presidente do sindicato dessa época se interessou por isso de mandar as mulheres participar do encontro, teve a nossa companheira, foi lá do Brasil na primeira viagem das mulheres, nossa representante foi. Quando ela chegou não podia nem pôr em prática o que ela aprendeu lá, porque o sindicato não permitia. Então nós pensamos assim: “O que nós vamos fazer? Nós vamos criar um grupo de mulheres.” A ideia do sindicato era uma secretaria da mulher, mas que também não tem vez, porque aqui quem tem vez são os homens né? Elege a gente, mas nunca dá espaço pra gente trabalhar, pra gente expor os nossos problemas, não, a

<sup>8</sup> Ver Scherer-Warren (1993).

<sup>9</sup> Entrevista com Dona Cledeusa Maria Bezerra Oliveira, em 7 de outubro de 2016.

gente continuava aquela coisa da omissão da mulher. Aí, criando esse movimento, quando se começou a discutir a questão de gênero, começou a se discutir essa questão da estabilidade da mulher, aí nós montamos o sindicato, nós têm que ter um grupo próprio nosso para mulher falar dos seus problemas, para mulher colocar o dela. Ela tem que tá fora do homem porque na frente do homem ela não ia falar. Antes quando era nossos encontros a mulher não ia falar que o marido dela impedia de ir pra reunião, não ia falar que apanhava, não ia falar que ela não tinha direito de falar nada, de ter nada, ela não ia falar na frente dele, então tinha que ser sozinha. Aí por aí as mulheres iam para reunião só pra conversar, elas têm que partir para parte de ter renda, de ter algo para apresentar como delas, como é que se diz assim empoderamento né, o empoderamento das mulheres é ter algo que ela diz: “Olha, eu sou empregada de um salário”. E as outras que não tinha? Se ela cria galinha quem vende é o marido, se ela quebra o coco ela dizia que não fazia nada, quem vendia era ele né, então, não tinha nada. Aí fomos e começamos o trabalho da conscientização com o nosso trabalho, nosso marido é lavrador, nós também somos, somos trabalhadora rural, mas a agricultura pertence a ele, os valores da renda né. E nós? Pra nós pertence a criação de pequenos animais e a nossa renda nunca passou.<sup>10</sup>

Diretamente relacionada à luta pelo fim da invisibilidade e do silenciamento, as camponesas passaram a defender uma renda própria como parte do processo de empoderamento feminino, já que, tradicionalmente, não acessavam a renda do seu próprio trabalho. Por isso, entenderam que seria fundamental para seu processo de empoderamento e reconhecimento, tanto no interior da unidade familiar como em toda a sociedade.

Por mais que as camponesas-quebradeiras de coco babaçu trabalhassem na coleta e produção do coco, e que essa produção gerasse renda para a aquisição dos produtos necessários à reprodução da família, o “chefe de família” continuava no poder da hierarquia familiar.

Woortmann e Woortmann (1997) mostraram que, no interior da unidade camponesa, por mais que a mulher trabalhe no plantio e/ou na colheita, o seu trabalho é considerado uma “ajuda” pelo homem. Portanto, o trabalho desempenhado fora dos limites da casa e do quintal é visto apenas como uma “ajuda”, um complemento à produção e à renda obtida pelo trabalho do “chefe de família”. É justamente contra essa estrutura de poder, e dos domínios simbólicos que a fundamenta, que as camponesas-quebradeiras de coco babaçu têm se levantado no movimento de contestação dessa ordem.

À medida que o babaçu era aprisionado e devastado pelos fazendeiros, por um lado, e explorado por empresas que surgiam na região, como a Tobasa Bioindustrial e a Ovil, por outro, a atividade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu ficava limitada. O preço do babaçu caiu consideravelmente, a concorrência com as empresas instalou-se. Com isso, segundo dona Maria Socorro Teixeira Lima, iniciou-se uma corrida pelo aumento do preço, buscando traçar uma

---

<sup>10</sup> Entrevista com Dona Cledeusa Maria Bezerra Oliveira, em 7 de outubro de 2016

política para ele. Tal fato desencadeou o surgimento do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu<sup>11</sup>, como frisou a interlocutora:

P: E quando vocês começaram a se organizar?.

Maria do Socorro: 1992.

P: E como foi? De onde surgiu essa ideia de se organizar?

Maria do Socorro: Surgiu porque apareceram as empresas. A gente vendia, né? Aquelas quebradeiras de coco vendia [sic] aqueles coquinhos, alguém carregava para algum lugar e da nossa parte, no Maranhão, Tocantins, para acolá, tinha uma usina que fazia sabão que chamava Ovil e tirava o óleo do coco e fazia sabão que comprava. Aí, a gente foi e abaixou o preço e acabou, e relaxou mesmo. Aí, a gente começou se organizar para correr atrás de preço e aí, começou a discutir e a gente criou essa organização das quebradeiras por essa causa. Para impedir as derrubadas, porque os fazendeiros derrubavam por conta, porque não era uma coisa de valor para eles e também para a melhoria do preço em respeito a quem usava, a quem vivia, a quem almoçava, a quem jantava e sobrevivia do babaçu.

P: O que motivou a formação do movimento, essa associação de mulheres?

Maria do Socorro: Foi a defesa das palmeiras e do preço. A gente queria levantar a política de preço, queríamos que tivesse valor a nossa profissão de quebradeira de coco e a gente se organizou porque, o sindicato não puxava, não discutia, o sindicato não queria nem mulher lá nos sindicatos, as mulheres se aposentavam como dependentes dos maridos naquela época. Mulher não tinha nada, então, nos reunimos e fomos criar nosso espaço. Criamos, e depois da ASMUBIP e o MIQCB, a gente foi se capacitando e fomos tomando o sindicato. Tomamos o sindicato e hoje as quebradeiras estão dentro de tudo, como tu viu aí, as quebradeiras estão longe. E a gente conseguiu os preços da amêndoa, conseguiu os preços dos produtos do babaçu.

A gente divulgou, brigamos com a universidade, fez o que pôde, porque eles teimavam com a gente por serem estudiosos e nós não, mas cada quem tem os seus conhecimentos: nosso conhecimento, se nós cortávamos aqui colocava o mesocampo para sarar. Estava botando muito sangue, raspava a palmeirinha e botava a pelinha ali para cortar o sangue. E todos os nossos conhecimentos que a gente dizia, eles passavam por cima que eram estudiosos. Mas a gente brigou e venceu. A gente conseguiu e estamos aí na política.<sup>12</sup>

Além do combate à devastação dos babaçuais e a busca por uma “política do preço” para manter a atividade de extração e produção do babaçu voltadas para a reprodução da vida de muitas famílias, dona Maria do Socorro destaca outros elementos-chave para a compreensão do surgimento do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, da luta traçada e de algumas conquistas. Um primeiro elemento é a luta pela afirmação e reconhecimento da identidade ‘quebradeira de coco-babaçu’, referenciada pela seguinte expressão: “Queríamos que tivesse valor a nossa profissão de quebradeira de coco e a gente se organizou”. Ou seja, considerando a opressão e a dependência vivenciada no sindicato, criar um espaço especialmente das mulheres camponesas-quebradeiras de coco babaçu era o primeiro passo para a valorização e emancipação feminina.

<sup>11</sup> Entendo que o Movimento das Quebradeiras de Coco-Babaçu não se restringe a uma entidade de representação apenas, como a Assema, o Miqcb, e a Asmubip, mas é o conjunto dessas entidades em ação, ora coletivamente ora separadamente, que dão vida ao Movimento.

<sup>12</sup> Dona Maria do Socorro Teixeira Lima é atual coordenadora do MIQCB, da regional do Tocantins (no Bico do Papagaio). A entrevista foi concedida na ocasião de uma reunião de capacitação de lideranças das quebradeiras de coco-babaçu de todas as regionais do MIQCB, realizada em São Luís (MA), no dia 7 de junho de 2017.

A busca pela emancipação das camponesas-quebradeiras de coco babaçu é, portanto, de cunho social, econômico e político, o que apresenta um segundo elemento-chave para a compreensão do Movimento: com a criação do seu espaço político, como a Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), suas ações, demandas, lutas e resistências ganharam maior visibilidade em escala local, regional, nacional e internacional, colocando-as diretamente na “arena” política de disputa por direitos humanos e territoriais.

Como um terceiro elemento-chave para o entendimento do Movimento, dona Maria do Socorro Teixeira Lima destaca a ampliação da participação das camponesas-quebradeiras de coco babaçu em diversos espaços de debate, luta e o conhecimento e reconhecimento que têm conquistado, os quais eram inadmissíveis antes da sua organização e mobilização. Consideram uma grande conquista, visto que, durante muito tempo, a atividade de extração e produção do babaçu foi vista como sinônimo de pobreza e miséria (ANDRADE, 1968; VALVERDE, 1957), envergonhando muitas camponesas dependentes do coco para sobreviver. Além dessa conquista, salienta ainda a “política do preço” que conseguiram obter junto ao Estado.

Essa mobilização política pode representar a instituição de uma autonomia política, que possibilita às camponesas-quebradeiras de coco babaçu assumirem o papel de protagonistas das relações sociais, e dialogar, reivindicar e debater as políticas públicas de seus interesses (REGO, 2011), isso ocorre mediante a organização e mobilização pelo MIQCB e pela ASMUBIP<sup>13</sup>, que têm tecido suas ações com o apoio de Organizações Não Governamentais (Ongs) nacionais e internacionais, além de parcerias com universidades e pesquisadores.

Com motivações muito semelhantes, a ASMUBIP e o MIQCB surgiram a partir da organização das mulheres no Bico do Papagaio, em 1992; e nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, em 1991, respectivamente, como entidades de representação. A primeira com uma atuação mais local, e a segunda a nível interestadual.

A ASMUBIP foi criada como uma reação das mulheres à exclusão que sofriam nos sindicatos, ainda que tenham participado da sua criação. Possui duas linhas de ação principal: o Projeto Mulher e o Projeto Babaçu. Segundo dona Luzanira, a primeira linha foi a que motivou a discussão inicial da criação da entidade, pois, além da exclusão do espaço do sindicato, as mulheres eram oprimidas nos espaços domésticos também.

A interlocutora chamou atenção para a situação de subalternidade vivenciada pelas mulheres da região do Bico do Papagaio, ressaltando as ações desenvolvidas pela ASMUBIP para

---

<sup>13</sup> Apesar da existência de outras entidades de representação especificamente das camponesas-quebradeiras de coco ou com participação ativa, como a Assema, a AMTR e o Movimento de Mulheres da Palestina, dentre outros, priorizou-se o MIQCB e a Asmubip, pois atuam diretamente na região do Bico do Papagaio.

conscientizar as famílias e provocar uma mudança social. A partir dos seus relatos, nota-se o caráter revolucionário das ações do movimento das camponesas e trabalhadoras rurais quebradeiras de coco, promovendo uma verdadeira “revolução no cotidiano” (KÄRNER, 1987), no sentido de buscar a realização de uma existência cotidiana digna de viver.

[...] Esse processo inclui a possibilidade de ensaio de formas de comportamento a longo prazo – e não apenas num sentido econômico – e de desenvolver níveis da existência, que embora não realizem ainda o ideal de uma sociedade horizontal, não-hierarquizada e igualitária, o tornem mais próximo, sob condições específicas. [...] Significa tratar de criar, de viver mais humanamente, não mais se deixar alienar dos outros, realizar diariamente atos de solidariedade, pensar e se comportar como se estivessemos vivendo numa verdadeira democracia (KÄRNER, 1987, p. 33).

O segundo projeto de ação desenvolvido é o Projeto Babaçu, que não se restringe ao babaçu em si, envolve também um conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias nas suas unidades territoriais, tais como hortas, criação de abelhas, porco, galinha e gado (com o limite de 10 cabeças). Esse foi um meio encontrado pela associação para diversificar a produção, valorizando os recursos existentes nas unidades.

Até o processo de organização e mobilização das quebradeiras de coco, a produção do babaçu consistia apenas na venda das amêndoas e na produção de sabão e azeite para o consumo. Após a criação das entidades de representação, como uma expressão da ampliação da consciência de si e do outro, e, portanto, da politização do conhecimento das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, elas passaram a dialogar com os conhecimentos científicos e produzir outros produtos, tais como o mesocarpo, o sabão (mais elaborado), a torta, o óleo *in natura*, o azeite (mais refinado) e o artesanato.

Assim como a ASMUBIP, o MIQCB também surgiu a partir de preocupações com a questão de gênero, preservação dos babaçuais, produção e comercialização dos produtos do babaçu. O marco da criação desse Movimento foi o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, realizado em 1991, em São Luís (MA). O encontro foi articulado pelas entidades assessoras das quebradeiras, um ano antes, juntamente com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão (CENTRU), a Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FATAET), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e o Centro de Educação Popular Esperantina<sup>14</sup>.

O I EIQCB foi organizado a partir da necessidade de promover a socialização e troca de

---

<sup>14</sup> Informações do relatório do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco-Babaçu (MA/TO/PA), realizado nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 1991, em São Luís (MA). Fonte: RELATÓRIO (2009).

experiências entre as camponesas, trabalhadores rurais e das periferias urbanas que sobreviviam do coco babaçu, a fim de identificarem as questões que lhes eram comuns, buscando o fortalecimento enquanto uma fração de classe social e, de forma coletiva, planejar ações para combatê-las e traçar as pautas de lutas. Nesse primeiro encontro, foram destacados como principais problemas a questão da desvalorização e silenciamento das “quebradeiras” no âmbito dos sindicatos, a violência, a falta de terra, o cercamento dos babaçuais e a falta de uma política do preço do babaçu. A partir da identificação desses problemas elencaram-se a luta pela terra e pelos babaçuais como a pauta central do Movimento<sup>15</sup>.

### **3. A LUTA DAS CAMPONESAS-QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E AS ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO**

A atividade de extração e produção do babaçu faz parte da “experiência histórica” (THOMPSON, 1981) das camponesas e trabalhadoras rurais e de “ponta de rua”<sup>16</sup> da região dos babaçuais, repassada de geração a geração. A luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu nasce, portanto, a partir dessa experiência cotidiana, e data desde os seus antepassados. Porém, somente a partir de meados da década de 1980, ganhou caráter político-territorial mais expressivo, com o surgimento de associações e movimentos contrários às ações destrutivas do capital e em defesa dos recursos naturais.

Um evento que contribuiu para a afirmação e o fortalecimento do “Movimento das Quebradeiras de Coco” foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente (a Eco-92), realizada no Brasil. Reuniram-se entidades nacionais e internacionais para discutir a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, capaz de impor limites aos avanços destrutivos do capital. Na ocasião, muitos acordos e parcerias foram firmados, com a elaboração de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos “povos da floresta”, tais como os camponeses denominados seringueiros e quebradeiras de coco. Projetos oriundos de ONGs, instituições públicas e privadas, que permitiram a aquisição de recursos financeiros para serem investidos no fortalecimento dos Movimentos. Entre os financiadores destacam-se a *Actionaid*, *War on Want*, o Fundo Natura, a *Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt - ASW*, a Pão

---

<sup>15</sup> Ver os relatórios dos primeiros encontros do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu. Fonte: RELATÓRIO (2009).

<sup>16</sup> É importante destacar que muitas trabalhadoras rurais tiveram contato com o coco babaçu a partir de outras gerações, com um saber-fazer transmitido por suas mães e avós. Além disso, muitas dessas trabalhadoras passaram por processos de expropriações e sobrevivem atualmente como trabalhadoras, diaristas, recebendo o pagamento em forma de diárias e por produção. As mulheres “de ponta de rua” são trabalhadoras de cidades periféricas, que acessam as palmeiras de babaçu em áreas relativamente próximas do perímetro urbano, como mostrou Shiraishi Neto (1997).

para o mundo, dentre outras, como mostram os relatórios dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco (RELATÓRIO, 2009).

A partir desses contatos, o movimento das camponesas-quebradeiras de coco babaçu conseguiu maior visibilidade acerca das situações vivenciadas, bem como alianças por meio de projetos que possibilitaram a aquisição de recursos financeiros de entidades, ONGs e instituições públicas e privadas. Os investimentos obtidos foram destinados ao fortalecimento da estrutura de produção e comercialização dos produtos do babaçu. Com esses recursos, por meio do MIQCB e da ASMUBIP, as camponesas-quebradeiras passaram a investir na criação de estruturas capazes de garantir maior produtividade, agregação de valor e autonomia na comercialização dos seus produtos. Segundo dona Cledeneusa:

[...] com o projeto, foi feito um projeto nas entidades, não é nem do governo. Agora que tem entidade do governo como o Ministério da Agricultura que ajuda, que já ajudou, que foi feito projeto, mas antes foram as entidades, como é que eles chamam? As ONG's, né? Então elas, que a gente fazia os projetos, vinham conhecer no Brasil o trabalho das mulheres, e o nosso estava organizado já o movimento. Aí então fazia um projeto x pra comprar tantas panelas, tantas forrageiras, tantas bacias, toda a tralha que a gente precisa. Então, o mesmo tanto que comprar para o Maranhão, vai comprar para o Piauí, vai comprar para o Pará, vai comprar para o Tocantins, o tanto de grupos que nós temos, vai ser o tanto de objetos que vai ser comprado<sup>17</sup>.

O MIQCB é organizado por meio de regionais, em cada estado (Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará) existe um escritório, isto é, uma regional. Em alguns estados, como no Maranhão, há mais de uma regional devido à sua extensão geográfica e à área correspondente aos babaçuais. Para montar a estrutura das regionais, os recursos financeiros obtidos com os projetos foram importantes, como relatou dona Cledeneusa. Por meio de oficinas, as camponesas-quebradeiras de coco babaçu identificaram as principais demandas das regionais e planejaram propostas de ações para supri-las.

Com a criação da Asmubip, o dinheiro dos projetos foi investido na criação de cantinas nas unidades territoriais. Elas funcionavam como um ponto comercial, em que as famílias das sócias trocavam coco-babaçu por produtos que não produziam. Também podiam comprar os produtos com um desconto específico para as associadas. As cantinas funcionaram como uma estratégia para quebrar o poder dos atravessadores, ao passo que dinamizavam a produção do grupo produtivo. O coco recolhido nas unidades era vendido para a empresa Tobasa Bioindustrial de Babaçu SA<sup>18</sup>. Porém, essa estratégia não durou muito tempo, segundo dona Belisa e dona Luiza,

<sup>17</sup> Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, realizada em 7 de outubro de 2016.

<sup>18</sup> A empresa Tobasa Bioindustrial de Babaçu S.A durante muito tempo comprou o babaçu das camponesas-quebradeiras de coco. Localizada no município de Tocantinópolis, ela realiza a industrialização integral do coco-babaçu na produção de óleo, torta proteica, biomassas energéticas, farinha amiláceas, álcool amiláceo e carvão ativado.

a duração foi de dois anos apenas, pois tiveram problemas administrativos e acabaram fechando as cantinas.

Quando nós criamos a associação da Asmubip, aí com o projeto que foi feito, nós montamos a cantina. Nessa cantina a mercadoria era mais barata para as sócias e ficava mais cara para as não sócias. A cada mês a gente fazia com que aumentasse um produto vendável na cantina, então foi o que fizemos todo mês. Mas aí essa nossa cantina foi à falência [...]. Aí caiu, acabaram com a cantina da Asmubip<sup>19</sup>.

Em virtude da falência das cantinas, as camponesas-quebradeiras de coco babaçu do MIQCB decidiram criar as cooperativas. Considerando-as como uma estratégia importante para o fortalecimento da economia, na medida em que buscariam ampliar a produção e controlariam a comercialização. Elas inspiraram-se nas cooperativas situadas nos municípios do Lago do Junco (Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ), e Esperantinópolis (Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP) na região do Mearim, no Maranhão, que produzem e comercializam o mesocarpo e o óleo de babaçu por meio de uma cooperativa.

A cooperativa da região do Bico do Papagaio foi criada a partir da formação de grupos produtivos de camponesas-quebradeiras de coco babaçu nas unidades territoriais. Os quais passaram a produzir principalmente azeite, mesocarpo e artesanato, e vender para a cooperativa responsável pela comercialização. O grupo produtivo é formado por 12 a 15 camponesas da unidade, pois nem todas participam<sup>20</sup>. As que compõem o grupo têm uma participação ativa nas duas entidades de representação, a ASMUBIP e o MIQCB.

Por meio dos projetos de financiamentos, o Movimento conseguiu manter um fundo de renda para adquirir os produtos. Quando falta algum produto numa regional, os grupos se mobilizam e compram de outras regionais. No caso da regional do MIQCB no Pará, é comum a coordenadora, dona Cledeneusa, comprar os produtos do grupo produtivo do Tocantins para comercializar na feira do município de Marabá, aos domingos.

Durante muito tempo, a produção do babaçu permaneceu restrita à produção do azeite, sabão e venda das amêndoas. Mas, a partir da organização e mobilização das camponesas-quebradeiras nos movimentos sociais e associações, a produção foi se diversificando. Passaram a dialogar com as instituições científicas no sentido de aperfeiçoarem a produção e os conhecimentos acerca das propriedades que compõem o babaçu, os seus produtos e os benefícios. A diversificação

---

<sup>19</sup> Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

<sup>20</sup> Ainda existem muitas camponesas-quebradeiras de coco babaçu nas unidades territoriais que resistem ao processo de mobilização, optando por produzir no âmbito da unidade familiar, principalmente, para o consumo, mas podendo vender individualmente também.

produtiva funcionou como uma estratégia de fortalecimento das camponesas-quebradeiras de coco e do seu processo de reprodução social (ROCHA, 2011).

Antes da organização, mobilização e luta das camponesas, o azeite era produzido rusticamente, especificamente para o consumo. Posteriormente, com os recursos obtidos por meio das parcerias, as associações foram adquirindo máquinas, como prensas e forrageiras, que facilitaram a produção do azeite e o tornaram de melhor qualidade, como foi ressaltado nas entrevistas. Dona Cledeneusa, coordenadora da regional do MIQCB Pará, explicou essa situação:

É um processo assim... Consegui, uma grande vantagem também, que antes só tinha azeite pisado no pilão, então a gente produzia um azeite bem escuro, porque fica mole pra gente poder pisar no pilão né? Quando o coco tá bem torrado, ele amolece bem pra gente fazer o azeite, ele rende mais, aí a gente tinha muita dificuldade que tinha que pisar aquele coco no pilão. Então, com a organização, foi feito os projetos para ajudar, então esse projeto trouxe para cada grupo uma forrageira, umas panelas, então isso é um incentivo que o movimento pôde dar para as mulheres, né? Construimos as unidades, não é muito boa, mas cada grupo tem uma casinha construída para guardar as suas coisas lá e ser um local só para aquele objetivo de trabalhar com o babaçu, e onde as mulheres se reúnem para discutirem seus trabalhos, seus problemas<sup>21</sup>.

Apesar das tentativas de mecanização do processo de beneficiamento do coco realizadas nas décadas de 1960 e 1980, mostradas por Valverde (1957) e Andrade (1968), há uma resistência na manutenção das práticas costumeiras.

Atualmente, embora tenham recebido incentivos que melhoraram o processo produtivo, pelas máquinas e equipamentos adquiridos, o processo da quebra do coco não mudou. Continuou realizada com o machado preso numa das pernas das camponesas, com a lâmina virada para cima, onde o coco é colocado, e recebe os golpes, que o parte ao meio. Depois, cada parte é cortada para que a amêndoa seja retirada com facilidade. A amêndoa é torrada no fogareiro, em seguida, triturada no pilão, e cozida até gerar o azeite.

O mesmo aconteceu com o sabão. Antes, era realizado somente com o azeite e a soda, mas, a partir do contato com os pesquisadores universitários, as camponesas aprenderam novas técnicas e novos ingredientes foram acrescentados ao produto, o que possibilitou a melhoria da qualidade, como relatam os depoimentos.

O artesanato foi uma iniciativa para envolver os jovens e reaproveitar os cocos velhos. À medida que os cocos envelhecem, surge uma larva, conhecida como gongo. O azeite não pode ser produzido com esse coco, pois o sabor é alterado, fica com “ranço” na linguagem popular. O artesanato é, portanto, uma forma de aproveitar o coco “gongado”, ou seja, infestado pelo gongo.

---

<sup>21</sup> Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, realizada em 7 de outubro de 2016.

No povoado Juverlândia, o grupo produtivo do artesanato é coordenado por Andreina Xavier Fernandes de Souza. Em depoimento, ela informou que, por meio do projeto Pindova<sup>22</sup>, conseguiu adquirir uma máquina lixadeira e um torno para cerrar o coco e produzir os artesanatos. Com a venda dos produtos, como brincos, cordões e capas de almofadas, elas compram os materiais para continuarem a produção.

No município de São Miguel do Tocantins (TO), na unidade Olho d'Água, dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues parou de quebrar coco por motivos de saúde, e agora trabalha com a produção do artesanato. Produz, dentre outros artefatos, abanos<sup>23</sup>, descansos de panela, porta-canetas, porta-copos, porta-garrafas e cofrinhos. Os artesanatos são comercializados nos eventos, nas feiras e para a Secretaria de Cultura do município.

A produção do mesocarpo ganhou destaque também. Ela consiste numa massa localizada entre a amêndoa do babaçu e a casca, a qual é beneficiada em forma de amido, e comercializada para a produção de alimentos, como mingau e bolos, além de servir como remédio contra gastrite e diarreia.

Segundo Rocha (2011), a organização da produção do mesocarpo no Bico do Papagaio foi uma iniciativa da ASMUBIP, por meio do Projeto Babaçu e financiado pela Petrobras, como forma de fortalecer a atividade extrativa na região. A autora cita a experiência da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), em que o mesocarpo é comercializado, por meio dos programas governamentais, destinando-o para a alimentação nas escolas públicas. A Casa do Mesocarpo foi construída na propriedade familiar Olho d'Água, com o objetivo de ampliar a produção. As camponesas iniciaram a atividade, mas tiveram que parar, e adequá-las às exigências da Vigilância Sanitária para comercializar o produto. Apesar da Casa do Mesocarpo não estar funcionando, algumas camponesas o produzem em suas próprias residências.

Diferente da produção do azeite e do sabão, que são práticas repassadas de geração a geração nas unidades familiares, como meio de sobrevivência e como costume, a produção do mesocarpo, do artesanato e do carvão sustentável surgiu no contexto da luta pela valorização do babaçu. A diversificação produtiva é uma estratégia de fortalecimento da economia das camponesas-quebradeiras de coco, organizadas nos movimentos sociais e associações, como a AMTR, a ASSEMA, o MIQCB e a ASMUBIP, em coalisção com as ofensivas dos fazendeiros e empresas capitalistas que desmatam e devastam os babaçuais.

---

<sup>22</sup> Financiado pela Petrobras, o Projeto Pindova é uma proposta do MIQCB, em parceria com o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (UFPA). O objetivo do projeto é “promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de oportunidade de trabalho para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins” (Fonte: <https://www.miqcb.org/projeto-pindova>).

<sup>23</sup> Usado para acender o fogo do fogareiro.

O carvão sustentável é realizado a partir da casca do coco, dispensada após a retirada da amêndoa e do mesocarpo. Contrapõe-se ao carvão do coco inteiro produzido nas empresas, como a Tobasa Bioindustrial e as siderúrgicas produtoras de ferro-gusa. Produzir carvão do coco inteiro significa destruir as condições de possibilidade do aproveitamento e beneficiamento do babaçu no processo de reprodução social das camponesas-quebradeiras<sup>24</sup>. A carbonização do coco inteiro impede o aproveitamento da amêndoa, que produz o azeite e o óleo; do mesocarpo, que gera o amido; e do artesanato.

As mulheres camponesas-quebradeiras de coco babaçu travam uma luta histórica contra as ofensivas do capital e do machismo enraizado na sociedade brasileira. São sujeitas com grande potencial revolucionário, lutando duplamente pela autonomia e liberdade, desde o universo familiar à sociedade mais ampla, respectivamente contra a opressão masculina e os agentes capitalistas e suas ações destrutivas.

A partir da organização e mobilização das camponesas-quebradeiras, a produção do azeite, sabão, artesanato, mesocarpo e o carvão sustentável passaram a fazer parte de uma estratégia de reprodução social pautada não apenas na obtenção do alimento em si, mas na luta política pelo reconhecimento da diferença, pelo respeito e valorização do papel feminino na unidade familiar e na própria sociedade.

A luta dessa fração do campesinato brasileiro tem ganhado visibilidade a partir das tentativas de libertação do “coco preso” no processo de cercamento das terras. Por meio das suas experiências históricas, as camponesas-quebradeiras entendem que o babaçu é um bem comum, que não tem um dono específico, portanto, todos podem usufruí-lo. Nesse sentido, o seu aprisionamento, a cobrança de renda pelo uso e a proibição do livre acesso aos babaçuais é uma irracionalidade e violência no contexto da lógica da reprodução camponesa.

Os fundamentos da argumentação [...] são a necessidade da sobrevivência e também o fato de que os proprietários não haviam comprado babaçu e sim a terra, o que denota representações em torno da apropriação desse vegetal regendo sistemas de classificação dos recursos naturais. Tais fundamentos não excluem, também, princípios éticos, no âmbito do que poderia ser pensado como uma *economia moral dos pobres*. O fato de ser considerado um bem da natureza, independentemente da ação humana, fundamenta as concepções em torno da impossibilidade de sua apropriação privada, da absoluta interdição de sua transformação em mercadoria, em objeto de negócio (ANDRADE, 2005, p. 181).

As camponesas-quebradeiras apresentam uma consciência política e ambiental ampliada, adquirida ao longo das experiências históricas. Para garantir o uso do babaçu na reprodução social, e impedir os processos de desmatamento e devastação perpetrados pelos fazendeiros e empresas

---

<sup>24</sup> Realidade destacada pelas camponesas-quebradeiras de coco babaçu e por pesquisadores, como Almeida (2000).

capitalistas, elas colocaram em relevo a pauta da luta pelo livre acesso aos babaquais. Por meio de organizações e mobilizações passaram a pressionar as autoridades governamentais para a tomada de iniciativa diante dessa questão.

Como resultado dos conflitos e lutas reivindicatórias, por meio de ações como a tomada de praças públicas, passeatas, encontros, seminários e reuniões com as autoridades, as camponesas-quebradeiras de coco conquistaram a elaboração e aprovação da Lei do Babaçu Livre, em alguns municípios e estados. No estado do Maranhão, por exemplo, a Lei n. 4734, de 18 de junho de 1986, revogada com a Lei n. 7824, de 22 de janeiro de 2003, proibiu a derrubada das palmeiras de babaçu, inclusive estabelecendo multas para as infrações cometidas<sup>25</sup>. O estado do Tocantins aprovou a Lei n. 1959, em 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre a proibição da queimada, derrubada e uso predatório das palmeiras do coco de babaçu.

A aprovação dessas leis tem um significado especial para as camponesas-quebradeiras de coco babaçu, na medida em que, de um lado, reconheceu-se a existência dessa fração do campesinato, que se reproduz por meio de uma relação específica com os babaquais, e, de outro lado, demonstrou a dimensão política da sua luta.

Além da dimensão política, a aprovação da Lei do Babaçu Livre representa, também, o reconhecimento jurídico das camponesas-quebradeiras e suas demandas, como defendeu Shiraishi Neto (1997). O autor entende esse reconhecimento como a construção de normas de direitos a partir das experiências dessa fração camponesa. Para ele, o

[...] **babaçu livre** representa então uma “nova concepção” de direito em oposição ao Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, como também ao Direito Agrário, que impôs o caráter social da terra e não às palmeiras de babaçu, e ainda ao Direito Ambiental, que resume o ideal de preservação, pois tem como prevalência a cobertura vegetal em favor da própria propriedade, baseada este nas formas de acesso e uso comum das palmeiras de babaçu pelas chamadas quebradeiras de coco. (SHIRAISHI NETO, 1997, p. 45).

Essa “nova concepção” de direito está fundada, segundo o autor, numa concepção consuetudinária. As camponesas-quebradeiras resgatam experiências vivenciadas historicamente, afirmando uma identidade social como estratégia de luta. Ao mesmo tempo em que a resgatam como um costume herdado de outras gerações, também a ressignificam a partir do novo contexto social em que estão inseridas. Desse modo, entende-se como uma recriação voltada para as reivindicações de novos “direitos” (THOMPSON, 1998), como o direito ao livre acesso aos babaquais. Nesse sentido, as práticas da produção do babaçu como um costume exerce uma “função racional” (THOMPSON, 1998) reforçada no contexto da luta.

---

<sup>25</sup> Lei n. 7.824 de 22 de janeiro de 2003. Fonte: Disponível em: <[https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros\\_de\\_apoio/cao\\_meio\\_ambiente/legislacao/legislacao\\_estadual/Noticia1228A974.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia1228A974.pdf)>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo buscou-se pôr em relevo a luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio, analisando o processo de formação da sua identidade social, mobilização e estratégias de defesa da autonomia e liberdade da mulher e o livre acesso aos babaçuais.

Priorizando os depoimentos das mulheres que atuaram na frente da construção e mobilização da identidade social da camponesas-quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, destacou-se o processo de conscientização dos seus direitos a partir das “experiências históricas” vivenciadas ao longo de gerações. A partir da luta pela terra, as camponesas-quebradeiras conseguiram despertar como portadoras de força política e de direitos não reconhecidos e nem valorizados no interior das suas unidades familiares e entidades de representação, como os sindicatos. Com uma trajetória de silenciamento e invisibilidade, elas decidiram se organizar e construir suas próprias entidades representativas: o MIQCB e a ASMUBIP, saindo da condição de dependentes no interior dos sindicatos, e tecendo estratégias de fortalecimento e lutas em defesa do livre acesso aos babaçuais.

Dentre as estratégias de fortalecimento e luta em defesa da autonomia, liberdade e livre acesso aos babaçuais, o presente artigo destacou a criação das cantinas, grupos produtivos e cooperativas, como forma de aumentar a produção do babaçu e controlar a sua circulação. Além da extração da amêndoa, as mulheres produzem azeite, sabão, carvão, artesanato e extraem o mesocarpo. Por meio da ampliação do diálogo com as universidades, elas declararam a melhoria da qualidade dos seus produtos, e a conquista de uma “política do preço”. Por meio da construção da identidade social ‘quebradeiras de coco’, da mobilização e da luta, as mulheres conseguiram fraturar a estrutura fundiária concentrada e tradicional na região do Bico do Papagaio. A Lei n. 7824, de 22 de janeiro de 2003, que proíbe a derrubada das palmeiras de babaçu, no estado do Maranhão, e a Lei n. 1959, de 14 de agosto de 2008, no estado do Tocantins, representa uma grande conquista nesse sentido. Mas, muito embora tenham conquistado a aprovação dessa lei em alguns municípios, a luta continua. Essas mulheres reconhecem um longo caminho a percorrer, pois a Lei não tem garantido o livre acesso, uma vez que depende da implementação das autoridades, muitas vezes associadas aos interesses privados da região.

Se por um lado, o artigo destacou os avanços e conquistas econômicas dessa fração do campesinato brasileiro, por outro lado, também chamou atenção para o seu crescimento, reconhecimento e visibilidade política e cultural. Pautando-se na luta pelo babaçu, as mulheres reconheceram a sua força política e os seus direitos, assumindo o papel de protagonista de sua própria história, sendo capazes de transformar sua realidade dentro e fora da unidade familiar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaios Typhografia, 2000. p. 43-64.

AMARAL, M.D.B.A. **Reforma agrária e reconhecimento**: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

AMARAL, M.D.B.A. Das “terras de donos” às “terras livres”: registros da reprodução camponesa e da luta pela terra na região do Bico do Papagaio. **Campo-território**, v. 14, n. 32, p. 100-123, 2019.

ANDRADE, M. C. **Paisagens e problemas do Brasil**: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.

ANTRADE, M. P. Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Lusotopie Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l’histoire et de la colonisation portugaises**, v. 12, n. 1-2, p. 175-189, 2005.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classes e reforma agrária (a Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates nos babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Embrapa Amazônia Oriental/Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARX, K. **Para a crítica da economia política/Salário, preço e lucro/O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RELATÓRIO. In: VI ENCONTRO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: NOS BABAÇUAIS HÁ CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, 2009, São Luís. **Anais[...]**. São Luís: MIQCB, 2009.

ROCHA, M. R. T. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO)**: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SHANIN, T. **Natureza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editoria Anagrama, 1988.

SHIRAIISHI NETO, J. **A reconceituação do extrativismo na Amazônia**: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SADER, M. R. C. de T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe**: estudos sobre la crisis de La sociedad preindustrial. Barcelona: Editora Crítica (Grupo editorial Grijalbo), 1984.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Altusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALVERDE, O. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Brasília, ano 19, n. 4, 1957.

WOORTMANN, E. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

# OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO SUL DO AMAPÁ E SUAS METAMORFOSES RECENTES

Marlo dos Reis\*  
Roni Mayer Lomba\*\*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propôs a pesquisar a trajetória do movimento social dos camponeses do Sul do Amapá como um esforço de compreender, interpretar e publicizar a organização desses sujeitos coletivos articulados no Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS.

Este estudo é composto pelo embasamento histórico e conceitual dos movimentos sociais do campo, também pelas vozes de suas lideranças constituídas e de seus novos sujeitos – mulheres e juventude camponesa.

Neste sentido, há que se interpretar os desafios para a organização política dos movimentos sociais diante do cenário local, nacional e mundial, bem como dar voz aos demandantes por novas articulações provocadas pelo contexto atual. O recorte temporal do referido trabalho é de 1990–2016, como expressão da retomada da democracia direta no país, após duas décadas de ditadura militar, o contexto de governos recentes diante da escalada neoliberal globalizada sobre os Estados nacionais na atual fase de dominação capitalista, e a criação do Estado do Amapá com suas áreas protegidas na região Sul.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com lideranças dos movimentos sociais a fim de verificar as vozes desses sujeitos sociais que raramente são percebidos dentro das pesquisas, em especial a juventude e as mulheres.

Por compreender a importância dos camponeses como sujeitos coletivos, a complexidade de suas organizações e negociações de pautas e demandas, além da necessidade de dar visibilidade aos seus processos organizativos e inovações na luta social, este estudo se reveste de importância e ineditismo pelas metas assumidas.

Os sujeitos desta pesquisa são lideranças dos movimentos sociais organizados no Sul do Amapá, especificamente do CNS. As categorias centrais para este estudo são luta de classes, campesinato, território, movimento social, juventude, mulheres e extrativistas.

---

\* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Professor Assistente no Colegiado em Educação do Campo (UNIFAP). E-mail: marloreis@unifap.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9044-1955>

\*\* Pós-doutor em Ciências Sociais (UNPA/CONICET) e doutor em Geografia Humana pela USP. Professor Associado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: ronimayer@hotmail.com. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6062-6142>

## 1. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO AMAPÁ

Na Amazônia, a história da acumulação capitalista e da resistência campesina comporta especificidades próprias devido às características particulares dessa região. No século XX, as tentativas de integração basearam-se nos grandes empreendimentos públicos e privados que impactaram as condições de vida dos trabalhadores tradicionais como seringueiros, extrativistas e agricultores, aumentando a tensão e os conflitos existentes na região.

[...] nesse quadro de conflitos os índios, seringueiros, castanheiros e outros camponeses agroextrativistas emergem como novos atores políticos, que através das suas alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, vão ter poder de pressão e voz junto a um Estado que se democratiza. Dessa luta de resistência [...] surge como principal proposta a implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia (FILOCREÃO, 2014, p. 63).

A luta pela manutenção do direito de coletar, caçar, pescar e trabalhar em suas terras empoderou os Povos da Floresta que criam no ano de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros da Amazônia – CNS, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas, conservando a mesma sigla CNS.

No bojo desse movimento, na comoção mundial provocada pelo assassinato do líder do movimento extrativista Chico Mendes no Acre, em 1988, organismos nacionais e internacionais pressionaram o governo brasileiro, que foi obrigado a dar uma resposta oficializando a criação das Reservas Extrativistas (Resex) em Decreto de 1990<sup>1</sup>, o que garantiria as lutas históricas dos extrativistas, conforme afirma Filocreão:

Nesse processo histórico, se constituiu e vem se fortalecendo uma economia agroextrativista na região, onde a exploração agrícola através do cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, associado à coleta de produtos como a castanha, o açaí, resinas, cipós vem garantindo a sobrevivência de um contingente populacional significativo e garantindo a manutenção da floresta em pé nas unidades de uso especial que foram criadas (FILOCREÃO, 2014, p. 132).

Na atualidade, a luta das populações tradicionais se mantém, pois, a cultura atual insiste na lógica de considerar o campo e/ou a floresta como espaço do atraso e não como espaço fecundo para o desenvolvimento. É a disputa conceitual, ideológica e política que necessita do contraponto aos pacotes tecnológicos ditos “modernos”, que padronizam a produção, mas não distribuem equanimemente os frutos do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Diante deste embate, há que afirmar o campo e a floresta como espaços de produção material e simbólica, que guardam múltiplas formas de relacionamento com os recursos naturais os quais se dão por meio de atividades complexas e organizadas, do manejo e associação de

---

<sup>1</sup> Decreto n. 99.145, de 12 de março de 1990.

atividades adequadas à realidade local. Esta resistência é apontada por Caldart

[...] os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (CALDART, 2004, p. 152).

As resistências apresentadas por Caldart afirmam esta luta camponesa em chão amazônico, apresentando um novo modelo de desenvolvimento que tem marcado a trajetória recente dos movimentos sociais no país, a saber, a defesa da agroecologia, a soberania alimentar, a autonomia dos camponeses, políticas públicas e recursos públicos em coerência com estas bandeiras e pautas desta classe. Experiências e iniciativas sugerem que este é o caminho para os camponeses e para quem com eles se põem em luta pela justiça e sustentabilidade dos trabalhadores do campo e da cidade nos dias hodiernos.

### **1.1 Movimentos Sociais no Sul do Amapá**

A política nacional é pressionada por uma conjuntura social que luta pelo retorno da democracia com eleições em 1985 e uma Assembleia Constituinte que promulga uma nova Constituição Federal em 1988, que dentre outros, oficializa a criação do Estado do Amapá, antes, Território Federal.

Situado na Amazônia Oriental, limita-se ao sul (pelo rio Amazonas) e a oeste (pelo rio Jari) com o Estado do Pará, a leste com o Oceano Atlântico, ao norte (pelo rio Oiapoque e Serra do Tumucumaque) com a Guiana Francesa e a noroeste (pela Serra do Tumucumaque) com Suriname (PORTO, 2002).

Com a autonomia proporcionada pela estadualização, o Amapá passa a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. Em 1990 houve a primeira eleição geral de sua história, quando os amapaenses elegeram governador, deputados estaduais constituintes, deputados federais e senadores. Desde então, foram vários programas de governo implantados, com muitas consequências na vida dos extrativistas no sul do Estado.

Na realidade específica do Amapá, a história da acumulação capitalista e da resistência campesina comporta especificidades próprias devido às características particulares dessa região. No século XX, as tentativas de integração da região amazônica trouxeram grandes empreendimentos públicos e privados que só fizeram piorar as condições de trabalhadores, seringueiros, extrativistas e agricultores amazônidas, aumentando a tensão e os conflitos existentes

na região.

[...] nesse quadro de conflitos os índios, seringueiros, castanheiros e outros camponeses agroextrativistas emergem como novos atores políticos, que através das suas alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, vão ter poder de pressão e voz junto a um Estado que se democratiza. Dessa luta de resistência [...] surge como principal proposta a implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia (FILOCREAÇÃO, 2014, p. 63).

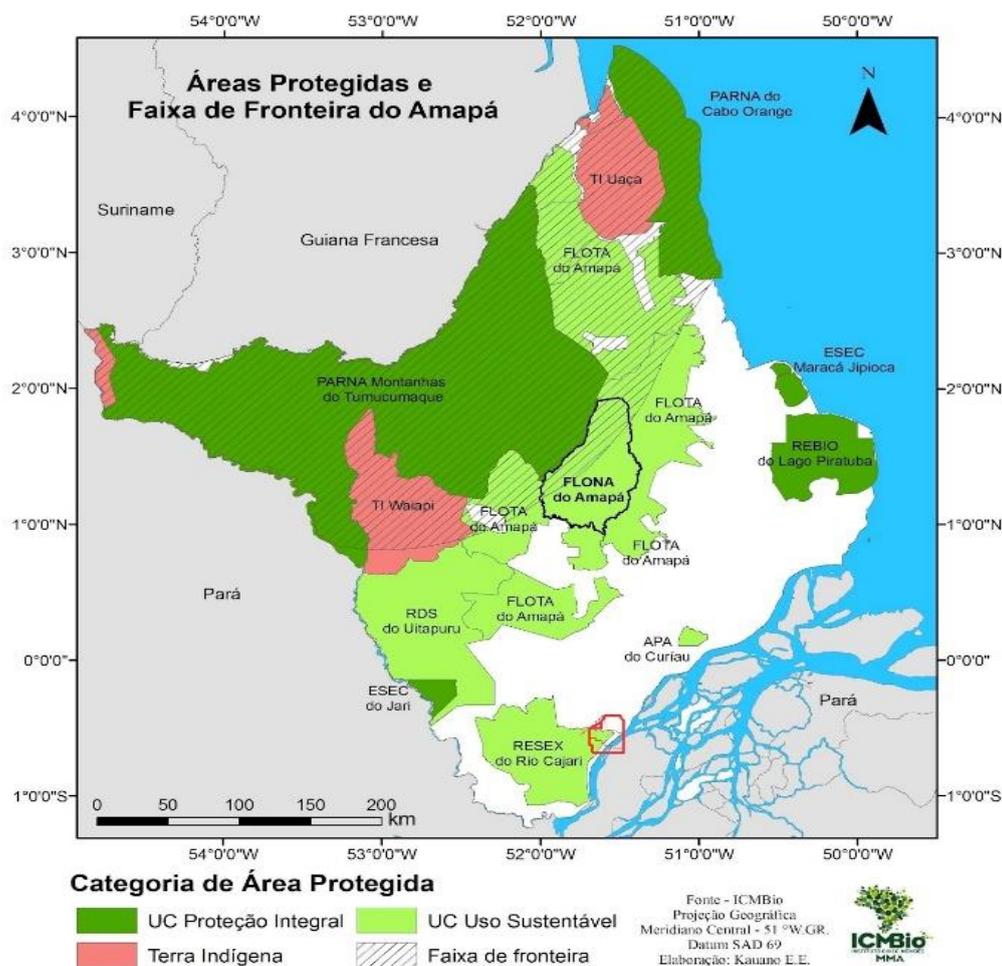
A luta pela manutenção do direito de coletar, caçar, pescar e trabalhar em suas terras empoderou os Povos da Floresta que criaram no ano de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros da Amazônia – CNS, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas, conservando a mesma sigla CNS.

Nos anos 1990, a escalada da lógica neoliberal impôs a abertura dos mercados mundiais e a conseqüente globalização das economias nacionais, o que suscitou um aumento das desigualdades sociais e regionais, situação dramática para os países menos desenvolvidos, devido à vulnerabilidade e à fragilidade de suas economias menos competitivas.

A situação mais crítica é vivida pela população empobrecida, com poucas condições de responder aos desafios e aos padrões competitivos que exigem qualificação, condições educacionais e institucionais para aproveitar as oportunidades de inserção econômica. Este desequilíbrio produz crescimento da tensão e exclusão social e acaba configurando-se como empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável da sociedade, Estado ou nação, uma vez que impulsiona a violência, destrói a formação de capital social e físico e também o fluxo de possíveis investimentos interno e externo.

Das lutas dos camponeses da Amazônia amapaense constituíram uma situação muito específica em relação à proteção ambiental, pois 72% do território amapaense é formado por áreas protegidas. Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Ambientais, Assentamentos de Reforma Agrária, Terras de Remanescentes de Quilombos e outras denominações da gestão federal, estadual ou municipal, compõe a diversidade de formas e modelos de gestão e manejo dos recursos com proteção a um patrimônio de inestimável valor (mapa a seguir).

Figura 1 – Áreas protegidas do Estado do Amapá



Fonte: ICMBio, 2017.

Mesmo com a institucionalização destas áreas como terra protegida, não se garante a segurança de suas populações tradicionais, pois a violência tem aumentado nos últimos anos, registrando, apenas no ano de 2015, um total de 64 conflitos envolvendo 1.908 famílias do meio rural do Amapá, segundo a publicação da CPT (2015) intitulada “Conflitos no Campo”. São ameaças, expulsões e violências de todo tipo contra lideranças extrativistas, quilombolas, indígenas e outros tantos.

## 2. O MOVIMENTO SOCIAL DOS EXTRATIVISTAS NO SUL DO AMAPÁ

As reflexões acerca da luta de classes dos extrativistas por seu território se assentam sobre as informações oriundas da base empírica produzida no decorrer do processo de entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa. A história do Movimento Social do Campo se materializa com os camponeses extrativistas que instauram suas lutas e organizações neste território específico, as áreas protegidas no Sul do Estado do Amapá.

Para responder ao objetivo deste estudo, em sintonia com o método elegido, retomam-se os objetivos específicos frente às vozes dos sujeitos pesquisados e sobre o alicerce epistêmico das categorias e conceitos assumidos diante da base bibliográfica que embasa esta reflexão.

As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) lideranças ligadas ao CNS e outras organizações sociais das comunidades, com representantes da Nacional, dos setores do Estado (juventude e mulheres), das associações e comunidades. Foram entrevistados 06 (seis) representantes adultos e 04 (quatro) jovens, em consonância com os objetivos do estudo, assim como 02 (duas) representantes mulheres, sendo uma jovem e uma adulta.

Como as falas dos sujeitos da pesquisa envolvem situações vividas, conflitos e, até mesmo processos judiciais e criminais, seus nomes serão substituídos por pseudônimos para proteger suas identidades e integridades. Seus nomes foram substituídos por árvores da Amazônia, símbolos de resistência e risco de extinção: Açaizeiro, Angelim, Buriti, Castanheira, Ipê, Jequitibá, Massaranduba, Mogno, Samaúma e Ucuúba.

Este estudo parte do contexto dos movimentos sociais no campo brasileiro, desde suas raízes históricas produzidas pela colonização escravocrata, monocultora e centrada na grande propriedade até os anos recentes, seus principais protagonistas e características. A aproximação teórica da formação do movimento social no Sul do Amapá e o olhar empírico embasado na pesquisa realizada, apontam para similaridades e também estranhamentos se comparados ao cenário nacional.

A Amazônia amapaense foi inserida na divisão internacional do trabalho como região estratégica de fornecimento de matérias primas animais, vegetais e minerais que pautaram a exploração capitalista em grandes projetos de extração de suas riquezas numa aliança do Estado com a elite capitalista nacional e internacional.

O Sul do Amapá foi território de disputa desigual entre os trabalhadores e os grandes proprietários, inicialmente com o domínio do Coronel José Júlio e, posteriormente da empresa Jari, fato que foi relatado pelos sujeitos da pesquisa como as que seguem.

Quando a gente faz a leitura do que foi a conquista da Reserva Cajari, então a gente começa a entender o enfrentamento do pequeno contra o grande, do camponês, do extrativista, do agricultor contra o grande capital. O meio em que a gente está, ele vive em permanente disputa e de uma forma muito desigual porque a estrutura do Estado lá atrás, ela já desenhou a favor do grande capital isso tudo, então a gente sai atrasado no processo. Então o que a gente faz hoje, criar o movimento de resistência para recuperar aquilo que o Estado já organizou para atender a outros interesses. A Reserva Cajari espelha muito bem isso. A briga foi contra quem? Com a Jari, onde o presidente da república chegou a vir jantar com o dono da empresa, onde a estrutura do Estado serviu para estruturar esta empresa. Foi contra as grandes empresas dos grupos madeireiros, muitos deles ligados ao mercado internacional, aí você tem a Brumasa, Madesa, Banacoba,

empresa que o capital delas não era nem capital nacional, esse retrato do que foi a luta da reserva aqui. A vida tudo é uma disputa e a gente já disputa por uma coisa que já está estruturada pelo interesse do grande capital e não o nosso. A nossa luta já é desigual por uma questão de origem, da estrutura do Estado.<sup>2</sup>

Eu tenho esse pensar comigo que nós temos vários desafios aí, a burocracia é muito grande, a questão política que envolve é muito grande, a gente vê que o sistema político, o sistema governamental não é amigo de trabalhador rural, embora a gente tenha amigos lá, só os grandes, cara, se a gente não procurar descobrir qual é os nossos direitos e não lutar com conhecimento nós vamos passar anos e anos e vamos continuar do jeito que estamos.<sup>3</sup>

O finado José Valente nos comprou com toda a nossa família dentro destas terras, falsificaram documentação e nos compraram, a minha avó tinha um cafezal e eles destruíram tudo, e a minha mãe calada, meu pai calado, todos calados porque não tinham estudo, não tinham conhecimento do seu direito.<sup>4</sup>

A percepção que emana das falas denota uma consciência de classe alicerçada na leitura crítica da história e do próprio processo de envolvimento na luta de organização e enfrentamento assumida pelo movimento social. Em consonância com Gohn (2010), os camponeses percebem o Estado, o capital internacional, as empresas e os fazendeiros locais como inimigos, adversários que operam em conluio com falsificações de documentos, numa aliança que vem desde a estruturação do Estado nacional.

O movimento social do Sul do Amapá tem claro quem são seus adversários, percebe que eles estão em uma luta desigual para recuperar algo que lhes foi tirado de forma violenta e injusta, conforme as falas seguintes

Nós estamos aqui numa área onde a predominância era inteiramente da Jari, a atuação da Jari aqui era muito pesada mesmo, eles se diziam donos, a gente não tinha liberdade para nada, até a casa para fazer era um sacrifício, tinha os seguranças aí direto, olhando, verificando, enfim, foi uma vida muito sofrida nessa época, teve muitas dificuldades, com a Resex recém-criada isso gerou uma revolução, foi uma luta travada muito grande mesmo, foi uma situação muito crítica.<sup>5</sup>

Com a situação da Reserva, no meu ver melhorou muito aqui, até porque antes todo mundo era privado aqui, ninguém tinha liberdade para vender a produção da gente para quem quisesse, para quem desse mais, éramos sujeitados a entregar para o “seu fulano” por aquilo que ele bem quisesse pagar ou trocar, no caso.[...] Depois da Reserva a gente não tem liberdade de uma forma que a gente gostaria, mas, por outro lado foi bom, até porque não existe aquela invasão do “seu fulano”,

---

<sup>2</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>3</sup> Informação verbal fornecida por Mogno em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 22 de agosto de 2016.

<sup>4</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

<sup>5</sup> Informação verbal fornecida por Mogno em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 22 de agosto de 2016.

do poderoso, do que tem dinheiro entrar aqui e fazer o que bem quiser.<sup>6</sup>

O que me levou a entrar no movimento social foi quando eu via a forma que meu pai era tratado pelos patrões. Na época eu já sabia ler, mas eu não podia falar nada, meu pai comprava um objeto por um valor, eles diziam que era um valor e eu percebia que estava sendo anotado outro valor, mas eu não podia dizer nada porque eu seria repreendido pelo patrão, como meu pai, pois meu pai dependia do patrão, isso doía muito dentro de mim. Na verdade era uma questão muito caótica a exploração, eram explorados os nossos pais que não tinham o direito de dizer quanto era o valor da produção, mas sim era o patrão que dizia quanto dava e também era o patrão que dizia se dava para vender, se ele dissesse que não dava tinha que esperar, e a minha realidade, o que eu sofria, foi identificado que todo mundo estava sofrendo, todos estavam passando por isso, não era só o meu pai e sim todas as famílias.<sup>7</sup>

Em 1981 tinha muito assalto aqui na orla do Rio Amazonas, da castanha, o pessoal tocava fogo em casas aqui para cima, o papai tinha que tirar a castanha que era o sustento da nossa família, esconder no mato porque os jagunços entravam aqui e quem tivesse castanha eles batiam, tomavam tudo, levavam. O meu pai fazia paiol para esconder esta castanha para nos alimentar, mas se pegassem ele com essa castanha, lhe batiam, levavam preso, a polícia vinha e prendia, estavam assaltando aqui nas margens do Maracá, do Cajari e do Jari, tinham jagunços por aí, pistoleiros corriam atrás.<sup>8</sup>

As violências descritas pelos trabalhadores iam desde à restrição à liberdade de construir suas casas e comercializar seus produtos, até os valores, que eram determinados unilateralmente pelos patrões numa relação de submissão, exploração, falsificação. Casas eram incendiadas, espancamentos, assaltos, roubo das produções, perseguições e prisões. Os inimigos dos camponeses eram identificados como os donos da Jari e seus seguranças, o “seu fulano”, o poderoso, o que tem dinheiro, os patrões com seus jagunços, pistoleiros e a própria polícia a serviço dos poderosos. São modos de manter o poder pela violência muito utilizados no chamado coronelismo e no aviamento, práticas comuns nos anos 1980 e 1990 no sul do Amapá (FILOCREÃO, 2014).

Com a consciência de que todos estavam passando por isso, veio também a organização e a luta do movimento social para enfrentar os adversários e conquistar a posse do território, os extrativistas estavam nestas terras por décadas de ocupação mas não dispunham de autonomia para gerir suas próprias tomadas de decisões, fato referenciado na constituição de novos sujeitos históricos que, conforme Vieira (1999), dá-se na elaboração de uma “consciência crítica das desigualdades sofridas e das necessidades compartilhadas pelos membros do grupo que vivem uma história em comum”, donde emergem os valores “identidade”, “autonomia” e “emancipação”.

---

<sup>6</sup> Informação verbal fornecida por Ipê em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 11 de junho de 2016.

<sup>7</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>8</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

Partindo destas características próprias da luta de classes no sul do Amapá, se constata similaridade com o movimento social das demais regiões brasileiras, pois o inimigo comum e as práticas violentas foram experimentados pelos camponeses em todo o território nacional, como uma dimensão que unifica a classe trabalhadora no campo brasileiro e suas lutas de resistência por terra, trabalho e autodeterminação.

A oposição ao coronelismo também foi vivenciada pelos camponeses nas diversas regiões do país, com pequenas variações de matizes, ao passo que o aviamento seria uma relação encontrada de forma mais clara na estruturação da região amazônica, o que apresenta uma nuance diferenciada na experiência do movimento social no Sul do Amapá (FILOCREÃO, 2014).

Como os camponeses da região amazônica praticam agricultura de subsistência e obtêm do extrativismo a maior quantidade de elementos necessários para sua reprodução material e cultural, sua organização social também apresenta um modo de ser que difere das demais regiões brasileiras, corroborando as palavras de Marx e Engels (2009), que define a identidade como eles são realmente, a partir de como agem, como produzem materialmente, como trabalham em determinadas condições materiais que muitas vezes não dependem da sua vontade.

O Sul do Amapá tem sua origem e identidade centrada nas áreas protegidas e nas lutas dos camponeses extrativistas. Esta característica produziu nos movimentos sociais no Sul do Amapá um caráter extrativista, que os aproximaram das lutas dos seringueiros do Acre e os distanciaram dos demais movimentos sociais do cenário brasileiro.

A gênese deste movimento aponta para a atuação da Igreja Católica, a organização em um Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) como embriões da organização do CNS como movimento social dos extrativistas do Sul do Amapá. A Igreja Católica, por meio da CPT, e o Sintra tiveram atuação em todos os municípios do então Território e hoje Estado do Amapá, mas o CNS teve sua atuação orgânica no sul do Estado, em virtude da preponderância dos extrativistas e da conquista de suas áreas protegidas.

Os sujeitos entrevistados manifestaram diversos elementos que corroboram com esta organização do movimento social no Sul do Amapá em sua gênese extrativista. A importância da Igreja Católica como espaço de formação de lideranças é apresentada nas falas a seguir

Todo esse trabalho de base, a Igreja foi muito forte nesse processo e aqui naquele momento começou-se pelo Estado, no período do regime (militar), a Igreja fazendo todo o trabalho de organização de base, que ajuda na formação dos sindicatos, das organizações, o movimento dos grupos de jovens, a criação do partido (PT), as coisas vão acontecendo todas de uma forma muito articulada, em 1981, acontece a primeira articulação aqui no Estado pelas Escolas Família, ao mesmo tempo que houve a formação das Comunidades Eclesiais de Base, o movimento dos jovens, na Igreja Católica.[...] O movimento de jovens teve um trabalho fundamental, ali foi a base, pela conjuntura da época que o sistema era patriarcal muito forte, mas é central na nossa vida, para mim e para muitos outros, esse foi um momento fundamental onde a Igreja Católica nos anos 70 e 80

cumpriu um papel na vida da minha geração que foi muito importante.<sup>9</sup>

Eu não tive acesso a escola, não estudei. O pouquinho que eu aprendi, parte da minha educação vem da comunidade, da igreja, do dia-a-dia, aprendi ler e escrever, e fui aprendendo a ver as coisas, sempre participei da comunidade.<sup>10</sup>

A partir daí é que vieram algumas oportunidades, os movimentos sociais, as Comunidades Eclesiais de Base, a partir dos padres e das comunidades começaram o movimento sindical, foi o tempo que começou as discussões deles, eu comecei a ingressar juntamente com o movimento sindical, eu fui um dos articuladores e mobilizadores para a formação dos sindicatos.<sup>11</sup>

A Igreja, o movimento social cresceu bastante, a gente foi vendo que sem organização a gente não podia vencer o poder aquisitivo, o poder concentrado em quem tem o dinheiro e a maioria fica para baixo. Quando eu pude a partir da palavra de Deus, lendo a Bíblia, participando de encontros, o CNS promovendo os encontros, o sindicato rural também aí eu fui me envolvendo nisso.<sup>12</sup>

A Igreja Católica é apontada em todas as entrevistas como espaço de formação e de organização das comunidades, dos trabalhadores, dos movimentos sindicais e sociais. Apesar de ter cumprido um papel histórico de contradição, ora apoiando a colonização europeia, catequizando os indígenas e abençoando a escravidão dos africanos, ora rebelando-se contra os maus-tratos e se colocando ao lado dos oprimidos, como em alguns momentos durante a ditadura militar; a Igreja foi muito importante para a resistência e luta pela retomada da democracia e fim do regime de exceção.

As falas dos sujeitos entrevistados apontam para a atuação dos padres católicos no trabalho de organização de base com as CEBs, por meio dos estudos bíblicos na perspectiva crítica da Teologia da Libertação, que possibilitaram formação e tomada de consciência das lideranças e toda comunidade. Numa fala sobre a atuação recente da Igreja

Eu vejo que a igreja é um dos caminhos para voltar para a base, trabalhar a juventude, trabalhar as mulheres, entendeu. Tivemos uma reunião com o bispo e ele dizia que a Igreja católica tem que ir pro movimento, a igreja tem que trabalhar o movimento social, tem que trabalhar a economia solidária, a igreja tem que deixar de ser assistencialista e fazer com que as pessoas que tão lá no assentamento possam buscar um meio de vida e ter uma qualidade de vida mais digna, eu vejo que a igreja hoje tá fazendo um pouco por onde, começando pela criação dessa coordenação de povos e comunidades tradicionais que justamente isso é pra estar mais próximo vendo a demanda da comunidade, da base da igreja e pra estar levando também.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>10</sup> Informação verbal fornecida por Mogno em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 22 de agosto de 2016.

<sup>11</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>12</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

<sup>13</sup> Informação verbal fornecida por Ucuúba em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 23 de agosto de 2016.

Esta atuação é considerada decisiva para a estruturação do movimento sindical, movimento social e do próprio CNS, ao ponto de se confundir a formação e os encontros promovidos pela pastoral, o sindicato e o CNS nas comunidades.

Em uma relação dialética, além da Igreja Católica, o movimento sindical também é apontado com ênfase nesta gênese do movimento social no Sul do Amapá, conforme as falas que seguem

Porque que começou a organização dos trabalhadores pelas pontas, pelos agricultores, porque aqui tinha o governo ditatorial, pela cidade a coisa era mais fácil de haver a interrupção do trabalho, espancamento, prisão, estas coisas, e nas comunidades rurais não. No início dos anos 80 houve um papel fundamental do sindicato do Estado do Amapá, o meu pai completamente envolvido com este trabalho do sindicato, a minha família totalmente envolvida, o sindicato cumpriu um papel fundamental na organização dos trabalhadores deste Estado, era um sindicato para o Estado todo, porque primeiro lá atrás nasceu a ASSOCEAP que era a Associação dos Agricultores do Estado do Amapá, era uma associação do Estado. Depois nasce o sindicato e o sindicato também nasce para o Estado todo.<sup>14</sup>

Fundação do sindicato no ex-Território do Amapá, seria um único sindicato para todo o território, não seria um por município, ao decorrer do tempo é que foi desmembrado.<sup>15</sup>

Ele criou uma força muito grande, o sindicato rural começou a atuar muito forte na organização das comunidades. O Sindicato rural denunciou para o Governador Barcelos e a polícia veio e identificou (violência dos jagunços sobre os extrativistas) e a partir daí se fez a luta para a organização do Assentamento, o segundo assentamento extrativista do Brasil, o primeiro foi o Assentamento Chico Mendes e o segundo é o PAE Maracá.<sup>16</sup>

Estes relatos apontam para o sindicato único como uma força e uma estratégia dos trabalhadores. A evolução da luta de classes e a tomada de consciência dos trabalhadores do campo amapaense os impele para a organização de instituições cada vez mais eficientes para enfrentar os inimigos comuns, prática social defendida por Marx e Engels (2009), ao se referirem que são “as condições de vida reais que fizeram deles aquilo que são”. Partindo da crítica às situações e buscando melhor organização, os camponeses vão da associação para o sindicato, e do sindicato para o movimento social. Essa é a gênese do processo organizativo que vai culminar na criação do CNS como ferramenta da luta dos extrativistas do Sul do Amapá.

Mas os extrativistas do sul do Estado não permaneceram isolados em sua organização,

---

<sup>14</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>15</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>16</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

atuaram junto aos seringueiros e castanheiros do Estado do Acre e participaram ativamente da luta unificada em todo o país nos anos 1980, conforme indica a seguinte fala

Lembro que no 3º Encontro Nacional da CUT em Belo Horizonte, nós já tivemos os primeiros encontros, as primeiras conversas com Chico Mendes. E lá o Chico fazia parte da coordenação do evento e ao término do encontro fomos vitoriosos, porque a tese que nós defendemos elegeu Jair Menegheli, que defendia o setor primário onde estavam os extrativistas, neste setor, e saímos vitoriosos com uma linha bem avançada.<sup>17</sup>

A participação deste momento histórico da organização dos trabalhadores e a aproximação com Chico Mendes e demais lideranças extrativistas, apresentam aos camponeses do sul do Amapá uma nova percepção que será fundamental na diferenciação de sua organização política partindo desta nova identidade. Esta é a tônica das próximas manifestações dos sujeitos da pesquisa

Os trabalhos do sindicato começaram aqui no Amapá (após 3º Encontro Nacional da CUT), para que nós ampliássemos a discussão a partir do município do Macapá, mas também juntamente com a região sul, que é justamente o município de Mazagão, que ao correr do tempo foi desmembrado e emancipou-se o município de Laranjal do Jari e o município de Vitória do Jari que na época não existiam, no início era só Mazagão. [...] A partir da abertura, do momento que a lei deu ao sindicato o direito de discutir, de dialogar com o agricultor, com todos os extrativistas, tivemos oportunidade de chegar com todo mundo. Isso nós fizemos o trabalho de forma voluntária, nunca tivemos questão financeira, chegava na casa dum, comia um peixe com um, conversava com ele, reunia com vizinho, e dialogava com eles.<sup>18</sup>

A nossa finalidade é outra, é viver dos recursos naturais mas conservar eles e preservar as espécies que tem que ser preservadas. Isso eu aprendi e sempre defendi. Tem gente que diz assim: “- Esse recurso não pode ser manejado!” Até que pode. Infelizmente nós não temos a técnica que nos ampare. [...] Nós tivemos também a oportunidade de começar a ingressar e começar a trabalhar e enxergar a distância que tinham os governantes e nós começamos a trabalhar para que as autoridades governamentais comessem a reconhecer a nossa classe de verdade. Extrativista. Como as nossas atividades eram tão diferentes, não só a questão agrícola, agricultura era de subsistência, auxiliar à produção extrativista aí que começou a nascer, e a gente começou a fazer os encontros.<sup>19</sup>

Em 93, após a criação da RESEX, minha formação na Escola Família no Espírito Santo me fez ter uma visão crítica sobre o meio, a proteção do nosso meio, fortalecer o nosso meio. Daí quem forçou a ter uma Escola Família diferente fomos nós do CNS. Porque as Escolas Família todas nasceram agrícola, o que é extremamente compreensível porque vieram com modelo do sul do Brasil, o sindicato vem desse modelo, onde a questão de floresta, biodiversidade era ignorada no processo. Então deu-se o conflito. Entramos numa contradição danada. Apesar de ter clareza sobre muita coisa, mas em relação das atividades

<sup>17</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>18</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>19</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

do que eu fazia aqui eu era ignorante. A cabeça ficou encucada.<sup>20</sup>

Em março de 1989 teve o Congresso do CNS, que teve cobertura mundial, que foi o CNS reconhecido em nível nacional. Foi a entidade que deu todo o suporte para que existisse essas unidades de conservação, foi a maneira, o CNS abriu as portas, foi a entidade principal do reconhecimento dos extrativistas da Amazônia.<sup>21</sup>

Foram as tentativas de organização dos trabalhadores do sul do Território do Amapá, município de Mazagão, que constituíram o amálgama de uma nova identidade camponesa coletiva: os extrativistas. Uma consciência coletiva que brota do diálogo face a face, entre iguais, amplia-se para os sindicatos e organizações institucionais e reclama do Estado e dos gestores públicos um tratamento diferenciado que considere esta identidade diferenciada. Fernandes (2009) afirma essa recriação criativa do campesinato por meio da luta, pois são parte da classe trabalhadora, sim; agricultores, sim, de subsistência; mas, de forma central e totalizante, extrativistas.

Fez parte deste processo de construção de identidade o contato com Chico Mendes e os companheiros extrativistas do Acre e, ao mesmo tempo, esta nova autoimagem reflete um estranhamento frente ao jeito de ser do “modelo do sul do Brasil”<sup>22</sup>, um processo educativo fundado na agricultura, sindicatos nesse perfil e uma crise diante dos extrativistas amapaenses em seu meio. Da ignorância sobre o que se fazia para a convicção de uma irrupção coletiva diversa do restante da classe trabalhadora no cenário nacional.

Este estranhamento diante do restante do país produz um novo sindicalismo (ou a crise do sindicato tradicional como se organizava até então), impulsiona o surgimento de novas Escolas Família<sup>23</sup> que se fundamentam neste caráter agroextrativista, firma a luta de resistência e disputa do território no sul do Amapá na forma inovadora de Reservas Extrativistas e solidifica a base do CNS como movimento social próprio e apropriado para a defesa dos camponeses extrativistas, os povos da floresta.

No que tange às políticas públicas e à relação com o Estado, ao que Vieira (1999) considera um compromisso com a democracia mais participativa e direta por meio da descentralização das ações políticas e a autonomia das organizações da sociedade uma marca dos movimentos sociais

---

<sup>20</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>21</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>22</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>23</sup> As Escolas Família Agrícola (EFAs) foram um movimento de luta social pela educação do campo que atendessem aos filhos dos trabalhadores e camponeses. Tratam-se de entidades comunitárias que recebem recursos públicos e ofertam ensino gratuito com metodologia diferenciada. A primeira experiência no Estado ocorreu em 1989 amparadas em modelos como a existente no estado do Espírito Santo. Atualmente o Amapá conta com 6 escolas nesse padrão. Para mais informações ver Lomba e Cardoso (2020).

nesse período, os sujeitos da pesquisa relatam um importante fato no final da década de 1980. A leitura da conjuntura apontou para a necessidade de uma estratégia para construir um parceiro institucional que atendesse às demandas dos camponeses na luta pelo seu território, conforme segue

Neste movimento todo não tinha Incra no Estado do Amapá (Governo Barcelos). O Incra do Amapá foi criado por uma estratégia do movimento social. O Incra tinha sede em Belém. Quando iniciamos a organização aqui para brigar com as grandes empresas que era a Jari, Banacoba, Brumasa, madeireiras e indústria de celulose que se aglomeraram e tomaram conta desse território no sul do Amapá. Quando eles vão visitar para começar a conversa no Incra de Belém, eles descobrem que o procurador do Incra em Belém era o mesmo procurador da empresa Jari Celulose. Então realmente eles não iam conseguir, então eles param com o processo e começam o movimento para criar o Incra do Amapá. Esse movimento começa a ser extremamente positivo, as coisas vão ser criadas, nós temos que ver quem que a gente vai colocar aqui para que a nossa agenda flua rapidamente. Chegaram então no nome do Guaracá Nunes, filho do Janari, ex-governador, além de ser filho de ex-governador, ele era muito desse lado da esquerda, se diferenciava da direita dentro de casa. E o fato de colocar o nome dele já seria muito simpático para o sindicato, já com o cardápio prontinho na mão com as questões da Reserva e dos Assentamentos aqui do sul do Amapá. Para desembaraçar aquele sistema de pirataria aqui nos rios Maracá, além do coronelismo que tinha havido com a castanha, com a borracha, então o Guaracá levou uma denúncia para Brasília e na sequência desapropriaram esta área todinha e o Incra aproveitou a figura jurídica e fez o assentamento do Maracá I, II e III. Essa foi uma estratégia política de organização com influência numa política bastante exitosa.<sup>24</sup>

No ano de 1988, no ano que Chico foi assassinado, antes de ele ser assassinado nós começamos uma discussão aqui no Amapá e o Incra na oportunidade do Dr. Guaracá Nunes, filho do ex-governador Janari Nunes, na época ele acolheu a nossa proposta porque o Incra não tinha representação permanente aqui no Amapá, era uma representação do Pará e ele vem para cá. Na oportunidade ele pediu que a gente se dispusesse porque ele não tinha pessoal do Incra para fazer o trabalho, o quadro dele era resumido, o quadro técnico e o nosso conhecimento (lideranças do CNS), pudesse fazer isso. A partir daí a gente começou a fazer o estudo da questão fundiária aqui no Maracá e a situação toda dessa questão social, da maneira que nós era tratado, que nós era explorado e também passamos a fazer o cadastro das populações que habitavam aqui e das condições de quem era isso aqui, que alegavam que eram os donos, os patrões.<sup>25</sup>

Esta estratégia assumida pelos extrativistas de interromper com a negociação direta em Belém e tensionar para a criação da estrutura do Incra aqui no Estado do Amapá com uma liderança que fosse sensível, numa aliança com as bandeiras dos extrativistas, acabou confluindo para uma ação exitosa que teve as lideranças do CNS como protagonistas no levantamento de informações para a criação dos projetos extrativistas no Maracá.

<sup>24</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>25</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

A clareza da leitura dos aliados e adversários e a coerência dos passos e ações adotadas garantiram ao movimento social do sul do Amapá uma expressiva vitória que é marco da história dos extrativistas na luta por seus territórios (FILOCREÃO, 2014). Esta conquista aproxima o movimento social extrativista da gestão da política pública, o que será uma característica marcante de sua ação nas décadas seguintes (GOHN, 2011) e se configura num tema muito sensível que é a tutela do Estado na sua atuação de organização dos trabalhadores, culminando em consequências negativas para a autonomia e vitalidade da classe trabalhadora.

A questão da tutela envolve ainda a relação do movimento social com as chamadas ONGs, outra característica marcante dos anos 1990 (GOHN, 2000). Se por um lado os organismos internacionais foram fundamentais para a vitória dos extrativistas na conquista de seus territórios, por outro lado, esta ajuda não se deu sem ingerências e intervenções diretas na organização das áreas protegidas, nas decisões governamentais e na organização dos trabalhadores. As lideranças entrevistadas relataram que

Aqui no Estado do Amapá, logo que se criou a Reserva, nós tivemos dinheiro do PPG7, nós tivemos dinheiro da WWF, dinheiro que veio de diversas fontes, Fundação Ford, foi dinheiro e investimentos que, por mais intencionados que estivessem, não deram conta de construir, foi um dinheiro que veio e fez a mesma coisa, tudo terminou num processo, nós, o erro foi do próprio movimento que não teve planejamento estratégico.<sup>26</sup>

Em 93, com recursos da WWF foi feito um trabalho de levantamento sócio econômico da área, onde inicia um embrião de um trabalho muito importante. O Banco Mundial fez um convenio com CNS para que o CNS fizesse um trabalho de organização dentro da reserva Cajari para fortalecer, como resultado da ECO 92, aquele negócio todo, as lideranças fizeram uso dos recursos mas não se efetivou a organização de base que era tão necessária.<sup>27</sup>

Em 1999 nós era apoiado por uma ONG alemã, a gente era apoiado pelo projeto Rebrafe, aí o projeto Rebrafe teve que sair porque eles (direção da Associação) apoiaram um candidato lá e esta instituição não pode, na Alemanha “Deus o livre!” se souber, aí deu problema e tiraram o nosso projeto.<sup>28</sup>

Os recursos e convênios com as ONGs internacionais foram importantes na organização dos extrativistas, mas não produziram um salto qualitativo e perene nesta estruturação política, nem produtiva. A categoria reconhece que não soube aproveitar a possibilidade, e os erros da condução das lideranças das organizações sociais acabaram comprometendo esta parceria, porém, não há relato de tutela em nenhuma entrevista realizada, ou seja, os extrativistas não perceberam a atuação

---

<sup>26</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>27</sup> Informação verbal fornecida por Açaizeiro em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 20 de agosto de 2016.

<sup>28</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

e os recursos oriundos das parcerias e convênios com ONGs como perda de autonomia e diretividade das ações realizadas.

Estes são os aspectos destacados na pesquisa empírica que embasam a afirmação de um movimento social dos extrativistas capitaneado pelo CNS enquanto “entidade principal do reconhecimento dos extrativistas da Amazônia”.<sup>29</sup>

## 2.1 Conquistas no período de 1990-2016

A conquista das áreas protegidas da Resex e do Programa de Assentamento Agroextrativista (PAE) são defendidas por todos os entrevistados como uma conquista importante dos extrativistas do sul do Amapá que significou um marco histórico para a luta de classes como uma vitória inédita para os trabalhadores diante do Estado, das grandes empresas nacionais e internacionais e representantes da agricultura capitalista.

Enquanto os anos 1990 são recordados pela organização das instituições e planejamento das ações em termos de luta pelo território, foi o acesso a políticas públicas e melhorias obtidas no período de 2002 a 2015 que impactaram positivamente na vida dos trabalhadores em suas comunidades, relatadas pelas falas que seguem

Ei! Mas nós não estamos tristes. O movimento social não está apagado. Ele está vivo dentro de nós!<sup>30</sup>

Hoje não, a gente apesar das dificuldades que sempre vão existir, mas a gente já tem várias conquistas, muitas conquistas a gente já tem hoje, só resta a gente tentar preservar, ter os cuidados e tentar melhorar os conhecimentos porque depois de 2002 até 2015, depois da época do grande conflito com a Jari aqui no caso, a coisa melhorou, veio os créditos do Incra, do PRONAF, Programas da Educação [...] Aposentadorias, auxílios, pensões, direitos trabalhistas, habitação, PAA, são vários programas que a gente conseguiu acessar. Até 2015 a gente teve assim um avanço, e agora de 2016 para cá a coisa já começa a mudar, a gente já está num cenário, as organizações já não estão tendo aquela recepção nos órgãos, temos um governo aí que já dificulta, se aproveita do sistema burocrático que tem para afastar um pouco as organizações, já não tem mais essa chance de ter esse apoio, de ter esse incentivo, essa ajuda.<sup>31</sup>

Já de 2000 pra cá não, a escola família já entrou, aí o Estado já colocou também o ensino médio na vila Maracá então já tem mais uma participação. então não era mais aquela coisa a pessoa tá entrando leigo, leigo sem saber escrever. Naquela época nos movimentos o pessoal muitas vezes sabia ler mas não sabia escrever porque não tinha uma educação mesmo nas comunidades agora não devido a ter um avanço no governo do PT né com relação mais as comunidades, ao

<sup>29</sup> Informação verbal fornecida por Angelim em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 10 de junho de 2016.

<sup>30</sup> Informação verbal fornecida por Buriti em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 19 de agosto de 2016.

<sup>31</sup> Informação verbal fornecida por Mogno em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 22 de agosto de 2016.

movimento social, depois teve um retrocesso praticamente com todo o governo Temer e aí a gente tá enfrentando mas a gente tá resistindo até hoje.<sup>32</sup>

Até porque o movimento social como um todo ele tá fragilizado, a gente vê que depois de sair o presidente Lula as coisas ficaram mais difíceis. Aquilo que era nosso, aquelas políticas que nós conquistamos foi perdendo, então foi fragilizando cada vez mais.<sup>33</sup>

Do ponto de vista da política e do acesso dos trabalhadores às políticas públicas, os sujeitos entrevistados são unânimes em afirmar os governos petistas relacionados com os avanços obtidos na luta da classe trabalhadora. Os extrativistas perceberam a pertinência dos programas e políticas sociais para os trabalhadores do campo nas comunidades do sul do Amapá e a mudança de cenário a partir do *impeachment* da Presidente Dilma em 2016.

Tem uma clareza nítida na memória da formação da CUT e do PT nos anos 1980, na irrupção das pautas dos trabalhadores com a chegada de Lula ao Governo Federal e no período de acesso e desenvolvimento produzido pela participação do CNS e demais forças políticas dos trabalhadores na definição e implementação das políticas e programas sociais. Ao findar do período, o pessimismo com o poder em Brasília aponta para novo período de resistência e luta organizada, conforme a fala de Massaranduba

Então algumas comunidades ainda tem essa resistência, no caso a nossa ainda tem essa plena visão que ou a gente faz a resistência ou a gente vai submisso ao sistema político né que tá voltado ao político ao capitalismo e tudo mais. Tanto é que a gente hoje é visto como uma comunidade que não quer pra eles o desenvolvimento, mas sim, a gente quer o desenvolvimento mas que seja voltado pra nossa realidade e pras famílias, a gente tem a participação, a transparência, o envolvimento das famílias, e das comunidades realmente, então, voltado pra essa questão da não participação das comunidades é mais por que não tem mesmo a participação delas pra fazer um projeto, geralmente o projeto vem de cima pra baixo na qual é totalmente errado, tem que ser discutido da base pra poder ele ter um alicerce pra poder chegar num determinado momento e todo mundo ser a favor do projeto pra vir trazer benefícios, não só pra um, mas pra todos.<sup>34</sup>

Em conformidade com Gohn (2011), os movimentos sociais, a partir do ano 2000, tematizam e redefinem a esfera pública por meio da realização de parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, pois têm grande poder de controle social e criatividade para construir modelos de inovações sociais.

---

<sup>32</sup> Informação verbal fornecida por Massaranduba em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 18 de junho de 2016.

<sup>33</sup> Informação verbal fornecida por Ucuúba em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 23 de agosto de 2016.

<sup>34</sup> Informação verbal fornecida por Massaranduba em entrevista concedida a Marlo dos Reis durante Trabalho de Campo. Amapá, 18 de junho de 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou analisar em profundidade a trajetória da organização política dos extrativistas do sul do Amapá, suas conquistas e crises, suas lutas e demandas, seus desafios e novos sujeitos sociais. A escuta dos sujeitos possibilitou ampla argumentação sobre suas vivências concretas em seu território onde se trava a luta de classes e a elevação da consciência coletiva.

Os extrativistas do sul do Amapá se organizaram em sindicato unitário e no movimento social por meio do CNS. Estas ferramentas organizativas foram fundamentais para as conquistas das áreas protegidas nos anos 1990 e acesso a políticas públicas após 2002. As tentativas de organização produtivas por meio das cantinas, associações, cooperativas e grupos tiveram duração curta por uma série de fatores desde o despreparo, a falta de formação, os erros, a corrupção dos dirigentes, o envolvimento com questões partidárias e outros.

O estudo evidenciou a trajetória dos extrativistas e sua consolidação em um sujeito social com identidade própria, processo evidenciado no trabalho de construção das consciências e no embate e afirmação diante das outras forças externas locais, nacionais e internacionais.

Os extrativistas se perceberam e se afirmaram como classe social ao lutar contra os coronéis, empresas e patrões na defesa do seu território, sua autonomia e garantia de manutenção de seu modo de ser e de viver e de trabalhar. Seringueiros e castanheiros, perceberam na floresta em pé um marco comum na construção da categoria social identitária: Extrativistas.

O texto está embasado nas falas dos sujeitos entrevistados como expressão de suas vivências e lutas revisitadas em sua memória e consciência de classe trabalhadora. Esta escolha por apresentar as vozes destas lideranças, jovens e mulheres extrativistas atende à opção metodológica de ouvir os sujeitos e trazer para a sistematização e elaboração as suas expressões originais, sua visão e percepção, sua autoimagem e identidade em construção.

Os limites deste texto apontam para a necessidade de outras pesquisas que ampliem o quantitativo de vozes e joguem luzes sobre outros elementos também importantes para a compreensão do fenômeno social, bem como aprofundem e esmiúcem dados aqui apresentados ainda que de forma introdutória. Amazônia amapaense, em especial, o Sul do Amapá é território de luta dos extrativistas e quem com eles se une para defender a vida, a água, a floresta e o futuro das gerações que virão.

## REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2004.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2014.

GOHN, M. da G. M. **História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, Edições Loyola, São Paulo, 1995.

GOHN, M. da G. M. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo. Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio/ago. 2011.

LOMBA, R. M.; CARDOSO, J. P. **Educação do campo e pedagogia da alternância: uma análise das Escolas Família Agrícola do Amapá**. Presidente Prudente v. 23, n. 53, Mai/Ago, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

VIEIRA, L. Cidadania global e Estado Nacional. In: **Dados**, v. 42 n.3, 1999.

# O BEM VIVER DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TRADICIONAIS ÀS MARGENS DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DORIO MADEIRA NO BRASIL E NA BOLÍVIA

Lilian Marques dos Anjos\*  
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo\*\*

## INTRODUÇÃO

Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal (KRENAK, 2020, p.8-9).

O Bem Viver provém dos povos originários em suas cosmovisões e convivência harmônica entre os seres, capaz de contrapor-se à modernidade colonial e ao modelo desenvolvimentista, com aproximações teóricas, metodológicas e de experiências envolvendo saberes e fazeres, em aspirações dialógicas com um no ser-no-mundo frente a secularidade colonial (MALDONALDO-TORRES, 2007; FANON, 2008; RESTREPO, 2011; 2012; ESCOBAR, 2015; MANSILLA QUIÑONES, 2019; ZIBECHI, 2020; HAESBAERT, 2021).

Esta filosofia celebra os direitos da natureza e da sociedade inspirados na reciprocidade e solidariedade. Transborda utopias em que o mundo possa ser recriado horizontalmente através do comunitarismo, superando os modos de vida centrados na acumulação do capital. Acosta (2016) contrapõe o Bem Viver ao bem-estar social, que é um estilo de vida de crescimento material infinito num planeta finito. O bem-estar social, em suas múltiplas faces envolvendo aspectos políticos, ideológicos, econômicos, culturais e históricos é para poucos, consumista, neodesenvolvimentista e neoextrativista (ACOSTA, 2016)

Ao menos desde José Mariátegui, na década de 1920, discutia-se teoricamente que a nível político as superações histórico-estruturais da América Latina dependem da capacidade de incorporação das experiências milenares dos povos originários, a partir de projetos nacionais: políticos, econômicos, sociais e culturais. A intensificação desta reivindicação cresceu a partir da década de 1980, com a pressão dos movimentos indígenas e o apoio de intelectuais, Organizações

---

\*Mestranda – PROLAM/USP, Graduação em Letras UNESP (2013) e Geografia USP (2020) E-mail: lilian.anjos@usp.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9387-1830>

\*\*Doutorado em Geografia pela UNESP/Rio Claro (2016), graduação em Geografia pela UNESP/Rio Claro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília (2013). Professor de geografia SEEDF e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP. E-mail: gcc99@gmail.com. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>

Não Governamentais (ONGs), Estados e Organizações Internacionais Governamentais (URQUIDI; FUSCALDO, 2013).

Acrescenta-se, dentre outros fatores históricos, ideológicos e culturais mais recentes, como o fim das ditaduras civil-militares, processos de redemocratização, abertura ao neoliberalismo econômico e a reação das sociedades em movimento, povos que lutam por sua soberania e autodeterminação (ZIBECHI, 2020).

Destaca-se a matriz camponesa-indígena, (SVAMPA, 2019), que no contexto brasileiro reconhecida como indígena e tradicional, enraizada nas memórias dos povos originários exercendo a resistência ancestral, lutando pelos direitos coletivos e poder comunal. No arco andino, ergueram a bandeira do *SumakKawsay* - palavra de origem quechua<sup>1</sup>, traduzida como Bem Viver - em defesa do bem comum, que desencadeou a vitória do Novo Constitucionalismo no Equador (2008) e na Bolívia (2009) em meio ao progressismo regional.

Na América Latina, há permanências de políticas econômicas voltadas a revisitações do modo de produção capitalista comum até meados do século XX, em diferentes países da região, como foi o caso do desenvolvimentismo no Brasil (PRADO JR., 1970; CARDOSO DE MELO, 1986; FURTADO, 2007). Após a 2ª Guerra Mundial e início da Guerra Fria o desenvolvimento estabeleceu uma estrutura de dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido; avançado-atrasado; centro-periferia. O mundo se ordenou para alcançar o desenvolvimento por meio de bancos, projetos, teorias etc. Este se transforma no destino comum da Humanidade, um caminho inegociável. “Nos quatro cantos do planeta, as comunidades e as sociedades formam - e continuam sendo - reordenadas para adaptar-se ao ‘desenvolvimento’” (ACOSTA, 2016, p. 47).

O extrativismo clássico é um modo de produção oriundo da invenção da Europa, inaugurado com a exploração de metais preciosos em Potosí, cuja acumulação primitiva de capital assenta-se sobre o espólio, o genocídio dos povos originários e a remoção de recursos naturais não processados, ou pouco processados destinados à exportação. No entanto, há mais de uma década, o extrativismo clássico alterna sua estratégia com o neoextrativismo progressista, que mantém a forma anterior, com a ressalva da intervenção estatal fazendo algum tipo de redistribuição social, para assim legitimar-se, mesmo que acarrete igualmente impactos negativos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2009).

O neoliberalismo, estruturado como orientação político-econômica internacional do modo de produção capitalista nos fins da década de 1980, no Consenso de Washington, transformou a América Latina na região mais desigual do globo terrestre, avaliação feita pela Comissão

---

<sup>1</sup> “De acordo com *Shimiyukkamu Dicionario Kichua-Español*, publicado pela Casa de Cultura de Ecuador em 2007, *sumak* se traduz como *hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente; kawsay*, como vida” (ACOSTA, 2016, p. 10).

Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Sua implementação gerou privatizações e ajustes fiscais, favorecendo o acúmulo de capital de poucos em detrimento das crises políticas, ambientais e energéticas para a população (DULCI, 2021).

Essa remodelação do modo de produção capitalista nos territórios latino-americanos foi intensa. Questões discursivas, ideológicas, históricas e estatais se fizeram presentes, nas fronteiras, distribuição da população e apropriação destes “vazios” demográficos (MORAES, 2003; SVAMPA, 2019; HAESBAERT, 2021).

As fronteiras são espaços de encontro entre culturas diferentes, como os povos indígenas e não indígenas, decorrendo quase invariavelmente o conflito, o genocídio e a imposição do modo de viver capitalista. Modo norteado pela promessa de oportunidades, mas que deixa atrás de si um rastro de destruição ambiental, social e cultural (HISSA, 2009; MARTINS, 2019). A fronteira da racionalidade civilizacional entre a modernidade ocidental e o outro lado da linha é chamada de pensamento abissal por Boaventura Santos, definido como:

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007, p.71).

E, ao encontro de sua posição como o limite, o marco e a propriedade, a fronteira está presente como sinalização da própria expansão do modo de produção capitalista. No caso de grandes biomas ou reservas de capital por meio de recursos naturais, esta busca pela demarcação ou anulação de limites e fronteiras pretéritos é uma marca constante:

Cercas, muralhas, fossos, valas. Do alto, podem ser linhas visíveis. No nível dos terrenos, são sinais perceptíveis e insinuantes do que desejam ser: obstáculos. O limite, contudo, contraditoriamente, é uma representação da latente existência da fronteira ou da abertura. Se o limite é costumeiramente linha, a fronteira assume, no imaginário social, uma abstrata natureza areal e movente. A fronteira é o espaço de transição e de trânsito. A fronteira, em diversas circunstâncias, é o próprio trânsito. Enquanto move, entretanto, a fronteira carrega o limite que lhe corresponde, arrastando consigo os seus marcos e piquetes, assim como os seus desígnios de vigília. (HISSA, 2009, p. 66).

A partir de tais reflexões iniciais, é possível estabelecer suas relações com a colonialidade do poder e do saber sobre os povos originários, que tiveram que de alguma forma se submeter à racionalidade ocidental moderna. Porém, paralelamente, suas memórias e corpos transmitiram por séculos os modos de ser indígena em equilíbrio com o ambiente – os Bem Conviveres (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008; MACIEL, 2016).

Na Bolívia, mesmo com a adesão à nova Constituição com as demandas do Bem Viver, as críticas e as ameaças não esmoreceram, pois o constitucionalismo conservador está conectado com

as exigências do poder hegemônico. Ademais, a constituição boliviana não abraçou o biocentrismo - não distinção entre os seres humanos e os demais seres considerando seu valor intrínseco, destacou a importância de *Pacha Mama*, todavia defendeu a industrialização dos recursos naturais, presa à ideia de progresso e apropriação da Natureza<sup>2</sup>. Para que possamos mudar de direção há que superar o modelo ocidental de desenvolvimento, modificando as linguagens convencionais de desenvolvimento e progresso, repetido há mais de quinhentos anos (ACOSTA, 2016,).

O *ambiente* da Pan-Amazônia pode ser entendido como a natureza apreendida pela consciência, sentidos e vivenciada pelos humanos. Estes são partícipes dela, dentro de um ecossistema biótico e abiótico complexo: o (*geo*)*ecossistema* (SOUZA, 2019). O ambiente não é uma dualidade para os povos originários como o é para o pensamento moderno ocidental, mas a comunhão de todos os seres.

Para nós, aqui e agora, o ambiente é fruto de (re)transformação, (re[s])significação e reapropriação incessantes da primeira natureza mediante as relações sociais, e inclui, necessariamente, os seres humanos, conquanto nem tudo no ambiente seja antropogênico (e malgrado tudo aquilo que existe ser mediado, para nós, pela consciência humana modelada pela história e pela cultura). **O ambiente, assim, não é algo que “nos envolve”, um envoltório: o ambiente somos também nós, histórica e culturalmente situados** (SOUZA, 2019, p. 79, grifo nosso).

A unidade do problema está localizada nestes projetos de expansão da fronteira amazônica desenvolvimentistas e neoextrativistas que aprofundam a crise ambiental e violam os Direitos Humanos e da Natureza, mais que em casos isolados entre países vizinhos. O território, as identidades e suas diferenciações, o transpassar das reificações da economia política capitalista e os recursos naturais e povos originários e seus modos de vida e *mundos*. A complexidade (dis)posta nos desafia a angariar, problematizar e propor caminhos de compreensão e crítica dentre os principais fatores e vetores que fazem parte de tal cenário na América Latina.

---

<sup>2</sup> Compreende-se o termo Natureza em sua concepção de *primeira natureza*, e suas paisagens, como trabalhado por Moreira (2004) e Vesentini (1989). Nos autores decoloniais há a presença destas reflexões e referências especialmente no debate envolvendo tanto sua conservação como preservação, comuns no embate entre o interesse econômico e ideológico capitalista e as diferentes formas de defesa e resistência tanto dos habitantes e povos originários destas paisagens.

## 1. HISTÓRIA CONECTADA PELAS ÁGUAS

A bacia hidrográfica do rio Madeira é transnacional, considerando que se estende 50% no Brasil, 40% na Bolívia e 10% no Peru (FURNAS, ODEBRECHT, LEME ENGENHARIA, 2005) Sendo assim, há uma história nacional, paralela a uma história síncrona comum.

A bacia do rio Madeira é território ancestral indígena, principalmente do povo Mura, como mapeia Curt Nimuendajú (1987) no “Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes”. No século XVIII, deram-se as primeiras entradas por meio da ligação fluvial do Mato Grosso pelo Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas até Belém do Pará. Todavia, os trechos encachoeirados entre o Madeira e o Mamoré formavam grandes obstáculos, tendo os colonizadores preferido as entradas à ocupação, ressalva feita aos jesuítas. Os missionários contavam 32 tribos às margens do rio Madeira e dezesseis aldeias às margens do rio Mamoré até Santa Cruz de la Sierra mantidas por jesuítas espanhóis (LEONEL, 1995).

No início do século XIX, registrou-se que os índios eram numerosos na região do rio Madeira, a tribo da nação Mura foi estimada em 60.000 pessoas. Eles impediram a navegação no rio Madeira, defenderam-se da “guerra justa” e do “descimento”. Em 1842, Castelnau que expedicionou pelo rio Madeira, elucida que a rota perdeu importância em detrimento da navegação pelo Arinos que era mais segura e rápida. Porém, a região continuou disputada entre portugueses e jesuítas espanhóis continuamente repelidos pelos indígenas (*ibidem*).

Há uma história comum que transborda além dos territórios nacionais, ainda em acomodação no século XIX, para o ambiente amazônico da bacia do rio Madeira, cujas cabeceiras encontram-se na Bolívia e Peru e convergem no território brasileiro, expandindo a fronteira extrativista da goma da seringueira para produção de borracha sobre os territórios dos povos indígenas. A indústria gomeira, em 1830, já exportava sapatos e tecidos emborrachados para os Estados Unidos. A partir de 1839, com a inserção do processo de vulcanização a goma elástica ganha destaque na produção de peças para o avanço da Revolução Industrial na Europa (PORTO-GONÇALVES, 2021).

No final da década de 1860 e início de 1870, mostra-se em crescimento o movimento gomeiro na Amazônia. A indústria da borracha boliviana começou com atraso no mercado internacional com relação ao Brasil, tendo copiado a experiência brasileira com algumas adaptações. Concentravam-se nos principais rios da região: Madeira, Orthon, Madre de Dios, Beni, Mamoré, Acre e Purus (CÓRDOBA, 2012).

Brasil e Bolívia firmaram o Tratado de Ayacucho, em 23 de novembro de 1867, para resolver os conflitos de fronteira, o acordo reconhecia que a região acreana pertencia à Bolívia, mas era ocupada principalmente por brasileiros sob o direito de *uti possidetis*, que dá direito à terra

para quem a ocupa. Os seringais no Brasil e Acre receberam migrantes nordestinos (1877-1879), no auge da produção de goma que se estabeleceram nos rios Acre, Purus, Juruá, Madeira, Tarauacá, Abunã, Iaco e Beni. Porém, a disputa territorial entre os dois países pelo Acre se acirrou e culminou com a guerra entre ambos, no Brasil chamada de “Revolução Acreana” (1899-1903) (PONTES, 2016).

Na primeira década do século XX, houve a rápida decadência do ciclo da borracha, devido à inserção do plantio racional da borracha na Ásia, posteriormente a população da região amazônica decresceu entre 1920 e 1940. A organização do espaço amazônico brasileiro até a década de 1960 estava centrada no tripé *rio-várzea-floresta*, o rio comandava a vida das populações, porém os interesses externos deslocaram a região para o extrativismo do subsolo e das riquezas minerais. O governo civil-militar organizou uma nova lógica de aportes de matéria e energia para o tripé *estrada-terra firme-subsolo*, regida por capitais do Centro-Sul do país e internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2021).

A Bolívia viveu em regime civil-militar de 1964 até 1982, marcada por repressões, desmobilização das organizações e forças políticas de esquerda. A partir da redemocratização, adotou-se o Estado mínimo neoliberal, que insuflou diversas manifestações dos movimentos sociais (DULCI, 2021). No início dos anos 2000, em Cochabamba, o cerco de privatizações neoliberais deflagrou como reação popular a Guerra da Água, insurgência em defesa dos bens comuns, contrapondo-se à colonialidade do poder e ao modelo desenvolvimentista e privatista. Foi efetivamente a primeira vitória contra o neoliberalismo que desencadeou a ascensão do primeiro presidente indígena na América Latina, Evo Morales, marcando a guinada à esquerda progressista da América Latina. Em fins de 2002, o Brasil somara-se à onda progressista com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderança do movimento sindical e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nas primeiras décadas do século XXI, o progressismo latino-americano avançou na superação do neoliberalismo, porém continuou com o paradigma desenvolvimentista ameaçando e desterritorializando povos indígenas e tradicionais, com a implementação dos megaprojetos de integração e exploração de recursos naturais, que primarizam a economia, aumentam as desigualdades sociais e a crise ambiental (BECKER, 2005; COSTA; SHIRAISHI NETO, 2020).

## **2. IIRSA-COSIPLAN E O NEOEXTRATIVISMO NO RIO MADEIRA**

O neoextrativismo progressista do século XXI, é marcado pela transição hegemônica global, dos EUA para a China, expansão da fronteira das *commodities*, esgotamento dos bens naturais não renováveis e crise ambiental. Regionalmente, os Estados-nação obtiveram lucros

altíssimos com as *commodities*, que em vantagem comparativa a um projeto sustentável para a Amazônia foi preterido e justificado como caminho para o desenvolvimento nacional. Deste acirramento da ocupação territorial erguem-se as sociedades em movimento, dentre elas a indígena e tradicional, numa renovada estratégia de política de oposição. Contexto de conflitos socioambientais, entendidos como confronto com relação aos recursos naturais e território por agentes de interesses divergentes e poderes assimétricos (SVAMPA, 2019).

Consequentemente, na América Latina ocorre o alargamento das fronteiras neoextrativistas, de *commodities*, pastoris, madeireiras, minerais e dos megaprojetos energéticos como na construção de hidrelétricas. Notadamente, estamos diante de projetos desenvolvimentistas como o de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), acordado por 12 países sul-americanos desde os anos 2000. Projeto renomeado para Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), eles são a base para viabilizar os projetos econômicos neoextrativistas na Amazônia, violando os Direitos dos Povos e da Natureza. “A IIRSA abrange uma extensão territorial de aproximadamente 17,44 milhões de km<sup>2</sup>, com uma população aproximada de 381,38 milhões de habitantes. Está prevista a implementação de 531 projetos, dos quais 31 são considerados prioritários” (IBERÊ e BAINES, 2018, p. 194).

O Cosiplan divide-se em dez eixos de desenvolvimento, de modo que parte do Brasil e da Bolívia amazônicos estão localizados dentro do *Eixo de Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia*. O centro do eixo é a bacia hidrográfica do rio Madeira, pertencente aos três países supracitados, no chamado *Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Madeira*. O complexo prevê quatro hidrelétricas, duas já estão em funcionamento, Jirau fica a 120 km de Porto Velho e Santo Antônio localiza-se a 7 km da cidade de Porto Velho em Rondônia, ambas foram oficialmente inauguradas em 2012. Juntas, as duas usinas têm capacidade instalada de 6.450 MW, o 3º maior polo de geração de energia hidrelétrica do Brasil. O complexo hidrelétrico prevê ainda a construção das UHEs de Guajará-Mirim binacional e Cachuela Esperanza na Bolívia.

As usinas hidrelétricas (UHEs) de Santo Antônio e Jirau, de acordo com Garzon (2019), foram construídas na região amazônica a partir do olhar do “não-lugar” onde o poder político é irrestrito para a edificação de infraestrutura, onde os órgãos competentes fazem vista grossa nos estudos de licenciamento ambiental e fiscalizações. A Amazônia torna-se uma região invisibilizada, e também suas populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas, seringueiras e camponesas. Seus direitos são violados, pois

A pressão sobre os territórios indígenas, à revelia da participação destes povos, também viola a Convenção sobre Diversidade Biológica e as Diretrizes AKWE: Kon para avaliação de impactos sobre povos indígenas, além do Art. 231 da Constituição Federal, que institui que “o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas” (IBERÊ e BAINES, 2018, p. 196).

Evidencia-se um projeto territorial genocida que alija as comunidades indígenas e tradicionais de seus direitos em prol do alargamento da fronteira neoextrativista, que necessita que as terras indígenas sejam liberadas para uso privado, convertendo o rio Madeira em espaço construído e objeto de acumulação (HARVEY, 2005). Este projeto político-ideológico, estatal e empresarial foi intensificado, ainda mais, na segunda metade do século XX na região amazônica, *preparando-a* aos interesses e impactos do capitalismo nas fronteiras alcançadas pela sua biodiversidade, modos de vida, habitantes, tradições e costumes:

No final do século XX, houve, portanto, impactos negativos, mas também mudanças estruturais e novas realidades geradas na fronteira, a qual tomo como espaço não plenamente estruturado e por isso mesmo capaz de gerar realidades novas. Dentre as mudanças, destaca-se a da conectividade regional, um dos elementos mais importantes na Amazônia. Não se trata apenas das estradas, elementos que contribuíram para depredação dos recursos e da sociedade, mas sim, sobretudo, das telecomunicações, porque a rede de telecomunicações na Amazônia permitiu articulações locais/ nacionais, bem como locais/ globais. Outra mudança importante é a da economia, que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização, com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus, que foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista tradicional. (BECKER, 2005, p. 73).

O Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA (FURNAS, ODEBRECHT, LEME ENGENHARIA, 2005) inscreve-se como documento legitimador do espólio dos povos originários em função da pequena área de impacto direto discriminado no referido estudo, que afirma que nenhum povo indígena será afetado diretamente e apenas cinco povos serão afetados indiretamente. Quando na realidade as barragens impactam dezenas de povos, não apenas os que estão geograficamente próximos das barragens, como todos aqueles que têm no rio a centralidade do seu Bem Viver. Utilizam-se da ciência como blindagem institucional para acobertar os reais impactos das áreas de influência das obras das hidrelétricas.

Aqueles que mais interagem com os ciclos do rio, suas cachoeiras, seus sistemas lacustres e de várzeas foram ceifados na raiz, justamente porque sua extinção representa a dissipação de soberania social – que é aliás o objetivo de fundo de qualquer limpeza social profunda. Os consórcios responsáveis pelas UHE Santo Antônio e Jirau impuseram forma e ritmo de implementação já contando com o abastardamento das instituições de controle e fiscalização. O barateamento do território e da população, na forma de desastres continuados, fazia parte do preço calculado (GARZON, 2019, p. 172).

Por “desastres continuados” podemos ilustrar as inundações ampliadas e devastadoras de 2014 e 2018 no Brasil e na Bolívia, ao que indicam fortemente as evidências, provocadas pela construção das barragens das duas hidrelétricas, que modificaram a vazão e o regime do rio Madeira drasticamente em um curto espaço temporal. O desastre induzido possibilita uma fachada

da ordem de desastre natural, para o exercício do controle biopolítico (FOUCAULT, 2008) sobre os titulares de direitos, que à revelia converteram-se em atingidos por barragens, à mercê de medidas evacuadoras compulsórias e desterritorializações.

No Complexo do Madeira, ficou evidente que a organização espacial cumpre um planejamento exógeno ao regional, mas alinhado ao global, tendo como protagonistas aparentes os atores governamentais, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro, que atropela com sua rentabilidade os custos socioambientais adicionais. Em seguida, entregam as UHEs ao setor privado, embalado por um discurso de sustentabilidade e de desenvolvimento regional. Ocorre a oposição entre a territorialização empresarial versus a social, onde o licenciamento atua estabilizando a assimetria e regulando os efeitos indesejáveis dos capitais. Entende-se esta configuração como política ambiental dos capitais (ACSELRAD, 2007).

### **3. A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES ÀS MARGENS DO MADEIRA**

O Brasil aderiu ao IIRSA-Cosiplan por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007, assim como a Bolívia criou a Agenda Patriótica 2025, que envolve a construção de várias mega represas e uma central nuclear em El Alto (SVAMPA, 2019). A ação do capital promove o seu anverso, que é a luta de classes, a contradição inerente a projetos político-ideológicos pautados em reestruturações econômicas em diferentes escalas de impacto.

No caso amazônico não foi diferente, trata-se de verticalizações do poder do capital que perpassam espacialidade e temporalidades diferentes destes vetores externos. Becker (2005, p. 72), também ressalta esta necessária atualização e revisitação do embate entre sociedade e natureza, por meio dos impactos do modo de produção capitalista na região amazônica e as formas de resistência que advém a esse processo: “[...] com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas”.

No discurso e na prática, cria-se a especulação da necessidade de renovação ou criação de novos meios de produção, como no caso das novas hidrelétricas são essenciais para o abastecimento energético do país, com a chantagem de que se não forem elas serão as usinas termelétricas e nucleares a salvação. Torna-se uma questão de risco econômico o possível desabastecimento ou apagão. Os beneficiados com a energia são os setores eletro-intensivos, exportadores de produtos primários e grupos associados às empresas concessionárias, deixando a população atingida à margem dos benefícios produzidos e socializando os impactos. Na prática, o Brasil não necessita de novas hidrelétricas, poderia suprir suas necessidades energéticas apenas

reformando as Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas (PCHs) já existentes no território nacional (BERMAN, 1996).

Os rios amazônicos têm sido represados em favor do setor produtivo, que goza de tarifas inferiores e subsídios para o consumo, geridos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) que atende às outras regiões, como Sudeste e Centro-Oeste, causando o flagelo da população local (IBERÊ e BAINES, 2018). O exemplo claro desta contradição é que a energia produzida nas UHES Santo Antônio e Jirau é exportada por um linhão de transmissão cortando o país até que chegue à cidade de Araraquara, em São Paulo, onde será redistribuída para o Centro-Sul do país.

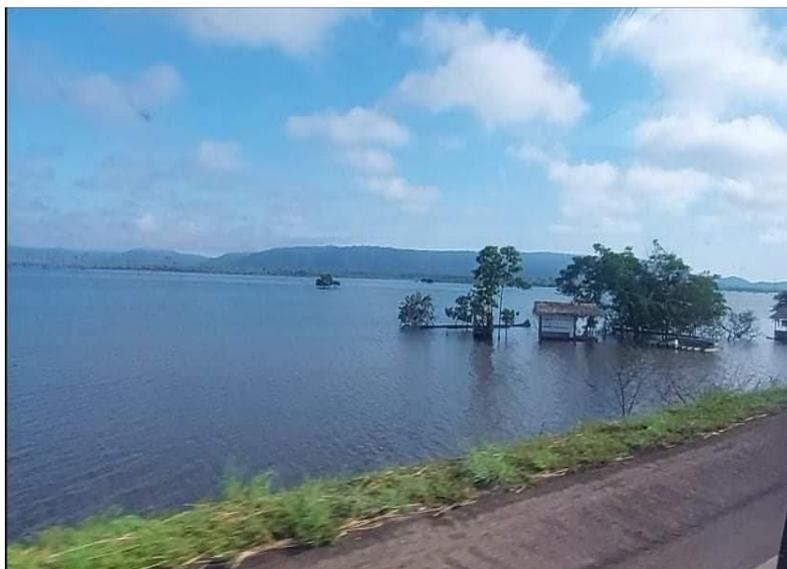
Como foi evidenciado anteriormente, os impactos socioambientais foram negligenciados em prol da máxima rentabilidade sobre a apropriação da natureza. A UHE Samuel, construída em 1989, no rio Jamari, afluente do rio Madeira, põe em perspectiva o que os novos desalojados enfrentarão. Os moradores de Itapuã do Oeste vivenciaram alagamentos, contaminação do lençol freático e ausência de água potável.

Um exemplo atual, da UHE Jirau é a devastação do distrito de Mutum-Paraná, no município de Porto Velho, ele desapareceu sob o lago do reservatório, a floresta se deteriorou com o alagamento e liberou altas taxas de gás carbônico, metano e outras substâncias tóxicas na água que causaram a morte em massa da fauna aquática e terrestre. Consequentemente os trabalhadores da pesca perderam seu sustento e a segurança alimentar.

Adiciona-se a essa expansão desmedida o aumento autorizado da cota do reservatório de usina de Santo Antônio pelo Ibama em 2018, comprometendo não apenas milhares de hectares de floresta nativa, mas também distritos como Abunã, ao final do reservatório de Jirau, na fronteira com a Bolívia, e Jaci-Paraná, acima do reservatório de Santo Antônio, além de comunidades remanescentes e reassentamentos feitos inicialmente para atingidos (GARZON, 2019, p.187).

Os reservatórios impactaram o distrito de Mutum-Paraná, classificada como um dos impactos mais expressivos como consequência da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, visto que o alagamento chegou ao ponto de inviabilizar a continuidade das populações locais na área (SILVA et al., 2019). A seguir, temos imagens da paisagem atual, onde antes ficava Mutum-Paraná, vista da BR-364.

Figura 1 – Reservatório da UHE Jirau na altura do distrito de Mutum-Paraná na BR-364.



Fonte: Acervo de Lilian M. dos Anjos, 2021.

Figura 2 – do lado oposto da pista da BR-364, afetado pelas cheias do reservatório e morte da flora.



Fonte: Acervo de Lilian M. dos Anjos, 2021.

Somam-se aos vitimados das UHEs os povos indígenas isolados contabilizados em mais de 18 etnias na bacia do rio Madeira, de acordo com o Centro Indigenista Missionário (CIMI). Corre-se iminente risco de genocídio e violação de acordos de Direitos Humanos. Segue a descrição das etnias em risco:

Isolados do Rio Mutum – Uevae – Nova Mamoré e Porto Velho; Isolados do Rio Formoso e do Jaci-Paraná – Nova Mamoré e Porto Velho; Isolados do Igarapé Karipuninha – Porto Velho/RO e Lábrea/AM; Isolados do Rio Candeia e Rio Branco próximo a Terra Indígena Karitiana e (reserva florestal Bom Futuro) - Porto Velho; Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi - Lábrea/Canutama – AM;

Povo Isolado da Serra da Cutia, Guajará Mirim/RO; Isolados do rio Novo e Cachoeira do rio Pacas Novas; Terra Indígena Omere; Isolados Jururei– Alvorada do Oeste e Urupá; Povo Isolado do rio Jacundá; Povo Isolado da RebioJarú; Povo Isolado da Cabeceira do rio Marmelo e Maicy; Povo Isolado do Parque Estadual de Corumbiara; Terra Indígena Massaco; Isolados Piripkura; Isolados do rio Pardo (IBERÊ e BAINES, 2018, p. 195).

As inundações amplificadas de 2014 e 2018 decorrem da ocultação planejada da hidrologia do rio Madeira, mesmo que as barragens sejam constituídas pelo método de fio de água, um dos métodos menos agressivos, foram construídos dois reservatórios com cinquenta turbinas que alteram a dinâmica fluvial e ecossistêmica de grande parte da bacia hidrográfica, não somente das áreas descritas como de influência direta e indireta no EIA/RIMA.

As concessionárias responsáveis não têm outorga para controlar os reservatórios por meio da alteração da vazão das barragens, no caso abrindo as comportas sem o conhecimento da população local, na prática o regime fluvial é decidido por elas de acordo com as projeções econômicas. À jusante das barragens ocorrem enchentes que provocam evacuações das comunidades das margens dos rios e desbarrancamentos, destacando o perfil avermelhado dos solos na paisagem e à montante produzem as sobrecheias, ou expansão do período de alagamento para o qual a floresta ombrófila densa não está adaptada, nem as comunidades ribeirinhas. Efeitos também notados à jusante das UHEs.

Em Guayaramerín, departamento de Beni na Bolívia, houve o “Taller Participativo de la Comunidad de Práctica y Aprendizaje del Alto Madera Bolivia y Brasil ‘El Carretón del Conocimiento II’” em junho de 2021, com as comunidades campesinas-indígenas afetadas pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio de: Cachuela Esperanza, Villa Bella, Cachuela Mamoré, Barranco Colorado, Puerto Consuelo I, Puerto Consuelo II e Mancomunidad de Comunidades de los Ríos Beni, Tuichi Quiquibey que constituem o *Comité Binacional em Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira (Comité Binacional Defensor por la Vida Amazónica en la Cuenca del Río Madera)*. Discutiram-se as consequências socioambientais das UHEs e trabalhou-se com a governança em seus territórios para sustentabilidade.

Relataram que as super cheias de forma geral desalojaram as comunidades com a perda das moradias, infraestrutura local e ausência de energia elétrica em alguns casos. A maior duração das inundações causou perdas de cultivares como castanha, cacau e banana impactando na soberania alimentar e renda familiar. Após a descida do rio ao leito principal, seguiu-se um período epidêmico de doenças como dengue, febre amarela e malária.

Compreender a relação entre ecossistemas, biodiversidades, ancestralidades e diferentes formas de ocupação do território é uma das premissas tanto para a superação da colonialidade do ser e saber como, também, para a proposição de sua superação, por novas ontologias decoloniais

que vão ao encontro do reconhecimento destas práticas e sabedorias. Não se cabe mais, em nenhuma hipótese, teses do mundo único, da temporalidade unificada pela razão histórica e moderno-capitalista:

La ontología política es entonces el análisis de mundos y de los procesos por medio de los cuales se constituyen como tales; esto aplica, obviamente, a la modernidad misma. La ontología política resitúa al mundo moderno como un mundo entre muchos otros mundos. Esta es una tarea teórico política fundamental que se está abordando desde las academias críticas y desde ciertos movimientos sociales. Desde estas perspectivas, no solo no puede haber un Mundo Único (un universo), sino que no puede haber un solo principio o conjunto de principios al cual puedan referirse todos estos mundos; como sabemos, usualmente estos principios son los de la tradición liberal y secular europea. (ESCOBAR, 2015, p. 96).

As comunidades de pescadores sentem os efeitos diretos da mudança do ecossistema fluvial que ocasiona tanto superpopulações quanto diminuição de algumas espécies regionais. “Os sistemas de transposição de peixes instalados pelas duas UHE no rio Madeira não passaram por testes apropriados e até mesmo estudos oficiais admitem a falta de certeza quanto ao seu funcionamento” (GARZON, 2019, p. 189). No rio Mamoré, no departamento de Beni na Bolívia, foi verificada a introdução da espécie exótica Pirarucu ou *paiche* (*Arapaima gigas*), oriundo de outra região da bacia amazônica (LIZARRO et al, 2017).

Para marcar a importância da pesca e conservação do ecossistema do rio Mamoré, em Beni, encaminharam de forma participativa a Lei da Yatorana, espécie de peixe que é símbolo tradicional, a fim de produzir uma mobilização social para viabilizar o turismo, gastronomia e proteção da Yatorana e demais espécies. Estas práticas, saberes, fazeres, fronteiras, costumes, ritos e experiências vão ao encontro do argumento de Maldonado-Torres (2008) e Escobar (2015), no se refere à constituição ôntico-ontológica dos *mundos* presentes nas comunidades originárias da América Latina, pois os “territorios no son estáticos, como tampoco lo son los mundos, y nunca lo han sido.” (ESCOBAR, 2015, p. 97).

Produziram-se *Protocolos de Consulta e Consentimento* em comunidades bolivianas e brasileiras, para garantir que estas entrem em acordo sobre os projetos que querem implementar em seus territórios e como devem ser abordados por empresas e instituições, caso queiram. As consequências socioambientais das UHEs estimularam as comunidades a se auto organizarem em prol dos seus direitos e pela defesa dos seus (geo)ecossistemas. Tais protocolos corroboram a premissa defendida por Maldonado-Torres (2007) de se evitar a *invisibilidade* destes habitantes e suas origens, sua cultura e identidade:

La invisibilidad y la deshumanización son las expresiones primarias de la colonialidad del ser. La colonialidad del ser indica esos aspectos que producen una excepción del orden del ser: es como si ésta fuera el producto del exceso del ser que, en su gesta por continuar siendo y por evitar la interrupción de lo que

reside más allá del ser, produce aquello que lo mantendrá siendo, el no-ser humano y un mundo inhumano. La colonialidad del ser no se refiere, pues, meramente, a la reducción de lo particular a la generalidad del concepto o a un horizonte de sentido específico, sino a la violación del sentido de la alteridad humana, hasta el punto donde el alter-ego queda transformado en un sub-alter. Tal realidad, que acontece con regularidad en situaciones de guerra, es transformada en un asunto ordinario a través de la idea de raza, que juega un rol crucial en la naturalización de la no-ética de la guerra a través de prácticas de colonialismo y esclavitud racial. La colonialidad del ser no es, pues, un momento inevitable o consecuencia natural de las dinámicas de creación de sentido. (MALDONALDO-TORRES, 2007, p. 150).

Constrói-se um movimento horizontal focado na governança e educação ambiental a partir das comunidades, com suas demandas coletivas e primando pelo Bem Viver sustentável, energeticamente defende-se a implementação da energia solar como fonte renovável, não poluente e em defesa dos rios amazônicos. Como diz o lema do Comitê Binacional “*No a las hidrelétricas, sí a la vida!*”.

Figura 3 – Capa do “Protocolo de Consulta e Consentimento” (2020).



Fonte: Organizado por Lilian M. dos Anjos, 2021.

A Consulta Livre, Prévia e Informada faz parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, nesse sentido teria que ouvir e construir os projetos de forma participativa com as comunidades indígenas e tradicionais, conforme o Art. 6º: “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e,

particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (BRASIL, 2004).

As comunidades indígenas e tradicionais à beira dos rios da bacia do Madeira foram atravessadas pela imposição de um povo sobre outros no processo de colonização do poder e do saber, o que fragilizou seus bem viveres, enquanto práticas de resistência ao colonialismo dos coletivos que não foram engolfados pela Modernidade ou que estiveram às suas margens. No dia a dia, o bem viver é alcançado através de várias e boas ações, que devem ser aliadas à garantia dos direitos constitucionais (ACOSTA, 2016; BANIWA, 2019).

Por isso, digo que o bem viver e o viver bem somente acontecem quando aplicamos a nossa vontade para ser, para fazer acontecer. O bem viver e o viver bem estão no contexto da interculturalidade, usando sempre o que é seu e o que é de outras culturas, com as quais é possível aprender (BANIWA, 2019, p.31).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região da América Latina foi e é marcada pela colonialidade do poder e do saber, o que pode ser verificado especificamente no ambiente amazônico, com a metamorfose do extrativismo colonial para o neoextrativismo, seguindo as tendências políticas e econômicas vigentes. Novas formas de apropriação capitalista dos recursos naturais somados à financeirização da economia, avanço das *commodities*, megaprojetos, extrativismo e supressão dos direitos dos Povos e da Natureza.

A virada progressista latino-americana no início do século XXI, proporcionou uma esperança à esquerda, dando luz ao Novo Constitucionalismo, partindo do Arco Andino e trazendo do coração dos povos originários o Bem Viver como forma de resistência e outros modos de existir no planeta, sem que seja necessário destruí-lo. No entanto, os governantes progressistas investem no discurso desenvolvimentista que custa a depredação e o saqueio do ambiente, tentando de alguma forma mitigar esse cenário dizendo que haverá retorno social em contrapartida. Mas o retorno é, na maioria das vezes, apenas para o setor econômico, vai para o mercado financeiro e setores produtivos, desterritorializando e excluindo as comunidades impactadas.

Nosso estudo de caso revelou que a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio gerou gravíssimos impactos socioambientais, tanto no Brasil, quanto na Bolívia. A formação de projetos desenvolvimentistas em territórios indígenas e tradicionais são carregados de contradições e subordinam as populações locais à uma lógica de desenvolvimento capitalista e hegemônico, que não considera suas visões de mundo e projetos próprios, não são consultados propriamente a respeito da utilização de seus territórios para tal finalidade.

Do Alto Madeira boliviano até o Baixo Madeira brasileiro, as comunidades são atingidas

de formas similares pelos reservatórios e barragens: no desequilíbrio do bioma, na destruição dos habitats, no aumento das doenças ocasionadas pelas águas paradas, na mudança do regime de cheias e vazantes do rio, insegurança alimentar, perda dos plantios, diminuição da renda, perdas de moradia e infraestrutura, possibilidade de genocídio de povos indígenas isolados, desterritorialização, aumento da violência entre outros.

É necessário que se entenda que as lutas territoriais são lutas em defesa do ambiente enquanto (geo)ecossistema, os megaprojetos sul-americanos e nacionais não podem mais utilizar da ciência como pretexto para destruição e espólio dos povos e da natureza em benefício das grandes corporações capitalistas.

Destarte, visando evitar novos projetos prejudiciais e reorganizar seus territórios, as comunidades buscam por união interna, fazer parte de associações, aumentar a capacidade de governança, garantir seus direitos através dos Protocolos de Consulta e Consentimento e criarem a demanda de fontes energéticas sustentáveis como a solar. Assim, o Bem Viver emana das comunidades mostrando que outro mundo é possível, em oposição aos projetos desenvolvimentistas e neoextrativistas dos Estados latino-americanos.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, H. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 1-11, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20vigiar%20e%20unir.pdf>>, Acesso em: 22 jan. 2022.

BANIWA, A. F.; VIANNA, J. J. B., IUBEL, A. F. (Orgs.). **Bem viver e viver bem**: segundo o povo baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>> Acesso em: 25 jan. 2022.

BERMANN, C. “Privatização da produção de energia na Amazônia: cenários prováveis, conflitos possíveis, traumas irreversíveis”. In: MAGALHÃES, S. & CASTRO, E. (Org.) **Energia na Amazônia** vol 1. Belém: UFPA/NUMA/NAEA/ MUSEU E. GOELDI, 1996, p. 15-27.

BRASIL. Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004. Promulga a **Convenção no 169** da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

CARDOSO DE MELO, J. M. **Capitalismo Tardio**. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CÓRDOBA, L. I. “Misioneros-patrones e indígenas-siringueros: el caucho entre los chacobos del Beni (siglo XX)” **Boletín Americanista**, año LXII , 2, n.º 65, Barcelona, 2012, págs. 85-106, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01952839/document>> Acesso em 22 jan. 2022.

COSTA, J. M. e SHIRAISHI NETO, J. “A ecologia política nas fronteiras do saber e do poder em território tradicionalmente ocupado: o saber-fazer das chamadas quebradeiras de coco na Amazônia”. In: **Diálogos**, Maringá-PR, Brasil, v. 24, n. 2, p. 308-324, mai./ago. 2020.

DULCI, T. M. S. “O ‘bem viver’ como uma nova utopia latino-americana”. In: PRADO, M. L. **Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 295-311.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. In: **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2015000100002](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2015000100002)>, Acesso em: 25 jan. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURNAS, ODEBRECHT, LEME ENGENHARIA – EIA – **Estudo de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, Madeira- RO**. Maio de 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARZON, L. F. N. “O desastre continuado das UHEs de Santo Antônio e Jirau ou o que decorre da privatização e financeirização de um grande rio amazônico”. In: CASTRO, E. (Org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume: 2019, p. 171-193.

GUDYNAS, E. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo”. In: SCHULDT, J.; ACOSTA, A.; BARANDIARÁN, A. et al. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP/Claes, 2009. p. 187-225.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBERÊ, D. e BAINES, S. “M’BARAKÁ - A Palavra que Age. Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia”. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**v. 12, n. 2, p.176-203, 2018.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. Org. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**[online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do bem viver**. 2020. Disponível em: <[www.culturadobemviver.org](http://www.culturadobemviver.org)>, Visitado em: 02 jul. 2021.

LEONEL, M. **Etnocéia Uruéu-au-au**: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e à preservação ambiental. São Paulo: Edusp, 1995.

LIZARRO, D. et al. “Primer registro del paiche, Arapaima gigas (Schinz, 1822) (Osteoglossiformes: Arapaimidae) en el río Mamoré, Beni (Bolivia)”. In: **Ecología en Bolivia** v. 52, n. 1, p. 33-37. mayo, 2017.

MACIEL, M. N. **Tecendo tradições indígenas**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social. São Paulo: 2016.

MALDONALDO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março, 2008.

MANSILLA QUIÑONES, P. Geografías del no ser: la zona roja del conflicto mapuche como negación de las ontologías territoriales. In: NÚÑEZ, A., ALISTE, E. e MOLINA, R. (Orgs.). **(Las) Otras Geografías en Chile**: perspectivas sociales y enfoques críticos. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano 2ªed. São Paulo: Contexto, 2019.

MIGNOLO, W. D. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. Disponível em: <[http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf)> Acesso em 22 jan. 2022.

MORAES, A. C. O Sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>> Acesso em 22 jan. 2022.

MOREIRA, R. Marxismo e geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11, p. 21-38, dez. 2004. <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13466>> Acesso em 22 jan. 2022.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PONTES, C. J. F. “O ‘el-dourado verde’: a guerra do Acre”. **SOUTH AMERICAN Journal of basic education, technical and technological**. vol.3 n.1, p. 71-85, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/384>> Acesso em 22 jan. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Leher, Roberto & Setúbal, Mariana (org). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**: Diálogos para uma nova Práxis. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, p.201-242.

RESTREPO, E. “Modernidad y diferencia”. Modernidad y diferencia. In: **Tabula Rasa**, núm. 14,

p. 125-154, enero-junio, 2011. Disponível em:  
<<https://www.redalyc.org/pdf/396/39622094006.pdf>> Acesso em 22 jan. 2022.

RESTREPO, E. **Intervenciones en teoria cultural**. Popayán, Colombia. Editorial Universidad del Cauca, 2012.

SANTOS, B. de S. “Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. In: **Novos Estudos** n.79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>>, Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, G. V.; BATISTA, J. F.; COSTA, J. M. Reorganização territorial das comunidades sobre influência das hidrelétricas do Madeira. In: **ENANPEGE**, XIII, 2019, São Paulo. Anais. Disponível em:  
<[http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639571\\_ARQUIVO\\_GT52-girlany-joselia-gean.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639571_ARQUIVO_GT52-girlany-joselia-gean.pdf)>, Acessado em: 22 jan. 2022.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução: Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

URQUIDI, V. G. F.; FUSCALDO, B. M. H. “La propuesta del sumák kawsay/buen vivir en los estados plurinacionales de Bolivia y Ecuador. **Cadernos PROLAM/USP**. Ano 12 vol. 1, 2013, p. 48-58. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82516>>, Acesso em: 22 jan. 2022.

VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

ZIBECHI, R. **Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

### **Marcos Alexandre P. da Silva:**

<https://orcid.org/0000-0002-2891-1864>

Geógrafo, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É Professor da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Pesquisador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp/Unifesspa) e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). E-mail: [mpunifesspa@outlook.com](mailto:mpunifesspa@outlook.com).

### **Rogério Rego Miranda:**

<https://orcid.org/0000-0001-6309-7653>

Possui Graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Organização e Gestão do território pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto I no curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e coordenador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp/Unifesspa). E-mail: [rogeriomir@unifesspa.edu.br](mailto:rogeriomir@unifesspa.edu.br).

### **Márcio Douglas Brito Amaral:**

<http://orcid.org/0000-0002-2094-3044>

Graduado (bacharel e licenciado) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA e Doutorado em Geografia Humana, pela USP. É professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Atualmente é coordenador deste mesmo programa de pós-graduação em Geografia. E-mail: [marcioamaral@ufpa.br](mailto:marcioamaral@ufpa.br).

**Júlio César Suzuki:**

<https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br).

**Gilvan Charles Cerqueira de Araújo:**

<https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP-Campus de Rio Claro/SP, Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP-Campus de Rio Claro/SP, Pós-Doutorado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor e Pesquisador Permanente do Programa Stricto Sensu de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília, Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam/USP, professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: [gcca99@gmail.com](mailto:gcca99@gmail.com).

## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

### **Bruno Malheiro:**

É Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Laboratório de Estudos em Território, Interculturalidade e R-Existência na Amazônia (LaTierra), um dos autores do livro *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo* (Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2021) e corroteirista do filme “Pisar Suavemente na Terra”, lançado em 2022. E-mail: [malheiro@unifesspa.edu.br](mailto:malheiro@unifesspa.edu.br).

### **Fernando Michelotti:**

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (1993), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - ênfase em Economia do Desenvolvimento - pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2001), doutorado em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ (2019) com sanduíche realizado no Observatório Latinoamericano de Geopolítica do IIEc/UNAM - México (2017). É professor associado II da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA (Campus de Marabá - PA), atuando no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional - IEDAR e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional na Amazônia – PPGPAM. E-mail: [michelotti.f@gmail.com](mailto:michelotti.f@gmail.com).

### **Gilvan Charles Cerqueira de Araújo:**

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP-Campus de Rio Claro/SP, Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP-Campus de Rio Claro/SP, Pós-Doutorado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor e Pesquisador Permanente do Programa *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília, Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam/USP, professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: [gcca99@gmail.com](mailto:gcca99@gmail.com).

### **José Carlos Matos Pereira:**

Sociólogo com pós-doutorado em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ). Pesquisador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais (MEMOV/CBAE/UFRJ). Atualmente, está vinculado ao PPGAS/MN/UFRJ onde desenvolve a pesquisa “Projeto Trajetórias: Biografias audiovisuais de

pesquisadores nos projetos coletivos iniciais do PPGAS do Museu Nacional”, financiado com a bolsa FAPERJ de pesquisador sênior, sob a supervisão do professor José Sergio Leite Lopes. E-mail: [jcpmatos@gmail.com.br](mailto:jcpmatos@gmail.com.br).

**Josenilson da Silva Melo:**

Bacharel e licenciado em geografia (UFPA), com mestrado em Geografia (UFPA). Professor mestre junto à Secretaria Estadual de Educação do estado do Pará (SEDUC-PA). E-mail: [jsmnilson@gmail.com](mailto:jsmnilson@gmail.com).

**Lilian Marques dos Anjos (Iriuri Potiguara):**

Graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista- UNESP Campus Araraquara/SP e em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- FFLCH-USP. Mestranda em Sociedade, Economia e Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina-Prolam/USP. Bolsista Capes/Brasil. E-mail: [lilian.anjos@usp.br](mailto:lilian.anjos@usp.br).

**Márcio Douglas Brito Amaral:**

Graduado (bacharel e licenciado) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA e Doutorado em Geografia Humana, pela USP. É professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Atualmente é coordenador deste mesmo programa de pós-graduação em Geografia. E-mail: [marcioamaral@ufpa.br](mailto:marcioamaral@ufpa.br).

**Marlo dos Reis:**

Doutorando em Educação, Mestre em Desenvolvimento Regional, Pedagogo, Professor Assistente II na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: [marloreis@unifap.br](mailto:marloreis@unifap.br).

**Mayka Danielle Brito Amaral:**

Graduada (bacharela e licenciada) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorou-se em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). É professora adjunta, classe C, da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, Geografia Agrária e Ensino de Geografia. E-mail: [mayka.amaral@ufma.br](mailto:mayka.amaral@ufma.br).

**Michel de Melo Lima:**

Graduado (bacharel e licenciado) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA. Doutorou-se em ciências (desenvolvimento socioambiental) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (PPDMU) da Universidade da Amazônia (Unama) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM). E-mail:[mmlgeo@hotmail.com](mailto:mmlgeo@hotmail.com).

**Monique Silva do Carmo:**

Possui Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade do Vale do Paraíba (2012). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2013/2015), com estágio de Pesquisa no Exterior, Indiana University no laboratório ACT (Anthropological Center for Training and Research). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2016/2020) - com Estágio de Pesquisa no Exterior, Indiana University. Pesquisadora associada ao CASEL (Center for the Analysis of Social-Ecological Landscapes) e Pesquisadora associada ao Laboratório de Estudo das Cidades-UNIVAP. Pós-doutoranda (CNPq) em Sensoriamento Remoto LiSS/OBT no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE. E-mail:[moniquebruna@yahoo.com.br](mailto:moniquebruna@yahoo.com.br).

**Roni Mayer Lomba:**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é docente Associado da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) desde 2010 atuando nos cursos de Geografia, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Geografia, realiza pós doutorado em Ciências Sociais na Universidad Nacional de la Patagônia Austral (UNPA) no biênio 2018-2020 com bolsa concedida na categoria pesquisador latinoamericano pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Tem atuado nas áreas de Geografia Agrária, Regional e Geopolítica assim como tem discutido espaços fronteiriços a partir da Ecologia Política. E-mail:[ronimayer@hotmail.com](mailto:ronimayer@hotmail.com).

**Sandra Maria Fonseca da Costa:**

Graduada em geografia (UFRJ), com mestrado em Sensoriamento Remoto (INPE) e doutorado em Informação Espacial (POLI-USP). Professora Doutora junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba, desde 1997. É pesquisadora associada da Rede Mikripoli, de estudo de cidades pequenas. Email: [sandra@univap.br](mailto:sandra@univap.br).

**Simone Contente Padilha:**

Possui graduação e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1999), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2007) e doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade- CPDA (2020). É professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: [simonecontente@bol.com.br](mailto:simonecontente@bol.com.br).

**Valter do Carmo Cruz:**

É professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Coordena o Núcleo de estudos sobre território, ações coletivas e Justiça - NETAJ/UFF e, atualmente, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – POSGEO/ UFF. Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará-UFPA, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Email: [valterdocarmocruz@hotmail.com](mailto:valterdocarmocruz@hotmail.com).

**Vanda Pantoja:**

Professora associada II da Universidade Federal do Maranhão/ Campus II. Líder do Grupo de Pesquisa Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade - TDeGeM. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFMA. Sou licenciada e bacharel em Geografia (UFPA/2004), mestra em Antropologia (UFPA/PPGSA - 2006) e doutora em Ciências Sociais (UFPA/PPGSA-2011). Atuo na área de ensino, pesquisas e extensão desde 2006 com temas voltados para catolicismo, pentecostalismo e Geografia Cultural. Desde 2015 ampliei minhas pesquisas para temáticas sobre gênero, feminismos, sexualidade, violência e desigualdade de gênero, em contexto amazônico. Sou mãe de João, Ernesto e Júlia. E-mail: [vanda.pantoja@ufma.br](mailto:vanda.pantoja@ufma.br).

**Viviana Mendes Lima:**

Graduada (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia. Possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Doutorou-se em Ciências (Saúde Global e Sustentabilidade) na Faculdade de Saúde Pública da USP. É pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional e membro do Laboratório de Estudos das Cidades-Univap. E-mail: [geolimabrazilch@yahoo.com.br](mailto:geolimabrazilch@yahoo.com.br).